ANISTIA INTERNACIONAL

INFORME 2010 - ANISTIA INTERNACIONAL

INFORME 2010 - ANISTIA INTERNACIONAL
O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

0
0

ANISTIA INTERNACIONAL

A Anistia Internacional é um movimento mundial que conta com 2,8 milhões de apoiadores, mebros e ativistas que realizam campanhas para que os direitos humanos reconhecidos internacionalmente sejam respeitados e protegidos. Trabalhamos por um mundo em que cada pessoa possa desfrutar de todos os direitos humanos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outras normas internacionais pertinentes.

A missão da Anistia Internacional é desenvolver pesquisas e ações com o objetivo de prevenir e de pôr fim aos abusos mais graves contra todos os direitos humanos: civis, políticos, sociais, culturais e econômicos. Desde a liberdade de expressão e de associação até a integridade física e mental, e desde a proteção contra a discriminação até o direito à moradia - esses direitos formam um todo indivisível.

A Anistia Internacional é financiada, sobretudo, por seus membros e por doações privadas. Fundos governamentais não são aceitos nem buscados para investigar ou para fazer campanhas contra abusos de direitos humanos. A Anistia Internacional é independente de quaisquer governos, ideologias políticas, interesses econômicos ou religiões.

A Anistia Internacional é um movimento democrático cujas decisões políticas mais importantes são tomadas por representantes de todas as seções nacionais durante as assembleias do Conselho Internacional, que se reúne a cada dois anos. Os membros do Comitê Executivo Internacional, eleitos pelo Conselho para que implementem suas decisões, são: Bernard Sintobin (Bélgica, Flanders - tesoureiro internacional), Pietro Antonioli (Itália), Guadalupe Rivas (México), Tjalling J.S. Tiemstra (Países Baixos – membro cooptado), Vanushi Rajanayagam Walters (Nova Zelândia), Julio Torales (Paraguai), Louis Mendy (Senegal), Euntae Go (Coreia do Sul), Christine Pamp (Suécia – vice-presidente) e Peter Pack (Reino Unido – presidente).

Publicado em 2010
originalmente em inglês por
Anistia Internacional
Secretariado Internacional
Peter Benenson House
1 Easton Street
Londres WC1X ODW
Reino Unido

© Copyright
Amnesty International
Publications 2010
Índice AI: POL 10/001/2010
ISBN: 978-0-86210-461-0

www.amnesty.org

Todas as fotografias aparecem com os respectivos créditos e legendas na própria imagem.

Impresso no Brasil por
Algo Mais Artes Gráficas
Porto Alegre

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, armazenada em sistema de recuperação ou transmitida, em qualquer formato ou por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia, gravação e/ou outros, sem a autorização prévia dos editores.

http://thereport.amnesty.org

ANISTIA
INTERNACIONAL

INFORME 2010 - ANISTIA INTERNACIONAL
O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

Este relatório abrange o período entre janeiro e dezembro de 2009.



Menino Awá observa os caixões de 12 índios Awá, sete dos quais crianças, mortos em agosto de 2009. Todas as partes no conflito armado da Colômbia atacaram civis. Em 2009, os povos indígenas foram duramente atingidos.

© vonbergen.net

ÍNDICE
INFORME ANUAL 2010

PARTE I
Prefácio
Em busca de justiça: para todos os direitos, para todas as pessoas/13

PARTE II
Perspectivas regionais
África/31
Américas/43
Ásia e Oceania/55
Europa e Ásia Central/67
Oriente Médio e Norte da África/79

PARTE III
Países
Afeganistão/95
África do Sul/98
Alemanha/102
Angola/104
Arábia Saudita/106
Argentina/110
Bolívia/111
Brasil/113
Canadá/117
China/119
Colômbia/124
Cuba/128
Egito/130
Espanha/135
Estados Unidos da América/138
França/143
Guiné-Bissau/145
Haiti/146
Índia/148
Indonésia/153
Irã/155
Iraque/160
Israel/Territórios Palestinos Ocupados/164
Itália/168
Japão /171
México/172
Moçambique/176
Palestina/178
Paquistão/181
Paraguai/185
Portugal/187
Reino Unido/188
República Democrática do Congo/192
Rússia/196
Síria/200
Sri Lanka/203
Sudão/206
Timor-Leste/211
Venezuela/212
Zimbábue/214

DADOS REFERENTES AOS PAÍSES

Os fatos no início de cada seção individual de país neste relatório foram obtidos das seguintes fontes:

Todos os dados sobre expectativa de vida e sobre taxa de alfabetização de adultos são do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), obtidos em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_EN_Complete.pdf

Os dados mais recentes disponíveis eram expectativa de vida ao nascer (2007) e taxa de alfabetização (índice relativo a maiores de 15 anos 1999-2007).

Os dados se referem a estimativas nacionais de alfabetização provenientes de censos ou de pesquisas realizadas entre 1999 e 2007, a menos que indicado em contrário.

Para mais informações, visite o site do PNUD ou acesse www.uis.unesco.org.

Para os propósitos de cálculo do IDH, o PNUD pressupôs para alguns países que se inserem na faixa de "alto desenvolvimento humano" uma taxa de alfabetização maior do que 99 por cento. Nesses casos, quando o PNUD optou por omitir esses dados de suas tabelas, o mesmo foi feito neste relatório.

Todos os dados sobre população são de 2009 e os dados sobre mortalidade de crianças até 5 anos referem-se a estimativas do período 2005-2010; ambos provêm dos Indicadores Sociais, Demográficos e Econômicos do Fundo de População das Nações Unidas, acessados em http://unfpa.org/swp/2009/en/pdf/EN_SOWP09.pdf

Os dados de população visam tão somente indicar o número de pessoas afetadas pelas questões apresentadas neste relatório. A Anistia Internacional reconhece as limitações desses dados e não toma posições em questões tais como disputas de territórios ou a inclusão ou exclusão de certos grupos populacionais.

Certas seções de países neste relatório não fazem referência a algumas ou a nenhuma das categorias mencionadas acima. Essas omissões se devem a diversas razões, entre as quais a ausência da informação nas tabelas da ONU citadas acima.

Os dados aqui apresentados eram os mais recentes disponíveis no momento em que este relatório foi impresso e têm apenas uma função de contextualização. Devido a diferenças de metodologia e aos períodos de referência dos dados, comparações entre países devem ser feitas com cuidado.

ABREVIAÇÕES USADAS NESTE INFORME

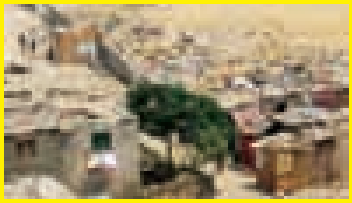
ACNUR, a agência da ONU para os refugiados	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura	Comitê Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Cruéis ou Degradantes
Convenção da ONU contra a Tortura	Convenção da ONU contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes
Convenção da ONU contra o Racismo	Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
Convenção da ONU sobre a Criança	Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança
Convenção da ONU sobre a Mulher	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
Convenção da ONU sobre Refugiados	Convenção relativa ao Status dos Refugiados
Convenção da ONU sobre Trabalhadores Migrantes	Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das Suas Famílias
Convenção Europeia dos Direitos Humanos	Convenção [Europeia] para a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Relator especial da ONU sobre a tortura	Relator especial da ONU sobre a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes
Relator especial da ONU sobre defensores dos direitos humanos	Relator especial sobre a situação dos defensores dos direitos humanos
Relator especial da ONU sobre o racismo	Relator especial sobre formas contemporâneas de racismo, de discriminação racial, de xenofobia e de intolerâncias correlatas
Relator especial da ONU sobre povos indígenas	Relator especial sobre a situação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dos povos indígenas
UA	União Africana
UE	União Européia
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância



Os moradores de Atfet Al Moza, em Duwayqa, no Egito, ergueram habitações de madeira sobre os escombros de suas casas demolidas. Eles foram despejados à força dos assentamentos informais de Duwayqa, Establ Antar e Ezbet Khayrallah, todos na área da grande Cairo. Agosto de 2009.

© Amnesty International








INFORME 2010 - ANISTIA INTERNACIONAL

PARTE UM: PREFÁCIO

10



Claudio Cordone, secretário-geral interino da Anistia Internacional, conversa com uma mãe que deu à luz em um centro médico (CMA) no Setor 30, em Uagadugu, Burkina Faso. Durante a visita, o presidente Blaise Compaoré comprometeu-se a remover as barreiras econômicas que impedem que as mulheres recebam assistência à saúde materna de qualidade.

© Amnesty International

ANISTIA INTERNACIONAL
INFORME 2010

EM BUSCA DE JUSTIÇA: PARA TODOS OS DIREITOS, PARA TODAS AS PESSOAS

Claudio Cordone

Entre janeiro e maio de 2009, cerca de 300 mil cingaleses ficaram encurralados em uma estreita faixa de terra no Sri Lanka, entre os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil, que recuavam, e os militares cingaleses, que avançavam. Enquanto as denúncias sobre os abusos cometidos pelos dois lados aumentavam, o Conselho de Segurança da ONU recusava-se a intervir. Pelo menos sete mil pessoas foram mortas – havendo quem afirme que esse número chegue a 20 mil. O governo do Sri Lanka refutou todas as denúncias de que suas forças cometeram crimes de guerra e rejeitou os apelos para que houvesse uma investigação internacional, ao mesmo tempo em que ele mesmo não conduzia nenhuma investigação confiável e independente. Embora o Conselho de Direitos Humanos da ONU tenha convocado uma sessão especial, o jogo de poder fez com que os Estados-membros aprovassem uma resolução redigida pelo governo do Sri Lanka, enaltecendo a si próprio pela vitória contra os Tigres Tâmeis. Até o fim do ano, apesar de terem surgido ainda mais comprovações sobre crimes de guerra e sobre outros abusos, ninguém havia sido levado à Justiça.

Certamente, seria difícil imaginar um fracasso maior do que esse em fazer com que violadores dos direitos humanos prestem contas de seus crimes.

Porém, ao pensar sobre isso, lembrei-me do prefácio do Informe de 1992 da Anistia Internacional. Sob o título "Matando e se eximindo do crime", o texto focalizava diversos países cujos líderes políticos e militares responsáveis por ordenarem ou por aprovarem assassinatos, desaparecimentos forçados, estupros sistemáticos e outras torturas não corriam riscos de serem chamados a prestar contas. O Sri Lanka figurava, então, como um exemplo de destaque. Seu governo não havia levado à Justiça os responsáveis por dezenas de milhares de execuções extrajudiciais e de desaparecimentos forçados durante a violenta repressão a uma insurreição interna entre 1988 e 1990.

A pergunta mais óbvia foi então: mudou alguma coisa nas duas últimas décadas? Ao olharmos para o Sri Lanka, em 2009, ou, ainda, para a situação da Colômbia ou de Gaza, seria fácil concluir que não, que nada mudou. Se nada mudou, por que essa determinação de fazer com que a prestação de contas valha para todos? Porque, do contrário, estaríamos desconsiderando todos os avanços significativos que foram conquistados em menos de 20 anos – apesar dos velhos e dos novos desafios – os quais asseguram que, hoje, seja mais difícil que os perpetradores garantam sua impunidade.

O alcance da lei, é bem verdade, ainda está longe de ser total. Há situações que fogem completamente a qualquer escrutínio; há outras em que a justiça simplesmente chega tarde demais. Apesar de tudo, houve progressos. Além disso, a exigência de prestação de contas ultrapassou o território familiar das reparações por assassinatos ou por torturas, para alcançar as situações de negação dos direitos humanos básicos como o direito à alimentação, à educação, à moradia e à saúde, direitos dos quais todos nós precisamos para viver com dignidade.

Prestação de contas – as conquistas

Prestar contas significa que uma pessoa terá que dar satisfações sobre uma ação que tomou, ou deixou de tomar, a qual tem consequências diretas sobre a vida de outras pessoas. Trata-se de um conceito complexo: pode-se falar em prestação de contas política, a qual é testada, por exemplo, nas eleições; ou pode-se falar em prestação de contas moral, a qual é medida, talvez, pelos valores de uma sociedade.

As normas internacionais de direitos humanos concentram-se primariamente em estabelecer a prestação de contas legal. As pessoas têm direitos que devem ser expressos em lei e protegidos por lei; aqueles que estão no poder têm deveres, também estabelecidos em lei, de respeitar, de proteger e de realizar os direitos dos indivíduos.

Assegurar a prestação de contas é importante, acima de tudo, porque as pessoas que são lesadas têm direito à verdade e à justiça. Faz-se necessário que as vítimas e seus parentes obtenham o reconhecimento das injustiças cometidas contra elas, bem como que os responsáveis sejam chamados a prestar satisfações. Para que as vítimas recebam

reparação, descobrir o que aconteceu, por intermédio de quem e por que aconteceu é tão importante quanto levar à Justiça os responsáveis pelos abusos.

A prestação de contas possibilita ainda que olhemos para frente. Essa atribuição de responsabilidades proporciona uma medida de dissuasão para aqueles que poderiam cometer crimes. Ademais, fornece as bases sobre as quais poderão ser fundamentadas as reformas do Estado e das instituições internacionais. Mecanismos de prestação de contas eficazes e efetivos podem ajudar os Estados a formular leis e políticas mais aprimoradas e a monitorar seu impacto sobre a vida das pessoas.

Nas duas últimas décadas, uma exitosa campanha conseguiu estabelecer as atribuições da justiça internacional. Entre suas conquistas, está a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), em 1998, erigido sobre as bases dos tribunais internacionais que trataram do genocídio, dos crimes contra a humanidade e dos crimes de guerra cometidos na ex-Iugoslávia e em Ruanda.

O ano de 2009 tornou-se um divisor de águas quando um chefe de Estado em exercício, o presidente Omar Al Bashir, do Sudão, foi citado em um mandado de prisão, expedido pelo TPI, por cinco acusações de crimes contra a humanidade (assassinato, extermínio, transferência forçada de população, tortura e estupro) e por duas acusações de crimes de guerra (por ter atacado civis como alvo).

No fim de 2009, o procurador do TPI havia aberto investigações com relação a três situações encaminhadas pelos Estados em que os crimes ocorreram – Uganda, República Democrática do Congo e República Centro-Africana – e a uma situação encaminhada pelo Conselho de Segurança da ONU (referente a Darfur, no Sudão). O procurador também requisitou autorização da Câmara de Instrução para abrir uma outra investigação (sobre o Quênia). O TPI intimou judicialmente o líder de um grupo armado de Darfur e emitiu mandados de prisão para um líder miliciano, para um funcionário graduado do governo e para o Presidente do Sudão, além de emitir mandados de prisão para líderes de grupos armados de Uganda, da República Democrática do Congo e da República Centro-Africana. Foram passos importantes no sentido de implementar o princípio de que todos aqueles que cometerem crimes de guerra ou crimes contra a humanidade devem ser levados a prestar contas de maneira igualitária, seja quando fazem parte de governos seja quando de outras forças.

Nos últimos anos, o procurador do TPI expandiu o escopo geográfico de seu trabalho quando deu início a averiguações preliminares sobre quatro situações fora da África: Afeganistão, Colômbia, Geórgia e o conflito de 2008-9 em Gaza e no sul de Israel.

O processo por meio do qual os Estados (que eram 110 no fim de 2009) ratificam o Estatuto de Roma do TPI promoveu uma série de reformas nos sistemas jurídicos nacionais, de modo que os tribunais domésticos passem a ter competência sobre crimes de direito internacional, permitindo que indivíduos suspeitos recebam punição no exterior se – e, o que é muito importante, somente se – desfrutarem de impunidade em seus países. Apesar de alguns revezes no desenvolvimento da jurisdição universal em

2009 – tais como a promulgação de uma legislação na Espanha que restringe seu escopo – advogados estavam abrindo processos, alguns tramitando em tribunais nacionais, nas Américas, na Europa e na África. Em dezembro, na África do Sul, duas ONGs contestaram na Justiça a decisão das autoridades de não abrirem investigações, conforme a legislação sul-africana referente à jurisdição universal, sobre supostos crimes contra a humanidade cometidos no Zimbábue por indivíduos que costumavam viajar à África do Sul. Desde 1998 até o fim de 2009, mais de 40 Estados já haviam promulgado legislações que mantinham ou que fortaleciam a competência universal sobre crimes de direito internacional, cada um deles contribuindo para fechar uma pequena lacuna no quadro da justiça global.

Essas investigações e esses processos conseguiram transformar a maneira com que os governos e o público em geral percebem os crimes de direito internacional. Cada vez mais, esses casos são vistos como realmente são: como crimes graves que têm de ser investigados e processados, e não como questões políticas a serem resolvidas por meio de canais diplomáticos. Tendo empreendido junto com meus colegas uma campanha vigorosa para que o ex-presidente chileno Augusto Pinochet, depois de ter sido preso em Londres em 1998, prestasse contas dos seus atos, sinto-me particularmente encorajado com essa mudança de percepção.

Por toda a América Latina, tribunais e governos nacionais estão reabrindo investigações sobre crimes que, há muito, se ocultavam por trás de leis de anistia. Acontecimentos como esses servem para mostrar que, mesmo tendo se passado décadas desde aqueles eventos, com várias anistias e outras medidas de impunidade voltadas a impedir a instauração de ações judiciais, a sociedade civil ainda luta para vencer as barreiras que impedem a verdade, a justiça e a reparação.

Entre os diversos julgamentos históricos que aconteceram, destacou-se o que condenou, em abril de 2009, o ex-presidente do Peru, Alberto Fujimori, por crimes contra a humanidade, o que, de certo modo, levou a termo as demandas dos parentes de quem foi sequestrado, torturado e executado extrajudicialmente por grupos de extermínio militares em três casos ocorridos no início dos anos 90. Em outubro, o Supremo Tribunal do Uruguai concluiu que a lei de anistia aprovada para manter impunes as graves violações de direitos humanos cometidas no final da década de 80 era inválida, pois não estava de acordo com as obrigações do país em virtude do direito internacional. E, quando 2009 já chegava ao fim, promotores argentinos deram início à apresentação de provas em um dos julgamentos mais importantes realizados desde o fim do governo militar (1976-1983). Esse julgamento envolvia 17 integrantes das forças armadas e da polícia acusados de tortura, desaparecimento forçado e homicídio na famigerada Escola Superior de Mecânica da Armada.

A busca por justiça se deu ainda muito além das fronteiras da América Latina. Serra Leoa, por exemplo, esteve mais perto da reconciliação com seu passado em 2009, quando foram encerrados todos os julgamentos do Tribunal Especial para Serra Leoa,

com exceção daquele do ex-presidente da Libéria, Charles Taylor, o qual ainda estava em andamento. E, na Ásia, um dos mais mal-afamados comandantes cambojanos do Khmer Rouge finalmente foi a julgamento por crimes de guerra e por crimes contra a humanidade cometidos mais de 30 anos atrás. Kaing Guek Eav, também conhecido como Duch, foi o comandante da prisão política S-21, onde se acredita que pelo menos 14 mil pessoas tenham sido torturadas e depois mortas entre abril de 1975 e janeiro de 1979. Esse foi o primeiro julgamento conduzido pelas 'Câmaras Extraordinárias dos Tribunais do Camboja'. Tais instâncias provisórias, assim que possível, devem dar lugar a um sistema nacional de justiça plenamente operante. Até que isso aconteça, os sobreviventes puderam, pelo menos, obter o reconhecimento do sofrimento que passaram.

Em 2009, mesmo os Estados mais poderosos constataram que nem sempre podem se esquivar da lei. Enquanto alguns países europeus não se mostraram muito entusiasmados em abrir processos pelas violações cometidas no contexto da "guerra ao terror", comandada pelos EUA, um tribunal italiano condenou, em novembro, 22 agentes da CIA, um oficial da Força Aérea dos EUA e dois agentes da inteligência militar italiana por seu envolvimento no sequestro de Usama Mustafa Hassan Nasr (Abu Omar) em uma rua de Milão em 2003. Abu Omar foi então transferido, de modo ilegal, para o Egito, onde foi detido secretamente por 14 meses, quando teria sido torturado. O julgamento aconteceu, em grande medida, porque o ministério público de Milão estava determinado a cumprir a lei, apesar das pressões de seu próprio governo para que abandonasse o caso e apesar de nenhum dos agentes estadunidenses jamais ter sido preso ou comparecido perante o tribunal.

A simples existência do TPI fez com que a questão da prestação de contas merecesse uma atenção mais cuidadosa mesmo nos Estados em que os perpetradores, de outro modo, pudessem ter se sentido imunes porque esses Estados não aceitaram formalmente a competência do Tribunal. O Conselho de Direitos Humanos da ONU criou uma missão de averiguação independente, presidida pelo juiz sul-africano Richard Goldstone, que já havia atuado como procurador dos tribunais penais internacionais para Ruanda e para a ex-Iugoslávia, a fim de investigar supostas violações cometidas durante o conflito de 22 dias em Gaza e no sul de Israel, o qual terminou em janeiro de 2009. O relatório Goldstone concluiu que tanto as forças israelenses quanto o Hamas (e outros grupos palestinos) cometeram crimes de guerra e, possivelmente, crimes contra a humanidade. Tais conclusões refletiam as constatações das missões de campo da Anistia Internacional em Gaza e no sul de Israel durante e no período imediatamente posterior ao conflito.

O relatório Goldstone afirma que "a prolongada situação de impunidade criou uma crise de justiça". O documento recomendou que, se os dois lados não conduzissem investigações e se não assegurassem a prestação de contas, o Conselho de Segurança deveria exercer sua autoridade e encaminhar o caso ao TPI. Em novembro de 2009, a Assembleia Geral da ONU concedeu três meses para que os lados israelense e palestino

mostrassem sua disposição e capacidade de empreender investigações que satisfizessem as normas internacionais.

Como exemplo de uma resposta rápida da comunidade internacional, a ONU criou uma Comissão de Inquérito Internacional para investigar os eventos de 28 de setembro, em Conacri, capital da Guiné, onde mais de 150 pessoas foram mortas e mulheres foram estupradas em público quando as forças de segurança reprimiram com violência uma manifestação pacífica que transcorria em um estádio. Em dezembro, o inquérito concluiu que foram cometidos crimes contra a humanidade e recomendou que o caso fosse encaminhado ao TPI, o qual deu início a um exame preliminar.

Enfim, as duas últimas décadas assistiram ao crescimento exponencial de mecanismos de "justiça transicional", com muitos países emergindo de prolongados conflitos armados, ou de períodos de repressão política, prontos para enfrentarem seu passado com diferentes modelos de prestação de contas. No decorrer de 2009, processos para o estabelecimento da verdade e da reconciliação, assim como seu acompanhamento, estavam em curso na Libéria, nas Ilhas Salomão e no Marrocos/Saara Ocidental – único país da região do Oriente Médio e do Norte da África a ter confrontado desse modo os abusos do passado, embora sem ter incluído um componente de justiça penal. Enquanto reuníamos os registros da Anistia Internacional que pudessem ajudar nesse processo, os quais cobriam décadas de pesquisas a respeito de casos individuais, tornou-se claro, para todos nós, que a prestação de contas deve se seguir à revelação da verdade, caso se busque uma reconciliação alicerçada na justiça. Mesmo que surja uma certa vontade de 'varrer o passado para debaixo do tapete', a experiência tem demonstrado que permitir que perpetradores, literalmente, 'matem e se eximam do crime' é algo que pode produzir uma paz precária e de vida curta.

Poder e politicagem – obstáculos à justiça

Embora a possibilidade de responsabilização penal por crimes de direito internacional seja maior hoje do que jamais foi antes, alguns eventos de 2009 confirmaram que dois obstáculos enormes ainda atravancam essa perspectiva. São dois impedimentos que terão de ser enfrentados se quisermos ter esperança de que a prestação de contas prevaleça sobre todo o leque dos direitos humanos. O primeiro obstáculo é o fato de que os Estados poderosos continuam estando acima da lei, efetivamente fora do alcance do escrutínio internacional. O outro obstáculo é a manipulação que os Estados poderosos fazem da lei, preservando seus aliados desse escrutínio e jogando com a prestação de contas somente quando isso lhes aprouver politicamente. Ao agirem dessa forma, estão dando pretexto para que outros Estados ou blocos de Estados façam com a justiça o mesmo tipo de politicagem.

Apesar de, no fim de 2009, 110 países terem ratificado o Estatuto de Roma do TPI, entre os integrantes do G20 somente 12 o fizeram. China, Índia, Indonésia, Rússia, Turquia e Estados Unidos passaram ao largo dos esforços por uma justiça internacional, quando não os minaram deliberadamente.

Tendo-se excluído da competência do TPI, os Estados Unidos diminuem a pressão externa para que enfrentem os abusos que eles mesmos cometeram no contexto de sua estratégia antiterrorista. Os sinais eram promissores quando o presidente Barack Obama tomou posse e ordenou o fechamento da unidade de detenção de Guantánamo dentro de um ano, bem como o fim do programa de detenções secretas e do uso das chamadas "técnicas intensificadas de interrogatório". No entanto, ao fim de 2009, as detenções em Guantánamo persistiam e pouco progresso havia sido feito para responsabilizar quem quer que fosse pelas violações cometidas ali, assim como em outros aspectos da "guerra ao terror" liderada pelos EUA.

Também a China resguarda suas ações do escrutínio internacional. Em julho de 2009, protestos violentos eclodiram depois que a polícia reprimiu uma manifestação de uigures em Urumqi, na Região Autônoma Uigur de Xinjiang, que havia começado de forma pacífica. O governo chinês restringiu o acesso a informações, prendeu manifestantes não-violentos e montou julgamentos rápidos e injustos que, poucos meses após a violência, sentenciaram muitas pessoas à morte, das quais nove foram executadas. Em dezembro, mais 13 pessoas foram condenadas à morte e outras 94 foram presas. O acesso breve e controlado que se permitiu aos jornalistas depois de acontecida a violência não substitui o devido escrutínio internacional – a China não respondeu à requisição para visitar o local feita pelo relator especial da ONU sobre a tortura. Nenhuma afirmação do governo chinês de que esteja assegurando a prestação de contas é confiável, pois essa suposta prestação de contas está envolta em segredo e em execuções apressadas.

Apesar de um inquérito independente comissionado pela UE ter concluído que todas as partes no conflito de 2008 entre a Geórgia e a Rússia foram responsáveis por violações do direito internacional humanitário e do direito internacional dos direitos humanos, até o fim do ano, nem a Rússia nem a Geórgia haviam cobrado responsabilidade de ninguém. Enquanto isso, 26 mil pessoas permaneciam sem conseguir regressar para suas casas. Ficou cada vez mais claro que a Rússia usaria seu poder para proteger do escrutínio internacional tanto seus próprios soldados quanto a Ossétia do Sul e a Abkházia, duas regiões separatistas da Geórgia. Mais especificamente, a Rússia se opunha à extensão dos mandatos de duas missões internacionais de monitoramento da Geórgia que tinham importância crucial: uma da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa e outra da ONU. Isso fez com que a Missão de Monitoramento da União Europeia acabasse sendo o único órgão de observação internacional a operar na Geórgia, sem que pudesse ter acesso às áreas controladas pela Rússia ou pelas autoridades da Ossétia do Sul e da Abkházia na zona de pós-conflito.

A Indonésia, outra potência financeira afiliada ao G20, há mais de 10 anos se esquiva de assegurar a prestação de contas para as vítimas das violações de direitos humanos cometidas durante o referendo de independência promovido pela ONU no Timor-Leste, em 1999, assim como as cometidas nos 24 anos de ocupação indonésia

anteriores ao referendo. Apesar das várias iniciativas de justiça empreendidas na última década, tanto com esforços nacionais quanto internacionais, a maioria dos suspeitos de terem cometido crimes contra a humanidade em 1999 continua imune. Dos que foram processados na Indonésia, todos foram absolvidos.

O segundo obstáculo – a politização da justiça internacional – faz com que a busca pela prestação de contas se torne subserviente a interesses políticos que visam a apoiar aliados e a enfraquecer rivais. Os Estados Unidos, por exemplo, assim como países da União Europeia, fazem uso de sua posição dentro do Conselho de Segurança da ONU para escudar Israel contra medidas enérgicas de prestação de contas por suas ações em Gaza. Demonstrando um viés político reativo, o Conselho de Direitos Humanos da ONU inicialmente havia resolvido investigar somente as violações que teriam sido cometidas por Israel. Foi o juiz Richard Goldstone, designado posteriormente para conduzir a investigação, quem insistiu que a Missão de Averiguação de Fatos das Nações Unidas deveria examinar tanto as supostas violações de Israel quanto as do Hamas. Ainda no Conselho de Direitos Humanos da ONU, nem um único país asiático ou africano deu um voto contrário à resolução que aplaudia a conduta do governo do Sri Lanka na guerra contra os Tigres Tâmeis.

A falta de disposição dos poderosos para aplicar a si mesmos e a seus aliados políticos os mesmos padrões que pregam aos demais dá margem a que outros países façam o mesmo e justifiquem suas políticas de dois pesos e duas medidas, colocando, muitas vezes, uma noção equivocada de 'solidariedade regional' acima da solidariedade com as vítimas. Tal expediente pôde ser visto claramente na reação inicial de alguns Estados africanos ao mandado de prisão emitido pelo TPI contra o Presidente Al Bashir. Apesar da gravidade dos crimes dos quais ele foi acusado, a Assembleia da União Africana (UA), reunida em julho e presidida pela Líbia, reiterou uma requisição para que o Conselho de Segurança da ONU suspendesse os procedimentos judiciais contra o presidente sudanês, decidiu que os Estados-membros da UA não cooperariam com o TPI para sua captura e rendição, e requisitou que a Comissão Africana convocasse uma reunião preparatória para discutir emendas ao Estatuto de Roma, as quais seriam submetidas a sua Conferência sobre Revisão em 2010.

Após viajar livremente para países que não são parte do Estatuto de Roma, o Presidente Al Bashir ainda foi convidado a visitar a Turquia, a Nigéria, Uganda e a Venezuela. No entanto, frente aos protestos da sociedade civil, essa tendência começou a mudar. A África do Sul afirmou que cumpriria suas obrigações contraídas em virtude do Estatuto de Roma, enquanto o Brasil, o Senegal e Botsuana deixaram clara sua disposição de prendê-lo caso ingressasse em seu território. No fim de 2009, contudo, o Presidente Al Bashir seguia livre, ainda argumentando que as iniciativas para processá-lo tinham propósitos políticos e mostravam preconceito contra a África. Para as centenas de milhares de pessoas desalojadas em Darfur, prosseguia o pesadelo de mais abusos e mais violência, enquanto o prospecto de guerra no Sudão Meridional ressurgia e as desgraças aumentavam.

Os desafios futuros – prestação de contas para todos os direitos

Os obstáculos para pôr em prática a prestação de contas por atrocidades em massa cometidas durante situações de conflito ou sob a repressão política são bastante reais. Mas o debate, pelo menos, está vencido: ninguém nega o princípio de que crimes de guerra, crimes contra a humanidade e desaparecimentos forçados devam ser punidos. Contudo, quando a questão são as violações em massa cometidas contra direitos econômicos, sociais e culturais, não existem iniciativas comparáveis para cobrar responsabilidades e fazer cumprir a lei. Muitos dirão que não se trata da mesma coisa. É verdade. Massacrar civis é diferente de privar uma população do direito à educação. Mas essas privações ainda zombam do direito internacional, enquanto produzem um impacto prejudicial sobre a vida das pessoas. Elas devem, portanto, ser submetidas à prestação de contas internacional.

O desafio é convencer os líderes mundiais de que, não menos do que o conflito em Darfur, esse problema equivale a uma crise de direitos humanos.

Consideremos o direito à saúde, mais especificamente, o flagelo da mortalidade materna. A cada ano, mais de meio milhão de mulheres morrem de complicações relacionadas à gravidez. As taxas de mortalidade materna das mulheres de Serra Leoa, do Peru, de Burkina Faso e da Nicarágua – para citar apenas alguns países enfocados pela Anistia Internacional em 2009 – são diretamente afetadas por abusos dos direitos humanos. Como pude comprovar pessoalmente em Serra Leoa e em Burkina Faso, os governos desses países reconhecem o problema e estão tomando providências para saná-lo. Esses governos, porém – junto com a sociedade civil –, precisam se esforçar mais para tratar das questões fundamentais de direitos humanos que contribuem com os altos índices de mortes que poderiam ser prevenidas, tais como a discriminação de gênero, o casamento precoce, a negação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e as barreiras que impedem o acesso a cuidados essenciais com a saúde. Para isso, eles precisam do apoio da comunidade internacional.

O direito dos direitos humanos reconhece que a disponibilidade de recursos adequados é uma condição crucial para a realização de alguns aspectos dos direitos econômicos, sociais e culturais e, sendo assim, demanda a "realização progressiva" de tais aspectos, por parte dos Estados, "até o máximo de seus recursos disponíveis". Mas os governos não podem simplesmente utilizar a questão dos recursos limitados como desculpa. A incidência, em determinado país, de mortalidade materna, a qual poderia ser prevenida, não é apenas um mero reflexo da riqueza ou da pobreza do país. Angola, por exemplo, tem uma taxa de mortalidade materna muito mais alta do que a de Moçambique, apesar de Moçambique ser um país bem mais pobre. O mesmo acontece na Guatemala, onde o PIB per capita é quase o dobro do da Nicarágua, embora a taxa de mortalidade materna seja mais alta.

Consideremos ainda o direito à moradia. Em 2009, a Anistia Internacional tratou dos apuros pelos quais passavam dezenas de milhares de pessoas que ficaram sem teto em

N'Djamena, no Chade, depois de serem despejadas à força. A AI tratou também das dificuldades dos moradores de favelas do Cairo, no Egito, que continuavam correndo perigo de ser mortos por deslizamentos ou por outros desastres, uma vez que as autoridades não lhes ofereceram moradias adequadas. Em Nairobi, no Quênia, a Anistia Internacional saiu em passeata com os residentes da favela de Kibera (a maior da África) e de outras favelas para exigir seu direito à moradia e a serviços adequados. Em Gaza, uma das consequências do conflito de 2008-9 que tem sido destacada pela Anistia Internacional foi a extensiva destruição de casas somada ao contínuo bloqueio que impede a entrada de materiais de construção em Gaza. Esse bloqueio, que corresponde a uma punição coletiva – um crime sob o direito internacional –, atinge com mais força os mais vulneráveis.

Nas situações mencionadas acima, o que as pessoas têm em comum, mais do que qualquer coisa, é a sua pobreza. São os mais pobres quem mais sofrem discriminações, e é para eles que a proteção de todos os direitos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos se faz mais necessária. A discriminação é uma causa fundamental da pobreza, o que, frequentemente, se reflete na distribuição dos gastos e das políticas governamentais. E a maior parte das pessoas que vivem em situação de pobreza no mundo, e as que sofrem as maiores discriminações, tanto na lei quanto na prática, são mulheres. Gravidez segura, lares seguros, trajetos para a escola e para o trabalho seguros são coisas que não deveriam ser privilégio só dos ricos ou só dos homens.

Alguns passos positivos foram dados no sentido de assegurar a prestação de contas pela negação de direitos econômicos, sociais e culturais básicos. Tribunais nacionais, cada vez mais, estão intervindo para proteger esses direitos e para exigir mudanças em políticas governamentais a fim de que os direitos mínimos à saúde, à educação e à alimentação não deixem de ser satisfeitos. E esses tribunais têm sido estimulados pelos organismos internacionais a irem ainda mais longe.

Em novembro de 2009, por exemplo, em uma decisão inovadora, o Tribunal de Justiça Comunitário da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS), em Abuja, declarou que a educação é um direito humano de que todos os nigerianos devem usufruir. O Tribunal afirmou que o direito à educação pode ser imposto legalmente e descartou todas as objeções colocadas pelo governo de que a educação seria "uma mera diretiva política do governo e não uma prerrogativa legal dos cidadãos".

Outro exemplo vem de Miercurea Ciuc, na Romênia, onde uma comunidade romani (cigana) que estava vivendo em cabanas de metal e em barracos próximos a uma estação de tratamento de esgoto desde 2004, quando foi despejada de um edifício em ruínas no centro da cidade, ingressou com um recurso no Tribunal Europeu de Direitos Humanos em dezembro de 2008. A comunidade, com o apoio de ONGs locais, havia esgotado os remédios jurídicos nacionais para reparações quando as decisões favoráveis das cortes domésticas não tinham qualquer consequência prática para ela.

A possibilidade de prestação de contas internacional nessa área ganhou maior concretude, em setembro de 2009, com a abertura do processo de assinaturas para

adoção do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. O Protocolo estabelece, pela primeira vez, um mecanismo internacional para o recebimento de queixas individuais. Ademais, dará apoio às iniciativas tomadas dentro dos países com o objetivo de assegurar que remédios jurídicos efetivos sejam disponibilizados às vítimas.

Uma maior prestação de contas no que diz respeito à negação de direitos econômicos, sociais e culturais básicos é algo que assume uma importância cada vez maior em vista dos efeitos combinados das crises alimentar, energética e financeira, as quais se estima que levarão outros milhões de pessoas a uma situação de pobreza. O respeito por todos os direitos humanos, inclusive os direitos econômicos, sociais e culturais, deve ser um componente integral de qualquer resposta nacional ou internacional a essas crises.

No entanto, os governos não são os únicos atores que contribuem com as crises. As empresas com atuação global têm cada vez mais poder e influência. As decisões que as companhias tomam e a influência que exercem podem causar um profundo impacto sobre os direitos humanos das populações. Há muitas empresas que tiram vantagens da falta de regulamentos efetivos, ou que mantêm uma relação de trabalho bastante íntima com governos abusivos e geralmente corruptos – práticas que têm consequências devastadoras.

Nos últimos 15 anos, temos assistido a uma expansão das leis que protegem os interesses econômicos globais através de uma série de acordos internacionais na área de investimentos e de comércio, amparados por mecanismos que garantem sua imposição. Mas, ao passo que os interesses econômicos têm sido hábeis em fazer com que a lei funcione a seu favor, as pessoas prejudicadas por suas operações veem a lei se retrair cada vez mais diante do poder corporativo.

Em dezembro de 2009, completaram-se 25 anos da catástrofe que foi o vazamento de produtos químicos mortais de uma fábrica de pesticidas da Union Carbide em Bhopal, na Índia. Milhares de pessoas morreram e cerca de 100 mil ainda hoje sofrem as consequências daquele vazamento sobre sua saúde. Apesar dos esforços empreendidos pelos sobreviventes do desastre de Bhopal para buscar justiça nos tribunais da Índia e dos Estados Unidos, a restituição de seus direitos, um quarto de século após o vazamento, ainda está muito aquém do necessário, e ninguém jamais teve de prestar contas nem pelo vazamento nem pelo que aconteceu depois.

Continua sendo muito raro que as corporações tenham de realmente prestar contas de seus atos. Tentativas de fazer com que a justiça seja atendida são frustradas por sistemas judiciais ineficazes, pela falta de acesso a informações, pela interferência corporativa nos sistemas jurídicos e reguladores, pela corrupção e pelas poderosas alianças que se engendram entre os Estados e as corporações. Embora as empresas transnacionais, por definição, operem através de fronteiras, os obstáculos legais e jurídicos para que se possa mover uma ação judicial contra uma empresa no exterior continuam sendo expressivos. As companhias globais operam em uma economia global sem que o domínio da lei prevaleça no plano global.

Contudo, mesmo frente aos enormes desafios, indivíduos e comunidades afetados por companhias transnacionais estão movendo uma quantidade cada vez maior de ações civis, como parte de um esforço para cobrar responsabilidade das corporações e para obter algum tipo de reparação. Na Nigéria, a indústria do petróleo vem funcionando, há mais de 50 anos, na ausência de controles regulatórios efetivos. A consequência disso são os estragos generalizados ao meio-ambiente e aos direitos humanos. Na Nigéria, a justiça tem sido algo que escapa à maioria das comunidades cujas vidas e cujo sustento foram prejudicados. Em dezembro de 2009, um tribunal dos Países Baixos concordou em levar adiante uma ação civil contra a Shell, movida por quatro nigerianos que requeriam compensação pelos danos causados a suas fontes de subsistência por um vazamento de óleo.

Em uma importante ação civil no Reino Unido, em 2009, a companhia de comércio de petróleo Trafigura acertou um acordo extrajudicial no valor de 45 milhões de dólares com cerca de 30 mil pessoas afetadas pelo despejo de lixo tóxico em Abidjan, na Costa do Marfim. Os dejetos foram levados para Abidjan, em 2006, a bordo do navio Probo Koala, o qual havia sido fretado pela Trafigura. Esse lixo foi então despejado em diversas áreas da cidade. Mais de 100 mil pessoas tiveram de buscar tratamento médico para uma série de problemas de saúde, sendo 15 mortes relatadas.

Esse tipo de acordo extrajudicial pode até oferecer uma certa medida de justiça para as vítimas, mas, geralmente, implica sérias limitações e não proporciona reparação nem prestação de contas integrais. No caso da Costa do Marfim, aspectos críticos do impacto sobre os direitos humanos do despejo de lixo tóxico ainda não foram resolvidos. Ainda há muito a ser feito para que se enfrentem as lacunas legais e jurídicas que, atualmente, facilitam a impunidade corporativa. Aquelas companhias que, em número cada vez maior, declaram ter compromisso com os direitos humanos deveriam ativamente promover tais iniciativas.

O próximo plano global – prestação de contas sobre todos os direitos

Em setembro de 2010, os líderes mundiais estarão reunidos nas Nações Unidas para avaliarem o quanto avançaram em seu compromisso de melhorar a vida das pessoas mais pobres do mundo, o qual foi expresso nas Metas de Desenvolvimento do Milênio. De acordo com as informações disponíveis, ainda estamos muito distantes das metas estabelecidas para 2015. O custo desse fracasso será que milhões de pessoas estarão sendo privadas de seu direito a viver com dignidade – não apenas desfrutando de sua liberdade política, mas também podendo ter acesso a alimentos, à moradia, a serviços de saúde, à educação e à segurança, tal como está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Livrar as pessoas do medo e da necessidade continua sendo o objetivo.

É preciso que se empreenda agora um esforço comparável a fim de congregar a mesma energia usada para criar o TPI e os mecanismos de justiça internacional para chamar à responsabilidade uma ordem econômica e política global que não leva em

conta os direitos humanos. É preciso novas ideias. As Metas de Desenvolvimento do Milênio não podem simplesmente ser meras promessas. Devem se fundamentar nos compromissos legais que os governos contraíram de satisfazer os direitos humanos básicos e, sendo assim, devem contar com mecanismos que possibilitem cobrar responsabilidade dos governos frente aos compromissos assumidos. Deve haver remédios jurídicos efetivos para quando os Estados não respeitarem seus compromissos.

A prestação de contas seria aprimorada se as iniciativas para atingir as metas do milênio passassem, verdadeiramente, a levar em consideração os pontos de vista de quem vive na pobreza. Todo indivíduo tem o direito de participar e de ter livre acesso às informações sobre decisões que afetem sua vida. Tem havido pouca participação genuína dos próprios titulares de direitos nas Metas de Desenvolvimento do Milênio. Além disso, o processo das metas do milênio também deve assegurar que haja o devido escrutínio daqueles governos que levarem a cabo políticas nacionais – inclusive as que têm efeito em nível internacional – que prejudiquem a realização dos direitos básicos incorporados nas Metas de Desenvolvimento do Milênio. Todos os governos, mas, sobretudo, aqueles do G20, que reivindicam uma participação maior na liderança global, deveriam prestar contas sobre o fato de suas políticas se traduzirem ou não em melhoras tangíveis nas vidas das pessoas mais pobres do planeta.

Nesse esforço para garantir que os direitos de todos sejam verdadeiramente realizados, atores estatais e não-estatais devem ser constantemente lembrados de suas obrigações e responsabilidades legais. Mais do que nunca, ativistas de direitos humanos, organizações comunitárias, advogados e os mais diversos parceiros estão somando forças para desempenhar essa tarefa, trabalhando junto com os detentores de poder quando compartilham os mesmos objetivos, mas desafiando esses detentores quando a meta é buscar medidas institucionais e individuais de prestação de contas. O próprio movimento de direitos humanos está se tornando mais global e mais diversificado, estabelecendo conexões cada vez melhores através de diferentes fronteiras e disciplinas, em busca de um projeto mais inclusivo de direitos humanos.

Ao entrarmos na segunda década deste milênio, a Anistia Internacional trabalha lado a lado com outros parceiros desse movimento mundial, procurando reafirmar o valor universal dos direitos humanos, para mostrar que não podem nem ser divididos nem parcelados, e o quanto são diretamente importantes para que as pessoas usufruam plenamente da experiência da vida. Assim, renovamos nosso compromisso com uma visão dos direitos humanos em que – independente de Estados, de grupos armados e de empresas – cada indivíduo é um agente de mudança, que tanto tem direitos quanto responsabilidades. Todos temos o direito de exigir, do Estado e da sociedade, o respeito, a proteção e a realização de direitos, mas temos também o dever de respeitar os direitos dos outros e de sermos solidários com os outros a fim de que a promessa da Declaração Universal dos Direitos Humanos seja cumprida.


© Amnesty International



Mulheres e crianças fogem dos combates em Maidan, noroeste do Paquistão, em 27 de abril de 2009. O conflito entre os talibãs paquistaneses e as forças de segurança do governo desalojou mais de dois milhões de pessoas.


POLICE






INFORME 2010 - ANISTIA INTERNACIONAL

PARTE DOIS: PERSPECTIVAS REGIONAIS

10



Mulheres grávidas em um vilarejo no distrito de Koinadugu, no norte de Serra Leoa, em fevereiro de 2009. O atendimento gratuito para gestantes e para crianças estava entre os planos anunciados pelo presidente para tentar combater os altos índices de mortalidade materna.

© Amnesty International

ÁFRICA

PERSPECTIVAS REGIONAIS
ÁFRICA

"Ninguém jamais perguntou aos próprios sudaneses se eles querem o mandado de prisão contra seu Presidente. Sem dúvida que sim – já era hora."

Essa ativista sudanesa traduzia bem os sentimentos de muitas pessoas na sua região quando o Tribunal Penal Internacional (TPI) expediu seu mandado de prisão contra o presidente Omar Al Bashir, do Sudão, no mês de março. O Presidente Al Bashir foi acusado, como perpetrador indireto, de crimes de guerra – especificamente atacando e pilhando civis – e de crimes contra a humanidade – especificamente homicídio, extermínio, transferência forçada, tortura e estupro. Esse foi um sinal forte e oportuno para os suspeitos de responsabilidade por violações graves de direitos humanos: ninguém está acima da lei e os direitos das vítimas devem ser respeitados.

Integrantes da sociedade civil africana muitas vezes enfatizaram a importância de se fortalecer a justiça internacional, e apelaram à União Africana (UA) e aos seus Estados-membros para que trabalhassem junto ao TPI. No mês de julho, porém, a Assembleia da UA adotou uma resolução estipulando que não colaboraria com o Tribunal na rendição do Presidente Al Bashir. Além disso, a UA reiterou seu pedido para que o Conselho de Segurança da ONU suspendesse os procedimentos do TPI contra o Presidente Al Bashir, e manifestou sua intenção de buscar limitar o poder de decisão do Procurador para iniciar investigações e processos. Embora alguns Estados tenham demonstrado discordar da posição adotada pela UA como um todo, suas vozes foram abafadas pelas dos adversários mais estridentes do TPI.

O contraste entre a retórica de direitos humanos de alguns líderes da África e a ausência de ações concretas para respeitar, proteger e promover os direitos humanos não é nada novo. Mas nunca antes isso foi demonstrado de maneira tão inequívoca quanto com sua reação ao mandado de prisão do Presidente Al Bashir. Essa situação suscitou um grande debate na África, que ainda não terminou, sobre o papel da justiça internacional em garantir a prestação de contas por violações graves dos direitos humanos internacionais e do direito internacional humanitário.

Infelizmente, vários outros exemplos, em 2009, demonstravam a falta de vontade política que há na África para assegurar qualquer grau de prestação de contas.

Conflito

Na República Centro-Africana, no Chade, na República Democrática do Congo (RDC), na Somália e no Sudão, membros de grupos armados de oposição e forças de segurança do governo continuaram a cometer abusos contra os direitos humanos com impunidade nas partes desses países afetadas por conflitos armados ou por insegurança.

Na Somália, não existia um sistema de justiça operante e nenhum mecanismo efetivo foi estabelecido para monitorar os abusos contra os direitos humanos. O conflito entre os vários grupos armados e as forças do governo resultou em milhares de mortes de civis devido à natureza indiscriminada e desproporcional de muitas das operações militares conduzidas por todas as partes no conflito, principalmente nos arredores da capital, Mogadício. Civis foram alvos frequentes de ataques, e áreas densamente povoadas foram bombardeadas. A ajuda militar ao governo federal de transição – inclusive com carregamentos de armas dos EUA –, sem que existam garantias adequadas para assegurar que essa ajuda não provoque violações graves contra os direitos humanos, arriscava a exacerbar a situação. O conflito na Somália também continuou a ter implicações para o resto do Chifre da África.

As forças de paz da ONU e da UA, geralmente com mandato para proteger a população civil, também foram atacadas.

No leste da República Democrática do Congo, a violência sexual, os ataques contra civis, os saques, o recrutamento e o uso de crianças-soldados prosseguiram com a intensidade habitual. Operações militares conjuntas do exército nacional congolês (FARDC) e da força de manutenção da paz da ONU (MONUC) contra o grupo armado Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR) desalojaram outros milhares de pessoas, destruíram vilarejos, mataram e feriram milhares. As FDLR continuaram a atacar civis. A MONUC foi duramente criticada pelo apoio que deu às FARDC nessas operações militares, pois o exército nacional também foi responsável por diversas violações de direitos humanos.

Em novembro, a prisão na Alemanha de Ignace Murwanashyaka, presidente da FDLR, e do segundo homem no comando do grupo, Straton Musoni, foi um acontecimento positivo que demonstrou o quanto a jurisdição universal pode contribuir com o enfrentamento da impunidade. O governo da República Democrática do Congo recusou-se a prender Bosco Ntaganda e a entregá-lo ao TPI, embora o governo tenha a obrigação legal de fazê-

lo, pois um mandado de prisão foi expedido. Outros oficiais de alta patente das FARDC acusados de crimes de guerra ou de outras sérias violações de direitos humanos não foram afastados de suas funções e nem levados à Justiça.

Em março, a UA criou uma comissão, presidida pelo presidente sul-africano Thabo Mbeki, com o objetivo de encontrar maneiras de garantir a prestação de contas, assim como a reconciliação em Darfur. O relatório da comissão, divulgado em outubro, continha uma ampla gama de recomendações para obter justiça, estabelecer a verdade sobre os abusos contra os direitos humanos do passado e do presente, bem como buscar reparações para as pessoas atingidas por esses abusos ou para seus parentes. A comissão presidida por Mbeki reconheceu o papel desempenhado pelo TPI no combate à impunidade.

Ainda assim, enquanto diversos países indicaram que o Presidente Al Bashir correria o risco de ser preso caso os visitasse, muitos outros, como o Egito, a Etiópia e a Eritreia, fizeram questão de receber muito bem o presidente sudanês. O governo do Sudão ignorou as tentativas internacionais de buscar justiça e continuou se recusando a prender o ex-ministro Ahmad Harun e o líder miliciano Ali Kushayb, apesar dos mandados não cumpridos do TPI contra eles, desde abril de 2007, por crimes de guerra e por crimes contra a humanidade.

O conflito entre diversas comunidades do Sudão Meridional se intensificou, especialmente no estado de Jonglei, e provocou o desalojamento de milhares de pessoas. Muitas foram mortas ou feridas, inclusive civis.

Qualquer ajuda que as organizações humanitárias pudessem oferecer foi frustrada pelas dificuldades do ambiente de trabalho no país, em parte devido à insegurança generalizada e, em parte, porque muitas vezes as organizações eram atacadas pelos participantes do conflito ou por bandoleiros. A mesma situação se verificava na República Democrática do Congo, no leste do Chade e na Somália, onde as forças de paz da ONU e da UA, geralmente com mandato para proteger a população civil, também foram atacadas.

Na maioria das vezes, prestação de contas e reparações por violações de direitos humanos passadas não recebiam o tratamento devido mesmo em situações pós-conflito. Na Libéria, por exemplo, a Comissão de Verdade e Reconciliação, criada para elucidar as violações de direitos humanos cometidas no período de 1979 a 2003, publicou seu relatório final em 2009. A comissão recomendou a criação de um tribunal penal extraordinário para

investigar e processar indivíduos suspeitos de terem cometido crimes sob o direito internacional. Entretanto, as autoridades ainda precisam tomar medidas concretas para implementar essas recomendações.

No Burundi, foram limitados os avanços para a criação de uma Comissão de Verdade e Reconciliação e de um Tribunal Especial no âmbito do sistema de justiça do Burundi, para investigar a violenta história do país e para processar, caso sejam estabelecidos, crimes de genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

As boas notícias vieram principalmente do Tribunal Especial para Serra Leoa, que, em 2009, concluiu todos os seus processos, inclusive os que estavam em fase de recurso, com exceção do julgamento do ex-presidente da Libéria, Charles Taylor, que prosseguiu durante todo o ano. O programa de reparações de Serra Leoa, porém, carecia dos meios de torná-lo realmente significativo para as pessoas atingidas pelos abusos de direitos humanos cometidos durante o conflito de 1991-2002. Em dezembro, o Conselho de Segurança da ONU também estendeu o mandato do Tribunal Penal Internacional para Ruanda até o fim de 2012 a fim de garantir que seus processos pudessem ser finalizados.

Em 2009, o trabalho dos jornalistas foi restringido de diversas maneiras e a lista dos governos que reprimiram liberdades básicas, assim como o direito das pessoas à informação, é bastante longa.

No final de 2009, o Senegal ainda não havia iniciado o julgamento do ex-presidente do Chade, Hissène Habré, conforme requisitado pela UA, alegando falta de recursos. Contudo, os pedidos de assistência internacional feitos pelo Senegal foram considerados excessivos pelas agências de cooperação internacional.

Preocupações com a segurança pública

A falta de compromisso com o combate à impunidade também se refletiu na atitude de muitos governos da região com relação às violações de direitos humanos cometidas por seus agentes policiais e de segurança. Em 2009, não foram poucas as vezes em que as forças de segurança usaram excesso de força e cometeram homicídios ilegais, inclusive execuções extrajudiciais.

No dia 7 de fevereiro, a guarda presidencial de Madagáscar atirou com munição real contra manifestantes desarmados que faziam uma passeata até o palácio presidencial em Antananarivo, matando ao menos 31 pessoas. Apesar dos clamores dos parentes das vítimas e de organizações de direitos humanos, nenhuma investigação independente e imparcial foi realizada sobre esses homicídios ilegais.

Na Nigéria, centenas de pessoas são mortas ilegalmente pela polícia todos os anos, e 2009 não foi exceção. Esses homicídios

ilegais, muitos dos quais podem ser execuções extrajudiciais que ocorrem em delegacias de polícia, em barreiras rodoviárias ou nas ruas, muito raramente são investigados. As pessoas que vivem na pobreza correm um risco muito maior de serem mortas, uma vez que não têm condições de subornar os policiais. O direito nigeriano proporciona muito mais justificativas para o uso de força letal do que é permitido pelas normas e pelo direito internacional dos direitos humanos.

Não houve sinais de que o governo de Camarões tivesse iniciado investigações sobre os homicídios ilegais de aproximadamente 100 pessoas, em 2008, quando as forças de segurança reprimiram manifestações violentas contra o aumento do custo de vida e contra uma emenda constitucional que estendia o mandato do Presidente. O governo do Quênia não tomou providências para garantir a prestação de contas pelas violações de direitos humanos cometidas durante os episódios de violência pós-eleitoral, no período de 2007/8, quando mais de mil pessoas foram mortas. Como consequência, o procurador do TPI solicitou autorização ao tribunal para investigar possíveis crimes contra a humanidade cometidos durante a violência pós-eleitoral no Quênia.

No dia 28 de setembro, mais de 150 pessoas foram vítimas de homicídios ilegais na Guiné quando as forças de segurança reprimiram, violentamente, uma manifestação pacífica em um estádio da capital, Conacri. Mulheres que participavam da manifestação foram estupradas em público. Como nenhuma investigação confiável foi iniciada pelas autoridades, a ONU criou uma Comissão de Inquérito internacional. A comissão concluiu que foram cometidos crimes contra a humanidade e recomendou que o caso fosse encaminhado ao TPI.

Pelo menos nesse caso houve vontade política por parte da ONU, da UA e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) de atuar prontamente para elucidar os fatos e identificar os responsáveis. Infelizmente, isso era mais a exceção do que a regra na região.

Os problemas enfrentados em 2009 foram ainda mais agravados pelo fato de as forças de segurança continuarem sendo mal remuneradas, mal equipadas e inadequadamente treinadas. Em muitos Estados, as forças de segurança continuaram sendo, acima de tudo, um instrumento usado para reprimir e não para manter a ordem pública ou para servir à população. Nesse cenário, as demandas por prestação de contas eram esmagadas com mais violações.

Repressão às diferenças de opinião

Em muitos países, jornalistas, adversários políticos, sindicalistas e defensores de direitos humanos tiveram seu direito à liberdade de expressão, de associação e de reunião pacífica violado. Por toda a região, os governos geralmente reagiam às críticas desacreditando e atacando quem as exprimia, através de intimidações, de prisões arbitrárias, de desaparecimentos forçados e, às vezes, de assassinatos. Em alguns países, o Judiciário não tem independência e os magistrados são intimidados, o que faz com que o Judiciário se torne apenas mais um instrumento de repressão.

Em 2009, o trabalho dos jornalistas foi restringido de diversas maneiras e a lista dos governos que reprimiram liberdades básicas, assim como o direito das pessoas à informação, é bastante longa: em Angola, jornalistas enfrentaram ações judiciais por "abusar dos meios de comunicação" e sofreram ações difamatórias que resultaram em penas de prisão; em Camarões, um jornalista foi sentenciado a três anos de prisão por publicar "notícias falsas", enquanto outros foram indiciados por insultar autoridades do governo. Jornalistas também foram presos em razão de seu trabalho na República Democrática do Congo, na Eritreia, na Gâmbia, na Nigéria e em Uganda; o Sudão e o Chade deportaram diversos jornalistas estrangeiros, enquanto que leis restringindo seu trabalho foram introduzidas ou permaneceram em vigor nos dois países, assim como em Ruanda e em Togo. No Sudão, a mídia impressa foi duramente censurada na maior parte do ano; em Madagáscar, na Nigéria, no Senegal e em Uganda, vários veículos de imprensa foram fechados. Na Costa do Marfim, na República do Congo, em Djibouti, na Etiópia, na Guiné, no Quênia, no Senegal, na Suazilândia e na Tanzânia, jornalistas foram hostilizados e intimidados; na Somália, nove jornalistas foram mortos e muitos outros fugiram do país, pois, junto com ativistas de direitos humanos, foram ameaçados por integrantes de grupos armados.

Os contínuos conflitos armados e a insegurança na região significaram que centenas de milhares de pessoas permaneceram desalojadas em 2009.

Por toda a região, os ativistas de direitos humanos foram intimidados em razão do trabalho que realizam, sendo, algumas vezes, presos por isso, como aconteceu em Burkina Faso, no Chade, na República Democrática do Congo, na Mauritânia, na Suazilândia e no Zimbábue. Outros países, entre os quais a Etiópia, adotaram leis que restringem o trabalho legítimo da sociedade civil. Na Gâmbia, segundo informações, o Presidente ameaçou matar qualquer pessoa que quisesse desestabilizar o país, ameaçando, especificamente, os defensores dos direitos humanos. No Quênia, dois eminentes defensores dos direitos humanos foram assassinados em plena luz

do dia, em Nairobi, por pistoleiros não identificados. No Burundi, um defensor dos direitos humanos que atuava sobre casos de corrupção, inclusive dentro da polícia, foi morto a facadas em sua residência.

Opositores políticos do governo, ou indivíduos que se acreditava serem adversários, foram presos de modo arbitrário em muitos países, como Camarões, Chade, República do Congo, Guiné Equatorial, Etiópia, Guiné, Guiné-Bissau, Madagáscar, Níger e Zimbábue. As pessoas detidas eram torturadas ou maltratadas com regularidade. Alguns opositores políticos continuaram vítimas de desaparecimentos forçados, como ocorreu no Chade e na Gâmbia. Na Guiné-Bissau, militares assassinaram diversos políticos e militares de destaque.

Em alguns países, como República do Congo, Guiné, Madagáscar, Mauritânia e Uganda, manifestações foram reprimidas com violência.

Movimentos de pessoas

Os contínuos conflitos armados e a insegurança na região significaram que centenas de milhares de pessoas permaneceram desalojadas em 2009, geralmente vivendo em acampamentos, em condições precárias, com acesso limitado à água, a saneamento, à saúde, à educação e à comida. Muitos dos desalojados internos do norte de Uganda retornaram às suas casas, mas não tinham acesso a serviços básicos.

Refugiados e requerentes de asilo no Quênia, na Tanzânia e em Uganda foram devolvidos à força, ou corriam risco de serem devolvidos para seus países de origem, onde ainda eram perseguidos ou corriam perigo. Na África do Sul, a reação da polícia aos ataques xenofóbicos contra imigrantes e refugiados e a destruição de suas propriedades foi, muitas vezes, inadequada.

Na Mauritânia, imigrantes continuaram a ser presos e detidos de modo arbitrário antes de serem expulsos, uma política adotada pelas autoridades em consequência da pressão de Estados europeus para o controle da imigração. Angola expulsou cerca de 160 mil cidadãos da República Democrática do Congo em um processo marcado por abusos – como denúncias de que as forças de segurança submeteram as pessoas expulsas a uma ampla variedade de maus-tratos, inclusive abuso sexual. Algumas pessoas morreram durante as expulsões. Em retaliação, a RDC expulsou milhares de cidadão angolanos, inclusive refugiados.

Um acontecimento positivo, em 2009, foi a adoção pela UA da Convenção para a Proteção e a Assistência às Pessoas Deslocadas

Internamente na África, reconhecendo as vulnerabilidades e necessidades específicas das pessoas desalojadas.

Moradia – desalojamentos forçados

A rápida urbanização da região também provoca deslocamentos. Todos os anos, dezenas de milhares de pessoas acabam vivendo em assentamentos informais, geralmente sob condições de vida precárias e sem acesso a serviços básicos, como água, saneamento, saúde e educação.

As pessoas não têm acesso à moradia adequada, não têm direito de posse e correm o risco de serem despejadas à força. Os despejos forçados geralmente causam a perda de suas fontes de subsistência e de suas poucas posses, aprofundando ainda mais a pobreza em que vivem. As pessoas despejadas raramente são consultadas, não são alertadas previamente sobre as expulsões e não recebem compensação nem locais alternativos para morar. Essa tendência prosseguia em 2009, e despejos forçados em massa ocorreram em Angola, no Chade, na Guiné Equatorial, em Gana, no Quênia e na Nigéria.

Preocupações de ordem econômica – prestação de contas corporativa

O fato de as corporações não prestarem contas de suas ações resultou em uma série de abusos contra os direitos humanos. No leste da República Democrática do Congo, a exploração de recursos naturais, sobretudo pela indústria mineradora, continuou a inflamar o conflito. Grupos armados e o exército nacional estavam envolvidos na exploração dos recursos naturais e estavam negociando com atores econômicos privados. Em algumas minas, havia crianças trabalhando.

Na região do Delta do Níger, na Nigéria, a situação se deteriorou com as forças de segurança cometendo violações de direitos humanos durante as operações militares que realizavam contra os grupos armados. Esses grupos sequestraram diversos trabalhadores da indústria do petróleo e seus parentes, além de atacarem instalações petrolíferas. A indústria petroleira danificou o meio-ambiente e causou um impacto prejudicial ao padrão de vida e aos meios de subsistência das populações locais. Leis e regulamentos para proteger o meio-ambiente careceram de cumprimento, enquanto que a impunidade pelos abusos de direitos humanos do passado prosseguiu, contribuindo ainda mais com a pobreza e com o conflito.

Devido à corrupção, quase 30 mil vítimas de um despejo de lixo tóxico, na Costa do Marfim, poderiam perder a indenização que receberiam da corporação multinacional Trafigura, a qual fora acertada por meio de um acordo extrajudicial no Reino Unido.

PERSPECTIVAS REGIONAIS
ÁFRICA

Discriminação

Em vários países, continuou a discriminação com base na orientação sexual, real ou percebida, das pessoas. Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros, assim como os ativistas de direitos humanos que trabalham com eles e para eles, foram hostilizados e intimidados. Alguns foram vítimas de prisões e detenções arbitrárias, bem como de maus-tratos. Nos parlamentos de toda a região, novas leis que criminalizam ainda mais a homossexualidade foram introduzidas ou debatidas.

Burundi, por exemplo, adotou, em abril, um novo código penal que criminalizava as relações consensuais entre pessoas do mesmo sexo. Em Uganda, um projeto de lei contra a homossexualidade foi introduzido para votação no parlamento, consolidando a legislação discriminatória já existente ao propor novos delitos, tais como "promoção da homossexualidade". O projeto de lei pretendia impor ainda a pena de morte e a prisão perpétua para certos delitos. Na Nigéria, prosseguiram as discussões acerca de um projeto de lei sobre casamento entre pessoas do mesmo gênero, o qual criminalizaria não apenas as pessoas do mesmo sexo que se casassem, mas também suas testemunhas ou celebrantes.

Em Camarões e no Senegal, diversos homens foram hostilizados, presos e detidos de forma arbitrária, torturados e julgados de modo injusto por se suspeitar que teriam mantido relações sexuais com parceiros do mesmo sexo. Em Maláui, no final de dezembro, duas pessoas foram presas e acusadas de "práticas indecentes entre homens" após uma "cerimônia de união tradicional". Segundo informações, eles sofreram maus-tratos enquanto estiveram detidos.

Um fato mais positivo foi a declaração pública do ministro da Justiça de Ruanda de que a homossexualidade não seria criminalizada, pois a orientação sexual era considerada um assunto particular.

Por todo o continente, as pessoas também foram discriminadas em razão de seu gênero, de sua etnia, de sua religião e de sua identidade. Em muitas sociedades, e das mais diversas formas, a discriminação contra mulheres e meninas prevalecia. Mulheres e meninas continuaram a ser estupradas, sobretudo em situações de conflito armado tais como a do Chade, da República Democrática do

Congo e do Sudão. Alguns países ainda registraram altos índices de violência doméstica. Na maioria dos países, porém, não existia, propriamente, nenhum sistema para registrar ou investigar esse tipo de violência. A maioria das mulheres e das meninas enfrentou inúmeros obstáculos para conseguir ter acesso à Justiça. A discriminação e o reduzido status da mulher em países como Burkina Faso e Serra Leoa afetaram sua capacidade de buscar serviços de saúde e contribuíram para os altos índices de mortalidade materna. Práticas tradicionais prejudiciais, como a mutilação genital feminina e os casamentos precoces, continuaram acontecendo.

No Sudão, mulheres foram presas e açoitadas por vestirem calças – o que era considerado "indecente ou imoral". Na Somália, milícias 'jovens' (*al-Shabab*) fecharam organizações de mulheres. Nos distritos ao norte de Serra Leoa, não se permitia que mulheres participassem das eleições para chefes tribais. Uma tentativa de enfrentar a desigualdade das mulheres, consagrada em lei, provocou protestos em Mali. A Nigéria ainda não adotou a legislação necessária para incorporar a Convenção da ONU sobre a Mulher quase 25 anos depois que o país escolheu ratificar esse tratado.

Na Mauritânia, relatores especiais da ONU chamaram atenção para a permanente marginalização dos mauritanos negros. Na Eritreia, diversos grupos religiosos continuaram proibidos, e pessoas foram perseguidas por causa de sua religião. No Burundi e na Tanzânia, prosseguiram as mortes e as mutilações de pessoas albinas, motivadas por crenças religiosas e culturais. Na Tanzânia, alguns suspeitos de participação nos assassinatos foram condenados por homicídio.

Conclusão

A falta de prestação de contas na África não se refletia apenas na relutância de muitos Estados em investigarem e processarem pessoas responsáveis por crimes de direito internacional, ou em colaborarem com o TPI na prisão do Presidente Al Bashir. A falta de prestação de contas por abusos contra os direitos humanos – cometidos por autoridades locais e centrais, por órgãos de aplicação da lei, por grupos armados e por atores corporativos – continuou sendo um problema sistemático em toda a região. A menos que essa situação seja enfrentada, não haverá melhoras duradouras na realização de todos os direitos humanos assim como consagrado na Declaração Universal e em tratados regionais e internacionais de direitos humanos.

A União Africana, que deveria servir de exemplo, tornou-se parte

do problema em algumas situações. A cada ano, a sociedade civil vem reivindicando de maneira mais vigorosa que se preste contas do que acontece na África; porém, para que ocorram mudanças significativas é preciso que os líderes políticos assumam esse compromisso.

PERSPECTIVAS REGIONAIS
ÁFRICA



© AP Photo/Martin Mejia

Em uma decisão histórica, o ex-presidente do Peru, Alberto Fujimori, foi sentenciado a 25 anos de prisão por violações graves dos direitos humanos, em Lima, no Peru, em 7 de abril de 2009.

AMÉRICAS

PERSPECTIVAS REGIONAIS
AMÉRICAS

"As pessoas perguntam 'por que você não perdoa?'", diz Tita Radilla Martínez. "Porque eles não me contam o que fizeram com meu pai. Ele está morto ou está vivo? Dizem para 'não reabrir a ferida'. Reabrir? A ferida está aberta, nunca cicatrizou."

Faz mais de 30 anos que Tita Radilla Martínez viu seu pai, Rosendo Radilla, pela última vez. Ele tinha 60 anos quando desapareceram à força com ele, em 1974. Ativista social e ex-prefeito, ele foi visto pela última vez em um quartel do exército no estado de Guerrero, no México.

Em novembro de 2009, quando a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou o México por não investigar adequadamente seu desaparecimento forçado, as esperanças de sua família ter acesso à verdade e à justiça foram renovadas.

Desde a década de 1960 até meados da década de 1980, período em que a América Latina esteve sob regimes militares, centenas de milhares de pessoas foram mortas, 'desaparecidas' à força e torturadas, enquanto muitas outras foram mandadas para o exílio. A volta dos governos civis, eleitos democraticamente, no entanto, não foi suficiente para superar o legado de impunidade para a maioria desses crimes. Na verdade, o fato de não se prestar contas pelos abusos cometidos nesse período negro da história ajudou a perpetuar políticas e práticas que alimentam sucessivas violações. Quando os responsáveis por esses abusos, em todos os níveis de autoridade, não são levados à Justiça a mensagem é bem clara: quem está no poder está acima da lei.

Nos últimos anos, porém, um número cada vez maior de países latino-americanos realizou avanços importantes para enfrentar a impunidade, reconhecendo que reconciliação é um conceito vazio, a menos que seja construído com base na verdade, na justiça e na reparação. Até há muito pouco tempo, a maioria dos processos e das condenações era dirigida aos quadros hierarquicamente inferiores das áreas de segurança, que eram diretamente responsáveis pelos crimes; quase não havia iniciativas para levar à Justiça os indivíduos que tiveram a responsabilidade última pela eliminação brutal da dissidência e da oposição.

Em abril, porém, pela primeira vez, um chefe de Estado eleito democraticamente foi condenado por violações de direitos humanos.

O ex-presidente peruano Alberto Fujimori foi sentenciado a uma pena de 25 anos de prisão por violações graves contra os direitos humanos cometidas em 1991, as quais incluíam tortura, desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais. Sua condenação, finalmente, mostrou à região que ninguém está isento da Justiça. Os juízes concluíram que o ex-presidente Alberto Fujimori tinha responsabilidade criminal individual, pois era dele o comando militar efetivo sobre quem cometeu os crimes.

Alberto Fujimori não foi o único ex-líder a ser julgado durante o ano. O julgamento do ex-presidente do Suriname, o tenente-coronel Desire Bouterse (1981-1987) e de outras 24 pessoas – acusadas de matar 13 civis e dois militares em uma base do exército em Paramaribo, em dezembro de 1982 – foi retomado em 2009. Gregorio Álvarez, ex-general e presidente *de facto* do Uruguai (1980-1985) foi sentenciado a 25 anos de prisão pelo sequestro e pela morte de 37 ativistas na Argentina em 1978.

Em 2009, muitas investigações foram obstruídas ou suspensas. As esperanças e as expectativas das famílias que buscavam verdade, justiça e reparação permaneceram frustradas.

Na Colômbia, o Conselho de Estado confirmou a destituição de um general do exército por violações de direitos humanos. Álvaro Velandia Hurtado e outros três militares foram afastados por causa da tortura, do desaparecimento forçado e da execução extrajudicial de Nydia Erika Bautista em 1987. Em novembro, o país viu ainda o general da reserva Jaime Uscátegui ser sentenciado a 40 anos de prisão por seu envolvimento no massacre de 49 civis por paramilitares de extrema direita em Mapiripán em 1997.

Durante os regimes militares da Argentina (1976-1983), a Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA) serviu como um centro de detenções clandestino, onde milhares de pessoas desapareceram à força ou foram torturadas, ou ambos. Dezessete ex-oficiais da ESMA, entre os quais Alfredo Astiz, finalmente foram julgados por abusos dos direitos humanos, como tortura e homicídio, inclusive pelas mortes de duas freiras francesas, de um jornalista e de três membros fundadoras do grupo de direitos humanos Mães da Praça de Maio. Anteriormente, em 1985, Alfredo Astiz já havia sido processado por esses crimes; porém, leis de anistia, que já foram revogadas, haviam suspendido os procedimentos.

Em maio, Sabino Augusto Montanaro, ministro do Interior paraguaio durante o regime do general Alfredo Stroessner, foi preso após ter retornado voluntariamente do exílio para o Paraguai. Ele será processado por violações dos direitos humanos, inclusive por crimes que teriam sido cometidos no contexto da Operação Condor – um plano de cooperação regional em matéria de segurança contra quem era considerado adversário político. Em setembro, mais de 165 ex-agentes reformados da DINA, a Diretoria de Inteligência Nacional

chilena, foram indiciados, no Chile, por sua participação na operação, bem como em outros casos de tortura e de desaparecimentos forçados nos primeiros anos do regime militar do país.

Apesar de avanços significativos em um número crescente de casos emblemáticos de violações de direitos humanos passadas, a maioria das centenas de milhares de vítimas desses abusos do passado continuou sem obter justiça. Em El Salvador, no Brasil e no Uruguai, leis de anistia continuaram impedindo as iniciativas de fazer com que violadores prestassem contas de seus atos. No Uruguai, um referendo nacional para anular a Lei de Caducidade da Pretensão Punitiva do Estado (Lei da Caducidade), de 1986, não conseguiu a maioria necessária para que essa lei fosse derrubada. Antes do referendo, porém, em uma decisão histórica, a Suprema Corte do Uruguai já havia decidido pela inconstitucionalidade da lei no caso de Nibia Sabalsagaray, uma jovem ativista da oposição que foi torturada e assassinada em 1974. A decisão, juntamente com as interpretações do Executivo para limitar a aplicação da lei, permitiu que a justiça fizesse algum progresso.

No México, em um processo relativamente rápido, pessoas que sofreram violações de direitos humanos em Oaxaca, em 2006, puderam ficar um pouco mais próximas da justiça que esperavam obter, pois a Suprema Corte finalizou uma investigação sobre a crise política desencadeada nesse estado quatro anos atrás. A Corte concluiu que o governador do estado e outras autoridades de alto escalão deveriam ser responsabilizados. Porém, nenhuma medida foi tomada para indiciá-los.

Contudo, em 2009, muitas outras investigações foram obstruídas ou suspensas. As esperanças e as expectativas das famílias que buscavam verdade, justiça e reparação permaneceram frustradas. Um tribunal federal do México, por exemplo, encerrou um processo por genocídio contra o ex-presidente Luis Echeverría, e as forças armadas do Brasil continuaram a obstruir os avanços para resolver os abusos do passado. Em dezembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a criação de uma Comissão da Verdade para investigar torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados durante o regime militar, de 1964 a 1985, como parte do III Plano Nacional de Direitos Humanos. Após uma pressão coordenada dos militares, temia-se que a proposta fosse enfraquecida.

E, por fim, houve poucos avanços no sentido de levar à Justiça os responsáveis por violações de direitos humanos cometidas no contexto da conduta dos Estados Unidos na chamada “guerra ao terror”.

PERSPECTIVAS REGIONAIS
AMÉRICAS

Em 2009, a tendência geral em direção a uma corrida armamentista na região fez surgirem preocupações com o potencial impacto que isso terá sobre os direitos humanos de pessoas que já vivem em condições de segurança frágeis ou inexistentes.

Justiça internacional

Juntamente com as tentativas dos ministérios públicos de combater a impunidade na América Latina, a justiça internacional continuou a desempenhar um papel importante em 2009. Em junho, o Chile tornou-se o último Estado da América do Sul a ratificar o Estatuto de Roma que estabelece o Tribunal Penal Internacional e, em novembro, expirou a declaração feita pela Colômbia, conforme o artigo 124 do Estatuto de Roma, por meio da qual o país registrava que, por sete anos, não aceitaria a competência do Tribunal no que diz respeito a crimes de guerra. Com a expiração, abre-se o caminho para a realização de investigações sobre crimes de guerra e crimes contra a humanidade.

Em janeiro, um tribunal nacional da Espanha acusou formalmente 14 oficiais e soldados do exército salvadorenho por crimes contra a humanidade e por terrorismo de Estado pelos assassinatos de seis padres jesuítas, de sua governanta e de sua filha de 16 anos, na Universidade Centroamericana de El Salvador, em novembro de 1989. Em agosto, um juiz paraguaio ordenou a extradição do ex-médico do exército Norberto Bianco para a Argentina, a fim de que fosse julgado por sua suposta participação na detenção ilegal de mais de 30 mulheres e na posterior apropriação de seus filhos, em 1977 e 1978, durante o regime militar.

O julgamento do ex-procurador-geral militar do Chile, Alfonso Podlech, em conexão com o desaparecimento forçado de quatro pessoas na década de 1970, inclusive do ex-padre Omar Venturelli, começou em novembro na Itália. Nesse mesmo mês, um tribunal dos EUA decidiu que havia provas suficientes para processar o ex-presidente boliviano Sánchez de Lozada e o ex-ministro da Defesa Carlos Sánchez Berzaín, nos Estados Unidos, em uma ação civil por danos referente a acusações de crimes contra a humanidade, inclusive execuções extrajudiciais, cometidos em 2003.

Preocupações com a segurança pública

Em muitos países, a situação da segurança pública continuou a ser motivo de grande preocupação. As taxas de homicídio para homens e mulheres continuaram crescendo, principalmente no México, na Guatemala, em Honduras, em El Salvador e na Jamaica. As comunidades mais pobres da América Latina e do Caribe foram atormentadas por gangues de criminosos violentos, assim como pelas reações repressivas, discriminatórias e corruptas de agentes policiais. Ao mesmo tempo, integrantes das forças de segurança, sobretudo policiais, tiveram que realizar seu trabalho de modo que, muitas vezes, colocava sua vida em perigo.

Na medida em que as redes do crime organizado ampliaram suas atividades, passando do tráfico de drogas para o sequestro e para o tráfico de pessoas, inclusive de mulheres e crianças, intensificaram-se os riscos para os imigrantes irregulares e para outros grupos vulneráveis. Os governos da região geralmente fizeram muito pouco para coletar dados e para analisar esses novos problemas, e menos ainda para impedir os abusos ou para levar os responsáveis à Justiça.

As iniciativas oficiais para enfrentar a escalada do crime costumavam ser prejudicadas por denúncias de que essas iniciativas violavam os direitos humanos, por recorrerem, inclusive, à prática de fazer as pessoas desaparecerem à força, à tortura e a outros maus-tratos. No Brasil, na Jamaica, na Colômbia e no México as forças de segurança foram acusadas de cometer centenas de homicídios ilegais – a grande maioria dos quais era descartada como tal, pois se considerava que essas mortes seriam consequência de 'resistência à prisão'. Outras vezes, esses homicídios simplesmente eram desconsiderados porque se alegava que as denúncias seriam falsas, feitas com a intenção de desonrar as forças de segurança.

Apesar das denúncias de violações graves contra os direitos humanos cometidas por grupos armados e por integrantes das forças de segurança, a Colômbia e o México continuaram a receber uma ajuda significativa dos Estados Unidos em matéria de segurança. Uma cooperação ainda maior está por vir nos termos da Iniciativa Mérida – um acordo com pesados aportes financeiros, envolvendo o México (mais alguns países centroamericanos) e os EUA, para combater o crime organizado.

Alguns países incentivaram projetos alternativos de segurança pública – uma iniciativa crucial para lidar com a existência de métodos ilegais de policiamento. Esses projetos, porém, geralmente ficaram muito abaixo das expectativas. Na República Dominicana e na Jamaica, por exemplo, eles foram criticados pelas comunidades afetadas por adiarem ainda mais a tão urgente reforma da polícia e por não levarem em consideração as necessidades mais amplas das comunidades.

Conflito e crise

Em 2009, a tendência geral em direção a uma corrida armamentista na região fez surgirem preocupações com o potencial impacto que isso terá sobre os direitos humanos de pessoas que já vivem em condições de segurança frágeis ou inexistentes.

A população civil da Colômbia continuou a sofrer as consequências do conflito armado interno que já dura 40 anos. Todas as partes nesse combate – forças de segurança, paramilitares e

grupos guerrilheiros – continuaram a cometer abusos contra os direitos humanos e a violar o direito internacional humanitário. Povos indígenas, lideranças sociais e defensores de direitos humanos estavam entre os mais vulneráveis. No mínimo três e, possivelmente, até cinco milhões de pessoas já foram desalojadas à força em função do prolongado conflito armado. Somente em 2009, até 286 mil pessoas já tiveram que abandonar suas casas. As mulheres continuaram sofrendo violência sexual e as comunidades seguiram sendo submetidas a sequestros, a desaparecimentos forçados, ao recrutamento forçado de crianças e a ataques indiscriminados. Aqueles que pudessem ser considerados um risco para os interesses de cada uma das partes eram intimidados com ameaças de morte.

Mesmo frente ao simples fato jurídico do próprio direito à vida e à saúde da mulher, a questão [do aborto] continuou a polarizar opiniões e emoções.

A insegurança e a instabilidade, no entanto, não se limitaram à Colômbia. Ecoando o passado de maneira perturbadora, Honduras vivenciou o primeiro golpe de Estado apoiado pelos militares na América Latina desde o golpe da Venezuela em 2002. Após o golpe, seguiram-se meses de turbulência e de instabilidade política que as eleições de novembro não conseguiram solucionar. As forças de segurança responderam aos protestos contra o golpe com uso excessivo da força, com intimidações e com ataques aos adversários. A liberdade de imprensa foi restringida com o fechamento de diversos veículos de comunicação. Houve denúncias de violência contra mulheres e do assassinato de mais de 10 transexuais. O acordo de San Jose-Tegucigalpa – negociado pela comunidade internacional e que incluía uma comissão da verdade para esclarecer responsabilidades – não teve avanços, e o governo *de facto* permanecia no poder no fim do ano.

Relações hemisféricas

Esperanças e expectativas de uma nova era de relações hemisféricas chegaram a ser nutridas pelas promessas de parceria feitas inicialmente pelos EUA. Quando o presidente Barack Obama dirigiu-se à quinta Cúpula das Américas, em Trinidad e Tobago, no mês de abril, ele prometeu uma era de respeito mútuo e de iniciativas multilaterais. No fim do ano, porém, as relações estavam tensas em razão da crise em Honduras, da política estadunidense com relação a Cuba e do acordo que os EUA fizeram com a Colômbia para usar algumas de suas bases militares. As tensões crescentes entre diversos países latino-americanos – a Colômbia com os vizinhos Equador e Venezuela, e o Peru com os vizinhos Chile e Bolívia – também prejudicaram os esforços no sentido de uma maior integração regional.

Preocupações de ordem econômica – pobreza

Desigualdades profundas e persistentes perduram nas Américas, principalmente no acesso à educação, nos níveis de renda, na situação de saúde e de nutrição, na exposição ao crime e à violência, bem como no acesso a serviços básicos.

Embora alguns países da América Latina e do Caribe não tenham sido tão severamente afetados pela crise financeira internacional como inicialmente se temia, estimava-se que 9 milhões de pessoas tivessem entrado em situação de pobreza em 2009. Inverteu-se, assim, a recente tendência de redução da carência de renda, a qual havia sido impulsionada pelo crescimento econômico. Com diferentes graus de comprometimento, os Estados adotaram medidas para proteger da crise os setores mais vulneráveis da população e evitaram tomar medidas que retrocedessem direitos sociais. Contudo, os investimentos sociais na América Latina e no Caribe ainda são extremamente baixos, e faltam políticas de longo prazo para combater as violações de direitos humanos experimentadas por quem vive na pobreza. As pessoas mais afetadas seguiram sendo aquelas que já são discriminadas, como mulheres, crianças e comunidades indígenas.

Em 2009, ter um parto seguro continuou a ser um privilégio reservado apenas às mulheres mais afluentes do continente. Em todos os países – inclusive nas economias de alto nível de renda, como EUA e Canadá – as mulheres que já eram marginalizadas, como afroamericanas ou nativas americanas, corriam maiores riscos de morrer devido a complicações da gravidez ou do parto. Nos Estados Unidos, essas desigualdades seguem inalteradas pelos últimos 25 anos.

Violência contra mulheres e meninas

A violência contra mulheres e meninas continuou endêmica. O número de casos registrados de violência doméstica, de estupro e de abuso sexual, bem como de assassinato e de mutilação de corpos de mulheres depois do estupro, aumentou no México, na Guatemala, em El Salvador, em Honduras, na Nicarágua e no Haiti. Em vários países, particularmente na Nicarágua, no Haiti e na República Dominicana, os dados disponíveis indicam que mais da metade dessas vítimas eram meninas.

A discriminação contra a mulher e a falta de investigações rigorosas das denúncias de violência foram salientadas por diversos órgãos internacionais. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, por exemplo, condenou o México por não agir com diligência para prevenir, investigar efetivamente ou remediar o sequestro e o assassinato de três mulheres em Chihuahua em 2001. As autoridades de vários países,

como Uruguai, Venezuela e República Dominicana, reconheceram não estarem sendo capazes de enfrentar a grande quantidade de queixas relativas à violência contra as mulheres, apesar de os sistemas de justiça criminal de diversos países terem criado unidades especializadas em questões de gênero. A assistência médica para as sobreviventes ou era deficiente ou simplesmente não existia.

A implementação de leis que garantam o respeito pelos direitos das mulheres e que impeçam a violência seguiu em ritmo lento, sobretudo na Argentina, no México, na Jamaica e na Venezuela. Alguns países, principalmente no Caribe, embora tenham introduzido reformas, não observaram as normas internacionais de direitos humanos ao não criminalizarem o estupro em todas as circunstâncias.

Não obstante os avanços alcançados em um número significativo de casos emblemáticos de violações passadas de direitos humanos, os obstáculos legais, jurídicos e políticos que contribuem para que a impunidade finque raízes no continente continuaram impressionantes em 2009.

Abortos em casos de estupro ou quando a saúde da mãe está em risco eram acessíveis e disponíveis em diversos países, como Colômbia, Cuba, Estados Unidos e o Distrito Federal do México. Em muitos outros países onde o aborto é permitido por lei, seu acesso encontrava, na prática, vários obstáculos. No Peru, foram adotadas medidas no sentido de descriminalizar o aborto em determinadas circunstâncias. Entretanto, reformas constitucionais introduzidas na República Dominicana e em 17 estados mexicanos para proteger o direito à vida a partir do momento da concepção suscitaram temores de que uma proibição total estaria por vir. Proibições totais ao aborto em todas as circunstâncias permaneceram em vigor no Chile, em El Salvador e na Nicarágua.

Mesmo frente ao simples fato jurídico do próprio direito à vida e à saúde da mulher, a questão continuou a polarizar opiniões e emoções. Pessoas que faziam campanhas e profissionais da saúde envolvidos com abortos receberam ameaças, e um médico foi assassinado nos Estados Unidos.

Aspecto mais positivo foram algumas medidas tomadas para respeitar e fazer respeitar os direitos de homossexuais, bissexuais e transgêneros. A Cidade do México aprovou uma legislação inovadora legalizando o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Entretanto, Honduras, Chile e Peru não protegeram suas comunidades LGBT de hostilidades e de intimidações, o mesmo acontecendo em países caribenhos como a Jamaica e a Guiana.

Povos indígenas

A discriminação contra os povos indígenas permaneceu tanto sistêmica quanto sistemática por todo o continente. A retórica de proteção dos direitos dos povos indígenas excedeu as ações decisivas nessa área. Houve falta de consideração generalizada com relação aos

direitos dos índios na hora de tomar decisões sobre a concessão de licenças para exploração de petróleo, de madeira e de outros recursos. O direito ao consentimento livre, prévio e informado sobre questões que possam causar impacto sobre a vida dos povos indígenas está definido na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007. No Canadá, no Peru, na Argentina e no Chile, a Anistia Internacional documentou casos em que as autoridades não estabeleceram um processo robusto para assegurar que esse direito fosse respeitado nas propostas de projetos para obras de desenvolvimento.

No Canadá, por exemplo, empreendimentos vultosos na área de gás e de petróleo continuaram a ser executados sem o consentimento dos índios Cree de Lubicon, no norte da província de Alberta, prejudicando o uso que esse povo faz de suas terras ancestrais e contribuindo para os níveis elevados de doença e de pobreza entre eles.

Por toda a região, ocorreram denúncias da expulsão de povos indígenas de suas terras ancestrais. Ameaças, intimidações e violências contra lideranças indígenas e contra integrantes de suas comunidades foram frequentes.

Na Bolívia, uma nova Constituição, que entrou em vigor em fevereiro, asseverou a centralidade e a pluralidade das identidades indígenas no país e estabeleceu uma matriz para reformas que, entre outras coisas, elevava a jurisdição indígena ao mesmo nível que o sistema judicial vigente.

Por todo o continente, no decorrer de todo o ano, os povos indígenas realizaram campanhas para que seus direitos sociais, civis, econômicos, culturais e políticos fossem respeitados. A reação, muitas vezes, vinha em forma de intimidações, de hostilidades, de uso de força excessiva, de acusações falsas e de detenções. Em Queretaro, no México, no fim do ano, uma mulher indígena havia sido libertada e duas outras permaneciam presas enquanto aguardavam o resultado de seu novo julgamento – consequência de acusações criminais forjadas contra elas. No Peru, lideranças indígenas foram acusadas de rebelião, sedição e conspiração contra o Estado, sem que houvesse nenhuma prova disso, depois que um bloqueio rodoviário montado por centenas de índios foi dispersado, deixando um grande número de manifestantes feridos e 33 pessoas mortas, das quais 23 eram policiais. Na Colômbia, as autoridades frequentemente levantavam acusações falsas de que comunidades indígenas e seus líderes tinham ligações com forças guerrilheiras.

Segurança e combate ao terrorismo

O novo governo dos EUA parecia ter prometido mudanças

substanciais em algumas das políticas que, nos últimos sete anos, vinham prejudicando as proteções asseguradas pelo sistema internacional de direitos humanos. Foram especialmente bem-vindos, por exemplo, os anúncios de que o programa de detenções secretas da CIA seria encerrado e de que algumas informações referentes aos pareceres jurídicos que foram emitidos em apoio àquele programa seriam liberadas. Porém, nem todas as promessas se tornaram realidade. O prazo estipulado pelo Presidente Obama, no segundo dia de seu mandato, para fechar a unidade de detenção de Guantánamo dentro de um ano não se cumpriu, pois a política partidária doméstica mostrou ter mais força que os direitos humanos dos detentos. A ação positiva do novo governo de recorrer a tribunais federais comuns para julgar alguns dos detentos de Guantánamo foi conspurcada por sua decisão de manter as comissões militares para outros.

Enquanto isso, as detenções na base aérea de Bagram, no Afeganistão, prosseguiram tal como no governo anterior, sendo que os Estados Unidos não cumpriram com sua obrigação legal de assegurar a prestação de contas e os recursos legais relativos às violações de direitos humanos cometidas no contexto antiterrorista desde setembro de 2001.

Pena de morte

Aconteceram 52 execuções nos Estados Unidos durante o ano. Embora essa tenha sido a maior quantidade de mortes judiciais nos EUA desde 2006, esse número ainda estava bem abaixo dos picos atingidos no final da década de 1990. Manteve-se a tendência pela diminuição do número de sentenças de morte – até mesmo no Texas e na Virgínia, responsáveis por quase a metade de todas as execuções levadas a cabo nos EUA desde 1977. Aproximadamente 100 pessoas foram sentenciadas à morte em todo o país, comparado às cerca de 300 de uma década e meia atrás. Em março, o Novo México tornou-se o 15º estado a abolir a pena de morte; porém, três meses depois, o governador de Connecticut vetou uma tentativa da legislatura estadual de fazer o mesmo.

Apesar de sentenças de morte terem sido impostas nas Bahamas, na Guiana e em Trinidad e Tobago, nenhuma execução foi levada a cabo.

Conclusão

Não obstante os avanços alcançados em um número significativo de casos emblemáticos de violações passadas de direitos humanos, os obstáculos legais, jurídicos e políticos que contribuem para que a

impunidade finque raízes no continente continuaram impressionantes em 2009.

Mesmo assim, por toda a região das Américas, as vítimas de violações de direitos humanos, seus familiares e os defensores de direitos humanos que os apoiam prosseguiram desafiando intimidações, ameaças e hostilidades, realizando campanhas vigorosas para fazer com que governos e grupos armados cumpram suas obrigações de respeitar as normas internacionais e nacionais de direitos humanos.

Tita Radilla Martínez exigiu que o governo mexicano obedecesse à Corte Interamericana, que ordenou o fim da competência dos tribunais militares sobre todos os processos de direitos humanos a fim de que a verdade sobre o desaparecimento forçado de seu pai, e de centenas de outras pessoas, pudesse, finalmente, ser esclarecida. Essas pessoas precisam de justiça. Não há mais lugar para retórica.



Refinaria de alumínio da Vedanta, em Lanjigarh, vista a partir do vilarejo de Kenduguda, em Orissa, na Índia. Março de 2009. Em diversos estados, comunidades marginalizadas, como agricultores sem terras e adivasis, foram ameaçadas com despejos forçados, para dar lugar a projetos industriais e a outros empreendimentos.

© Amnesty International

ÁSIA E OCEANIA

PERSPECTIVAS REGIONAIS
ÁSIA E OCEANIA

"Deixamos tudo pra trás. Agora não temos mais nada [...] O Talibã foi muito cruel com a gente, e depois o governo começou a bombardear, então tivemos que fugir com aquilo que podíamos carregar. Quem vai poder nos ajudar?"

Essa professora conversou com a Anistia Internacional enquanto fugia dos intensos combates que forçaram mais de dois milhões de pessoas a deixarem suas casas na Província da Fronteira Noroeste e nas Áreas Tribais sob Administração Federal no Paquistão, adjacentes à fronteira com o Afeganistão.

Seus sentimentos se aplicam igualmente às outras milhões de pessoas em toda a região da Ásia e da Oceania que se viram forçadas, fosse por insegurança ou por necessidades econômicas, a abandonar suas casas e, em muitos casos, seus países.

No começo do ano, quase meio milhão de paquistaneses já se encontravam deslocados. Apesar de muitas das comunidades com as quais a Anistia Internacional manteve contato terem sido submetidas às práticas cruéis do Talibã – como execuções em público, tortura e restrições severas à possibilidade de mulheres e meninas receberem educação e tratamento de saúde – a maior parte dessas comunidades explicou que fugia por medo das brutais ofensivas de contra-insurgência do governo paquistanês. De fato, em abril, quando o Talibã agressivamente estendia seu controle a áreas mais próximas de Islamabad, o governo lançou outra grande ofensiva, provocando a fuga de mais dois milhões de pessoas.

A reação do governo ao prolongado conflito na fronteira noroeste com o Afeganistão oscilava entre o apaziguamento e a violência extrema – nenhuma das estratégias indicava que o governo estivesse comprometido com a proteção dos direitos da população paquistanesa. Na verdade, há uma ligação clara entre o conflito emergente e as sucessivas décadas em que governos paquistaneses ignoraram os direitos de milhões de pessoas que vivem na íngreme região noroeste do Paquistão, esquivando-se de prestar contas pelos abusos do presente e do passado. Mesmo agora, a população das Áreas Tribais fronteiriças com o Afeganistão não tem os mesmos direitos que outros cidadãos paquistaneses: de acordo com a Regulamentação de Crimes de Fronteira de 1901,

uma legislação da era colonial que ainda rege a maioria dos aspectos administrativos e judiciais de suas vidas, essa população está fora da jurisdição da Assembleia Nacional paquistanesa, assim como do Judiciário. Os paquistaneses que vivem nas Áreas Tribais sob Administração Federal estão legalmente sujeitos a punições coletivas, ou seja, o governo pode punir todo e qualquer membro de uma tribo por crimes cometidos em seu território, ou por "agirem de modo hostil e adverso" ou, ainda, se, de qualquer maneira, instigarem ou não fornecerem provas de um crime. Ao mesmo tempo, os moradores das Áreas Tribais padecem com alguns dos mais altos índices de mortalidade materna, de mortalidade infantil e de analfabetismo (principalmente de mulheres e meninas) de toda a região.

No fim de 2009, milhões de pessoas por toda a região da Ásia e da Oceania ainda esperavam que seus governos protegessem seus direitos. Em suas próprias casas ou em abrigos improvisados, a prestação de contas pela injustiça que essas pessoas sofrem continuou sendo um ideal inatingível, principalmente para os mais fracos e marginalizados. Quanto àqueles que estavam em processo de deslocamento, fosse cruzando fronteiras internacionais como refugiados, requerentes de asilo ou trabalhadores imigrantes, fosse os que pervagavam dentro das fronteiras de seu próprio país, porque foram desalojados ou porque estavam em busca de trabalho, por esses ninguém assumia nenhuma responsabilidade. Eles não dispunham de prestígio suficiente para reivindicar seus direitos humanos e, portanto, todos esses direitos – civis, políticos, econômicos, sociais ou culturais – eram violados.

As mulheres afegãs, mais uma vez, pagaram um preço bastante alto pelo conflito. O Talibã elegeu como alvo as mulheres ativistas e defensoras dos direitos humanos, assim como escolas e centros de saúde, sobretudo os que atendiam mulheres e meninas.

Conflito

A grande maioria das pessoas desalojadas devido a conflitos armados internos buscou refúgio dentro das fronteiras de seu próprio país. Muitas tiveram a sorte de receber assistência humanitária para se precaverem da fome ou de doenças letais, mas a vasta maioria dos desalojados padecia com a falta de saneamento, de assistência médica e de educação. Essas pessoas não tinham meios de denunciar sua situação nem de buscar reparação pelas injustiças que, em primeiro lugar, motivaram seu desalojamento.

De janeiro até meados de maio, cerca de 300 mil cingaleses ficaram encurralados em uma estreita faixa costeira do nordeste do Sri Lanka, entre os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (Tigres Tâmeis) que recuavam e os militares cingaleses que avançavam. Em muitas ocasiões, os Tigres Tâmeis impediram que essas pessoas escapassem enquanto o governo lançava bombas sobre a área. Muitos milhares foram mortos.

Parecia improvável que as autoridades do Sri Lanka possibilitassem qualquer prestação de contas pelas atrocidades que teriam sido cometidas por ambos os lados nos combates, sobretudo em seus sangrentos momentos finais, apesar da promessa feita ao secretário-geral da ONU, Ban Ki Moon.

O governo cingalês, além disso, também prometeu consentir que centenas de milhares de cingaleses de etnia tâmil que sobreviveram à guerra retornassem a suas casas. Na verdade, porém, no fim do ano, mais de 100 mil deles continuavam em campos militares, privados de sua liberdade de circulação. Muitos, antes disso, já haviam conseguido sobreviver vários meses sob condições penosas quando foram obrigados a acompanhar as tropas dos Tigres Tâmeis que batiam em retirada, recrutando civis à força, inclusive crianças, e, por vezes, utilizando-os como escudos humanos. O governo do Sri Lanka, alegando diversas questões de segurança, impediu que monitores independentes pudessem avaliar livremente o bem-estar da população detida. Essa falta de acesso obstruiu as iniciativas para coletar informações sobre violações do direito humanitário no decorrer do longo conflito e, consequentemente, frustrou a prestação de contas.

Dezenas de milhares de afegãos foram desalojados devido a uma combinação entre, de um lado, a violência crescente por parte do Talibã e, de outro, a incapacidade do governo central e de seus aliados internacionais de produzirem melhoras na situação econômica e política do país. O Talibã afegão foi responsável por aproximadamente dois terços das mais de 2.400 mortes de civis, com os ataques atingindo seu pico quando o Talibã tentou tumultuar as eleições presidenciais.

Apesar dos ataques dos talibãs, milhões de afegãos compareceram às urnas no dia das eleições para exercer seu direito ao voto somente para verem suas escolhas serem solapadas em consequência do fracasso do governo afegão e de seus apoiadores internacionais em propiciarem um mecanismo adequado de proteção dos direitos humanos. Correligionários dos principais candidatos, inclusive do presidente Hamid Karzai, intimidaram e hostilizaram ativistas políticos e jornalistas antes, durante e depois das eleições. O próprio processo de votação foi imediatamente criticado por observadores independentes, que o consideraram fraudulento. Além disso, a contagem dos votos se arrastou por meses, comprometendo ainda mais a legitimidade do pleito e malogrando o direito do povo afegão a participar da condução da vida pública.

As mulheres afegãs, mais uma vez, pagaram um preço bastante alto pelo conflito. O Talibã elegeu como alvo as mulheres ativistas e

defensoras dos direitos humanos, assim como escolas e centros de saúde, sobretudo os que atendiam mulheres e meninas. Ao mesmo tempo, a insegurança permanente corroía as tão modestas conquistas que as mulheres afegãs alcançaram desde a queda do governo do Talibã.

Nas Filipinas, na ilha de Mindanao, atormentada por um conflito, mais de 200 mil civis continuaram a viver em campos ou em abrigos improvisados, às vezes cercados de forte presença militar, apesar do cessar-fogo, acordado em julho, entre o exército filipino e os insurgentes da Frente de Libertação Islâmica Moro. Um aspecto significativo desse combate era a ilegalidade de grupos paramilitares e de milícias,controlados e financiados por políticos locais e que operavam sem a menor imputabilidade jurídica.

O histórico de impunidade dessas forças estabeleceu o cenário para a chocante execução de pelo menos 57 pessoas, entre as quais mais de 30 jornalistas, no dia 23 de novembro, às vésperas da oficialização das candidaturas para as eleições provinciais. A natureza revoltante do crime levou o governo a impor brevemente uma lei marcial a fim de restabelecer seu comando e processar judicialmente diversos membros do poderoso clã Ampatuan, que há uma década tem dominado a vida política da província.

A discriminação que os trabalhadores imigrantes tiveram de enfrentar por toda a região, até mesmo em seus próprios países, foi o pano de fundo de uma das mais recentes ondas de insatisfação na Região Autônoma Uigur de Xinjiang, na China.

Repressão às diferenças de opinião

Em outras partes da região da Ásia e da Oceania, os deslocamentos de pessoas e a posterior negação de seus direitos não foram provocados por conflitos intensos, mas, sim, pela permanente repressão.

Milhares de pessoas fugiram da Coreia do Norte e de Mianmar para se verem livres das violações de direitos humanos contínuas e sistemáticas perpetradas por seus governos. Os norte-coreanos buscavam escapar da repressão política e da crise econômica, sobretudo cruzando ilegalmente a fronteira com a China. Caso fossem apanhados pelas autoridades chinesas e devolvidos à força, poderiam, quando retornados, ser detidos, submetidos a trabalhos forçados e torturados, sendo que algumas mortes ocorriam durante a custódia.

A China considerava todos os norte-coreanos sem documentos como imigrantes econômicos em vez de refugiados e continuou impedindo que o ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, tivesse acesso a essas pessoas. Em 2009, o relator especial da ONU sobre a situação dos direitos humanos na República Popular Democrática da Coreia afirmou que a maioria dos norte-coreanos

que cruzava a fronteira para a China tinha direito a receber proteção internacional devido à ameaça de perseguição ou de punição quando retornassem.

As autoridades norte-coreanas também continuaram a impedir seus próprios cidadãos de se locomoverem livremente dentro de seu território. Para viajar, era necessário obter permissão oficial. Embora, segundo informações, as autoridades tenham atenuado o cumprimento dessas regras, uma vez que milhares de pessoas tiveram de deixar suas casas em busca de alimentos ou de oportunidades econômicas, a população continuava vulnerável à legislação em vigor, sendo frequentemente submetida a extorsões das autoridades.

Milhares de pessoas foram desalojadas em Mianmar em função de as forças do governo rotineiramente infringirem as leis da guerra em suas campanhas militares contra grupos armados de oposição das diversas minorias étnicas do país. O governo seguiu reprimindo as divergências políticas e detinha 2.100 prisioneiros políticos. A mais proeminente entre eles, Aung San Suu Kyi, que passou detida durante 13 dos últimos 20 anos, geralmente sob prisão domiciliar, foi sentenciada a mais 18 meses de prisão domiciliar no dia 11 de agosto, após ser submetida a um julgamento injusto por um tribunal na penitenciária Insein, em Yangun. As acusações foram motivadas pela visita de um intruso estadunidense que, no início de maio, chegou a nado até sua casa, onde pernoitou por dois dias.

Em 2009, a situação desesperadora do grupo étnico rohingya, uma minoria muçulmana perseguida do oeste de Mianmar, foi lembrada de maneira dolorosa quando milhares deles fugiram de barco em direção à Tailândia e à Malásia. As forças de segurança tailandesas, com a intenção de impedir um influxo de imigrantes, expulsaram centenas dos que tentavam chegar, deixando-os à deriva em embarcações impróprias para o mar, com pouca ou nenhuma comida nem água.

Próximo do fim do ano, as autoridades tailandesas também devolveram à força para o Laos cerca de 4.500 laosianos hmong, entre os quais 158 reconhecidos como refugiados e muitos outros que fugiam de perseguições. O governo do Laos rejeitou os pedidos da ONU e de outras entidades para que lhes fosse permitido acesso a fim de monitorar as condições dos que foram repatriados.

Em dezembro, o governo chinês exitosamente pressionou as autoridades cambojanas para que devolvessem à China 20 requerentes de asilo uigures que fugiam da repressão que se seguiu aos distúrbios de julho na Região Autônoma Uigur de Xinjiang. A

ação fazia parte da estratégia cada vez mais agressiva da China para compelir outros governos a evitarem dar qualquer apoio às vozes dissidentes de dentro da China. O governo chinês intensificou a pressão sobre qualquer contestação interna, detendo e hostilizando advogados e defensores dos direitos humanos. As autoridades chinesas, em especial, perseguiram os signatários da Carta 08, um documento que pedia mais respeito pelos direitos humanos e maior participação popular.

A China manteve sua posição como país que mais executa pessoas no mundo. A real dimensão do problema, porém, permaneceu encoberta sob as leis chinesas de segredo de Estado.

Em muitos outros casos, razões de ordem econômica levaram as autoridades a despejarem pessoas à força de suas casas.

Preocupações de ordem econômica

A vasta maioria das pessoas que tiveram de deixar suas casas na região da Ásia e da Oceania o fizeram por necessidades econômicas. Na China, milhões de pessoas que migraram para os centros econômicos do país viram-se forçadas a voltar para suas casas nas zonas rurais, mais conscientes das crescentes desigualdades entre os novos ricos chineses e os milhões que ainda vivem sem serviços de saúde e de educação adequados.

Em 2009, assim como tem acontecido nos últimos anos, milhões de pessoas abandonaram suas casas em países como as Filipinas, o Nepal, a Indonésia e Bangladesh para sair em busca de um meio de vida em outros países, como a Coreia do Sul, o Japão e a Malásia, ou em outros ainda mais distantes. Apesar de algumas melhoras nos arcabouços jurídicos nacionais e bilaterais que regem a contratação, o transporte e o tratamento de trabalhadores imigrantes, a maioria dos que participam desse enorme fluxo global de trabalho imigrante não pôde desfrutar integralmente de seus direitos. Em muitos casos, isso se devia a determinadas práticas governamentais; porém, muitas vezes, esses trabalhadores se tornavam os alvos fáceis do racismo e da xenofobia que se acentuam em épocas de dificuldades econômicas.

A discriminação que os trabalhadores imigrantes tiveram de enfrentar por toda a região, até mesmo em seus próprios países, foi o pano de fundo de uma das mais recentes ondas de insatisfação na Região Autônoma Uigur de Xinjiang, na China. Os protestos começaram com manifestações não-violentas contra a omissão do governo, depois que uma revolta em uma fábrica de Shaoguan, na província de Guangdong, causou a morte de duas pessoas. No dia 26 de junho, centenas de trabalhadores uigures entraram em choque com milhares de trabalhadores chineses da etnia han em

uma fábrica em que uigures da Região Autônoma Uigur de Xinjiang haviam sido recrutados. No início de julho, os protestos nessa região haviam se transformado em uma revolta de grandes proporções, com informações de que mais de 190 pessoas haviam sido mortas. De modo talvez previsível, diante de décadas de marginalização e discriminação oficiais da comunidade uigur, as autoridades culparam ativistas uigures pela violência, sem permitir que houvesse monitoramento independente da situação e nem julgamentos justos. A China, em poucos meses, executou pelo menos nove das pessoas que foram culpabilizadas, e as autoridades afirmaram que responderiam com dureza a novos distúrbios.

Um dos exemplos mais chocantes dos abusos cometidos contra trabalhadores imigrantes veio à tona na Malásia, onde os trabalhadores imigrantes constituíam até um quinto do total da mão-de-obra nacional. Registros oficiais divulgados em 2009 mostravam que as autoridades malaias submeteram a chibatadas quase 35 mil trabalhadores imigrantes entre 2002 e 2008, muitos deles por infrações imigratórias – uma punição cruel e degradante em escala monumental. Além dos trabalhadores sem documentos, trabalhadores que possuíam documentos, mas cujos passaportes foram retidos por seus empregadores, assim como requerentes de asilo e refugiados, também corriam risco de serem chibatados. Milhares de trabalhadores imigrantes definhavam em centros de detenção cujas condições estavam muito abaixo das normas internacionais, geralmente sem poderem contar com um processo adequado e sem proteção legal.

Mesmo em lugares onde os trabalhadores imigrantes tinham maior proteção legal, sua condição de marginalização ainda os tornava vulneráveis a abusos. Na Coreia do Sul – um dos primeiros países asiáticos a legalmente reconhecerem os direitos dos trabalhadores imigrantes – o Estado não protegeu esses trabalhadores dos abusos cometidos por seus empregadores, nem do tráfico para exploração sexual, além de lhes ter negado salários por períodos prolongados.

Moradia – desalojamentos forçados

Em muitos outros casos, razões de ordem econômica levaram as autoridades a despejarem pessoas à força de suas casas. No Camboja, por exemplo, as autoridades forçaram o despejo de famílias de baixa renda que moravam em uma área central de Phnom Penh que seria reestruturada, depois de passar três anos

hostilizando e intimidando essas famílias. Em outro exemplo, as autoridades cambojanas despejaram 31 famílias que viviam com HIV e Aids em Phnom Penh e levaram a maioria delas para um local de reassentamento totalmente inadequado, com acesso limitado a serviços de saúde essenciais.

Na Índia, empreendimentos de mineração de alumínio e a construção de unidades processadoras no estado de Orissa, no leste do país, ameaçaram expulsar milhares de indígenas do local que eles consideram sagrado. Nos dois anos de funcionamento da refinaria de alumínio Vedanta, em Lanjigarh, as comunidades locais vêm tendo que se proteger da contaminação da água, da poluição do ar e da poeira e do barulho constantes. Novos planos para a abertura de uma mina nas montanhas Niyamgiri ameaçavam comprometer a vida e o sustento dos Dongria Kondh, um povo indígena *adivasi*.

Há indicações fortes de que a escala desses movimentos de pessoas, por todo o globo, dentro e através de fronteiras, deva aumentar, seja em consequência de conflitos, de necessidades econômicas ou de perturbações ambientais.

Em abril de 2009, as autoridades indianas concederam licença para que a *Sterlite Industries India Ltd* e a empresa estatal *Orissa Mining Corporation* fizessem escavações para extração de bauxita das terras tradicionais dos Dongria Kondh pelos próximos 25 anos.

Em Papua-Nova Guiné, a polícia despejou à força moradores de cerca de 100 casas que ficavam próximas à mina Porgera, administrada por uma subsidiária da corporação transnacional canadense *Barrick Gold*.

No Vietnã, uma multidão que, aparentemente, agia com apoio oficial, despejou quase 200 monges e monjas budistas de um monastério na região central do país. O grupo estava abrigado no local desde que, em setembro, foram expulsos de outro monastério por uma multidão similar. As autoridades negaram qualquer envolvimento, mas, em nenhum momento, forneceram qualquer proteção aos monges e monjas, nem asseguraram que lhes fossem oferecidas acomodações alternativas adequadas.

Em todos esses casos, a destruição de suas casas prejudicou profundamente a capacidade de as pessoas em questão desfrutarem de seus direitos e de obterem reparação pela violação desses direitos.

Deslocamentos por razões ambientais

No ano em que a Cúpula de Copenhague sobre Mudanças Climáticas tentou – sem conseguir – chegar a um consenso global para lidar com as alterações ambientais, não foi difícil enxergar o impacto que mudanças de grande escala causaram no meio-ambiente humano. O governo das Maldivas realizou uma reunião

ministerial debaixo d'água logo antes da conferência de Copenhague – uma proeza que exprimia, de forma marcante, a possibilidade bastante real de que o pequeno Estado-ilha desapareça sob as águas do Oceano Índico mais cedo do que se pensava. Diversos Estados da Oceania também anunciaram que temiam submergir.

No Tibete e no Nepal, onde estão localizadas as nascentes de alguns dos rios mais importantes do mundo, assim como em Bangladesh, a possibilidade de secas ou de enchentes catastróficas provocou deslocamentos de pessoas e, em consequência, instabilidade política. As preocupações com o meio ambiente, portanto, levam a desafios de direitos humanos; sendo que, como geralmente acontece, as comunidades mais pobres e marginalizadas são as mais suscetíveis às fatalidades do ambiente físico e as que têm menor probabilidade de receber assistência de seus próprios governos.

Conclusão

De modo geral, os países da região da Ásia e da Oceania não responderam de forma adequada aos desafios de proteger os direitos das pessoas que tiveram de abandonar suas casas. A maioria dos países da região não ratificou nem mesmo a Convenção dos Refugiados de 1951 ou seu Protocolo Facultativo de 1967, que estabelece os direitos das pessoas que fugiram de seus países por causa de perseguição ou de perigo evidente.

Os sistemas de proteção dos direitos das pessoas desalojadas dentro de seu próprio país continuaram sendo ainda mais precários, se comparados ao arcabouço jurídico internacional relativo ao tratamento dos refugiados e dos requerentes de asilo. Contudo, o maior desafio para a proteção das pessoas desalojadas na região ainda era o fato de que muitos dos governos desses países praticamente não têm de prestar contas do que fazem.

O caso do Sri Lanka era o mais evidente de todos. Em 27 de maio, o Conselho de Direitos Humanos da ONU aprovou uma resolução extremamente problemática sobre o Sri Lanka, a qual não apenas ignorou os apelos para que houvesse uma investigação internacional sobre as supostas atrocidades cometidas durante o conflito, como ainda, ao invés disso, elogiou o governo do país. As conveniências e a política global suplantaram a preocupação com o bem-estar de centenas de milhares de cingaleses. A comunidade internacional também continuou a ignorar violações de direitos humanos de grandes proporções que forçaram milhares de cidadãos do Sri Lanka a deixarem suas casas.

China e Índia, aparentemente competindo para ter acesso às riquezas de Mianmar, não utilizaram sua influência política e econômica para refrear a prática do governo de Mianmar de excluir seus críticos internos, como Aung San Suu Kyi, ou para que o governo termine com a repressão a diversas minorias étnicas. Nem mesmo o espetáculo tão divulgado de um grupo de rohingyas abandonados à deriva no mar foi capaz de motivar os vizinhos de Mianmar a tomarem as providências apropriadas no âmbito da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Finalmente, todos os membros da associação ratificaram a Carta da ASEAN, a qual continha diversas disposições que tratavam de direitos humanos; uma delas, inclusive, postulando a criação de um organismo de direitos humanos. Apesar disso, a maioria dos países da região ainda não havia assinado muitos dos tratados globais mais importantes sobre direitos humanos. Em particular, a região se furtou a estabelecer procedimentos regionais claros relativos aos problemas constantes provocados pelos grandes fluxos de pessoas entre fronteiras ou às questões de direitos humanos subjacentes que provocam tais movimentos.

Há indicações fortes de que a escala desses movimentos de pessoas, por todo o globo, dentro e através de fronteiras, deva aumentar, seja em consequência de conflitos, de necessidades econômicas ou de perturbações ambientais. Mesmo assim, não há sinais de que a comunidade internacional esteja reformando e adaptando o atual arcabouço jurídico a fim de lidar com esses acontecimentos. É preciso haver o reconhecimento de que as pessoas deixam suas casas por uma variedade de motivos, e de que, quaisquer que sejam esses motivos, todo ser humano ainda tem o direito de desfrutar de todo o conjunto dos direitos humanos.

Os Estados-nações nem sempre conseguem se ocupar sozinhos das migrações de suas próprias populações – seja porque a dimensão dos movimentos internos é grande demais, seja porque atravessam fronteiras regionais e mundiais. Essa compreensão se consolidou nas últimas décadas, mas deve se fortalecer de maneira ainda mais urgente para que dê conta da realidade de uma população global em movimento.

Os habitantes da região da Ásia e da Oceania constituem uma grande parte da população mundial de trabalhadores imigrantes, de refugiados, de requerentes de asilo e de pessoas deslocadas dentro do próprio país. Essas pessoas estão a espera de que os

governos da região e os organismos regionais percebam essa tendência e façam alguma coisa nesse sentido.

PERSPECTIVAS REGIONAIS
ÁSIA E OCEANIA



Homem participa de cerimônia em memória de Natalia Estemirova, jornalista defensora dos direitos humanos assassinada em julho de 2009 na Chechênia. Ativistas de direitos humanos que trabalham por toda a Federação Russa continuaram a ser hostilizados e mortos.

© Particular

EUROPA E ÁSIA CENTRAL

"Meu sonho é viver em paz em algum lugar com minha filha, me tornar avó e ser amorosa com meus netos, mas eu ainda tenho que cumprir uma tarefa aqui [...] Isso é uma declaração de guerra, temos que lutar por justiça e não podemos desistir."

Natalia Estemirova, em conversa com a Anistia Internacional, em 2009, após o assassinato de seu amigo e colega defensor dos direitos humanos Stanislav Markelov.

Às 8 horas e 30 minutos de uma manhã de julho, na capital chechena Grozny, a proeminente defensora dos direitos humanos Natalia Estemirova foi arrastada na rua para dentro de um carro enquanto gritava que estava sendo sequestrada para testemunhas que assistiam à cena. Mais tarde, naquele mesmo dia, seu corpo foi encontrado com perfurações de balas, abandonado em uma área da república da Inguchétia, vizinha à Rússia.

Esse crime foi uma tragédia cujas consequências se fizeram sentir em diferentes níveis: para sua filha de 15 anos, que Natalia teve de criar sozinha; para o povo da Chechênia, que perdeu uma voz incansável e corajosa que buscava documentar os abusos que esse povo vem sofrendo e a falta de justiça pelo que está acontecendo; e para a sociedade civil, na Rússia e no exterior, que a considerava uma parceira inestimável na luta para que os direitos humanos fossem respeitados.

Esse tipo de tragédia está predestinada a se repetir, se o sistema jurídico da Rússia, mais uma vez, demonstrar sua total ineficiência em assegurar que se prestem contas pela vida de mais uma ativista que teve a coragem de enfrentar ameaças de morte e intimidações a fim de exigir justiça para outras pessoas.

Esse não foi, infelizmente, um incidente isolado. Por toda a região da Europa e da Ásia Central, os governos não cumpriram com suas responsabilidades de proteger os defensores dos direitos humanos, e se esforçaram, continuamente, para eliminar quem tentava divulgar abusos, articular pontos de vista alternativos ou sustentar crenças diferentes. Muitos governos empregaram medidas repressivas ou procuraram tirar proveito da aparente indiferença da comunidade

internacional a fim de se furtarem a prestar contas. Esses governos continuaram a erodir os direitos humanos, a burlar suas obrigações e a expor o fracasso da vontade política de enfrentar os abusos mais críticos.

Segurança e combate ao terrorismo

Entre os eventos mais marcantes nessa área estão as transferências extrajudiciais de pessoas, conhecidas em inglês como *renditions*. O envolvimento de Estados europeus no programa mundial de transferências ilegais e de detenções secretas operado pela CIA nos anos seguintes a 2001 já é conhecido há muito tempo. Mas apesar das repetidas negativas e das tentativas de obscurecimento empreendidas por alguns governos, nós agora temos provas claras de seu envolvimento.

A resposta típica dos Estados europeus aos desafios apresentados pelos fluxos intensos e desordenados de imigração irregular continuou a ser de natureza repressiva.

Mesmo assim, a maior parte dos governos ainda não providenciou uma prestação de contas efetiva e transparente para esses abusos dos direitos humanos, nem no âmbito nacional, nem através das instituições europeias. Apesar de algumas iniciativas terem sido tomadas, elas foram insatisfatórias. Na Alemanha, um inquérito parlamentar sobre a participação do país nas transferências extrajudiciais foi concluído em julho de 2009; porém, isentou todos os atores estatais alemães, apesar das provas contundentes em contrário. Um tribunal alemão já havia expedido mandados de prisão contra 13 agentes da CIA por seu envolvimento na transferência ilegal de Khalid al-Masri, mas o governo se negou a transmitir esses mandados. Os métodos, as provas e as conclusões de uma investigação sobre a existência de uma suposta prisão secreta na Polônia – que, finalmente, teve início em 2008 – permaneciam secretos. Outros Estados europeus que estariam implicados nesses abusos, entre os quais a Romênia, fizeram ainda menos para que se prestassem contas desses fatos. Diversos países da Europa ignoraram as decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos contrárias à devolução de pessoas suspeitas de terrorismo para países em que haveria risco de serem torturadas. Em fevereiro, o tribunal decidiu que a expulsão, realizada pela Itália, de Sami Ben Khemais Essid para a Tunísia violava a proibição de *refoulement* (devolução forçada). Em agosto, a Itália devolveu Ali ben Sassi Toumi para a Tunísia, onde ele foi mantido incomunicável por oito dias.

Entretanto, houve alguns sinais de progresso no sentido de uma melhor prestação de contas. Em novembro, um tribunal italiano condenou 22 agentes da CIA, um militar estadunidense e dois agentes italianos por seu envolvimento no sequestro e na transferência ilegal de Abu Omar – um homem sequestrado em plena luz do dia em uma

rua da Itália e que foi, então, transferido através da Alemanha para o Egito, onde ele afirmou ter sido torturado. O processo contra os envolvidos nesse caso teve de superar enormes obstáculos, pois as provas disponíveis aos promotores foram limitadas sob o argumento da segurança nacional. Em dezembro, pela primeira vez, um governo europeu admitiu que uma prisão secreta ("*black site*") existiu em seu território. A admissão aconteceu depois que um comitê parlamentar da Lituânia constatou que uma unidade de detenção secreta da CIA havia sido construída no país. O comitê concluiu que agentes do Departamento de Segurança do Estado da Lituânia ajudaram a construir a prisão e tinham conhecimento dos voos da CIA que aterrissavam sem passar pelo controle de fronteira; porém, eles não comunicaram ao presidente ou ao primeiro-ministro – tais fatos refletem preocupações que também emergiram em outras circunstâncias sobre a falta de supervisão dos órgãos de segurança e de informação.

Também em outras áreas, a segurança suplantou os direitos humanos como prioridade dos governos em detrimento de ambos. Com uma onda de detenções arbitrárias, as forças de segurança do Uzbequistão aprisionaram uma série de indivíduos, assim como seus familiares, por suspeita de envolvimento com partidos islâmicos proscritos e com grupos armados acusados de realizar ataques em diversas partes do país. Entre os detidos estavam homens e mulheres que frequentaram mesquitas irregulares, que estudaram sob orientação de imãs independentes, que viajaram ou estudaram no exterior, que tinham parentes que moravam no estrangeiro ou que eram suspeitos de afiliação a grupos islâmicos proscritos. Acreditava-se que muitos deles haviam sido detidos sem acusação nem julgamento por períodos prolongados e, segundo informações, com ocorrência de tortura. No Cazaquistão, as forças de segurança continuaram a utilizar operações antiterroristas para perseguir grupos minoritários considerados uma ameaça à segurança nacional e regional. Os grupos mais afetados foram os requerentes de asilo e os refugiados do Uzbequistão, além de indivíduos que eram membros ou suspeitos de serem membros de grupos muçulmanos ou de partidos islâmicos que eram ou irregulares ou proscritos no Cazaquistão. Uma total falta de vontade política para respeitar o Estado de direito e enfrentar a impunidade na Chechênia continuou a produzir desestabilização na região russa do norte do Cáucaso.

Grupos armados de oposição seguiram provocando mortes e destruição em algumas partes da Europa e da Ásia Central, como no norte do Cáucaso, na Espanha, na Grécia e na Turquia.

PERSPECTIVAS REGIONAIS
EUROPA E ÁSIA CENTRAL

Em vários países, as autoridades seguiram fomentando um clima de intolerância contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

Movimentos de pessoas

Riscos reais ou imaginados em questões de segurança também continuaram a conduzir o debate em outras áreas, proporcionando um campo fértil para o avanço da retórica populista, principalmente com relação à imigração e à exclusão do 'outro'.

A resposta típica dos Estados europeus aos desafios apresentados pelos fluxos intensos e desordenados de imigração irregular continuou a ser de natureza repressiva. Essa reação resultou em um padrão consistente de violações de direitos humanos relacionadas à interceptação, detenção e expulsão, por parte dos Estados, de cidadãos estrangeiros, inclusive daqueles que buscavam proteção internacional. Em maio, por exemplo, a vida e a segurança de centenas de imigrantes e de requerentes de asilo que estavam em três embarcações no Mediterrâneo foram colocadas em risco. Primeiro, por uma disputa envolvendo as autoridades italianas e as maltesas sobre suas obrigações de responder a chamadas de socorro marítimas; e, depois disso, pela decisão sem precedentes do governo italiano de enviar as pessoas que estavam nos barcos para a Líbia – um país onde não havia um sistema operante de procedimentos de asilo – sem avaliar suas necessidades de proteção.

Outros Estados, como a Turquia e a Ucrânia, também devolveram à força refugiados e requerentes de asilo para países em que corriam sérios riscos de terem seus direitos humanos violados. Requerentes de asilo que se encontram na Grécia e na Turquia também enfrentam obstáculos para conseguir ajuda. Eles podiam ser detidos ilegalmente e expulsos desses países em função da ausência de procedimentos justos para concessão de asilo, ou, ainda, podiam ser privados das orientações necessárias e do apoio jurídico para viabilizar seus pedidos.

Muitos países, como Grécia e Malta, também detinham imigrantes e requerentes de asilo de forma rotineira e em condições impróprias.

Por toda a região, centenas de milhares de pessoas permaneceram desalojadas pelos conflitos que se seguiram ao colapso da ex-Iugoslávia e da União Soviética, geralmente incapazes de retornar para onde viviam devido ao seu status legal – ou à falta dele – e sendo discriminadas na hora de tentarem acessar seus direitos, como o direito de posse. Somavam-se a essas pessoas aproximadamente outras 26 mil que continuavam sem poder voltar para casa depois do conflito ocorrido em 2008 entre a Rússia e a Geórgia.

Discriminação

Em muitos países, um clima de racismo e de intolerância fomentou maus-tratos contra imigrantes e contribuiu para mantê-los, assim

como a outros grupos marginalizados, excluídos da sociedade, obstruindo seu direito de acessar serviços, de participar do governo e de ser protegidos pela lei. Em 2009, essa marginalização foi agravada pelos temores de uma recessão econômica e, em muitos países, veio acompanhada de um nítido aumento do racismo e dos discursos de ódio em manifestações públicas. Em novembro, o endosso dos eleitores suíços a uma proibição constitucional da construção de minaretes foi um exemplo do perigo de que iniciativas populares venham a transformar direitos em privilégios.

Muitos requerentes de asilo e imigrantes foram submetidos à discriminação e à exclusão de serviços e de emprego, além de viverem em situação de extrema pobreza. Na Itália, uma nova legislação, que faz parte de um pacote de segurança, instituiu o delito penal de "imigração clandestina". Muitas pessoas temiam que a nova lei impedisse os imigrantes irregulares de terem acesso à educação e a atendimento médico e, inclusive, à proteção dos agentes da lei – por medo de serem denunciados à polícia. Tais temores se davam, principalmente, em vista de disposições existentes no código penal que obrigam servidores públicos (como professores e funcionários de órgãos locais, inclusive aqueles responsáveis por emitir documentos de identidade) a denunciarem qualquer infração penal à polícia ou às autoridades judiciais. No Reino Unido, centenas de milhares de requerentes de asilo recusados – cuja incapacidade de deixar o país muitas vezes estava fora de seu controle – viviam em situação precária e encontravam limitações significativas para ter acesso a serviços de saúde, sendo que a maioria tinha de contar com a caridade alheia. Na Alemanha, os imigrantes irregulares e seus filhos tinham acesso limitado a serviços de saúde, à educação e a recursos legais em caso de violações de direitos trabalhistas.

Uma das demonstrações mais evidentes de discriminação sistemática é o que ocorre com os romanis (ciganos), que, em sua grande maioria, permanecem excluídos da vida pública. Muitas vezes, as famílias romanis não podiam desfrutar plenamente do direito à moradia, à educação, ao emprego e aos serviços de saúde. Em alguns casos, tais como em Kosovo, um dos fatores que contribuía para essa situação era a falta de documentos pessoais que os habilitassem a registrar sua residência e seu status. Uma das vias para sair desse círculo vicioso de pobreza e de marginalização – a educação – era negada a muitas crianças romanis que continuavam a ser colocadas em classes ou em escolas segregadas e abaixo do padrão, inclusive em países como a República Tcheca e a Eslováquia. Os estereótipos negativos, assim como o isolamento físico e cultural, também frustravam suas perspectivas de futuro. Despejos forçados de romanis

PERSPECTIVAS REGIONAIS
EUROPA E ÁSIA CENTRAL

executados de modo ilegal em países como a Itália, a Sérvia e a Macedônia, aumentaram sua situação de miséria. Em muitos lugares, os romanis enfrentavam uma hostilidade pública crescente e cada vez mais flagrante. A polícia da Hungria reforçou uma unidade especial de 120 policiais voltada a investigar uma série de ataques contra a comunidade romani, inclusive assassinatos, depois de surgirem fortes preocupações de que as investigações iniciais desses fatos haviam sido ineficazes.

Em vários países, as autoridades seguiram fomentando um clima de intolerância contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (LGBT), dificultando suas possibilidades de manifestação e prejudicando a proteção de seus direitos. Em agosto, o parlamento da Lituânia adotou uma polêmica lei que institucionalizava a homofobia. Essa lei poderia ser utilizada para proibir qualquer discussão legítima sobre homossexualidade, para impedir o trabalho de defensores dos direitos humanos e para estigmatizar ainda mais a comunidade LGBT. Na Turquia, a discriminação com base na orientação sexual e no gênero das pessoas persistia na lei e na prática. Cinco mulheres transgênero foram assassinadas; somente em um caso houve condenação. Em Belarus, as autoridades não deram permissão para que um grupo de 20 pessoas realizasse uma pequena ação pública de conscientização sobre questões LGBT. Sua desculpa foi a de que o pedido não incluía cópias de contratos com o departamento de polícia local, com o posto de saúde e com os serviços de limpeza pública, a fim de cobrir as despesas com a manutenção da ordem, com possíveis atendimentos médicos e com a limpeza posterior do local.

Estados-membros da UE continuaram bloqueando uma nova diretiva regional sobre não-discriminação, a qual apenas fecharia uma brecha legal referente à proteção de pessoas que enfrentam discriminação fora do âmbito empregatício, por serem portadoras de deficiência, por suas crenças, sua religião, sua orientação sexual e sua idade.

As vítimas de tortura e de outros maus-tratos – práticas muitas vezes fomentadas pelo racismo e pela discriminação, e frequentemente usadas para extrair confissões – demasiadas vezes não foram atendidas pelos sistemas de justiça, os quais não cobraram responsabilidade dos responsáveis.

Repressão às diferenças de opinião

Em muitas partes da Europa e da Ásia Central, reduziu-se o espaço para as vozes independentes e para a sociedade civil, pois a liberdade de expressão, de associação e de religião permaneceu sob ataque.

Muitos lugares continuaram sendo extremamente perigosos para quem ousava denunciar abusos. Na Rússia, defensores de direitos humanos, jornalistas e ativistas de oposição foram assassinados, espancados e ameaçados de morte. Tanto na Sérvia quanto na Croácia, as autoridades não deram proteção às pessoas que

trabalhavam para trazer à luz questões como crimes de guerra, justiça transicional, corrupção e crime organizado. Mulheres defensoras de direitos humanos na Sérvia e jornalistas na Croácia foram submetidas a constantes ataques e intimidações. Na Turquia, defensores dos direitos humanos continuaram a ser processados por realizarem seu trabalho legítimo de documentação e denúncia de supostas violações de direitos humanos. E as opiniões divergentes dentro do país ainda eram respondidas com processos criminais e com intimidações.

Jornalistas independentes foram hostilizados ou encarcerados em lugares como o Azerbaijão, ou foram agredidos fisicamente por indivíduos não identificados em lugares como a Armênia ou o Quirguistão, onde essas agressões por vezes foram fatais. No Tadjiquistão, jornais e jornalistas independentes continuaram a enfrentar ações penais e civis por fazerem críticas ao governo, o que resultou na autocensura dos meios de comunicação. No Turcomenistão, toda a imprensa escrita e eletrônica permaneceu sob controle estatal, e as autoridades continuaram a bloquear *websites* mantidos por dissidentes e por membros da oposição no exílio. Jornalistas, assim como defensores dos direitos humanos, foram cada vez mais hostilizados no Cazaquistão e no Uzbequistão.

Em Belarus, eventos públicos foram proibidos e manifestantes pacíficos foram detidos. Organizações da sociedade civil se defrontavam com vários obstáculos ao tentarem se registrar, enquanto qualquer atividade em nome de uma organização não registrada continuava sendo um delito penal. Na Moldávia, apesar de uma legislação progressista sobre o direito de reunião, aprovada em 2008, a polícia e as autoridades locais seguiram restringindo indevidamente a liberdade de se realizar reuniões pacíficas por meio da proibição de manifestações, da imposição de limites e da detenção de manifestantes pacíficos.

Em diversos países, os espaços para a liberdade de crença e de religião contraíram-se ainda mais. No Uzbequistão, por exemplo, comunidades religiosas permaneceram sob rigoroso controle governamental e tiveram seu direito à liberdade de religião comprometido. Os mais afetados foram os integrantes de grupos não registrados, como as congregações cristãs evangélicas e os muçulmanos que prestavam culto em mesquitas que não se encontravam sob controle do Estado. No Tadjiquistão, as autoridades continuaram a fechar, a confiscar e a destruir locais de culto muçulmanos e cristãos, sem qualquer explicação. Aproximadamente 70 testemunhas de Jeová cumpriam penas de prisão na Armênia por se recusarem a prestar o serviço militar obrigatório por questões de consciência.

PERSPECTIVAS REGIONAIS
EUROPA E ÁSIA CENTRAL

Impunidade em situações pós-conflito

Embora tenha havido alguns avanços no sentido de se enfrentar a impunidade por crimes cometidos no território da ex-Iugoslávia durante as guerras da década de 1990, esforços insuficientes dos tribunais nacionais fizeram com que muitos dos responsáveis por crimes de guerra e por crimes contra a humanidade continuassem a se evadir da Justiça. Em todos os tribunais da Bósnia-Herzegóvina, por exemplo, o apoio às testemunhas e as medidas de proteção eram inadequados. Consequentemente, em alguns casos, as vítimas, inclusive sobreviventes de crimes de guerra e de violência sexual, não podiam ter acesso à Justiça.

Embora um relatório produzido por uma missão internacional de averiguação dos fatos comissionada pela UE tenha confirmado que violações das normas internacionais de direitos humanos e do direito internacional humanitário foram cometidas pelas forças da Geórgia, da Rússia e da Ossétia do Sul, durante a guerra de 2008, e tenha apelado a todas as partes no conflito para que lidassem com as consequências da guerra, nenhum dos lados conduziu investigações detalhadas sobre essas violações.

A triste realidade é que a proteção contra os abusos dos direitos humanos de muitas pessoas que se encontram dentro das fronteiras [da Europa] ainda está muito distante da retórica.

Para muitas pessoas, no entanto, a prestação de contas era algo ainda muito distante, inclusive para quem contava com a justiça da comunidade internacional. Os familiares de dois homens mortos pelas forças romenas que serviam junto à ONU, em Kosovo, em 2007, estavam entre essas pessoas – apesar de uma investigação interna da ONU ter concluído que as tropas foram responsáveis pelas mortes, pois usaram balas de borracha de modo impróprio. As autoridades romenas não responderam a essas constatações e, em março, o representante especial da ONU em Kosovo, alegando razões de segurança, recusou-se a permitir uma audiência pública sobre o fracasso da missão de tropas da ONU em levar à Justiça membros da Unidade de Polícia Constituída Romena.

Tortura e outros maus-tratos

As vítimas de tortura e de outros maus-tratos – práticas muitas vezes fomentadas pelo racismo e pela discriminação e frequentemente usadas para extrair confissões – demasiadas vezes não foram atendidas pelos sistemas de justiça, os quais não cobraram responsabilidade dos responsáveis. Entre os fatores que limitaram essa prestação de contas estavam as demoras para que pudessem dispor de um advogado, a falta de determinação do ministério público para levar adiante as investigações e as penas brandas impostas aos agentes policiais condenados, além da ausência de sistemas para monitorar queixas e para investigar irregularidades policiais graves, os

quais fossem independentes e dotados de verbas suficientes. Tais falhas persistiam em países como a Grécia, a França, a Moldávia, a Rússia, a Espanha, a Turquia e o Uzbequistão.

Para algumas vítimas, entretanto, houve certas reparações limitadas, embora demoradas para serem obtidas. Em junho, por decisão unânime, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que Sergei Gurgurov havia sido vítima de tortura na Moldávia em 2005. No mês seguinte, quase quatro anos depois de Sergei Gurgurov ter afirmado pela primeira vez que fora torturado por policiais, a Procuradoria-Geral da Moldávia abriu um processo penal. Antes disso, frente todos os requerimentos para que se abrisse uma investigação criminal, a Procuradoria-Geral havia argumentado que as lesões que ele afirmava terem sido causadas por tortura nas mãos dos policiais haviam sido autoinfligidas.

Violência contra mulheres e meninas

A violência contra mulheres e meninas no seio de seus lares continuou impregnando toda a região, atingindo todas as idades e grupos sociais. Entretanto, somente uma pequena porcentagem das mulheres denunciava oficialmente esses abusos. Elas eram dissuadidas por medo de represálias dos parceiros abusivos, pela ideia de trazer 'desonra' sobre a família e por questões de insegurança financeira. Acima de tudo, a impunidade generalizada desfrutada pelos perpetradores estava ligada ao fato de as mulheres saberem que não havia muito que pudessem fazer.

Atitudes arraigadas nas sociedades, assim como a reação retrógrada dos discursos tradicionais em muitas partes da Europa e da Ásia Central em 2009, resultaram na prestação desastrosamente inadequada de serviços de proteção às vítimas de violência doméstica. No Tadjiquistão, esses serviços, como abrigos e acomodações alternativas adequadas, praticamente não existiam. Nesse país, mulheres e meninas estavam ainda mais vulneráveis à violência doméstica, devido aos casamentos precoces e não-registrados e às crescentes taxas de evasão escolar entre elas. O número de abrigos disponíveis na Turquia permaneceu bem abaixo da relação de um abrigo para cada 50 mil habitantes, conforme requer a legislação nacional. Moscou, uma cidade com mais de 10 milhões de habitantes, tinha apenas um abrigo. Sua capacidade era para 10 mulheres.

Muitas vezes, as mulheres haviam perdido a confiança de que as autoridades competentes considerassem esses abusos como crimes – e não como assunto pessoal – e de que tratassem o problema como tal. Os índices de denúncias oficiais, portanto, eram extremamente baixos. A incapacidade de sanar essa falta de confiança não apenas

impediu que se fizesse justiça em casos individuais, como também frustrou os esforços para se tratar desses abusos no seio da sociedade ao ocultar a verdadeira extensão e a natureza do problema.

Certos grupos continuaram especialmente vulneráveis à variedade de violências que se pratica contra a mulher. Mulheres imigrantes, na Espanha, por exemplo, continuaram a enfrentar obstáculos extras para obter justiça e para poder contar com o serviço de especialistas. Na Bósnia-Herzegóvina, as sobreviventes da violência sexual como crime de guerra continuaram a ser privadas do acesso a direitos econômicos e sociais, assim como a uma reparação adequada para que possam reconstruir suas vidas. Muitas dessas mulheres, além disso, também não conseguiam encontrar trabalho, pois ainda sofriam as consequências físicas e psicológicas do que passaram durante a guerra.

Pena de morte

Como parte de uma contínua tendência positiva, o Tribunal Constitucional da Rússia decidiu, em novembro, estender uma moratória de 10 anos das execuções e recomendou que a pena de morte fosse totalmente abolida, afirmando que o progresso em direção à abolição absoluta era irreversível. Em Belarus, foi criado um grupo de trabalho parlamentar para examinar a introdução de uma moratória. Os juízes, no entanto, continuaram a proferir sentenças de morte em um processo que permanecia envolto em segredo – os prisioneiros e seus parentes não eram informados da data da execução, o corpo não era entregue aos parentes e não lhes informavam onde havia sido enterrado. O uso da pena de morte em Belarus foi ainda mais agravado por um sistema de justiça criminal repleto de falhas, com provas confiáveis de que a tortura e outros maus-tratos eram utilizados para extrair confissões e de que os prisioneiros condenados não tinham acesso a mecanismos de recurso efetivos.

Conclusão

A Europa conta com uma arquitetura de direitos humanos inigualável no resto do mundo. Ademais, mantém sua orgulhosa reputação de paladina dos direitos humanos. A triste realidade, porém, é que a proteção contra os abusos dos direitos humanos de muitas pessoas que se encontram dentro de suas fronteiras ainda está muito distante dessa retórica.

Uma das oportunidades mais evidentes que surgiram em 2009 para que as obrigações da Europa fossem respeitadas foi o Tratado de Lisboa, que entrou em vigor no âmbito da União Europeia. Esse tratado

criou novas possibilidades para fortalecer os direitos humanos como liberdades fundamentais: a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia tem agora força vinculativa para todas as instituições da UE, assim como para todos os Estados-membros (com exceção de três), e a UE tem a possibilidade de aderir à Convenção Europeia de Direitos Humanos.

Enquanto que esse foi mais um componente bem-vindo do arcabouço de direitos humanos, a dificuldade ainda está na sua implementação a nível nacional. Em toda a região, cada Estado, individualmente, tem a obrigação primária de garantir que todos os que se encontram dentro de suas fronteiras desfrutem de toda a gama de direitos humanos assegurados pela comunidade internacional da qual fazem parte. Os acontecimentos do último ano mostram que muitos Estados não cumprem com seu dever, mas também mostram que não faltam pessoas corajosas que ousam ir à luta, a despeito dos custos pessoais, e que trabalham para que esses Estados prestem contas do que fazem.

PERSPECTIVAS REGIONAIS
EUROPA E ÁSIA CENTRAL



© AP/PA Photo/Ben Curtis

Centenas de milhares de pessoas se reúnem para uma grande manifestação na praça Azadi (Liberdade), em Teerã, no dia 15 de junho de 2009, a fim de protestar pelo controverso resultado das eleições presidenciais do Irã.

ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

"Eles me mostraram um papel fotocopiado em que se lia: 'Desde as eleições, há pessoas querendo criar caos e agitação. Pede-se que medidas imediatas sejam tomadas [...] para identificar organizadores e colaboradores.' Aquilo me pareceu bem estranho. Então, perguntei, 'O que isso tem a ver comigo?' Eles explicaram que aquilo era um mandado geral. Depois, me levaram para o carro."

Shiva Nazar Ahari, defensora dos direitos humanos iraniana presa no dia 14 de junho, descreve como os funcionários do Ministério da Informação a prenderam.

O ano abriu com jatos militares israelenses lançando bombas sobre Gaza, como parte do conflito de 22 dias que matou centenas de civis palestinos, e fechou com a escalada da repressão no Irã, quando milhares de manifestantes, mais uma vez, saíram às ruas para protestar pelo controverso resultado das eleições presidenciais e pela repressão brutal que se seguiu à contestação do resultado.

Os dois casos, cada um a seu modo, mostram que é necessário haver prestação de contas para que esses ciclos intermináveis de abusos dos direitos humanos finalmente cheguem ao fim. Ambos os casos demonstram também que, para a prestação de contas ser possível, alguns obstáculos terão de ser vencidos. Após os combates que eclodiram em Gaza, uma investigação abalizada da ONU constatou que as partes no conflito, Israel e Hamas, haviam cometido crimes de guerra e, possivelmente, crimes contra a humanidade. As duas partes foram, então, chamadas a conduzir investigações confiáveis e a cobrar responsabilidade dos perpetradores. Até o fim do ano, porém, nenhum dos lados havia tomado qualquer providência efetiva.

As autoridades iranianas, enquanto isso, pareciam estar mais interessadas em acobertar do que em investigar as denúncias de estupros e de outras torturas cometidas contra as pessoas detidas. Além do que, tentaram transferir a culpa pelos assassinatos cometidos por suas forças para as pessoas que ousaram se manifestar contra elas, em vez de cumprirem com suas obrigações, em virtude do direito internacional, de investigar apropriadamente as violações de direitos

humanos e de fazer com que os responsáveis prestassem contas. Contudo, uma vez que arquitetaram os abusos, as autoridades tinham muito a esconder.

Os eventos em Gaza e no Irã também ilustram – de forma bastante crua – a insegurança permanente que milhões de pessoas por toda a região do Oriente Médio e do Norte da África têm de suportar. Assim como em anos anteriores, 2009 foi um ano em que divisões políticas, religiosas e étnicas firmemente instituídas produziram padrões recorrentes de intolerância, de injustiça e de conflitos violentos. Frente a essa situação, as pessoas que se manifestam em favor dos direitos humanos ou que clamam por reformas muitas vezes o fazem arriscando sua vida. Em 2009, essas divisões e tensões também foram exacerbadas pelo envolvimento externo na região – principalmente pela presença de forças militares estrangeiras – e pelo impacto da crise financeira global.

Em muitos países, as pessoas que tinham a coragem ou a audácia de questionar políticas governamentais ou de criticar a situação de direitos humanos ainda tinham de se sujeitar a serem taxadas de inimigas do Estado e a serem detidas ou condenadas à prisão.

Conflito e insegurança

O breve e contundente conflito que aconteceu em Gaza e no sul de Israel, no começo do ano, foi marcado, em ambos os lados, por uma cruel desconsideração pela vida dos civis, que, em consequência, formaram a grande maioria dos mortos e dos feridos.

Do mesmo modo, foram os civis, pessoas que tentavam seguir em frente com sua rotina diária em meio ao caos que se formava ao seu redor, que pagaram o preço mais alto pelo conflito interno que continuou assolando a maior parte do Iraque. No total, o número de mortes registradas no país diminuiu, em 2009, se comparado com o dos anos anteriores; mesmo assim, foram muitos os civis que perderam suas vidas. Muitos morreram com as explosões de bombas em Bagdá e em outras cidades. Esses ataques foram perpetrados por grupos armados obscuros que, muitas vezes, pareciam selecionar seus alvos com o propósito de matar e de mutilar o maior número possível de civis, semeando, assim, desavenças sectárias. Outros foram sequestrados e assassinados por milícias armadas ligadas a partidos com representação no parlamento iraquiano.

Também no Iêmem, muitos milhares de civis foram desalojados de suas casas – eram quase 200 mil no fim de 2009 – enquanto inúmeros outros eram mortos em meio aos combates renovados e mais intensos entre forças governamentais e seguidores de um clérigo da minoria xiita morto em 2004. O conflito no governorado de Sada, no norte do país, alastrou-se para a vizinha Arábia Saudita, cujas tropas também entraram em confronto com os rebeldes xiitas.

O governo do Iêmem, enquanto isso, recorria cada vez mais a métodos repressivos para tentar conter a insatisfação crescente e os

protestos no sul do país, motivados pela discriminação que teria surgido em meio às crescentes calamidades econômicas do país.

Ataques cometidos por grupos armados, inclusive por grupos aparentemente alinhados com a Al Qaeda, tiraram a vida de civis em países como a Argélia e o Egito. Tais ataques, e a onda de prisões de suspeitos que quase sempre os acompanhava, agravaram o clima de insegurança geral na região. Além disso, indicavam a propensão dos governos de recorrerem à repressão e aos abusos dos direitos humanos para responderem à oposição, mesmo pacífica, em vez de lidarem com os descontentamentos políticos, econômicos e sociais que geram esses antagonismos.

Repressão às diferenças de opinião

Se essas eram manifestações mais extremas, a insegurança política que impregnava toda a região também se evidenciou pela tendência à intolerância governamental até mesmo frente às críticas e divergências pacíficas. Em Estados como a Líbia, a Arábia Saudita e a Síria, regimes autoritários proibiram praticamente todas as possibilidades de liberdade de expressão ou de atividade política independente. Na Líbia, ocorreu uma pequena abertura e, pela primeira vez em cinco anos, a Anistia Internacional teve permissão para visitar o país. Contudo, os direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião continuaram todos a ser severamente reprimidos.

No Egito, líderes da Irmandade Muçulmana, todos civis, condenados à prisão em um julgamento injusto perante um tribunal militar em 2008, tiveram suas sentenças confirmadas, enquanto membros e apoiadores da organização – oficialmente proscrita, mas que ainda conta com apoio maciço – continuaram sendo hostilizados e detidos. Na Cisjordânia, a Autoridade Palestina liderada pelo Fatah reprimiu os apoiadores do Hamas; em Gaza, a administração *de facto* do Hamas perseguiu os apoiadores do Fatah – nos dois locais, detentos foram torturados ou submetidos a maus-tratos e transeuntes foram mortos e feridos em meio às trocas de tiros entre facções adversárias.

Enquanto isso, as autoridades marroquinas tornavam-se cada vez mais intolerantes com quem defendia a independência do Saara Ocidental, administrado pelo Marrocos desde 1975, e com os defensores dos direitos humanos saarianos. Em novembro, as autoridades expulsaram sumariamente Aminatou Haidar para as Ilhas Canárias, alegando que ela havia renunciado a sua nacionalidade, somente cedendo e permitindo que ela retornasse para sua casa em El Aiune diante da crescente pressão internacional que se formou depois

que ela entrou em greve de fome por um mês, arriscando sua vida na defesa de seus direitos humanos.

Em muitos países, as pessoas que tinham a coragem ou a audácia de questionar políticas governamentais ou de criticar a situação de direitos humanos ainda tinham de se sujeitar a serem taxadas de inimigas do Estado e a serem detidas ou condenadas à prisão.

Na Síria, o advogado de direitos humanos Muhannad al-Hassani foi preso, no mês de julho, e talvez tivesse de enfrentar uma pena de 15 anos de prisão por expor as deficiências de um famigerado tribunal especial usado para julgamentos políticos. A Ordem dos Advogados oficial proibiu-o de atuar profissionalmente. O veterano ativista político e advogado Haytham al-Maleh, apesar de estar com 78 anos, também podia ser sentenciado a 15 anos de prisão por comentários que fez durante uma entrevista para a TV.

A tortura e outros maus-tratos permaneceram endêmicos e, em grande parte, cometidos impunemente.

Para alguns, sua coragem lhes custou a vida: na Líbia, Haytham al-Maleh, um antigo crítico do governo, foi tardiamente levado de avião para a Jordânia para receber tratamento médico, após passar mais de cinco anos detido, quando estava claro que sua morte seria iminente; ele morreu cerca de duas semanas depois.

Liberdade de expressão e meios de comunicação

Na maioria dos países da região, os meios de comunicação eram rigorosamente controlados. Editores e jornalistas tinham de desempenhar seu trabalho tanto dentro de regras escritas quanto não escritas, além de ter de evitar questões consideradas tabus – como fazer críticas ao soberano, a seus familiares e às pessoas de seu círculo, assim como à corrupção oficial e a outros abusos do poder por indivíduos em posição de autoridade. A alternativa a essa obediência era sujeitar-se a ser hostilizado, preso ou processado em ações penais por difamação. Não apenas os meios de comunicação tradicionais foram submetidos a isso. No Egito e na Síria, por exemplo, as autoridades detiveram e sentenciaram internautas que mantinham blogs na internet em razão do que eles escreveram. Por toda a região, autoridades do Estado bloquearam o acesso a sites que continham comentários ou informações que elas consideravam contrários aos seus interesses. No Irã, essa situação chegou a extremos nos meses seguintes à eleição presidencial de junho, quando as autoridades cortaram as comunicações por telefone e internet a fim de impedir que a verdade fosse revelada, principalmente por meio das fotos tiradas de telefones celulares que mostravam os violentos ataques contra manifestantes, praticados pela algo delinquente milícia Basij e por outros elementos truculentos do governo.

Na Tunísia, as autoridades recorreram a acusações fraudulentas para processar alguns de seus críticos, enquanto, ao mesmo tempo, manipulavam os meios de comunicação para ofender e difamar outras pessoas. Quem era perseguido não encontrava proteção da lei. Depois que o principal sindicato dos jornalistas do país pediu que houvesse maior liberdade de imprensa, seus dirigentes foram removidos e substituídos por uma nova diretoria que, então, passou a defender abertamente a reeleição do presidente por um quinto mandato – algo sem precedentes no país. Os defensores dos direitos humanos também continuaram sendo submetidos a constantes hostilidades, a uma vigilância opressiva e a outras violações de seus direitos pelas autoridades tunisianas; embora, no plano internacional, o governo tenha buscado cultivar a imagem de quem respeita esses direitos.

Preocupações com a segurança pública

No Egito e na Síria, as autoridades mantiveram estados de emergência que se prolongam há décadas, os quais muniram a polícia de segurança com poderes excepcionais para prender e para deter pessoas suspeitas, e para mantê-las incomunicáveis sob condições que facilitavam a prática de tortura e de outros abusos e maus-tratos. Israel seguiu aplicando um sistema de direito militar para os palestinos da Cisjordânia, enquanto que os palestinos de Gaza eram submetidos a leis israelenses que lhes conferiam ainda menos direitos.

Por toda a região, os governos concederam a suas forças de segurança licenças excepcionais para defender a segurança do Estado e para proteger a população contra ameaças. Muitas vezes, porém, essas forças foram utilizadas para promover interesses políticos partidários e para manter os monopólios do poder frente ao clamor por maior abertura, por eleições livres e por mudanças políticas.

Como consequência, a tortura e outros maus-tratos permaneceram endêmicos e, em grande parte, cometidos impunemente. Era prática corrente em toda a região que pessoas presas por motivos políticos ficassem detidas incomunicáveis, muitas vezes por semanas ou meses a fio, em prisões secretas ou não reveladas, onde eram torturadas e abusadas para que 'confessassem', para que fornecessem nomes e comprometessem outras pessoas com quem mantinham ligações, para fazer com que se tornassem informantes ou, simplesmente, para aterrorizá-las. Muitos desses detentos eram, então, levados a julgamento, frequentemente diante de tribunais especiais cujos procedimentos contrariavam o que prescrevem as normas internacionais para julgamentos justos, rotineiramente ignorando suas denúncias de tortura e condenando-os

com base em suas 'confissões' forçadas.

No Irã, as autoridades montaram uma série de julgamentos espetaculosos, reminiscentes daqueles usados por alguns dos regimes mais totalitários do século XX a fim de punir as pessoas acusadas de liderar os protestos populares que eclodiram diante do resultado oficial das eleições presidenciais. Na Arábia Saudita, o governo anunciou que mais de 300 pessoas haviam sido sentenciadas em ações relacionadas a terrorismo, mas não revelou detalhes dos julgamentos, os quais transcorreram em segredo, vedados a observadores internacionais e, ao que parece, até mesmo a advogados de defesa. Consta que foi imposta uma sentença de morte; outros réus foram sentenciados a penas de até 30 anos de prisão.

Diversos governos da região continuaram a utilizar a pena de morte de modo extensivo e justificaram essa prática tanto argumentando que era uma exigência da lei islâmica (*sharia*), quanto que dissuadia o crime e garantia a segurança pública. Em vários outros países, as autoridades não realizaram execuções. Os maiores executores eram o Irã, o Iraque e a Arábia Saudita. Todos eles efetuaram um grande número de execuções, frequentemente levadas a cabo após procedimentos judiciais que não cumpriam as normas internacionais para julgamentos justos. No Irã, além disso, as vítimas incluíam menores infratores condenados à morte por crimes cometidos quando tinham menos de 18 anos. Em contraste, as autoridades de países como a Argélia, o Líbano, o Marrocos e a Tunísia, embora continuassem a impor sentenças de morte, mantiveram moratórias *de facto*, de acordo com as quais nenhuma execução foi levada a cabo nos últimos anos, refletindo a crescente tendência internacional no sentido de acabar com as execuções.

Mulheres e meninas continuaram sendo submetidas à discriminação legal e de outros tipos, além de serem privadas da oportunidade de usufruir de direitos.

Preocupações econômicas – moradia e meios de subsistência

Apesar dos esforços do novo governo dos Estados Unidos em criar uma situação favorável para reavivar o processo de paz no Oriente Médio, as divisões entre israelenses e palestinos se aprofundaram ainda mais em 2009 – não apenas em função das mortes e da destruição causadas durante a operação "Chumbo Fundido", mas também pelo impacto do constante bloqueio de Israel à Faixa de Gaza.

Iniciado em junho de 2007, o bloqueio continuou a apartar mais de 1,5 milhão de palestinos do resto do mundo, isolando-os dentro dos limites apertados de Gaza e restringindo, severamente, a importação de produtos e de suprimentos essenciais. A exacerbação desnecessária das privações que já vinham sendo sofridas pelos habitantes de Gaza prejudicou gravemente seu acesso à assistência médica e à educação, além de destruir suas indústrias e suas fontes

de subsistência. Imposto pretensamente para dissuadir os grupos armados palestinos de lançarem foguetes contra Israel, o bloqueio não passou de um ultraje – a imposição de uma punição coletiva a toda a população de Gaza. Obviamente, como era de se esperar, os mais atingidos foram os mais vulneráveis – as crianças, os idosos, os sem-teto e os enfermos, inclusive aqueles que necessitavam de tratamento médico fora de Gaza – e não os militantes armados responsáveis por disparar foguetes.

O bloqueio de Gaza e as políticas israelenses para a Cisjordânia – demolições de casas, barreiras nas estradas e restrições à circulação – foram todos fatores que contribuíram para o empobrecimento dos palestinos, como se tivessem sido concebidos com essa finalidade. Em outras partes da região, milhões de pessoas viviam em assentamentos informais – favelas – com variados graus de pobreza. Na grande Cairo, por exemplo, muitas pessoas viviam em áreas que as autoridades egípcias qualificaram como "inseguras", devido às constantes ameaças de deslizamentos repentinos de rochas ou à presença de cabos de alta voltagem. Os moradores estavam sujeitos a serem despejados à força sem que fossem consultados adequadamente ou de todo. As pessoas que foram reassentadas depois que uma avalanche de pedras deixou mais de 100 mortos, em 2008, reclamaram que não tinham segurança de posse em suas novas moradias.

Discriminação

Por toda a região, mulheres e meninas continuaram sendo submetidas à discriminação legal e de outros tipos, além de serem privadas da oportunidade de usufruir de direitos como educação, saúde e participação política. Na maioria dos países, as leis relativas à família e ao status pessoal tornam as mulheres juridicamente inferiores aos homens no que diz respeito à herança, ao divórcio e à custódia dos filhos, além de não as protegerem adequadamente contra a violência praticada no seio da família por causa de seu gênero. Países como o Iraque, a Jordânia e a Síria retiveram leis que permitem aos homens que cometem atos de violência contra mulheres livrarem-se de punição ou receberem punição mínima caso se considere que seus crimes tenham sido cometidos "em um acesso de raiva" ou para manter a "honra" da família. Na Síria, considerou-se um avanço quando o Presidente decretou, em julho, que os homens que matarem ou ferirem parentes mulheres por tais motivos deveriam receber uma pena de, pelo menos, dois anos de prisão.

Assassinatos de mulheres ditos "em nome da honra" foram registrados na Jordânia, na Autoridade Palestina e na Síria. No Iraque,

mulheres foram atacadas e ameaçadas por não aderirem aos rigorosos códigos morais, e detentas relataram a um comitê parlamentar que haviam sido estupradas enquanto detidas. No Irã, as autoridades continuaram a perseguir as ativistas e defensoras dos direitos humanos que conduziam uma popular campanha para acabar com a discriminação que existe na lei contra as mulheres.

Contudo, em 2009, ocorreram alguns avanços. No Kuait, quatro mulheres foram eleitas diretamente para o parlamento pela primeira vez depois que, em 2005, as mulheres passaram a ter direito a votar e a concorrer a cargos eletivos. Na Arábia Saudita, pela primeira vez uma mulher assume uma pasta ministerial no governo – como ministra da educação de mulheres. No Iêmen, a legislação foi alterada para permitir que mulheres iemenitas com maridos estrangeiros pudessem transmitir aos filhos sua nacionalidade. Porém, ainda não havia sido aprovada uma proposta para aumentar a idade permitida para o casamento de meninas, embora o casamento precoce e forçado de meninas continue sendo uma prática comum que, possivelmente, contribua para o índice marcadamente alto de mortalidade materna no Iêmen. O Qatar aderiu, em junho, à Convenção da ONU sobre a Mulher, porém, com reservas. Enquanto isso, os governos da Argélia e da Jordânia retiraram algumas das reservas que fizeram anteriormente ao tratado, mas mantiveram outras, o que, portanto, continua minando a essência da Convenção como um meio de acabar com a discriminação de gênero.

Por toda a região, as autoridades públicas têm se mostrado relutantes ou simplesmente indispostas a honrar suas obrigações, assumidas em tratados internacionais, de proteger e de promover os direitos humanos.

Nos Estados do Golfo, ricos em gás e petróleo, foram os trabalhadores imigrantes – sobretudo da Ásia – que alicerçaram as economias nacionais e que ajudaram a construir o arranhacéu mais alto do mundo, inaugurado em dezembro, em Dubai, com muita fanfarra. Embora essa ascensão tenha sido obra de seu trabalho pesado, a situação de seus direitos humanos era extremamente rebaixada, pois eram explorados, submetidos a abusos e tinham de viver em condições miseráveis, muito distantes de toda a opulência. Em situação ainda mais rebaixada, tanto no Golfo quanto em países como o Líbano, estavam os imigrantes trabalhadores domésticos, na sua maioria mulheres. Elas geralmente eram excluídas até mesmo das raras proteções legais que existiam para os trabalhadores imigrantes da construção e de outras indústrias. Eram as pessoas mais vulneráveis a abusos e a exploração, discriminadas triplamente como estrangeiras, como trabalhadoras desprotegidas e como mulheres.

Por toda a região, a situação dos trabalhadores imigrantes foi motivo de sérias preocupações. Milhares de pessoas suspeitas de serem imigrantes irregulares da África subsaariana, em busca de trabalho ou tentando viajar para a Europa, foram detidas na Argélia, na

Líbia e em outros países, sendo expulsas sumariamente; há relatos de que algumas delas foram espancadas ou submetidas a outros abusos.

As forças de segurança egípcias mataram a tiros pelo menos 19 imigrantes que tentavam cruzar a fronteira para Israel e devolveram 64 pessoas à força para a Eritreia, apesar dos riscos de que seus direitos humanos fossem violados naquele país. O governo argelino transformou em crime a saída "ilícita" do país, tanto de seus cidadãos quanto de estrangeiros. Um anteprojeto de lei apresentado ao parlamento israelense prescrevia uma série de sentenças de prisão a serem impostas a estrangeiros que entrassem ilegalmente em Israel, sendo que as sentenças mais duras eram reservadas para determinadas nacionalidades.

Além disso, refugiados e requerentes de asilo raramente recebiam as proteções a que têm direito. No Líbano, a grande comunidade de refugiados palestinos, que ali reside há muito tempo, continuou sem poder ter acesso a moradias adequadas, a trabalho e ao usufruto de outros direitos econômicos e sociais; milhares de refugiados que fugiram do campo de Nahr al-Bared para escapar dos conflitos ocorridos em 2007 ainda não haviam conseguido retornar às suas antigas casas, mais de dois anos depois de os combates terem cessado. Ademais, um processo que visava a resolver a situação de um número estimado em cerca de vários milhares de refugiados que não possuíam documentos oficiais – os "sem-identidade" – foi suspenso pelas autoridades libanesas da área de segurança.

Mulheres, imigrantes e refugiados, no entanto, não foram os únicos a serem submetidos à discriminação e a violências em 2009. No Irã, no Iraque e em outros países, integrantes de minorias étnicas e religiosas foram vítimas de discriminação e de ataques violentos. Na Síria, milhares de curdos se encontravam efetivamente sem pátria, e ativistas da minoria curda foram detidos e encarcerados. No Qatar, integrantes de uma tribo culpada por uma tentativa frustrada de golpe, em 1996, continuaram a ter sua cidadania negada, assim como emprego e outros direitos. Outras pessoas também sofreram discriminação por serem gays, lésbicas, bissexuais ou transgêneros. No Egito, por exemplo, homens suspeitos de serem gays foram alvo de processos com base em uma lei sobre libertinagem e foram submetidos a tratamento degradante. No Iraque, gays foram sequestrados, torturados, assassinados e mutilados por milícias islâmicas, e os responsáveis não tiveram de prestar contas desses atos.

Prestando contas pelo passado

Em 2009, poucos progressos foram feitos no sentido de se enfrentar as violações de direitos humanos cometidas no passado, apesar dos

esforços constantes e corajosos de muitos sobreviventes e de familiares de vítimas para saber a verdade sobre o que aconteceu e para buscar justiça. O governo argelino parecia cada vez mais determinado a apagar da memória pública os desaparecimentos forçados e os assassinatos cometidos na década de 1990, enquanto o governo da Síria não mostrava nenhum interesse em esclarecer o destino de quem desapareceu sob o regime do pai do atual presidente. No Líbano, grupos de direitos humanos obtiveram uma ordem judicial para que as constatações de uma investigação oficial sobre desaparecimentos forçados, realizada anteriormente fossem reveladas. Entretanto, havia poucos sinais de que o governo, um ato de malabarismo entre diferentes facções, tivesse alguma disposição para realmente buscar a verdade. Um Tribunal Especial para o Líbano foi criado nos Países Baixos com mandato para processar os perpetradores de um conjunto de crimes políticos – o assassinato do ex-primeiro-ministro libanês Rafic Hariri e crimes correlatos – mas não foi complementado por medidas para que se investigassem muitos outros crimes. No Marrocos/Saara Ocidental, as reformas jurídicas e institucionais recomendadas anos atrás pela inovadora Comissão para a Igualdade e a Reconciliação ainda não haviam sido implementadas, assim como nenhuma medida havia sido tomada para fazer justiça a quem teve seus direitos violados sob o regime do rei Hassan II, quando a violência contra dissidentes e adversários tomou proporções extremas. No Iraque, indivíduos acusados de cometerem crimes sob o governo de Sadam Hussein continuaram a ser julgados por um tribunal com falhas gravíssimas que proferia sentenças de morte. Na Líbia, familiares dos prisioneiros mortos na penitenciária de Abu Salim, em 1996, ainda aguardavam o resultado de um inquérito oficial atrasado e aparentemente secreto.

Conclusão

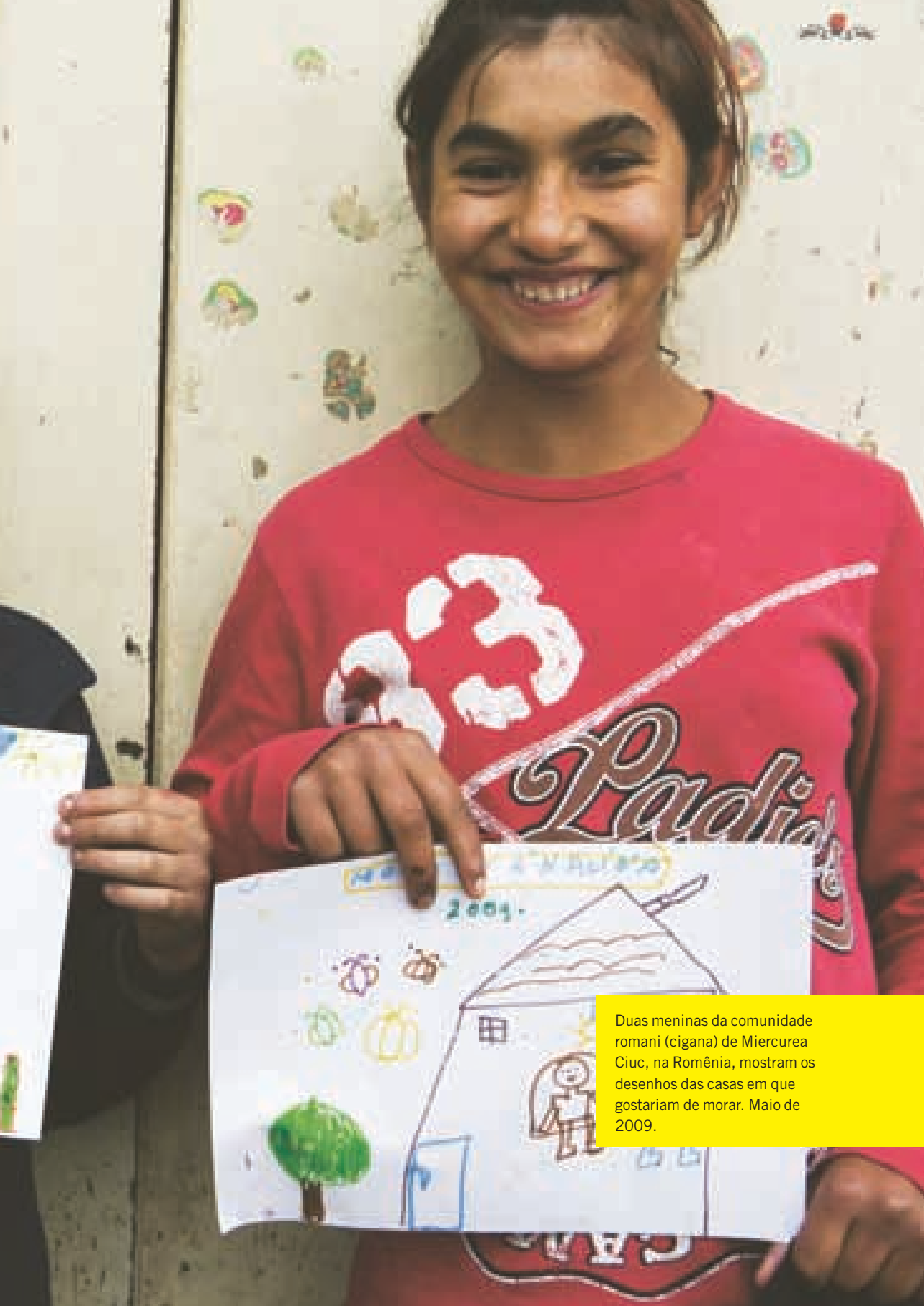
Dez anos após o começo de um novo milênio, ainda há muito – muito mesmo – que precisa ser feito para que os direitos humanos estabelecidos há mais de 60 anos na Declaração Universal dos Direitos Humanos se tornem realidade. Em particular, por toda a região, as autoridades públicas têm se mostrado relutantes ou simplesmente indispostas a honrar suas obrigações, assumidas em tratados internacionais, de proteger e de promover os direitos humanos. Essa tendência tem sido ainda mais exacerbada diante das ameaças do terrorismo, ao mesmo tempo em que essa ameaça também é usada como justificativa conveniente para reprimir mais intensamente as críticas legítimas e as diferenças de opinião. Ainda assim, por toda a região, existem pessoas corajosas que não

esmorecem e que continuam a lutar pelo que é seu direito e dever, apoiando os direitos de outras pessoas. Elas são nossa inspiração.

PERSPECTIVAS REGIONAIS
ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

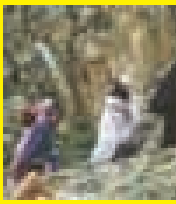


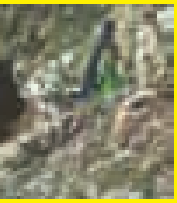
Photography©Zsuzsanna Árdó



Duas meninas da comunidade romani (cigana) de Miercurea Ciuc, na Romênia, mostram os desenhos das casas em que gostariam de morar. Maio de 2009.





INFORME 2010 - ANISTIA INTERNACIONAL

PARTE TRÊS: PAÍSES

10



Em 28 de setembro de 2009, mais de 150 pessoas foram mortas em Conacri, na Guiné, quando as forças de segurança reprimiram com violência uma manifestação pacífica contra a participação do Presidente Camara nas eleições presidenciais de janeiro de 2010.

© AP/PA Photo/Schalk van Zuydam

AFEGANISTÃO

REPÚBLICA ISLÂMICA DO AFEGANISTÃO

Chefe de Estado e de governo:	**Hamid Karzai**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**28,2 milhões**
Expectativa de vida:	**43,6 anos**
Mortalidade de crianças até 5anos (m/f):	**233/238 por mil**
Taxa de alfabetização:	**28 por cento**

A população afegã continuou a sofrer violações de direitos humanos generalizadas, bem como violações do direito internacional humanitário, por mais de sete anos depois de os Estados Unidos e seus aliados suplantarem o Talibã. O acesso a serviços de saúde, à educação e à ajuda humanitária piorou, sobretudo no sul e no sudeste do país, devido à escalada do conflito armado entre, de um lado, as forças afegãs e internacionais e, de outro lado, os talibãs e outros grupos armados. Violações relacionadas ao conflito tiveram um aumento no norte e no oeste do Afeganistão, áreas antes consideradas relativamente seguras.

Informações gerais

Por todo o país, o Talibã e outros grupos contrários ao governo intensificaram os ataques contra civis, inclusive contra escolas e centros de saúde. As denúncias de fraude eleitoral nas eleições presidenciais de 2009 foram um reflexo de preocupações mais amplas relativas à governança precária e à corrupção endêmica dentro do governo. Os afegãos tiveram de suportar uma situação de desordem legal associada ao próspero tráfico ilegal de narcóticos, a um sistema de justiça fraco e inepto e à falta de respeito sistemática pelo Estado de direito. A impunidade persistiu. O governo não investigou nem processou autoridades de alto escalão que se acredita estarem envolvidas tanto em violações de direitos humanos quanto em atividades ilegais.

A ONU classificou o Afeganistão como o segundo país mais pobre em seu índice de desenvolvimento humano. O país tinha a segunda taxa de mortalidade materna mais alta do mundo. Apenas 22 por cento dos afegãos tinham acesso à água potável.

Impunidade – eleições nacionais

O fracasso na implementação do Plano de Ação para a Paz, a Justiça e a Reconciliação de 2005, bem como no desmantelamento de grupos armados ilegais possibilitou que indivíduos suspeitos de sérias violações contra os direitos humanos disputassem e assumissem cargos públicos.

O governo afegão e seus apoiadores internacionais não instituíram mecanismos adequados de proteção dos direitos humanos antes das eleições de agosto. O pleito foi comprometido pela violência e por denúncias de fraude eleitoral generalizada, inclusive adulteração de urnas, fechamento antecipado das seções de votação, abertura não-autorizada de seções de votação e multiplicidade de votos.

Apesar da onda de protestos, o governo do Presidente Karzai, que foi reeleito, incluía em seus ministérios diversas figuras sob as quais pesavam denúncias públicas e confiáveis de crimes de guerra e de violações de direitos humanos cometidos durante a guerra civil afegã e após a queda do Talibã.

Conflito armado

Abusos cometidos por grupos armados

Aumentaram as mortes de civis causadas pelo Talibã e por outros grupos insurgentes. Segundo a ONG afegã *Safety Office*, entre janeiro e setembro, grupos armados efetuaram mais de 7.400 ataques por todo o país. A ONU registrou mais de 2.400 mortes de civis, dois terços das quais foram provocadas pelo Talibã.

O auge da violência se deu em agosto, no período eleitoral, quando muitos dos ataques eram indiscriminados e visavam os civis. Usadas como seções eleitorais, escolas e centros de saúde ficaram vulneráveis a ataques. De acordo com a ONU, pelo menos 16 escolas e um centro de saúde foram atacados pelo Talibã e por grupos insurgentes no dia das eleições.

■ Em 11 de fevereiro, o Talibã efetuou atentados suicidas a bomba e ataques com armas contra três edifícios governamentais em Cabul, matando ao menos 26 pessoas – 20 das quais civis – e ferindo mais de 60, na maioria civis.

■ Em 17 de setembro, um carro-bomba suicida explodiu em um comboio da Força Internacional de Assistência à Segurança em Cabul, matando 18 pessoas – entre elas 10 civis – e ferindo mais de 30 outros civis. O Talibã assumiu a responsabilidade pelo ataque.

■ Ao menos 30 civis foram mortos e 31 ficaram feridos em ataques realizados pelo Talibã no dia das eleições.

■ No dia 8 de outubro, um carro-bomba suicida do Talibã explodiu diante da Embaixada da Índia em

Cabul, matando 13 civis e 2 policiais, além de ferir outros 60 civis e 13 policiais.

■ No dia 28 de outubro, combatentes talibãs invadiram uma hospedaria da ONU, em Cabul, matando cinco funcionários estrangeiros da ONU, um civil afegão e dois seguranças afegãos. Esse foi um dos ataques mais mortíferos dos últimos anos contra as Nações Unidas no Afeganistão, fazendo com que a organização transferisse mais de 600 funcionários estrangeiros para fora do país.

O Talibã e outros grupos armados continuaram a atacar edifícios de escolas e a visar professores e alunos. Mais de 458 escolas, as maiorias das quais localizadas no sul, foram fechadas em todo o país devido à insegurança, o que afetou 111.180 estudantes. O Talibã visava, principalmente, escolas de meninas.

■ Em maio, um ataque com gás contra uma escola de meninas, na província de Kapisa, fez com que mais de 84 estudantes tivessem que ser levadas para o hospital.

Abusos cometidos pelas forças afegãs e internacionais

As forças internacionais revisaram suas regras de combate a fim de provocar o mínimo de baixas civis; porém, as mortes de civis provocadas pelas operações das forças de segurança internacionais e afegãs aumentaram no primeiro semestre do ano. Faltava às forças da OTAN e dos EUA um mecanismo coerente e consistente para investigar as mortes de civis e para possibilitar prestação de contas e compensação às vítimas.

■ Em 4 de setembro, ataques aéreos da OTAN, próximos ao vilarejo de Amarkhel, na província de Kunduz, mataram até 142 pessoas – das quais 83 seriam civis. Embora pudesse tê-lo feito, a OTAN não advertiu de maneira efetiva os civis de que estava na iminência de lançar um ataque naquela área (veja a seção sobre a Alemanha).

■ Em 27 de agosto, forças da OTAN que davam apoio a unidades do exército afegão atacaram um centro de saúde na província de Paktika, onde um líder talibã estaria recebendo tratamento médico. O ataque violou o direito internacional humanitário, o qual protege combatentes que não estão mais lutando em virtude de ferimentos de batalha.

■ Em 4 de maio, ataques aéreos dos EUA no distrito de Bala Baluk, na província de Farah, oeste do país, provocaram a morte de mais de 100 civis. Militares da OTAN e dos EUA informaram que militantes talibãs estavam se escondendo em meio à população civil a fim de instigar ataques contra civis.

Liberdade de expressão – jornalistas

O Talibã e outros grupos armados intensificaram os ataques contra jornalistas afegãos e impediram que eles trabalhassem nas áreas sob seu controle. Jornalistas também foram intimidados e atacados pelo governo.

O Talibã tentou interromper a cobertura que os meios de comunicação faziam das eleições. Profissionais da imprensa enfrentaram intimidações e interferências de apoiadores do Presidente Karzai e de outros candidatos, principalmente do candidato presidencial rival, Abdullah Abdullah. Dois jornalistas e dois outros profissionais da imprensa foram mortos por forças governamentais e por grupos armados, sendo que muitos outros sofreram ataques físicos.

Como em anos anteriores, o governo não investigou completamente as mortes e os ataques contra jornalistas.

■ Em julho, cinco jornalistas foram espancados por policiais em Herat, por cobrirem uma manifestação pública e casos de corrupção policial.

■ No dia 11 de março, Jawed Ahmad, um jornalista afegão que trabalhava para uma rede internacional, foi morto por insurgentes na província de Kandahar.

■ Em setembro, Sayed Parwiz Kambakhsh recebeu o perdão do Presidente Karzai e obteve asilo em um terceiro país. Ele cumpria uma pena de 20 anos de prisão por "blasfêmia" por, supostamente, ter distribuído um artigo questionando o papel da mulher no Islã.

Violência contra mulheres e meninas

Mulheres e meninas continuaram a enfrentar discriminação generalizada e violência doméstica, além de raptos e estupros cometidos por indivíduos armados. Elas continuaram a ser traficadas e negociadas para resolver disputas e saldar dívidas, bem como forçadas a se casarem, inclusive sendo menores de idade. Em alguns casos, mulheres e meninas eram visadas especificamente para sofrer ataques do Talibã e de outros grupos armados.

As mulheres defensoras dos direitos humanos continuaram sendo vítimas de violência, de hostilidade, de discriminação e de intimidação por parte de figuras do governo, assim como do Talibã e de outros grupos armados.

■ Em abril de 2009, o Talibã assassinou Sitara Achekzai, secretária do Conselho Provincial de Kandahar e eminente ativista dos direitos das mulheres.

Desenvolvimentos legais

O governo introduziu duas leis referentes às mulheres.

■ Em março, foi aprovada a Lei do Status Pessoal Xiita, que continha várias cláusulas discriminatórias contra as mulheres xiitas. Em julho, após receber críticas de grupos de mulheres afegãs e da comunidade internacional, a lei foi emendada. Algumas cláusulas discriminatórias permaneceram.

■ Em agosto, a Lei de Eliminação da Violência contra a Mulher foi aprovada pelo presidente afegão e pelos ministérios de seu gabinete. A lei, que criminalizou a violência contra a mulher, inclusive a violência doméstica, ainda tem de ser aprovada pelo parlamento.

Restrições à ajuda humanitária

A atividade insurgente, principalmente nas províncias do sul e do leste, impediu que muitas agências humanitárias e assistenciais operassem nesses locais. Os ataques do Talibã e de outros grupos armados contra trabalhadores assistenciais aumentaram consideravelmente, inclusive no norte do país. Houve 172 ataques contra ONGs e contra trabalhadores assistenciais, os quais resultaram em 19 pessoas mortas, 18 feridas e 59 sequestradas. O conflito prejudicou o acesso da ajuda humanitária a algumas das áreas mais afetadas do sul e do leste, atrapalhando o fornecimento de assistência médica e de recursos essenciais a milhões de pessoas. Somente em março, 13 comboios humanitários foram atacados e saqueados por grupos armados.

Direito à saúde

O conflito continuou a causar um impacto negativo sobre os serviços de saúde. Algumas clínicas e unidades de saúde, sobretudo no sul, sofreram as consequências das operações efetuadas por ambas as partes no conflito, o que teve um efeito devastador para o acesso dos civis à assistência médica.

■ Dois Centros de Saúde Básica, nos distritos de Nawa e Garamseer, na província de Helmand, foram ocupados, em agosto, pelas forças militares internacionais e nacionais para serem utilizados como bases militares. Em setembro, o centro de saúde do distrito de Nawa foi reaberto e o de Garamseer foi transferido para outro local.

■ No dia 6 de setembro, tropas da Força Internacional de Assistência à Segurança invadiram e realizaram buscas em um hospital administrado pelo *Comitê Sueco para o Afeganistão* na província de Wardak.

Pessoas deslocadas dentro do país

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estimava que 297 mil afegãos haviam sido desalojados de suas casas, mais de 60 mil deles apenas em 2009. A maioria dos deslocados havia fugido dos contínuos combates nas áreas do sul, leste e sudeste do país. Outros milhares foram deslocados devido à seca, às enchentes repentinas e à escassez de alimentos nas áreas do centro e do norte.

Milhares de desalojados viviam em acampamentos improvisados, em Cabul e Herat, com abrigos inadequados e com acesso muito precário à comida, à água potável, a serviços de saúde e à educação.

No decorrer do ano, segundo o ACNUR, um total de 368.786 refugiados retornaram do Irã e do Paquistão para o Afeganistão. Algumas dessas pessoas haviam sido deslocadas de seus locais de origem devido à falta de oportunidades econômicas e ao acesso limitado à terra, à moradia, à água potável e à água para irrigação, a serviços de saúde e à educação. Em muitos casos, a terra e as propriedades que essas pessoas deixaram foram ocupadas pelas milícias locais aliadas do governo.

Milhares de paquistaneses deslocados que fugiram das operações militares realizadas no noroeste do Paquistão – nas Áreas Tribais sob Administração Federal e no Vale do Swat – foram abrigar-se nas províncias de Kunar, Khost e Paktika, no leste do Afeganistão (veja a seção sobre o Paquistão).

Prisões e detenções arbitrárias

Centenas de afegãos continuaram a ser detidos arbitrariamente, sem uma clara autoridade jurídica e sem o devido processo legal. Aproximadamente 700 afegãos permaneceram detidos na base dos EUA no aeroporto de Bagram, sem acusação nem julgamento, em "internamento de segurança" de duração indefinida. No dia 15 de novembro, os EUA inauguraram uma nova unidade de detenção "melhorada" adjacente à de Bagram; porém, continuaram a sonegar aos detentos o devido processo legal (veja a seção sobre os EUA).

Forças da OTAN e dos EUA continuaram entregando detentos nas mãos do Diretório Nacional de Segurança, o serviço de inteligência do Paquistão, onde eles corriam risco de tortura e de outros maus-tratos, de detenções arbitrárias e de julgamentos injustos.

Agentes policiais detiveram de modo ilegal – em alguns casos até mesmo julgaram – pessoas por acusações não previstas no Código Penal, tais como quebra de obrigações contratuais e disputas familiares, além dos chamados "crimes morais". O Diretório Nacional de Segurança prendeu e deteve pessoas, entre as quais jornalistas, por atos considerados como um "risco à segurança e à proteção pública e do Estado", algo que está vagamente definido na legislação afegã.

Sistema de justiça

Em seu relatório nacional ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em fevereiro, o governo reconheceu a debilidade do sistema de justiça, o qual apresenta problemas como a falta de acesso das mulheres à Justiça, a corrupção e a ausência da presunção de inocência.

Os procedimentos de julgamento não satisfaziam as normas internacionais de justiça, entre outras coisas, por não permitirem um prazo adequado para que o acusado prepare sua defesa, pela falta de advogados de defesa, pela confiança em provas insuficientes ou obtidas mediante tortura ou maus-tratos e por se negar ao réu seu direito de convocar e de questionar testemunhas.

Pena de morte

Tribunais de primeira instância sentenciaram 133 pessoas à pena de morte. Dessas, 24 tiveram sua sentença confirmada pela Suprema Corte do Afeganistão. Pelo menos 375 pessoas permaneciam aguardando execução.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Afeganistão em abril, maio, outubro e dezembro.

Getting away with murder? The impunity of international forces in Afghanistan (ASA 11/001/2009)

Afghanistan: Three concrete steps to improve conditions for Afghans (ASA 11/004/2009)

Afghanistan: 10-point human rights agenda for President Karzai (ASA 11/017/2009)

ÁFRICA DO SUL

REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL

Chefe de Estado e de governo:	**Jacob G. Zuma (sucedeu a Kgalema Motlanthe em maio)**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**50,1 milhões**
Expectativa de vida:	**51,5 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**79/64 por mil**
Taxa de alfabetização:	**88 por cento**

Observou-se um aumento nos casos de tortura e de execuções extrajudiciais praticados pela polícia. Refugiados e imigrantes continuaram a ser discriminados e desalojados em incidentes violentos de grandes proporções. Defensores do direito à moradia foram ameaçados e atacados impunemente. Registrou-se um alto nível de violência contra mulheres e meninas, e as autoridades não prestaram apoio adequado às sobreviventes desses abusos. Cerca de 5,7 milhões de pessoas viviam com HIV, condição que seguia afetando desproporcionalmente as mulheres.

Informações gerais

As eleições de abril levaram à formação de um novo governo sob a liderança do presidente do Congresso Nacional Africano (CNA), Jacob Zuma. O CNA conquistou 65,9 por cento dos votos e o controle de oito das nove províncias. Um funcionário da Comissão Eleitoral Independente da província de KwaZulu-Natal foi processado por fraude e por violação do Código Eleitoral, o primeiro caso desse tipo desde 1994.

A pobreza persistente, o desemprego crescente e a criminalidade violenta, somados à crise do setor de saúde pública, foram grandes desafios que o novo governo teve de enfrentar. Divergências sobre políticas econômicas criaram tensão na aliança entre o CNA, o Congresso dos Sindicatos e o Partido Comunista, o que resultou em frequentes greves de trabalhadores lideradas pelos sindicatos. Corrupção e nepotismo impediram que comunidades tivessem acesso à moradia e a serviços, causaram a derrubada de alguns governos municipais e provocaram protestos generalizados das comunidades afetadas. A instabilidade da situação contribuiu para aumentar os incidentes de violência contra cidadãos estrangeiros, que eram vistos como competidores diante dos escassos recursos econômicos.

Acontecimentos políticos continuaram a afetar a independência e a integridade da administração da justiça. Em abril, o diretor nacional do Ministério Público (NDPP), Mokotedi Mpshe, retirou a denúncia de corrupção contra Jacob Zuma, em razão de interferência indevida no caso.

Em agosto, a Comissão de Serviços Jurídicos (JCS), sem um procedimento judicial formal, decidiu que o juiz presidente da Corte Superior da província do Cabo Ocidental, John Hlophe, não era culpado de falta grave no caso de uma aparente tentativa de influenciar dois juízes que preparavam o julgamento do processo contra Jacob Zuma. Uma minoria dos integrantes da Comissão discordou da decisão.

Em novembro, o Presidente Zuma nomeou Menzi Simelane como novo diretor. Ele havia sido objeto de um inquérito disciplinar da Comissão de Serviços Públicos depois que a comissão de inquérito Ginwala considerou que seu testemunho era inverídico e sem base legal. As conclusões da Comissão não haviam sido divulgadas até o fim do ano.

Tortura e outros maus-tratos

Houve denúncias sobre incidentes de tortura e de outros maus-tratos praticados pela polícia contra pessoas suspeitas de cometerem crimes. Os casos corroborados incluíam sufocamento e tortura com choques elétricos. Segundo a Diretoria de Queixas Independente (ICD), o órgão de supervisão da polícia, houve aumento dos incidentes de tortura. De abril de 2008 a março de 2009, a ICD investigou 828 casos de agressão com intenção de provocar lesões corporais graves, alguns dos quais configuravam tortura. Diversas pessoas suspeitas foram interrogadas e agredidas enquanto permaneciam detidas sem nenhum registro de sua prisão. Apesar dos persistentes esforços da Comissão Sul-Africana de Direitos Humanos e de organizações da sociedade civil, a África do Sul não ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura.

A Inspetoria Judicial de Prisões recebeu mais de duas mil queixas de agressões de carcereiros contra prisioneiros entre abril de 2008 e março de 2009. Em outubro, passou a vigorar a nova Lei de Reforma dos Serviços Correcionais, que obriga os agentes prisionais a comunicar imediatamente todo uso de força ao juiz inspetor. A superlotação continuou sendo um problema sério, com 19 prisões em situação de "superlotação crítica".

■ Sidwel Mkwambi morreu, em fevereiro, sob custódia da Unidade de Crime Organizado (OCU) de Bellville South. A polícia alegou que ele se atirou de uma viatura em movimento; porém, os ferimentos que ele apresentava não eram condizentes com essa afirmação. Em maio, o secretário provincial de polícia ordenou que a OCU cooperasse com a investigação conduzida pela Diretoria de Queixas Independente. A Diretoria encaminhou o caso à promotoria de justiça, que decidiria se as denúncias apresentadas contra 14 integrantes da OCU eram procedentes.

Execuções extrajudiciais

Em setembro, o ministro da Polícia e o comissário da Polícia Nacional anunciaram medidas legislativas e de outra natureza para reagir com o máximo rigor contra criminosos armados e contra os responsáveis por ataques à polícia.

Em junho, a Diretoria de Queixas Independente registrou um aumento de 15 por cento nas mortes sob custódia e nas mortes "resultantes da ação policial" nos dois últimos anos verificados. O maior aumento, de 47 por cento, foi na província de KwaZulu-Natal, onde o número de mortes passou de 175 para 258.

■ Bongani Mkhize, presidente da Associação de Táxi de Maphumulo, foi morto a tiros por membros da Unidade de Intervenção Nacional, no dia 3 de fevereiro, supostamente por ter disparado contra eles. Sua morte, que se supunha estar ligada às investigações sobre o homicídio de um inspetor de polícia, acabou acontecendo mesmo diante de uma decisão da Corte Superior de Durban, tomada três meses antes, visando refrear a polícia de cometer um "homicídio ilegal" contra ele. O tribunal recebeu provas de que o nome de Bongani Mkhize constava em uma lista de suspeitos, os quais foram todos mortos a tiros até outubro desse ano; alguns depois de serem presos e interrogados pela polícia.

■ Um homem não identificado foi morto a tiros em Durban, no dia 29 de outubro, aparentemente quando fugia da polícia após um suposto roubo de veículo. Testemunhas ouviram disparos e viram seu corpo dependurado em uma cerca de segurança próxima a um edifício residencial. A polícia tentou enganar investigadores independentes, além de declarar à imprensa que ele havia se eletrocutado na cerca. A perícia médica, porém, indicou que ele morreu ao ser atingido na espinha por um projétil de alta velocidade.

Não havia indícios de danos causados por choque elétrico.

Direito a moradia adequada – desalojamentos forçados

Em setembro, líderes e apoiadores do movimento comunitário por direitos econômicos e sociais *Abahlali baseMjondolo* (associação dos moradores de favelas) tiveram que fugir de suas casas em um assentamento informal na rodovia Kennedy, próximo a Durban, depois de serem atacados por homens armados. Suas moradias foram destruídas e eles foram ameaçados com novas violências. Os agressores identificaram seus alvos pelo nome e em termos étnicos, como *amaMpondo* (falantes da língua xhosa). Depois disso, 13 apoiadores do *Abahlali*, todos falantes de xhosa, foram presos e indiciados pela morte de dois homens na mesma noite do ataque, 27 de setembro. No entanto, ninguém foi indiciado pelos ataques aos apoiadores do *Abahlali*. No fim do ano, foi encerrada a ação contra um dos 13 apoiadores do *Abahlali* que foram presos; 12 seguiam sendo processados – sete deles aguardando julgamento em liberdade.

Em outubro, a Corte Constitucional declarou que a seção 16 da Lei 6 de KwaZulu-Natal sobre a Eliminação de Favelas e a Prevenção de seu Ressurgimento (2007) era incompatível com a Constituição e era inválida. A ação judicial contra essa lei foi impetrada em 2008 por apoiadores do *Abahlali*. A decisão de outubro afetou milhares de pessoas que viviam em moradias informais e sem segurança de posse.

Apesar do impacto desse processo judicial exitoso, o trabalho comunitário do *Abahlali baseMjondolo* continuou severamente perturbado pelos violentos eventos de setembro.

Refugiados e imigrantes

Violações do direito à vida e à integridade física de refugiados e de imigrantes, além de ataques contra suas propriedades, ocorreram durante todo o ano. Incidentes de violência provocaram deslocamentos em grande escala de comunidades estrangeiras em De Doorns, Siyathemba/Balfour e Polokwane, sendo que incidentes graves também ocorreram em outros locais. Cidadãos somalis e zimbabuanos eram alvos preferenciais de perseguição. A reação da polícia a esses incidentes foi de cumplicidade ou de negligência, sendo que, em alguns casos, houve um esforço claro no sentido de impedir que a violência aumentasse. Próximo do fim do ano, o trabalho da sociedade civil e de organizações humanitárias começava a produzir melhoras na resposta emergencial da polícia.

O Presidente Zuma condenou, publicamente, a xenofobia e a destruição das propriedades de cidadãos estrangeiros. Houve avanços na redação de um plano de ação nacional para combater o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e outras intolerâncias relacionadas. Continuou difícil encontrar soluções duradouras para alguns refugiados desalojados, principalmente para os que provinham de países em conflito. Continuaram ocorrendo incidentes de repatriamento forçado.

A crise econômica e política no Zimbábue impulsionou o fluxo de imigrantes e de requerentes de asilo para a África do Sul. Em abril, o governo liberou, por 90 dias, a entrada de zimbabuanos sem exigência de visto e anunciou planos de conceder licença imigratória para os zimbabuanos que já estavam no país. No fim do ano, as licenças ainda não haviam sido concedidas. Um abrigo informal para zimbabuanos na cidade fronteiriça de Musina foi fechado de modo abrupto no mês de março, fazendo com que muitos de seus ocupantes tivessem que buscar abrigo em Joanesburgo, sobretudo junto à Igreja Metodista Central. No final do ano, milhares de zimbabuanos ainda estavam abrigados pela igreja, e as autoridades não satisfaziam suas necessidades humanitárias.

■ Em julho, a polícia prendeu centenas de cidadãos, na maioria zimbabuanos, por "vadiagem" nas proximidades da Igreja Metodista Central. Exames de perícia médica indicaram que, em alguns casos, os detidos foram espancados, chutados, atingidos por spray de pimenta e por descargas de armas de eletrochoque. Alguns foram agredidos verbalmente pela polícia, que os chamava de *makwerekwere* (estrangeiros). Três dias depois, todos os detidos foram liberados sem acusações. Em outubro, a Igreja Metodista Central e a organização *Advogados pelos Direitos Humanos* entraram com um pedido para que a Corte Superior declarasse a ilegalidade das prisões e proibisse a utilização futura de qualquer legislação municipal antivadiagem. O processo ainda tramitava no fim do ano.

Violência contra mulheres e meninas

Foi anunciada a criação de um novo Ministério da Mulher, da Juventude, das Crianças e das Pessoas com Deficiência.

Altos índices de violência contra mulheres e meninas continuaram a ser registrados, embora seja difícil fazer comparações com anos anteriores, pois o sistema legal para o registro desses casos foi modificado. Estatísticas policiais para o período de um ano, até março de 2009, indicaram um aumento de 10,1 por cento nos delitos sexuais, inclusive em estupro contra adultos e crianças, somando mais de 30 mil vítimas com mais de 18 anos.

Em junho, o Conselho Sul-Africano de Pesquisas Médicas publicou o resultado de um levantamento mostrando que mais de dois quintos dos homens entrevistados haviam usado violência física contra uma parceira íntima.

Em fevereiro, a Diretoria de Queixas Independente comunicou ao Parlamento que sua inspeção de 430 delegacias de polícia mostrava que muitas delas não cumpriam com as obrigações determinadas pela Lei de Violência Doméstica. Registraram-se várias queixas bem fundamentadas contra a polícia, inclusive por não prender perpetradores que desobedeciam Ordens de Proteção, por não informar às denunciantes suas opções em virtude da Lei de Violência Doméstica e por "expulsar" as denunciantes.

ONGs e organizações de apoio informaram que a polícia não havia recebido treinamento adequado – por vezes nenhum treinamento – sobre as obrigações que teria em razão das leis de delitos sexuais e de violência doméstica. No fim do ano, as autoridades haviam criado 17 dos esperados 50 centros unificados planejados para oferecer tratamento, apoio e acesso à Justiça para sobreviventes de violência baseada em gênero. Em julho, o ministro da Polícia anunciou que reavaliaria a decisão de fechar as unidades especializadas em violência familiar e delitos sexuais. Pesquisas confirmaram que a decisão de fechar as unidades, tomada em 2006, resultou na piora dos serviços e na redução dos índices de prisões e de condenações.

Em novembro, a Corte da Igualdade examinou uma denúncia sobre discurso de ódio apresentada pela ONG *Sonke Justiça de Gênero*. A ação foi movida contra o presidente da Liga Jovem do Partido do Congresso Nacional Africano, por comentários públicos depreciativos sobre mulheres que denunciavam terem sido estupradas.

Direito à saúde – pessoas vivendo com HIV/Aids

Segundo o UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas para HIV e Aids), aproximadamente 5,7 milhões de pessoas viviam com HIV. Até julho, o número de pacientes de Aids que recebiam tratamento antiretroviral (TAR) havia aumentado para cerca de 870 mil. Esse número representava, aproximadamente, a metade das pessoas que precisavam desse tratamento. O planejamento governamental precário e a carência de funcionários deixaram alguns hospitais com falta de drogas para o TAR, impedindo-os de iniciar o tratamento de pacientes novos. Em outubro, houve aumento das verbas orçamentárias destinadas às drogas para o HIV.

As mulheres continuaram sendo afetadas e infectadas desproporcionalmente pelo HIV e pela Aids. Em junho, um levantamento sobre a incidência nacional do HIV, feito pelo Conselho Sul-Africano de Pesquisa em Ciências Humanas, mostrou que mulheres entre 15 e 19 anos tinham uma taxa de incidência acima de seis por cento, mais do que o dobro da taxa para os homens na mesma faixa etária. Entre as mulheres na faixa etária dos 25 aos 29 anos, essa incidência era superior a 32 por cento. Mulheres africanas entre os 20 e os 34 anos foram identificadas como o grupo populacional de maior risco no país.

Em 1º de dezembro, Dia Mundial de Luta contra a Aids, entre outras medidas voltadas a combater a epidemia, o governo anunciou um novo esforço para aumentar a testagem voluntária para o HIV.

Justiça internacional

Na esteira de protestos da sociedade civil e inversamente à posição adotada na Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da União Africana, realizada no mês de julho em Sirte, na Líbia, o governo confirmou, em agosto, que observaria o mandado de prisão expedido pelo Tribunal Penal Internacional contra o presidente do Sudão caso ele entrasse na África do Sul.

Em dezembro, organizações de direitos humanos requisitaram à Corte Superior de Pretória uma ordem declarando ilegal a decisão das autoridades sul-

africanas de não abrirem uma investigação sobre denúncias de crimes contra a humanidade cometidos no Zimbábue por indivíduos que costumam viajar à África do Sul.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a África do Sul em março, em julho/agosto e em novembro.

Human rights concerns in South Africa: Memorandum sent to the South African government, August 2009 (AFR 53/008/2009)

South Africa: Failure to conduct impartial investigation into Kennedy Road violence is leading to further human rights abuses (AFR 53/011/2009)

ALEMANHA

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA

Chefe de Estado:	**Horst Köhler**
Chefe de governo:	**Angela Merkel**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**82,2 milhões**
Expectativa de vida:	**79,8 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**5/5 por mil**

A proibição absoluta da tortura continuou sendo comprometida pela adesão do governo à política de deportação com garantias, colocando indivíduos em risco de sérias violações dos direitos humanos. O parlamento concluiu seu inquérito sobre as transferências ilegais de suspeitos de terrorismo entre países (*renditions*) e sobre outros abusos relacionados ao combate ao terrorismo. Imigrantes irregulares tiveram seus direitos econômicos, sociais e culturais negados.

Segurança e combate ao terrorismo

Dois processos penais envolvendo suspeitos de terrorismo levantaram preocupações sobre o uso de provas supostamente obtidas através de tortura.

Em um caso julgado pelo Superior Tribunal Regional de Koblens, entre dezembro de 2008 e julho de 2009, o indiciamento da promotoria baseava-se parcialmente em declarações feitas pelo acusado enquanto estava sob custódia no Paquistão, onde ele alegou ter sido espancado e privado de sono.

Em abril, veio a público que, em junho e em setembro de 2008, na cidade de Tashkent, no Uzbequistão, onde a tortura é sistemática, investigadores alemães, na presença do Serviço de Segurança Nacional uzbeque, haviam interrogado uma testemunha que se encontrava detida. O interrogatório fez parte das investigações criminais de um caso julgado pelo Superior Tribunal Regional em Düsseldorf.

Normas regulatórias que regem a Lei de Estrangeiros entraram em vigor em outubro. Elas preveem o uso de "garantias diplomáticas" para justificar a devolução de suspeitos de terrorismo para locais onde eles enfrentam risco de tortura ou de outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, em contravenção às obrigações internacionais. Essas garantias não são confiáveis e não oferecem uma salvaguarda efetiva contra a tortura.

As autoridades continuaram a aceitar "garantias diplomáticas" do governo da Tunísia como suficientes para eliminar o risco de tortura em casos de repatriamentos planejados de tunisianos suspeitos de atividades relacionadas ao terrorismo.

■ Em março, o Tribunal Administrativo de Düsseldorf decidiu, em um processo de um cidadão tunisiano, que "garantias diplomáticas" minavam a proibição absoluta de tortura e proibiu o retorno forçado do querelante. As autoridades recorreram da decisão e o caso estava pendente no fim do ano.

Em julho, o parlamento debateu o relatório de seu inquérito parlamentar sobre transferências extrajudiciais e detenções secretas. O relatório concluiu que o governo e os serviços de inteligência não tinham envolvimento direto ou indireto em transferências extrajudiciais e em detenções secretas. Entretanto, a Anistia Internacional constatou que tanto o inquérito quanto o relatório possuíam evidências suficientes para concluir que a Alemanha foi cúmplice em violações dos direitos humanos e criticou o parlamento por não propor nenhuma medida para prevenir esses abusos no futuro. Em 17 de junho, o Tribunal Constitucional Federal decidiu que o governo havia violado a Lei Constitucional por não fornecer documentos importantes ao comitê parlamentar de inquérito, alegando que eles deveriam permanecer sigilosos para proteger os interesses do Estado. O comitê de inquérito não retomou sua investigação.

Refugiados e requerentes de asilo

O número de requerentes de asilo rejeitados que foram devolvidos à força para a Síria aumentou consideravelmente depois que o acordo de readmissão entre Alemanha e Síria passou a vigorar em janeiro. Após denúncias de que requerentes de asilo sírios repatriados estavam sendo presos, o governo ordenou uma reavaliação da estimativa de risco e recomendou uma moratória *de facto* nas deportações para a Síria em meados de dezembro.

■ Khaled Kenjo, um curdo sírio deportado, foi detido 12 dias depois de sua chegada à Síria, pela Segurança do Estado, um órgão do serviço secreto sírio. Depois de três semanas de detenção incomunicável, durante as quais ele disse ter sido torturado, Khaled Kenjo foi acusado de divulgar notícias "falsas" no estrangeiro, as quais poderiam causar danos à reputação do Estado. Essa acusação do Tribunal Militar de Qamishli estaria supostamente relacionada às suas atividades políticas na Alemanha.

O governo negociou um acordo de readmissão com Kosovo. Vários governos regionais retornaram romanis (ciganos) à força para Kosovo, apesar dos riscos enfrentados por eles em casos de retorno forçado. Em novembro, o Comissário de Direitos Humanos do Conselho da Europa expressou preocupação com essa prática.

Direitos dos imigrantes

Imigrantes irregulares e seus filhos tiveram acesso limitado a atendimento médico, à educação e a remédios jurídicos para casos de violações de direitos trabalhistas. O estado federal de Hesse previa alterar sua prática administrativa a partir de 1º de janeiro de 2010 para que os diretores de escolas não precisassem mais informar a identidade da criança para a Autoridade de Estrangeiros, órgão onde os estrangeiros precisam se registrar. As novas normas regulatórias para reger a Lei de Estrangeiros determinam que os hospitais públicos sejam dispensados de informar a identidade de imigrantes irregulares em casos de tratamento de emergência.

Forças policiais e de segurança

Em dezembro, o Tribunal Federal de Justiça realizou uma audiência pública sobre Oury Jalloh, que morreu sob custódia policial, em 2005, por choque térmico provocado por fogo em sua cela. Na audiência, o Tribunal criticou as investigações. Os parentes de Oury Jalloh e a promotoria pública recorreram de uma decisão do Tribunal Regional de Dessau, que havia absolvido dois policiais.

Em maio, a Agência Federal de Prevenção da Tortura deu início ao seu trabalho, de acordo com o artigo 3º do Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura. Houve preocupação de que os recursos humanos e financeiros da agência não eram suficientes.

Escrutínio nacional – Kunduz

Após as eleições gerais, o governo e os militares estiveram sob pressão dos meios de comunicação e de partidos de oposição por ocultarem informações sobre o ataque aéreo da OTAN próximo a Kunduz, no Afeganistão, em 4 de setembro. Pelo menos 142 pessoas, incluindo civis, foram mortas (veja a seção sobre o Afeganistão). Por conta disso, em novembro, três autoridades militares e governamentais foram forçadas a renunciar. Em 16 de dezembro, um inquérito parlamentar começou a analisar a forma como o governo lidou com o ataque e com suas consequências.

Relações econômicas e direitos humanos

Em julho, o governo suspendeu a garantia de crédito para a exportação que havia concedido a uma empresa alemã devido a suas atividades no projeto da represa de Ilısu, na Turquia. A decisão foi tomada em conjunto com os governos suíço e austríaco depois de peritos independentes concluírem que o projeto não cumpriria as normas acordadas. A expectativa era de que a construção da represa desalojasse 55 mil pessoas, e a política de reassentamento não se adequava às normas internacionais de direitos humanos.

Desenvolvimento legal

Apesar de o governo ter anunciado, em 2008, que assinaria e ratificaria o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, isso não foi feito até o fim do ano.

A Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos não havia sido ratificada no fim do ano, e a Alemanha continuou a ser um país de destino e de trânsito de mulheres traficadas para exploração sexual.

ANGOLA

REPÚBLICA DE ANGOLA

Chefe de Estado:	**José Eduardo dos Santos**
Chefe de governo:	**António Paulo Kassoma**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**18,5 milhões**
Expectativa de vida:	**46,5 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**220/189 por mil**
Taxa de alfabetização:	**67,4 por cento**

A

O governo continuou a assumir compromissos com o fornecimento de moradias populares. No entanto, prosseguiram os despejos forçados, inclusive um dos maiores já efetuados nos últimos anos. Houve relatos de execuções extrajudiciais, de uso excessivo da força, de detenções e prisões arbitrárias, bem como de tortura e de outros maus-tratos cometidos pela polícia. Enquanto as organizações de direitos humanos enfrentaram menos intimidações, jornalistas foram hostilizados e processados devido ao seu trabalho.

Informações gerais

Em setembro, o presidente José Eduardo dos Santos completou 30 anos como chefe de Estado. As eleições presidenciais, previstas para 2009, foram adiadas até que se aprove uma nova Constituição. Foram propostos três modelos constitucionais, os quais foram divulgados a fim de serem debatidos pela população. Uma das versões permitiria que o Presidente fosse eleito diretamente pelo Parlamento. Até o final do ano, não havia sido tomada nenhuma decisão sobre os modelos. Em dezembro, o presidente José Eduardo dos Santos anunciou que as eleições provavelmente não se realizariam nos próximos três anos.

No início do ano, fortes chuvas causaram inundações em muitas partes do país. Dezenas de milhares de pessoas perderam suas casas. Somente em março, na província sulista de Cunene, cerca de 25 mil pessoas ficaram desabrigadas.

Em setembro, Angola chegou a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que permite empréstimos ao país de até 890 milhões de dólares.

Direito a moradia adequada – desalojamentos forçados

O governo anunciou, em julho, que isentaria de impostos alguns materiais de construção importados em uma tentativa de baratear o acesso à moradia para a população pobre. Nesse mesmo mês, foi anunciado que os EUA emprestariam 400 milhões de dólares a Angola para ajudar na construção de um milhão de moradias populares nos próximos cinco anos.

Apesar dessas iniciativas, continuaram ocorrendo despejos forçados. Em julho, mais de três mil famílias (cerca de 15 mil pessoas) foram despejadas à força dos bairros de Bagdá e Iraque, em Luanda. Essas expulsões tiveram uma escala maior do que as observadas nos últimos anos. Autoridades governamentais justificaram suas ações declarando que as pessoas despejadas haviam ocupado ilegalmente uma área destinada a empreendimentos do governo e ali haviam construído casas. Entretanto, algumas das pessoas expulsas afirmaram possuir títulos de posse legais dos terrenos. Houve despejos forçados também na província de Benguela e, por todo o país, dezenas de milhares de pessoas permaneciam sob risco de expulsão forçada.

Polícia

A polícia continuou a praticar violações de direitos humanos, inclusive o uso excessivo da força e execuções extrajudiciais. Poucos policiais foram levados à Justiça. As informações disponibilizadas sobre as ações tomadas contra policiais por violações de direitos humanos ocorridas no passado eram escassas.

■ No final de janeiro, na província do Namibe, um policial perseguiu e matou a tiros Roberto Yava Chivondu quando ele se dirigia para sua casa em uma motocicleta. O policial fez sinal para que ele parasse, mas ele não parou. A esposa e a sobrinha de Roberto Yava Chivondu, que também estavam na motocicleta, ficaram feridas na queda que se seguiu aos tiros. Em junho, o policial, que teria matado outra pessoa em um incidente anterior, foi condenado pelo homicídio de Roberto Yava, pelo Tribunal Provincial do Namibe, sendo condenado a 20 anos de prisão.

■ Em agosto, na cidade de Lobito, província de Benguela, um policial atirou no abdômen de Jorge Euclia, durante uma operação policial para prender um grupo de jovens suspeitos. O policial disparou três tiros

contra Jorge quando ele tentava impedir o policial de bater em seu irmão. Apesar de os ferimentos o levarem a uma unidade de tratamento intensivo, Jorge sobreviveu. O comandante da Polícia Provincial de Benguela declarou que Jorge Euclia havia sido baleado não pelo policial, mas por um dos suspeitos. Nenhuma investigação foi realizada e ninguém foi responsabilizado pelos tiros.

■ Em setembro, no Tribunal Provincial de Luanda, teve início o julgamento de sete policiais acusados de matarem oito jovens no Largo da Frescura, em Luanda, em julho de 2008. Até o final do ano, o julgamento não havia sido concluído.

Prisões arbitrárias, tortura e outros maus-tratos

Foram relatadas prisões e detenções arbitrárias pela polícia. A maioria das prisões se dava com uso de força excessiva. Houve denúncias de que a polícia também torturou e maltratou detentos na província da Lunda Norte.

■ No dia 1º de abril, quatro integrantes da *Comissão do Manifesto Jurídico Sociológico do Protectorado da Lunda Tchokwe*, na província da Lunda Norte, levaram um manifesto ao comando da polícia em Cuango, nessa mesma província. Nas dependências da polícia, os quatro membros da Comissão – Calixto Kulunga, Modesto Timóteo, Bento Majimo e Zeferino Rui Muatxingo – teriam sido presos e espancados pelos policiais para que fornecessem os nomes e os endereços de outros membros da Comissão. Depois disso, aproximadamente 270 pessoas identificadas pelos quatro homens foram presas e detidas. A maioria delas foi solta. Porém, os quatro homens e cerca de 30 outros membros da Comissão permaneceram detidos na prisão de Conduege, na Lunda Norte, onde teriam sido torturados. Eles deveriam ter sido julgados em novembro por crimes contra o Estado; porém, o julgamento foi adiado.

Defensores de direitos humanos

Em março, o Tribunal Constitucional decidiu que não tinha competência para julgar um caso contra a *Associação Justiça, Paz e Democracia*. O caso requeria o fechamento da associação, argumentando que os documentos de sua fundação infringiam o Direito angolano. O Tribunal Constitucional enviou o caso ao Tribunal Supremo para adjudicação.

Liberdade de expressão – jornalistas

Diversos jornalistas continuaram a enfrentar intimidações na forma de processos judiciais e outras restrições. Pelo menos três jornalistas foram acusados de abusar dos meios de comunicação, enquanto que outro recebeu uma sentença de prisão com pena suspensa por difamação. Em março, o editor do jornal *Folha 8* teve seu passaporte confiscado quando tentava viajar para a Namíbia. Ele foi informado de que seu nome constava em uma lista de pessoas proibidas de deixar o país.

■ Em julho, segundo informações, o diretor do jornal *A Capital* foi intimado para interrogatório pela Polícia Criminal por suspeita de "atacar a honra e a dignidade do chefe de Estado"; um delito penal. A acusação baseava-se em uma queixa do Ministério Público referente a um artigo publicado no jornal com críticas ao Presidente. Até o final do ano, nenhuma decisão sobre o caso havia sido tomada.

■ Também em julho, o Tribunal Provincial de Luanda sentenciou o jornalista Eugénio Mateus a três meses de prisão com pena suspensa por difamação das Forças Armadas. A ação foi ajuizada em consequência de uma queixa do chefe do Estado-maior das Forças Armadas referente a um artigo que Eugénio Mateus escreveu em 2007, criticando o exército por, entre outras coisas, consumo excessivo de bebidas alcoólicas.

Província de Cabinda

Na província de Cabinda, prosseguiram os combates esporádicos entre as Forças Armadas de Angola e o braço militar da Frente de Libertação do Estado de Cabinda (FLEC).

■ Começou em março o julgamento de cinco indivíduos que foram presos e acusados de crimes contra o Estado, na província de Cabinda, em 2008. Em maio, quatro deles foram absolvidos e um foi sentenciado a 18 meses de prisão por posse de armas de fogo. Todos os cinco foram soltos, inclusive o indivíduo sentenciado, devido ao tempo que ele já havia passado em prisão provisória.

■ Em agosto, o prisioneiro de consciência José Fernando Lelo foi libertado após um recurso julgado pelo Supremo Tribunal Militar, que decidiu serem insuficientes as provas que sustentavam sua condenação. Em setembro de 2008, o Tribunal Militar de Cabinda o havia sentenciado a 12 anos de prisão por crimes contra a segurança do Estado e por

incitação à rebelião. Também em agosto, o Supremo Tribunal Militar, por meio de recurso, aumentou de 13 para entre 22 e 24 anos as penas de cinco soldados sentenciados com José Fernando Lelo em setembro de 2008. Os cinco haviam sido condenados por tentativa de rebelião armada e por outros crimes militares, tendo sido sentenciados a 13 anos de prisão.

Direitos dos imigrantes

As autoridades continuaram a expulsar imigrantes sem documentos, sobretudo cidadãos da República Democrática do Congo (RDC). No entanto, muitos dos expulsos argumentavam ter direito a permanecer em Angola. No final do mês de setembro, as autoridades da RDC começaram a expulsar angolanos em retaliação (veja a seção sobre a RDC).

As expulsões em massa foram efetuadas em condições deploráveis e foram acompanhadas de violações de direitos humanos, as quais incluíam violência física e, às vezes, violência sexual por parte das forças armadas. Grandes quantidades de pessoas eram transportadas às áreas de fronteira em veículos superlotados. Há relatos de que algumas pessoas morreram asfixiadas. Muitos membros de uma mesma família, inclusive crianças, eram separados durante as expulsões; as pessoas deportadas eram deixadas em áreas remotas sem abrigo nem alimentos. Refugiados de ambos os países foram afetados por essas expulsões.

Em outubro, os dois países concordaram em parar com as expulsões. O governo angolano trabalhou juntamente com uma comissão interinstitucional da ONU a fim de tratar da consequente situação humanitária nas províncias de Uíge e Zaire. Ao que se sabe, não foi tomada qualquer medida contra nenhum indivíduo envolvido nas violações de direitos humanos verificadas durante as expulsões.

Visitas e relatórios da AI

As solicitações de vistos feitas pela Anistia Internacional em outubro de 2008 não foram atendidas. Em outubro de 2009, a Anistia Internacional fez novas solicitações; porém, até o final do ano, estas também não haviam sido concedidas.

Unjust, unlawful, unacceptable: forced evictions in Angola (AFR 12/002/2009)

Angola: Submission to the UN Universal Periodical Review (AFR 12/005/2009)

ARÁBIA SAUDITA

REINO DA ARÁBIA SAUDITA

Chefe de Estado e de governo:	**Rei Abdullah bin Abdul Aziz Al-Saud**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**25,7 milhões**
Expectativa de vida:	**72,7 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**26/17 por mil**
Taxa de alfabetização:	**85 por cento**

As autoridades utilizaram um amplo espectro de medidas repressivas para limitar a liberdade de expressão e outras atividades legítimas. Centenas de pessoas foram presas sob suspeita de terrorismo. Outras milhares, presas em nome da segurança em anos anteriores, permaneciam na prisão; algumas delas eram prisioneiros de consciência. Cerca de 330 suspeitos de ameaçar a segurança enfrentaram julgamentos injustos perante um tribunal especial recentemente constituído, porém fechado; um dos suspeitos foi condenado à morte e 323 foram sentenciados a penas de prisão.

As mulheres seguiram enfrentando forte discriminação tanto na lei quanto na prática, apesar de alguns sinais de reforma. O Estado pouco fez para lidar com a violência generalizada contra as mulheres, especialmente contra as trabalhadoras domésticas. Muçulmanos xiitas e outros foram perseguidos por praticar sua fé. Os direitos dos imigrantes, dos refugiados e dos requerentes de asilo foram violados. A administração da justiça continuou envolta em segredo e sua natureza era sumária. A tortura e outros maus-tratos de prisioneiros foram sistemáticos e praticados com impunidade. Sentenças de açoitamento foram impostas regularmente. A pena de morte foi amplamente utilizada. Pelo menos 69 pessoas foram executadas, entre as quais dois adolescentes infratores.

Informações gerais

Em fevereiro, durante a Revisão Periódica Universal da situação dos direitos humanos na Arábia Saudita, feita pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU), o governo se comprometeu a introduzir várias reformas, enquanto afirmava que as leis do país se baseavam em conceitos religiosos. Em maio, a Arábia Saudita foi reeleita para o CDHNU.

Em fevereiro, pela primeira vez, uma mulher foi indicada para ser uma ministra adjunta no governo, e o Supremo Tribunal começou a funcionar como a mais alta corte de apelações, conforme determina a Lei do Judiciário de 2007. Os Tribunais de Cassação também foram substituídos por tribunais de apelação.

Em julho, o governo adotou a primeira lei do país contra o tráfico de pessoas, algo considerado um sério problema. Os condenados por tráfico de seres humanos recebem penas de 15 anos de prisão, além de uma multa.

Foram registrados atentados por parte de membros ou de apoiadores da Al Qaeda. Em agosto, relatou-se que o ministro adjunto do Interior foi ferido em uma tentativa de assassinato por um homem-bomba suicida. Em outubro, o ministro do Interior informou que dois homens tinham sido mortos em um confronto entre forças de segurança e militantes, na província de Jizan, quando seis homens de nacionalidade iemenita foram presos.

Nos últimos meses de 2009, os conflitos na região de Sada, no Iêmen, alastraram-se para a Arábia Saudita, e há informações de que vários soldados sauditas foram mortos por rebeldes iemenitas. Jatos sauditas atacaram os rebeldes iemenitas; não se sabe ao certo se as autoridades tomaram as precauções adequadas para proteger os civis desses ataques. O governo tentou fechar a fronteira aos refugiados que escapavam do conflito. Aqueles que conseguiam cruzar a divisa a partir de Sada eram devolvidos à força para o Iêmen.

Segurança e combate ao terrorismo

As autoridades utilizaram várias medidas repressivas em nome do combate ao terrorismo, minando as incipientes reformas jurídicas. Leis antiterrorismo de redação genérica e imprecisa foram utilizadas para suprimir a liberdade de expressão e outras atividades legítimas. As forças de segurança deixaram de respeitar até mesmo essas leis, sabendo que poderiam agir com impunidade.

Centenas de pessoas foram detidas por razões de segurança em 2009, somando-se às milhares presas em anos anteriores; todas encarceradas praticamente de modo secreto. Muitas dessas pessoas eram suspeitas de apoiar grupos islâmicos. Esses prisioneiros são, em geral, detidos durante meses ou anos, sem acusação nem julgamento, para investigação e interrogatório, sem quaisquer meios para contestar sua prisão. A maioria é mantida sem acesso a advogados e alguns não têm permissão de ver nem de se comunicar com seus familiares por meses ou anos. Eles são mantidos em prisões onde reinam a tortura e outros maus-tratos, os quais são utilizados para obter "confissões" autoincriminatórias. Se indiciados, enfrentam julgamentos totalmente injustos, conduzidos em segredo e sem advogados de defesa, nos quais os réus são questionados brevemente por uma comissão de três homens a respeito de suas "confissões". As sentenças variam de pena de morte a açoitamento e a penas de prisão. Alguns são mantidos presos mesmo após o término de sua sentença. Outros são mantidos presos por períodos indefinidos para "reeducação".

■ Em julho, o governo anunciou que 330 pessoas indiciadas haviam sido julgadas perante uma corte criminal especial recentemente constituída. Três foram absolvidas, enquanto 323 foram sentenciadas a penas de prisão de até 30 anos; uma foi condenada à morte e três foram proibidas de viajar para o exterior. Informou-se que alguns dos 323 indivíduos ainda receberam outras penas de multas ou de residência forçada; outros seriam libertados apenas depois de "arrependerem-se". Nenhum detalhe sobre as acusações ou sobre as provas que fundamentaram as sentenças dos réus foi disponibilizado, e nenhuma informação foi fornecida sobre as centenas de outros indivíduos com julgamentos previstos perante esse mesmo tribunal.

Prisioneiros de consciência

As autoridades continuaram a deter oponentes pacíficos do governo e ativistas de direitos humanos, incluindo alguns que foram presos em anos anteriores. Eles eram prisioneiros de consciência.

■ Sete homens, presos em fevereiro de 2007, em razão de uma petição que demandava que prisioneiros recebessem um julgamento justo ou fossem libertados e que defendia a criação de uma organização de direitos humanos, continuaram detidos sem julgamento durante todo o ano de 2009. Eles eram mantidos em confinamento solitário, na prisão de Dhahban. O ministro do Interior acusou os sete homens – Al-Sharif Saif al-Ghalib, Saud al-Hashimi, Abdel Rahman Khan, Musa al-Qirni, Fahd al-Qirshi, Sulieman al-Rushudi e Abdel Rahman al-Shumayri – de coletarem dinheiro para financiar o terrorismo, o que eles negaram com veemência. Em outubro, o

Tribunal de Queixas julgou um recurso contra a detenção de Abdel Rahman al-Shumayri. Em dezembro, o Ministério do Interior afirmou que estava preparando seu julgamento; porém, nenhum procedimento foi realizado até o fim do ano.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos foram comuns e cometidos com impunidade. Os métodos utilizados incluíram espancamentos, choques elétricos, suspensão, privação do sono e insultos.

■ O Dr. Saud al-Hashimi, um prisioneiro de consciência mantido em confinamento solitário desde sua prisão em fevereiro de 2007, segundo relatos, foi torturado e maltratado por vários dias depois que iniciou uma greve de fome, em junho, para protestar contra sua detenção continuada. Há informações de que ele foi despido, ficando apenas com as roupas de baixo, acorrentado e arrastado para uma cela extremamente fria, onde foi mantido por cinco horas.

Discriminação e violência contra a mulher

As mulheres continuaram enfrentando fortes discriminações na lei e na prática. Elas precisavam contar com um guardião masculino para sair de suas casas, casar ou ter acesso a muitos dos serviços públicos. Seguiu sendo proibido que mulheres dirijam. Em junho, no entanto, autoridades da Arábia Saudita disseram ao CDHNU que o governo tomaria medidas para reduzir a discriminação contra a mulher, ainda que nenhuma mudança significativa tenha sido introduzida até o final do ano.

Em abril, a relatora especial sobre a violência contra as mulheres emitiu um relatório sobre sua visita à Arábia Saudita em 2008. O documento observava modestas reformas, mas concluiu que os altos índices de discriminação contra a mulher comprometiam seus direitos e sua dignidade. Concluiu também que diversos fatores, incluindo a falta de autonomia e de independência econômica das mulheres, as práticas envolvendo o divórcio e a custódia dos filhos, a ausência de uma lei criminalizando a violência contra a mulher, e as inconsistências na execução da lei e na administração da justiça, impediam muitas mulheres de escapar de ambientes abusivos. O relatório observou também que a violência contra trabalhadoras domésticas não era suficientemente reconhecida pelo Estado.

A imprensa destacou diversos casos de violência contra mulheres.

■ Em fevereiro, uma mulher solteira de 23 anos de idade, que fora estuprada por cinco homens após ter aceitado uma carona, foi sentenciada pelo Tribunal Distrital de Jeddah a um ano de prisão e a 100 chicotadas por prática sexual fora do casamento e por tentar abortar o feto resultante. Não se sabe ao certo que medidas foram tomadas contra seus supostos estupradores.

■ Em julho, um homem matou a tiros suas duas irmãs após a polícia religiosa tê-las prendido por relacionarem-se com homens que não eram seus parentes. Os assassinatos foram praticados diante do pai, que 'perdoou' seu filho porque ele estava defendendo a honra da família. Há relatos contraditórios sobre ele ter sido levado a responder na Justiça.

Após a publicidade negativa sobre as consequências para as mulheres do casamento precoce, os órgãos oficiais tomaram algumas ações para enfrentar a questão.

Liberdade religiosa

Muçulmanos xiitas e pelo menos um cristão foram perseguidos por suas crenças. Dezoito muçulmanos xiitas ismaelitas, 17 dos quais vinham cumprindo penas de 10 anos de prisão desde 2000, foram libertados. Muitos deles eram prisioneiros de consciência.

■ Em janeiro, Hamoud Saleh al-Amri foi preso após ter anunciado em seu blog que havia deixado o islamismo e se convertido ao cristianismo. Ele foi libertado no final de março, sob a condição de que não poderia viajar para o exterior nem aparecer na mídia.

■ Pelo menos 10 muçulmanos xiitas, incluindo seis rapazes com idades entre 14 e 16 anos, foram presos em março, na Província Oriental, e detidos incomunicáveis em razão de uma manifestação, em 27 de fevereiro, contra as prisões de visitantes xiitas à tumba do Profeta Maomé, em Medina. Vários dos rapazes foram soltos depois de algumas semanas, mas não se sabe ao certo o que aconteceu com os outros.

■ Há relatos de que, em março, as forças de segurança prenderam diversos muçulmanos xiitas na cidade de Al Awamiya em razão de eles terem protestado contra uma ordem de prisão de um

proeminente clérigo e imã xiita que criticou os ataques aos peregrinos xiitas e uma suposta discriminação contra a comunidade xiita.

Direitos dos imigrantes

Funcionários e autoridades governamentais abusaram impunemente dos direitos de trabalhadores imigrantes. Trabalhadores domésticos, especialmente as mulheres, foram forçados a trabalhar até 18 horas por dia. Algumas mulheres foram submetidas a abusos sexuais e de outra natureza.

Cerca de 500 trabalhadores imigrantes e outros detidos no centro de deportação al-Shumaisi, em Riad, entraram em greve de fome, em setembro, para protestar contra sua prolongada detenção e contra as condições degradantes de superlotação. Alguns possuíam passaportes válidos e passagens aéreas para deixar a Arábia Saudita, mas não lhes foi permitido questionar sua detenção; eles ficaram presos por até sete meses antes de serem deportados. Há informações de que vários morreram enquanto detidos.

■ Mohammed Saquib, um cidadão indiano que fugiu de seu empregador, morreu no centro de detenções al-Shumaisi em 30 de agosto, aparentemente de tuberculose e por falta de tratamento médico adequado.

Refugiados e requerentes de asilo

As autoridades continuaram negando a entrada de alguns refugiados e requerentes de asilo. Desde agosto, a fronteira sul com o Iêmen foi fechada para evitar a entrada de pessoas que fugiam dos conflitos na região de Sada, no Iêmen.

■ Vinte e oito cidadãos eritreus continuavam restritos a um campo próximo à cidade de Jizan, onde se acredita que estejam desde 2005.

Punições cruéis, desumanas e degradantes

Sentenças de açoitamento continuaram a ser decretadas e aplicadas. Algumas pessoas condenadas por roubo foram sentenciadas a ter suas mãos amputadas.

■ Em 25 de março, um tribunal em Makkah sentenciou um homem a 15 anos de prisão e a 40 mil chicotadas por tentativa de estupro e pelo homicídio de uma jovem; ela foi morta por um caminhão quando correu para uma rodovia a fim de escapar do homem.

■ Em 24 de julho, a mão direita de Hasan bin Ayyash Ahmed Sagheer, um cidadão iemenita acusado de roubo, foi amputada.

■ Em 28 de setembro, cerca de 20 adolescentes foram açoitados em público, em Khobar e Dammam, após uma rebelião em Khobar na semana anterior, cada um deles recebendo pelo menos 30 chicotadas.

Pena de morte

A pena de morte seguiu sendo amplamente utilizada. Diferentemente de anos anteriores, não se sabe de ninguém que tenha sido executado unicamente por delitos relacionados a drogas. Os réus que enfrentavam acusações por crimes capitais tiveram julgamentos altamente injustos, com a negação de acesso a representação legal e com condenações baseadas unicamente em 'confissões' supostamente extraídas sob tortura.

Pelo menos 69 pessoas foram executadas e 141 permaneciam no corredor da morte, embora se acredite que este último dado seja bem maior. Entre os executados, estavam duas mulheres, dois adolescentes e 19 estrangeiros.

■ Em 10 de maio, dois adolescentes infratores – Sultan bin Sulayman bin Muslim al-Muwallad, de nacionalidade saudita, e Issa bin Muhammad Umar Muhammad, de nacionalidade chadiana – estavam entre um grupo de cinco homens que foram degolados em Medina, após julgamentos totalmente injustos. Eles foram condenados por crimes supostamente cometidos quando tinham 17 anos, como rapto e estupro de crianças.

Visitas e relatórios da AI

As autoridades continuaram negando o acesso da Anistia Internacional à Arábia Saudita para investigar a situação de direitos humanos.

Saudi Arabia: Assaulting human rights in the name of counter-terrorism (MDE 23/009/2009)

Saudi Arabia: Countering terrorism with repression (MDE 23/025/2009)

ARGENTINA

REPÚBLICA ARGENTINA

Chefe de Estado e de governo:	**Cristina Fernández**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**40,3 milhões**
Expectativa de vida:	**75,2 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**17/14 por mil**
Taxa de alfabetização:	**97,6 por cento**

As comunidades indígenas enfrentaram a expulsão de suas terras tradicionais, apesar das garantias jurídicas em contrário. Prosseguiram os procedimentos criminais para levar à Justiça os responsáveis por violações de direitos humanos do passado. As condições de detenção continuaram sendo motivo de grave preocupação.

Informações gerais

Ocorreram diversos protestos e manifestações contra o desemprego, contra os altos níveis de criminalidade urbana, contra as condições precárias de moradia e contra outras preocupações sociais. Em uma tentativa de enfrentar a exclusão social, um decreto governamental criou, em outubro, um auxílio mensal a ser pago, por cada criança, para pais desempregados, para pais que têm baixa renda ou que trabalham no setor informal.

Direitos dos povos indígenas

As comunidades indígenas continuaram a enfrentar ordens de despejo em violação às normas internacionais e a uma legislação emergencial de 2006 que suspendeu, temporariamente, a execução de ordens de despejo e a remoção de comunidades indígenas de terras tradicionais. A falta de progresso com relação a um levantamento nacional de terras levou o Congresso a estender a aplicabilidade da lei de 2006 até novembro de 2013.

Negou-se às comunidades indígenas seu direito ao consentimento livre, prévio e informado sobre projetos que envolvem a exploração de recursos naturais em terras indígenas.

Cerca de 150 Mapuches estavam sendo processados criminalmente pela realização de protestos a favor de direitos fundiários e contra as ordens judiciais de despejo na província de Neuquén.

■ Em outubro, Javier Chocobar, de 68 anos, integrante da comunidade indígena Diaguita de Los Chuschagasta, na província de Tucumán, foi morto por um fazendeiro que tentava expulsar a comunidade de suas terras ancestrais. No fim do ano, o fazendeiro e outros dois homens estavam sendo investigados.

■ Uma ação judicial impetrada em 2001 por integrantes da comunidade indígena Pilagá de El Descanso, na província de Formosa, ainda aguardava decisão no fim do ano. O caso envolvia obras de irrigação, realizadas em 1997, as quais a comunidade acredita afetarem seus territórios tradicionais. O direito ao consentimento livre, prévio e informado sobre um grande empreendimento de infraestrutura na província não foi respeitado.

Impunidade – justiça por violações passadas

Houve avanços na questão de se levar à Justiça importantes perpetradores de violações de direitos humanos no passado. A insuficiência de recursos, porém, provocou longos atrasos. De acordo com a Unidade Fiscal de Coordenação e Acompanhamento dos Casos de Violações de Direitos Humanos cometidas durante o Terrorismo de Estado, no final do ano, mais de 600 pessoas estavam sendo processadas criminalmente por violações de direitos humanos, inclusive por desaparecimentos forçados. Durante o ano, os julgamentos resultaram em mais de 30 condenações.

■ Em dezembro, dois homens arrombaram os escritórios da Secretaria de Direitos Humanos da Província de Buenos Aires. Foram roubados arquivos com processos envolvendo denúncias de atividades ilegais da polícia, bem como outros documentos referentes a violações de direitos humanos cometidas no passado e que agora iriam a julgamento.

■ Em agosto, Santiago Omar Riveros, comandante do famigerado centro de detenção do Campo de Maio durante o regime militar argentino (1976 a 1983) foi sentenciado à prisão perpétua. Ele havia sido condenado por torturar e espancar até a morte o jovem Floreal Avellaneda, de 15 anos, e por sequestrar sua mãe, Iris Pereyra, um mês após o golpe militar de 1976.

■ Em março, dois ex-militares e três ex-policiais foram sentenciados à prisão perpétua na província de San Luis. Eles foram condenados pelo assassinato de Graciela Fiochetti, pelo desaparecimento forçado e pela morte de Pedro Valentín Ledezma e de Sandro

Santana Alcaraz, e pela tortura de Víctor Carlos Fernández. Todas as quatro vítimas haviam sido detidas em setembro de 1976.

■ Em outubro, o ex-general Jorge Olivera Róvere foi sentenciado à pena de prisão perpétua após ser condenado em quatro casos de homicídio e em diversos casos de privação ilegal de liberdade. Outro ex-general também foi condenado à prisão perpétua no mesmo processo. Três outros ex-militares foram absolvidos.

■ Em dezembro, 17 ex-oficiais da Marinha, entre os quais o capitão Alfredo Astiz, foram a julgamento acusados de crimes contra a humanidade cometidos no maior centro de detenções secretas da Argentina durante o governo militar, a Escola de Mecânica da Armada. Alfredo Astiz foi acusado do assassinato de duas freiras francesas e do desaparecimento forçado de um jornalista argentino, entre outros crimes.

■ Em um julgamento concluído no mês de dezembro, na província de Córdoba, o ex-general Luciano Benjamín Menéndez foi sentenciado à pena de prisão perpétua pela terceira vez.

Ameaças a testemunhas

Surgiram novas denúncias de que, apesar dos programas de proteção, testemunhas em casos de violações de direitos humanos cometidas no passado foram ameaçadas, principalmente aquelas que viviam em áreas rurais isoladas.

■ Em maio, Orlando Argentino González, sobrevivente de um centro de detenção secreto da província de Tucumán, depois de receber diversas ameaças, não compareceu ao tribunal para prestar seu testemunho.

■ Continua desconhecido o paradeiro de Jorge Julio López, principal testemunha e autor da ação contra o ex-diretor de Investigações da Polícia Provincial de Buenos Aires, Miguel Etchecolatz. As investigações sobre seu desaparecimento, em setembro de 2006, não tiveram qualquer progresso durante o ano.

Condições prisionais

Condições precárias, violência, superlotação, falta de serviços de saúde adequados, tortura e outros maus-tratos foram relatados nas prisões e nos centros de detenção das províncias de Santiago del Estero e Mendoza. As autoridades nacionais não criaram um mecanismo para a prevenção da tortura, tal como requer o Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura.

Violência contra mulheres e meninas

A violência baseada em gênero continuou causando sérias preocupações. Em abril, foi promulgada uma legislação para prevenir e punir a violência contra a mulher. A lei dispõe sobre assistência judiciária gratuita para mulheres vítimas de violência e estabelece protocolos para a coleta e o registro sistemáticos de dados oficiais sobre violência baseada em gênero. No fim do ano, porém, a lei ainda não havia sido implementada.

BOLÍVIA

ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Chefe de Estado e de governo:	**Evo Morales Ayma**
Pena de morte:	**abolicionista para crimes comuns**
População:	**9,9 milhões**
Expectativa de vida:	**65,4 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**65/56 por mil**
Taxa de alfabetização:	**90,7 por cento**

Diversas iniciativas na área dos direitos econômicos, sociais e culturais resultaram em melhoras nos serviços de saúde e de educação, assim como no reconhecimento do direito à terra dos povos indígenas e dos campesinos (pequenos agricultores). O enfraquecimento do sistema judicial comprometeu as garantias de julgamentos justos.

Informações gerais

Em dezembro, o presidente Evo Morales elegeu-se para um segundo mandato, conquistando uma maioria parlamentar de dois terços para o seu partido. Uma nova Constituição foi aprovada pelos eleitores em janeiro e promulgada em fevereiro após mais de dois anos de negociações políticas. A Constituição declara a centralidade da maioria indígena "plurinacional" da Bolívia e contém disposições que promovem os direitos econômicos, sociais e culturais.

Embora a violência política tenha diminuído, a polarização política continuou afetando a vida pública. Em abril, uma unidade policial de elite matou três homens suspeitos de organizarem um golpe armado contra o governo central na cidade de Santa Cruz, um reduto da oposição. Posteriormente,

surgiram preocupações relativas à condução das investigações.

Iniciaram as investigações sobre as denúncias de cerca de 140 casos de estupro nas comunidades menonitas de Manitoba. Entre as vítimas estariam meninas de pouca idade.

Sistema de justiça

Persistiram as preocupações sobre a independência do Judiciário. Tensões políticas comprometeram a capacidade de instituições-chave discutirem propostas de reforma do Judiciário de maneira coordenada.

O último juiz que permanecia no Tribunal Constitucional renunciou em junho, deixando um acúmulo de mais de quatro mil casos e nenhum mecanismo de supervisão das garantias constitucionais.

Houve temores de que a contínua instabilidade e a politização do sistema de justiça pudessem comprometer a aplicação das normas internacionais para julgamentos justos. Em 2009, muitos juízes e agentes judiciais, entre os quais vários juízes da Corte Suprema, foram desqualificados e acusados de irregularidades procedimentais. Entre eles, o presidente da Corte Suprema, Eddy Fernández, que, em maio, havido sido suspenso por, supostamente, ter retardado intencionalmente a justiça no caso do *Outubro Negro* (ver abaixo).

Contestações jurídicas atrapalharam o progresso de diversos casos importantes, o que suscitou denúncias de interferência política. Contestações sobre competência, por exemplo, atrasaram o andamento do processo relativo a uma eclosão de violência no departamento de Pando, em setembro de 2008, que deixou mais de 19 mortos, a maioria campesinos. Denúncias de que os juízes designados para determinados casos não agiram com imparcialidade resultaram em novas contestações procedimentais.

Duas comissões especiais criadas pela Câmara dos Deputados em 2008 apresentaram suas conclusões sobre a violência racista que aconteceu em Sucre, em maio de 2008, e sobre o massacre de Pando. No final do ano, diversas autoridades e líderes locais estavam sendo julgados por acusações de tortura e por delitos contra a ordem pública em Sucre. Os deputados recomendaram que mais de 70 pessoas, entre elas o ex-governador de Pando, Leopoldo Fernández, fossem processadas por sua participação no massacre de Pando. O julgamento era esperado para o começo de 2010.

Impunidade

Teve início, em maio, o julgamento de 17 autoridades de alto escalão, entre elas o ex-presidente Gonzalo Sánchez de Lozada. Esse julgamento está relacionado com os eventos de outubro de 2003, conhecidos como *Outubro Negro*, quando pelo menos 67 pessoas foram mortas e mais de 400 ficaram feridas durante os choques entre as forças de segurança e manifestantes contrários às propostas do governo para venda dos recursos nacionais de gás. No final do ano, Gonzalo Sánchez de Lozada permanecia nos EUA, onde aguardava o resultado de um pedido de extradição. Vários ex-ministros também acusados no caso deixaram a Bolívia em 2009, esquivando-se dos procedimentos judiciais.

Em novembro, um tribunal dos Estados Unidos decidiu que havia fundamento suficiente para julgar Gonzalo Sánchez de Lozada e o ex-ministro da Defesa, Carlos Sánchez Berzaín, nos EUA em uma ação civil por danos relativa a acusações de crimes contra a humanidade e de execuções extrajudiciais.

O ex-ministro do Interior, Luis Arce Gómez, foi extraditado dos EUA para a Bolívia. Quando chegou ao país, recebeu uma sentença de 30 anos de prisão. Em 1993, ele havia sido condenado por desaparecimento forçado, tortura, genocídio e homicídio, cometidos entre 1980 e 1981.

Trabalhos de perícia criminal para localizar os restos mortais dos integrantes de um movimento armado de oposição que desapareceram à força em 1970 tiveram início em julho, em Teoponte, uma área rural a 300 km de La Paz. No fim do ano, nove corpos haviam sido encontrados. Prosseguiam as buscas pelos restos mortais de aproximadamente outras 50 pessoas que se acredita terem morrido naquela área.

O ministro da Defesa aprovou um procedimento permitindo que documentos referentes a violações de direitos humanos ocorridas no passado pudessem ser requisitados às Forças Armadas. Inicialmente, o Presidente Morales insistiu em que não existiam arquivos sobre pessoas que tivessem desaparecido à força sob governos anteriores.

Direitos dos povos indígenas

Em maio, o Fórum Permanente sobre Questões Indígenas da ONU publicou um relatório em que reconhecia as medidas tomadas pelas autoridades bolivianas para identificar servidão, trabalho forçado, servidão por dívida e escravização de famílias cativas. O relatório fazia críticas aos interesses encastelados que prevaleciam nos governos e nos comitês cívicos da região das terras baixas, os quais permitiam a continuação desses abusos.

■ Em julho, o vice-ministro de Terras anunciou um novo programa para assentar aproximadamente duas mil famílias dos departamentos de Cochabamba e La Paz em 200 mil hectares de terras identificadas como terras federais no departamento de Pando. Em agosto, as primeiras famílias foram transferidas para a área. Entretanto, surgiram preocupações com a falta de infraestrutura e de serviços disponíveis para essas famílias, e o programa foi cancelado.

Direitos das mulheres

Começou, em maio, uma iniciativa governamental para reduzir a mortalidade materna, concedendo às mães um incentivo em dinheiro para que realizem exames pré e pós-natal gratuitos. Embora a procura tenha sido alta, há informações de que as mulheres que não possuíam certidão de nascimento tinham dificuldade para receber o atendimento médico. Profissionais da saúde informaram ter havido um aumento no número de abortos clandestinos e de gravidez na adolescência no decorrer do ano; porém, não havia estatísticas abrangentes confiáveis para confirmar a informação.

Visitas da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a Bolívia em agosto.

BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Chefe de Estado e de governo:	**Luiz Inácio Lula da Silva**
Pena de morte:	**abolicionista para crimes comuns**
População:	**193,7 milhões**
Expectativa de vida:	**72,2 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**33/25 por mil**
Taxa de alfabetização:	**90 por cento**

Reformas na segurança pública, embora limitadas, indicaram o reconhecimento, por parte das autoridades, de que essa área foi negligenciada por muito tempo. Agentes policiais, porém, continuaram a usar força excessiva e a praticar execuções extrajudiciais e torturas com impunidade. O sistema de detenção caracterizava-se por condições cruéis, desumanas e degradantes, e a tortura prevalecia. Diversos agentes de aplicação da lei foram acusados de envolvimento com o crime organizado e com grupos de extermínio. Povos indígenas, trabalhadores sem terras e pequenas comunidades rurais continuaram a ser ameaçados e atacados por defenderem seus direitos fundiários. Defensores dos direitos humanos e ativistas sociais foram alvos de ameaças, de ataques e de acusações politicamente motivadas, apesar de o governo ter estabelecido um plano nacional para a proteção dos defensores de direitos humanos.

Informações gerais

Próximo ao término de seu mandato, o governo do Presidente Lula ajudou a realçar o papel do Brasil no palco mundial. A política brasileira de construção de uma aliança do 'Sul' para questionar as antigas estruturas de poder do 'Norte' contribuiu para alterar a política global. Às vezes, porém, essas alianças se deram à custa do apoio a uma plataforma mais abrangente de direitos humanos, inclusive no Conselho de Direitos Humanos da ONU.

No âmbito doméstico, havia amplo reconhecimento de que os investimentos sociais do governo do Presidente Lula ajudaram a diminuir as desigualdades socioeconômicas.

Em agosto, o Brasil realizou sua primeira conferência nacional de segurança pública, na qual sociedade civil e agentes de aplicação da lei participaram juntos no desenvolvimento de políticas

governamentais. Em dezembro, o governo lançou seu terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, o qual recebeu uma boa acolhida da sociedade civil. Entretanto, o plano foi duramente criticado pelos militares, pela Igreja Católica e pelos grupos de defesa dos interesses dos proprietários rurais, no que diz respeito, respectivamente, a medidas para enfrentar violações de direitos humanos passadas, a direitos sexuais e reprodutivos e a direitos fundiários. Essas contestações representavam uma séria ameaça para a proteção dos direitos humanos no país.

Impunidade por violações do passado

Uma das propostas do Plano Nacional de Direitos Humanos era o compromisso de se criar uma Comissão da Verdade e Reconciliação para investigar os abusos cometidos sob o regime militar que governou o país de 1964 a 1985. Algumas ONGs e familiares de vítimas criticaram as propostas iniciais, pois a competência da comissão não parecia incluir a instauração de processos contra violadores do passado. No entanto, mesmo essa limitada proposta foi duramente criticada pelos militares brasileiros, com o ministro da Defesa tentando enfraquecê-la ainda mais.

A prolongada impunidade pelos crimes cometidos no período militar, contudo, enfrentou desafios cada vez maiores. Em agosto, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o coronel uruguaio Manuel Cordero Piacentini poderia ser extraditado para a Argentina a fim de enfrentar acusações referentes ao desaparecimento forçado de cidadãos uruguaios e argentinos, bem como de tortura, no contexto da Operação Condor – um plano conjunto dos governos militares do Cone Sul, durante os anos 70 e 80, para eliminar seus oponentes.

Uma ação ajuizada no Supremo Tribunal Federal pela Ordem dos Advogados do Brasil e por um eminente jurista, questionando a interpretação da Lei de Anistia brasileira, ainda não havia sido decidida no fim do ano.

Forças policiais e de segurança

Por todo o país, houve relatos persistentes de uso excessivo da força, de execuções extrajudiciais e de torturas cometidas por policiais. Moradores de favelas ou de comunidades pobres, frequentemente sob o controle de grupos criminosos armados, foram submetidos a incursões policiais de estilo militar. Os policiais que ficavam na linha de frente também eram expostos a riscos e muitos foram mortos no cumprimento do dever.

Alguns estados lançaram seus próprios projetos individuais de segurança pública, com resultados contraditórios. Tanto as Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro, quanto o Pacto pela Vida, em Pernambuco, afirmam ter reduzido o crime e levado mais segurança às áreas socialmente excluídas. Embora as iniciativas tenham sido bem recebidas por alguns setores da sociedade, por oferecerem uma alternativa aos métodos de policiamento repressivos e abusivos de antes, alguns moradores das áreas em que os projetos foram implementados reclamaram de discriminação. Fora do escopo dos projetos, as forças policiais continuaram a cometer violações extensivas.

As autoridades continuaram a descrever as mortes cometidas por policiais como "autos de resistência", em contrariedade às recomendações do relator especial da ONU sobre execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais, e em contrariedade ao III Plano Nacional de Direitos Humanos. Centenas de homicídios não foram devidamente investigados e houve poucas ações judiciais, se é que houve alguma. Um estudo do Instituto de Segurança Pública, ligado à Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, constatou que, entre janeiro de 1998 e setembro de 2009, 10.216 pessoas foram mortas no estado em incidentes registrados como "autos de resistência". No estado do Rio de Janeiro, a polícia matou 1.048 pessoas em supostos "autos de resistência" durante 2009. No estado de São Paulo, o número correspondente foi de 543, um aumento de 36 por cento com relação ao ano de 2008, sendo que as mortes cometidas por policiais militares tiveram um aumento de 41 por cento.

Em São Paulo, o governo estadual continuou aplicando nas favelas as "operações Saturação". Essas operações envolviam a ocupação das comunidades, no estilo militar, por um período de 90 dias, após os quais a polícia se retirava. Membros da comunidade de Paraisópolis, zona sul de São Paulo, denunciaram casos de tortura, de uso excessivo da força, de intimidações, de revistas arbitrárias e abusivas, de extorsão e de roubo por parte dos policiais durante uma "operação Saturação" realizada em fevereiro.

Em outubro, no Rio de Janeiro, três policiais foram mortos quando um helicóptero da polícia foi atingido

por tiros em meio a um conflito entre facções do tráfico rivais. Integrantes das facções começaram a incendiar ônibus e a tirar os moradores de suas casas. Eles tentavam desviar a atenção da polícia do ataque que faziam a uma comunidade rival, durante o qual o helicóptero foi derrubado. A polícia montou uma série de operações que foram descritas por um oficial graduado como represálias. Durante essas operações, mais de 40 pessoas foram mortas. Entre elas, estava uma mulher de 24 anos, atingida por uma bala perdida enquanto segurava no colo seu bebê de 11 meses, e um adolescente de 15 anos que, ao colocar o lixo para fora de casa, foi atingido por um tiro que teria partido da polícia.

Moradores das favelas de Acari e da Maré, no Rio de Janeiro, relataram que as operações policiais violentas coincidiam regularmente com a saída das crianças da escola, o que colocava os alunos em perigo e forçava as escolas a fecharem. Casos de torturas, de intimidações, de buscas ilegais e arbitrárias, de extorsão e de roubo também foram registrados. Há ainda informações de que, na Maré, a polícia alugou um veículo blindado militar, conhecido como 'caveirão', para traficantes envolvidos em uma disputa por território.

Milícias

A disseminação das milícias – grupos armados parapoliciais formados, na maior parte, por policiais fora de serviço – foi tamanha que um estudo acadêmico afirmou que, no Rio de Janeiro, elas controlavam mais favelas do que as facções do tráfico. Aproveitando-se de seu poder sobre as comunidades para obter vantagens econômicas e políticas ilícitas, as milícias ameaçavam a vida de milhares de moradores, assim como as próprias instituições do Estado. Juízes, promotores, policiais e um deputado estadual receberam repetidas ameaças de morte das milícias. As autoridades estaduais prepararam uma série de operações para combater as atividades desses grupos, resultando em diversas prisões. No entanto, o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as milícias continuou criticando o fato de as autoridades municipais e federais não terem implementado as recomendações do inquérito para combater o surgimento desses grupos.

Tortura e condições prisionais

Os detentos continuaram sendo mantidos em condições cruéis, desumanas ou degradantes. A tortura era utilizada regularmente como método de interrogatório, de punição, de controle, de humilhação e de extorsão. A superlotação continuou sendo um problema grave. O controle dos centros de detenção por gangues fez com que o grau de violência entre os prisioneiros aumentasse. A falta de supervisão independente e os altos níveis de corrupção contribuíram para perpetuar os problemas endêmicos de violência no sistema prisional, bem como no sistema de detenção juvenil. Os mecanismos para a implementação do Protocolo Facultativo à Convenção da ONU contra a Tortura ainda não haviam sido instituídos no final do ano.

Os relatos das condições de detenção mais brutais continuaram a vir do estado do Espírito Santo. Houve denúncias de tortura, assim como de superlotação extrema e de utilização de contêineres de navios (chamados de 'microondas') como celas. Houve relatos de prisioneiros que esquartejaram outros prisioneiros. Após intensa pressão de grupos de direitos humanos locais e dos conselhos nacional e estadual de direitos humanos, alguns projetos de construção foram iniciados. Em março, uma proibição ilegal a visitas de monitoramento do sistema prisional foi, finalmente, suspensa.

Em dezembro, após surgirem provas de tortura e de tentativa de homicídio no presídio Urso Branco, em Rondônia, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu uma nova resolução – a sétima desde 2002 – requerendo que o governo brasileiro garanta a segurança dos prisioneiros mantidos naquele local. Em outubro de 2008, o Ministério Público fez um pedido de intervenção federal no presídio, o qual, no final de 2009, ainda não havia sido julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

Disputas por terra

Os conflitos por terras continuaram a provocar violações de direitos humanos, cometidas tanto por policiais quanto por pistoleiros contratados por fazendeiros. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre janeiro e meados de novembro de 2009, 20 pessoas foram assassinadas em conflitos fundiários no Brasil.

■ No Rio Grande do Sul, em agosto, o trabalhador sem-terra Elton Brum da Silva foi morto a tiros pela

Brigada Militar, durante uma expulsão da fazenda Southal, no município de São Gabriel. Após a expulsão, ONGs locais acusaram a polícia de praticar tortura – inclusive espancamento com cassetetes, chutes, socos e uso de armas Taser.

■ Em agosto, 50 policiais militares expulsaram um grupo de trabalhadores sem terras da fazenda Pôr-do-Sol, no Maranhão, espancando diversos líderes sem-terra e ameaçando outros verbalmente. Eles atearam fogo às casas e destruíram pertences pessoais, inclusive documentos.

■ Em outubro, 20 homens armados e encapuzados, que estariam sendo liderados por um fazendeiro local, atacaram um acampamento de 20 famílias no município de São Mateus, no Maranhão. Depois do ataque, os pistoleiros continuaram ameaçando matar quaisquer famílias acampadas na área.

B

Direitos dos trabalhadores

Os direitos dos trabalhadores continuaram a ser violados, principalmente no setor agrícola. Constatou-se que milhares de trabalhadores eram mantidos em condições consideradas pela legislação nacional como análogas à escravidão, apesar dos grandes esforços para combater essa prática.

Em novembro, em uma decisão extremamente significativa, um juiz federal do estado do Pará sentenciou 27 pessoas a penas de prisão que variavam de três anos e quatro meses a 10 anos e seis meses por utilizarem trabalho escravo. Os indiciamentos ocorreram após os relatórios publicados, entre 1999 e 2008, por promotores do trabalho responsáveis por monitorar a implementação da legislação trabalhista.

Em junho, o governo apresentou o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar – um acordo de adesão voluntária entre o governo, a indústria e os sindicatos para o cumprimento de normas mínimas. O compromisso foi apresentado em razão das persistentes críticas sobre violações dos direitos dos trabalhadores da indústria da cana.

Direito à moradia adequada

Grupos de sem-teto urbanos foram submetidos a ameaças, a agressões e ao uso de força excessiva pela polícia. Em São Paulo, uma série de despejos forçados sugeria que uma política de limpeza de áreas de favelas, para dar lugar a projetos imobiliários, estava sendo levada adiante sem considerar os direitos de quem ficasse desabrigado em consequência disso.

■ No dia 18 de junho, a polícia de choque de São Paulo investiu contra um grupo de 200 famílias que viviam à beira de uma estrada por terem sido despejadas, no dia 16 de junho, de um edifício público abandonado. A polícia usou spray de pimenta, gás lacrimogêneo e cassetetes contra os moradores, que montaram barreiras incendiárias na estrada. Segundo o Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) de São Paulo, cinco sem-teto ficaram feridos, entre eles uma criança.

■ Em agosto, a polícia de choque usou balas de borracha, gás lacrimogêneo e helicópteros durante os despejos na comunidade Olga Benário, no distrito de Capão Redondo, zona sul de São Paulo. Aproximadamente 500 famílias foram deixadas sem teto em condições extremamente precárias. Em dezembro, após a realização de protestos nacionais e internacionais, as autoridades estaduais de São Paulo concordaram em desapropriar a área para construção de habitações de interesse social.

Programa de Aceleração do Crescimento

O governo e alguns analistas econômicos consideravam que a estabilidade econômica do país se devesse ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Entretanto, houve denúncias de que alguns dos projetos ameaçavam os direitos humanos de comunidades locais e de povos indígenas. Tais projetos, que incluíam a construção de represas, de estradas e de portos, às vezes eram acompanhados por expulsões forçadas e pela perda de meios de subsistência, além de ameaças e de ataques a manifestantes e a defensores dos direitos humanos.

■ Em agosto, os líderes comunitários padre Orlando Gonçalves Barbosa, Isaque Dantas de Souza e Pedro Hamilton Prado receberam uma série de ameaças de morte. Os três estavam sendo vigiados por indivíduos não identificados. Homens armados invadiram a residência do padre Barbosa. Esses fatos aconteceram depois que eles iniciaram uma campanha para suspender a construção de um porto na área do Encontro das Águas, em Manaus, no Amazonas, uma área ecologicamente sensível e que abriga comunidades de pescadores. O desenvolvimento do porto estava sendo financiado pelo PAC. No dia 2 de

setembro, o padre Barbosa foi forçado a deixar Manaus para sua própria segurança.

Direitos dos povos indígenas

Em março, o Supremo Tribunal Federal rejeitou uma contestação à legalidade da reserva de Raposa Serra do Sol, no estado de Roraima. A decisão foi considerada uma vitória para o movimento indígena; porém, também continha diversas condições que enfraquecem reivindicações futuras.

O Mato Grosso do Sul continuou a ser um foco de abusos graves contra os direitos humanos dos povos indígenas no Brasil. O governo estadual e o poderoso lobby dos produtores rurais fizeram uso dos tribunais para impedir a identificação de terras indígenas. Comunidades Guarani-Kaiowá foram atacadas por pistoleiros e por seguranças contratados por fazendeiros locais. ONGs locais requisitaram intervenção federal para garantir a segurança dos povos indígenas e a demarcação de suas terras.

■ Em outubro, índios do povo Guarani-Kaiowá do acampamento Apyka'y, que haviam sido expulsos de suas terras tradicionais em abril e que estavam vivendo em condições extremamente precárias à beira de uma rodovia, próximo a Dourados, no Mato Grosso do Sul, foram atacados no meio da noite por seguranças armados empregados de proprietários de terras locais. Suas casas foram incendiadas e um homem levou um tiro na perna.

■ Em novembro, dois professores indígenas, Genivaldo Vera e Rolindo Vera, não foram mais vistos depois que a comunidade Guarani-Kaiowá da aldeia Pirajuí, no Mato Grosso do Sul, foi expulsa à força de suas terras ancestrais, no dia 30 de outubro, por um grupo de homens armados. Posteriormente, o corpo de Genivaldo Vera foi encontrado em um córrego, com ferimentos compatíveis com tortura. Rolindo Vera continuou desaparecido e, no final do ano, temia-se que estivesse morto.

Em dezembro, o Presidente Lula decretou a homologação de nove áreas indígenas nos estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso do Sul. Uma semana após o anúncio, o Supremo Tribunal Federal aceitou um recurso, interposto por fazendeiros locais, que suspendia o decreto presidencial referente à reserva Guarani-Kaiowá de Arroio-Korá, no Mato Grosso o Sul. A decisão do STF fundamentou-se, em parte, nos comentários vinculados à decisão sobre Raposa Serra do Sol, a qual requer que as reivindicações por terras estejam baseadas na ocupação da terra em 1988, quando a Constituição foi promulgada.

Defensores dos direitos humanos

O programa para os defensores dos direitos humanos foi introduzido em mais dois estados e, no fim de 2009, funcionava em um total de cinco estados. Em muitos casos, porém, não se prestou proteção efetiva, e os defensores continuaram correndo grande perigo devido à falta de vontade política para confrontar violações sistemáticas dos direitos humanos.

■ Em janeiro, Manoel Mattos, vice-presidente do Partido dos Trabalhadores de Pernambuco e membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB local, foi assassinado por dois homens encapuzados que invadiram sua casa e atiraram contra ele à queima-roupa. Havia tempo, ele fazia campanhas contra a disseminação dos esquadrões da morte e contra a violência policial. Apesar das repetidas ameaças de morte contra ele, no final de 2007 a Polícia Federal retirou a proteção que Manoel vinha recebendo.

Visitas da AI

🚌 Representantes da Anistia Internacional visitaram o Brasil em maio e em dezembro.

CANADÁ

CANADÁ	
Chefe de Estado:	**Rainha Elizabeth II, representada pela governadora-geral Michaëlle Jean**
Chefe de governo:	**Stephen Harper**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**33,6 milhões**
Expectativa de vida:	**80,6 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**6/6 por mil**

Autoridades canadenses não protegeram adequadamente os direitos dos povos indígenas. Persistiram as preocupações com violações dos direitos humanos relacionadas às leis e práticas de segurança nacional, bem como às operações mineradoras do Canadá no exterior.

Informações gerais

Em fevereiro, a situação de direitos humanos do Canadá foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal da ONU. A recomendação de que o Canadá desenvolvesse uma estratégia nacional para a eliminação da pobreza foi rejeitada pelo governo federal, o qual afirmou que essa é uma responsabilidade das províncias ou dos territórios.

Direitos dos povos indígenas

As autoridades não asseguraram o respeito aos direitos dos indígenas quando emitiram licenças para a extração de minério, madeira, petróleo e outros recursos. O governo continuou a fazer alegações sem fundamento de que a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas não é aplicável ao Canadá. Em setembro, um inquérito foi aberto no Tribunal Canadense de Direitos Humanos sobre fornecimento insuficiente de fundos para o programa indígena *First Nation*, de auxílio infantil e familiar, em comparação a outras comunidades.

■ Empreendimentos vultosos na área de exploração de gás e de petróleo continuaram sendo desenvolvidos sem o consentimento dos índios Cree de Lubicon, no norte de Alberta, prejudicando seu uso das terras tradicionais e contribuindo para a alta incidência de pobreza e de problemas de saúde na comunidade.

Direitos das mulheres

Os níveis de violência vivenciados por meninas e mulheres indígenas continuaram elevados. A *Associação de Mulheres Nativas do Canadá* continuou a demandar um amplo plano de ação nacional voltado a enfrentar a violência e a discriminação subjacente que contribui com essa violência. Apesar do compromisso do Estado em acabar com a violência, o governo canadense não tomou medidas para instituir o plano.

Segurança e combate ao terrorismo

Indivíduos submetidos a certificados de segurança para imigração continuaram sem poder ter acesso a grande parte das provas contra eles. O Tribunal Federal anulou certificados emitidos contra dois homens em outubro e em dezembro.

Em maio, a Suprema Corte do Canadá recusou-se a julgar um recurso sobre a política dos militares canadenses de entregar combatentes detidos no Afeganistão para as autoridades afegãs. Em novembro, o testemunho de um diplomata canadense perante um comitê parlamentar levantou sérias preocupações sobre falhas de oficiais superiores, ao não levarem em conta o risco de tortura ao transferir prisioneiros.

■ Em agosto, o Tribunal Federal de Recursos confirmou uma sentença judicial anterior, determinando que o governo canadense pedisse a repatriação de Omar Khadr, um cidadão canadense que foi aprisionado pelas forças estadunidenses no Afeganistão quando tinha 15 anos e mantido no centro de detenção da baía de Guantánamo desde 2002. Um recurso contra a sentença foi apresentado à Suprema Corte do Canadá.

Refugiados e requerentes de asilo

Em fevereiro, a Suprema Corte do Canadá recusou-se a julgar um recurso referente ao acordo de um terceiro país seguro para refugiados, entre o Canadá e os Estados Unidos. Esse acordo proíbe o acesso ao sistema de determinação do status de refugiado aos requerentes de asilo que entram no Canadá através dos Estados Unidos.

Forças policiais e de segurança

Pelo menos uma pessoa morreu depois de ser atingida por descargas elétricas de armas Taser da polícia durante o ano, elevando o número de tais mortes para ao menos 26 desde 2003.

Em fevereiro, a Polícia Real Montada do Canadá revisou sua política sobre a utilização de Tasers, limitando o uso dessas armas de eletrochoque a situações em que houver "ameaça à segurança pública ou à segurança de policiais".

Um inquérito público sobre a morte de Robert Dziekanski, em 2007, depois de ele ser atingido por uma arma Taser, prosseguia na Columbia Britânica. O governo provincial aceitou todas as recomendações do relatório preliminar do inquérito apresentado em julho, inclusive a elevação do patamar determinante para o uso de Tasers pela polícia de "resistência ativa" para "causar lesão corporal".

Em outubro, a Polícia Real Montada do Canadá e outras forças policiais em todo o país adotaram diretrizes de que policiais não devem disparar armas Taser sobre o tórax dos indivíduos.

Pena de morte

Em março, o Tribunal Federal ordenou que o governo

revertesse sua decisão de não pedir clemência para Ronald Smith, cidadão canadense que foi sentenciado à morte em 1983 nos Estados Unidos.

Justiça internacional

Em maio, o cidadão ruandês Désiré Munyaneza foi sentenciado à prisão perpetua por genocídio, crimes de guerra e crimes contra a humanidade por um tribunal em Quebec. Em novembro, o governo indiciou outro cidadão ruandês, Jacques Mungwarere, por genocídio.

Prestação de contas corporativa

Uma nova estratégia de responsabilidade social coorporativa, anunciada pelo governo em março, não incluía necessidades relacionadas aos direitos humanos. A legislação para desenvolver uma estrutura de direitos humanos para as operações no exterior de empresas canadenses com atividades nos setores de petróleo, gás e mineração estava pendente no fim do ano.

Relatórios da AI

- "A place to regain who we are" – Grassy Narrows First Nation, Canada (AMR 20/001/2009)
- "Pushed to the edge" – The land rights of Indigenous Peoples in Canada (AMR 20/002/2009)
- "Fighting for the future of our children" – Indigenous rights in the Sacred Headwaters region of British Columbia, Canada (AMR 20/003/2009)
- Connecting our past to our future – The Long Point First Nation of Canada (AMR 20/010/2009)
- No more stolen sisters – The need for a comprehensive response to discrimination and violence against Indigenous women in Canada (AMR 20/012/2009)

CHINA

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Chefe de Estado:	**Hu Jintao**
Chefe de governo:	**Wen Jiabao**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**1.345,8 milhões**
Expectativa de vida:	**72,9 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**25/35 por mil**
Taxa de alfabetização:	**93,3 por cento**

As autoridades continuaram intensificando as restrições à liberdade de expressão, de reunião e de associação, devido, em parte, às sensibilidades em torno de uma série de datas marcantes, entre as quais o aniversário dos 60 anos da República Popular em 1º de outubro. Defensores dos direitos humanos foram detidos, processados, mantidos em prisão domiciliar e submetidos a desaparecimentos forçados. O controle sobre a internet e sobre os meios de comunicação permaneceu disseminado. Campanhas de "linha dura" resultaram em prisões em grande escala na Região Autônoma Uigur de Xinjiang, sobretudo após a violência e os distúrbios ocorridos em julho. O monitoramento independente da situação de direitos humanos nas regiões habitadas pelos tibetanos foi impedido. As autoridades continuaram a controlar, rigorosamente, os parâmetros das práticas religiosas; grupos católicos e protestantes que praticavam sua religião fora dos limites oficiais eram intimidados, detidos e, às vezes, presos. A campanha severa e sistemática contra o Falun Gong, que já dura 10 anos, prosseguiu.

Informações gerais

A China passou a ser vista como um jogador cada vez mais crucial nos assuntos globais, inclusive nas questões de Mianmar, da Coreia do Norte, do Irã, da mudança climática e da recuperação da economia mundial. Essa visão contrastava com a crescente insegurança que o governo demonstrava no plano doméstico: consequência da queda na taxa de crescimento econômico; do aumento do desemprego e das tensões sociais relacionadas à corrupção disseminada; da falta de acesso a serviços de saúde adequados, a moradias e a benefícios sociais; além da repressão a grupos da sociedade civil. Enquanto a

economia chinesa seguia crescendo, o abismo entre ricos e pobres aumentava.

Liberdade de expressão – jornalistas / internet

Na medida em que a internet era cada vez mais usada para divulgar notícias e conduzir debates, as autoridades tentavam controlar seu uso, restringindo a comunicação de notícias e fechando publicações e sites na internet, entre esses, os que "caluniavam o sistema político do país", "distorciam a história do Partido", "divulgavam o Falun Gong ou outros cultos do mal" e "incitavam o separatismo étnico". O governo bloqueou o acesso a certos conteúdos e manteve registro das atividades de indivíduos por meio de novos programas de controle digital como o *Escudo Azul*.

Em dezembro de 2008, após a publicação da Carta 08, um documento que pedia reforma política e maior proteção dos direitos humanos, a polícia interrogou os signatários e manteve-os sob vigilância por vários meses.

■ Liu Xiaobo, um eminente intelectual e signatário da carta, detido anteriormente em dezembro de 2008, foi sentenciado, no último dia 25 de dezembro, a 11 anos de prisão por "incitar à subversão do poder do Estado". Os advogados tiveram apenas 20 minutos para apresentar seu caso em um julgamento que durou menos de três horas.

Defensores dos direitos humanos

Defensores dos direitos humanos (DDH), entre os quais advogados, jornalistas, ativistas ambientais e proponentes de reformas democráticas, foram detidos de modo arbitrário, intimidados, submetidos à prisão domiciliar, detidos em regime de incomunicabilidade e presos. As autoridades torturaram e maltrataram muitos dos detidos. Familiares de DDH, inclusive crianças, continuaram sendo alvos de perseguição e foram submetidos a prisões domiciliares prolongadas, assim como a outras formas de contenção e de intimidação.

As forças policiais e de segurança detiveram, hostilizaram e cometeram abusos contra advogados que representavam DDH em casos politicamente sensíveis: contra praticantes de Falun Gong; contra agricultores com demandas contrárias a autoridades locais relativas a corrupção ou a direitos fundiários; bem como contra aqueles advogados que defendiam reformas nas associações de advogados. Os advogados corriam riscos bastante altos de perder sua licença profissional.

■ No dia 4 de fevereiro, 10 funcionários do escritório de segurança pública e outros homens não identificados sequestraram o eminente advogado, defensor dos direitos humanos, Gao Zhisheng, de sua casa na província de Shanxi. No final do ano, seu paradeiro ainda era desconhecido. A esposa de Gao Zhisheng, Geng He, e seus filhos chegaram aos Estados Unidos, em março, para fugir das contínuas hostilidades das autoridades chinesas, que incluíam impedir que sua filha frequentasse a escola.

As autoridades continuaram a utilizar uma legislação vaga referente a "segredos de Estado" e "subversão do poder do Estado" para prender, indiciar e encarcerar defensores de direitos humanos.

■ Em agosto, o DDH Tan Zuoren foi acusado de "incitar a subversão do poder do Estado". Ele havia organizado uma investigação independente sobre a queda de escolas durante o terremoto de maio de 2008 em Sichuan. Antes de ser detido, ele tinha planos de publicar o relatório. No final do ano, o veredicto ainda não havia sido anunciado.

■ No dia 23 de novembro, o DDH Huang Qi foi sentenciado a três anos de prisão por "posse ilegal de segredos de Estado". Ele havia postado em seu site na internet demandas jurídicas de pais cujos filhos morreram no terremoto de Sichuan.

Sistema de justiça

Os julgamentos injustos continuaram sendo um problema endêmico. As decisões judiciais permaneceram suscetíveis a interferência política; os réus frequentemente não podiam contratar um advogado de sua escolha, e seu acesso a advogados e a familiares era negado; muitas vezes, as famílias não eram adequadamente informadas sobre as datas dos julgamentos e, seguidamente, sua entrada nos julgamentos era proibida. Confissões extraídas mediante tortura continuaram sendo admitidas como provas nos tribunais.

Milhões de cidadãos tentaram apresentar suas queixas diretamente às autoridades governamentais através do sistema de "cartas e visitas", também conhecido como "sistema de petições". Apesar de o sistema ser legal, a polícia muitas vezes hostilizava os peticionários, devolvia-os à força a suas províncias natais e os detinha em prisões secretas ou em

hospitais psiquiátricos onde corriam risco de ser maltratados.

As autoridades continuaram a intimidar os pais das crianças que morreram nos desabamentos de escolas durante o terremoto de maio de 2008 em Sichuan, tendo-os impedido de falar com os meios de comunicação ou de buscar investigações independentes.

Detenções sem julgamento

As autoridades frequentemente utilizavam-se de punições administrativas, inclusive da reeducação pelo trabalho, para prender pessoas sem que fossem julgadas. Segundo o governo, 190 mil pessoas eram mantidas em unidades de reeducação pelo trabalho – uma quantidade menor que o meio milhão de pessoas detidas anos atrás. Esse número, porém, é provavelmente muito mais alto. Ex-prisioneiros do sistema de reeducação pelo trabalho informaram que os praticantes de Falun Gong formavam um dos maiores grupos de prisioneiros, sendo que ativistas políticos, peticionários e outras pessoas que praticavam sua religião fora dos limites impostos eram alvo comum de perseguição. As autoridades usavam uma variedade de formas ilegais de detenção, entre as quais "prisões secretas", "aulas de educação jurídica", "aulas de estudo" e instituições de saúde mental, por meio das quais detinham milhares de pessoas.

Tortura e outros maus-tratos / mortes sob custódia

A tortura seguiu sendo uma prática corriqueira nos locais de detenção, às vezes levando à morte. Os métodos de tortura usados contra os detentos incluíam espancamentos, muitas vezes com aguilhão elétrico, suspensão pelos membros, alimentação à força, injeção de drogas desconhecidas e privação de sono.

Em março, a morte de um homem de 24 anos em um centro de detenção na província de Yunnan motivou um acalorado debate na internet sobre a polícia e o assédio (*bullying*) nas cadeias contra detentos, os quais eram torturados ou maltratados. O debate que surgiu na internet trouxe à tona revelações de outros casos de mortes sob detenção e motivou uma investigação da Procuradoria Suprema Popular (PSP). Em julho, a PSP publicou um relatório sobre a investigação de 12 das 15 mortes ocorridas em detenção nos primeiros quatro meses do ano. Desses 12 indivíduos, constatou-se que sete foram espancados até a morte, três cometeram suicídio e dois morreram de acidentes.

Pena de morte

A China continuou a usar de modo extensivo a pena de morte, inclusive para crimes que não envolviam violência. Sentenças de morte seguiram sendo impostas após julgamentos injustos. As estatísticas referentes a sentenças de morte e a execuções permaneceram classificadas como segredo de Estado. Embora o governo não tenha divulgado os números reais, ocorreram milhares de execuções.

Liberdade de religião

Pessoas que praticavam sua religião fora dos limites sancionados oficialmente continuaram a sofrer hostilidades, detenções arbitrárias, encarceramento e outras graves restrições a sua liberdade religiosa. Padres e bispos católicos que se recusavam a ingressar na *Associação Patriótica Católica Chinesa*, a associação reconhecida oficialmente, continuaram a ser detidos e mantidos incomunicáveis por períodos prolongados, quando não desapareciam à força.

■ O paradeiro do monsenhor James Su Zhimin, um bispo de 75 anos da cidade de Baoding, na província de Hebei, continua desconhecido desde que ele foi detido pela polícia em 1996.

A polícia agrediu fisicamente e deteve membros de igrejas cristãs domésticas que faziam suas práticas fora das instituições reconhecidas oficialmente, muitas vezes demolindo suas igrejas e mandando-os para a reeducação pelo trabalho ou para a prisão. A campanha do governo contra o Falun Gong foi intensificada, com detenções em grande escala, julgamentos injustos que resultaram em penas prolongadas, desaparecimentos forçados e mortes em detenção após torturas e maus-tratos.

■ Chen Zhenping, praticante do Falun Gong, foi sentenciada a oito anos de prisão durante um julgamento secreto ocorrido em agosto de 2008. Ela foi acusada de "utilizar uma organização herética para subverter a lei". Antes, durante e depois de seu julgamento, Chen Zhenping foi proibida de ter acesso a seu advogado. Em setembro, agentes prisionais informaram a sua família que ela havia sido transferida para outro local, porém, eles se recusaram a dizer para onde. Os advogados de Chen Zhenping não

conseguiram obter qualquer informação adicional sobre seu paradeiro.

Região Autônoma Uigur de Xinjiang

As autoridades intensificaram as já rigorosas restrições à liberdade de expressão, de associação e de reunião na Região Autônoma Uigur de Xinjiang, no noroeste da China, após a eclosão de episódios de violência sem precedentes, em Urumqi, no dia 5 de julho. O governo informou que 197 pessoas foram mortas – a maioria de etnia han mortas por uigures –, e que mais de 1.600 ficaram feridas. Os uigures haviam convocado pela internet uma manifestação de protesto contra a omissão do governo diante dos espancamentos e das mortes de trabalhadores migrantes uigures por trabalhadores de etnia han em uma fábrica de brinquedos na província de Guangdong no mês de junho.

Relatos de testemunhas oculares dos eventos de 5 de julho sugerem que as forças policiais e de segurança reprimiram manifestantes uigures pacíficos a fim de impedir que milhares deles saíssem em passeata pela cidade. De acordo com esses relatos, os policiais agrediram os manifestantes pacíficos com cassetetes, usaram gás lacrimogêneo para dispersar a multidão e dispararam diretamente contra os manifestantes pacíficos usando munição real, o que provavelmente provocou mais mortes.

Após os conflitos, as autoridades detiveram centenas de pessoas por suspeita de participação nos protestos, inclusive meninos e senhores idosos, em batidas policiais feitas de porta em porta. Familiares e amigos de várias pessoas detidas negaram que elas tivessem qualquer participação nos episódios de violência ou na manifestação. No final do ano, o destino de dezenas de pessoas detidas ainda era desconhecido.

Em agosto, as autoridades anunciaram que mantinham 718 pessoas detidas por envolvimento com os distúrbios, e que 83 delas haviam sido indiciadas criminalmente, entre outras coisas, por homicídio, incêndios propositais e roubo. Em 9 de novembro, as autoridades anunciaram a execução de nove indivíduos após julgamentos injustos. Com base em seus nomes, pode-se inferir que oito eram uigures e um era chinês de etnia han. Em dezembro, mais 13 indivíduos foram condenados à morte e as autoridades anunciaram a prisão de outras 94 pessoas por suspeita de envolvimento nos distúrbios de julho.

Em novembro, as autoridades anunciaram, formalmente, uma campanha de "linha dura e de punição" na região. Essa campanha se estenderia até o fim do ano para "eliminar [...] criminosos".

As autoridades colocaram a culpa pelos protestos nos separatistas uigures que vivem no exterior, principalmente em Rebiya Kadeer, presidente do Congresso Mundial Uigur, e não admitiram o papel das políticas governamentais em fomentar os descontentamentos entre os uigures. Tais políticas incluem restrições à liberdade de expressão, de associação e de reunião, restrições a práticas religiosas e a outras práticas culturais, além de políticas econômicas que discriminam os uigures e incentivam a imigração de chineses de etnia han para a região. Novos regulamentos restringiram ainda mais os controles já bastante rígidos sobre a internet na região, criminalizando seu uso com o crime vagamente definido de "separatismo étnico". As restrições ao acesso à internet, a chamadas telefônicas internacionais e a mensagens de texto – que foram bloqueadas no período posterior aos distúrbios de 5 de julho – permaneciam em vigor no final do ano.

No dia 19 de dezembro, o governo do Camboja devolveu à força 20 requerentes de asilo uigures para a China, ignorando as objeções do ACNUR, o órgão da ONU para os refugiados. As autoridades chinesas alegam que eles teriam participado dos distúrbios de julho. Alguns dias depois, negaram que as deportações estivessem relacionadas a um novo pacote de ajuda de 1,2 bilhão de dólares ao Camboja.

Região Autônoma do Tibete

Os protestos que eclodiram em março de 2008 prosseguiram em menor escala no decorrer do ano, acompanhados por persistentes detenções e prisões. Dois tibetanos foram executados por crimes que supostamente teriam sido cometidos durante os distúrbios de março de 2008.

Organizações internacionais de direitos humanos registraram um aumento no número de prisioneiros políticos tibetanos em períodos anteriores a datas de aniversários significativos, como o aniversário de 50 anos do frustrado levante tibetano que resultou no exílio do Dalai Lama. As autoridades bloquearam o fluxo de comunicação para dentro e para fora da região, e impediram o monitoramento independente da situação dos direitos humanos. O direito dos

tibetanos à liberdade de expressão, de religião, de reunião e de associação continuou a ser severamente restringido. As autoridades chinesas tornaram-se mais incisivas com relação a sua política internacional para o Tibete, com declarações públicas de funcionários do governo que indicavam sua disposição de punir econômica e diplomaticamente os países que demonstrassem apoio ao Dalai Lama e a questões tibetanas.

■ Em outubro, dois tibetanos, Losang Gyaltse e Loyar, foram executados. Eles foram condenados por provocar incêndios e foram sentenciados à pena de morte no dia 8 de abril de 2009 pelo Tribunal Municipal Intermediário Popular de Lhasa. Eles haviam sido presos durante os distúrbios ocorridos na Região Autônoma do Tibete e nas áreas habitadas por tibetanos nas províncias vizinhas em março de 2008.

■ Em 28 de dezembro, Dhondup Wangchen, um cineasta independente tibetano, foi sentenciado a seis anos de prisão pelo crime de "subverter o poder do Estado", após um julgamento secreto conduzido pelo tribunal provincial de Xining, na província de Qinghai. O advogado originalmente contratado por sua família foi impedido de representá-lo. Não está esclarecido se, depois disso, ele pôde ter qualquer representação legal ou se lhe foi permitido defender-se durante o julgamento.

Região Administrativa Especial de Hong Kong

No dia 4 de junho, segundo os organizadores, mais de 150 mil pessoas comemoraram o 20º aniversário da repressão militar na Praça da Paz Celestial; porém, as autoridades chinesas proibiram a entrada de alguns chineses e de ativistas estrangeiros que queriam participar. Em julho, dezenas de milhares de pessoas saíram em passeata em favor de causas como a melhoria dos meios de vida da população, a democracia e a liberdade de expressão.

Discriminação racial

O Decreto sobre Discriminação Racial entrou em vigor no mês de julho. Em agosto, o Comitê da ONU sobre a Eliminação da Discriminação Racial (CERD) observou que a definição de discriminação racial que constava no decreto não era totalmente condizente com o artigo 1º da Convenção da ONU contra o Racismo. O CERD recomendou que a discriminação indireta referente à língua, status imigratório e nacionalidade fosse acrescentada à definição. O CERD recomendou ainda que todas as funções e poderes governamentais estivessem dentro do escopo do decreto.

Refugiados e requerentes de asilo

Ao mesmo tempo em que observou haver planos de reforma dos procedimentos relativos a denúncias de tortura, o CERD recomendou que o governo garantisse o direito dos requerentes de asilo à informação, à interpretação, à assistência e a remédios jurídicos, bem como incentivasse a adoção de uma lei sobre refugiados com procedimentos completos de triagem para os pedidos individuais de asilo. O Comitê também reiterou sua recomendação de que as autoridades ratifiquem a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, bem como seu Protocolo de 1967.

Direitos dos homossexuais, bissexuais e transgêneros

Em 31 de dezembro, o governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong anunciou emendas ao Decreto sobre Violência Doméstica que estenderiam sua proteção a coabitantes do mesmo sexo. As emendas passariam a vigorar a partir de janeiro de 2010. A legislação da Região Administrativa Especial de Hong Kong não proibia a discriminação por orientação sexual.

Região Administrativa Especial de Macau

Em julho, o candidato único Fernando Chui Sai-on foi eleito por um comitê eleitoral composto por 300 integrantes como Chefe do Executivo municipal até 2014. Em setembro, 12 candidatos foram eleitos de forma direta para um poder legislativo de 29 cadeiras. Os demais legisladores são escolhidos ou indicados por organizações ou associações que representam os interesses de setores da sociedade local.

Em fevereiro, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei de Segurança Nacional, que abrangia atos de "sedição", "seceção", "subversão", "traição" e "furto de segredos de Estado". Definições vagas dos crimes poderiam ser utilizadas para infringir os direitos à liberdade de expressão e de associação. Dezenas de cidadãos de Hong Kong, entre os quais vereadores locais, ativistas, jornalistas e um professor de Direito, os quais tentavam participar das atividades relativas à nova legislação proposta, tiveram sua entrada em Macau proibida. Em dezembro, três ativistas de Hong Kong, que planejavam pedir a libertação de Liu Xiaobo, durante uma visita do presidente Hu Jintao, também tiveram sua entrada proibida.

COLÔMBIA

REPÚBLICA DA COLÔMBIA

Chefe de Estado e de governo:	**Álvaro Uribe Vélez**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**45,7 milhões**
Expectativa de vida:	**72,7 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**30/22 por mil**
Taxa de alfabetização:	**92,7 por cento**

O conflito armado interno continuou a ter consequências devastadoras para a população civil, atingindo, sobretudo, as comunidades indígenas. Todas as partes no conflito – como forças de segurança, grupos guerrilheiros e grupos paramilitares – foram responsáveis por graves abusos contra os direitos humanos e por violações do direito internacional humanitário. Embora o número de civis executados extrajudicialmente pelas forças de segurança tenha diminuído, e os desalojamentos forçados tenham aumentado em uma escala menor do que em anos anteriores, outros abusos contra os direitos humanos se intensificaram. Houve aumento dos assassinatos de integrantes de grupos marginalizados e de povos indígenas, assim como das ameaças contra defensores dos direitos humanos e outros ativistas. Testemunhas de assassinatos, assim como vítimas de violações de direitos humanos e seus familiares, foram ameaçadas e hostilizadas.

Em setembro, o governo anunciou que dissolveria seu serviço civil de informações, o Departamento Administrativo de Segurança (DAS), depois de surgirem provas de que o órgão havia, ilegalmente, interceptado as comunicações de defensores dos direitos humanos, de jornalistas, de políticos da oposição e de juízes por um período de, ao menos, sete anos, além de ser conivente com os grupos paramilitares.

A investigação conduzida pela Corte Suprema de Justiça sobre o escândalo "parapolítico" seguiu progredindo. Cerca de 80 congressistas, a maioria de partidos da coalizão governamental, estavam sendo investigados por suspeita de ligações com grupos paramilitares.

Aumentou a tensão da Colômbia com vários países da região, sobretudo com a Venezuela, depois que o governo decidiu permitir que os militares dos Estados Unidos utilizassem sete bases militares da Colômbia.

Conflito armado interno

As partes beligerantes não fizeram distinção entre civis e combatentes, o que resultou em desalojamentos forçados, mortes de civis, violência sexual contra mulheres, tomada de reféns, desaparecimentos forçados, recrutamento forçado de menores e ataques indiscriminados contra a população civil. Houve um aumento acentuado da violência em algumas das maiores cidades do país. Esse aumento foi atribuído ao conflito armado, aos crimes relacionados ao tráfico de drogas e a atos de 'limpeza social'.

Segundo informações, prosseguiram as investigações da *Fiscalía General de la Nación* (órgão do Judiciário) sobre cerca de 20 mil desaparecimentos forçados.

A quantidade de pessoas desalojadas dentro do país continuou a crescer, embora em escala menor do que nos últimos anos. Somente em 2009, segundo a ONG *Consultoria para os Direitos Humanos e os Deslocamentos* (CODHES), foram desalojadas mais de 286 mil pessoas. Povos indígenas, assim como comunidades de afrodescentendes e de campesinos foram as mais afetadas.

O governo recusou-se a apoiar um projeto de lei, a Lei das Vítimas, que teria concedido reparação para as vítimas do conflito em bases não-discriminatórias, independentemente do fato de o perpetrador ser ou não um agente do Estado. O projeto de lei foi rejeitado pelo Congresso em junho.

Direitos dos povos indígenas

Durante sua visita à Colômbia, em julho, o relator especial da ONU sobre povos indígenas descreveu a situação de direitos humanos dos povos indígenas no país como "grave, crítica e profundamente preocupante". Mais de 114 homens, mulheres e crianças indígenas foram mortos em 2009 – uma quantidade maior do que a de 2008. Mais da metade dos mortos pertenciam a comunidades Awá.

■ Em 26 de agosto, 12 índios Awá, entre os quais seis crianças e um bebê de oito meses, foram mortos por pistoleiros na reserva indígena de Gran Rosário, no departamento de Nariño. Uma das vítimas, Tulia García, havia sido testemunha do assassinato de seu marido, Gonzalo Rodríguez, pelo exército no dia 23 de maio.

■ No dia 4 de fevereiro, as Forças Armadas

Revolucionárias da Colômbia (FARC) mataram 15 índios Awá, inclusive duas mulheres grávidas, no município de Barbacoas, departamento de Nariño.

Lideranças indígenas e seus familiares também foram ameaçados.

■ No dia 11 de maio, a filha de 12 anos da líder indígena Aída Quilcué foi ameaçada com uma arma diante de sua casa. Aída Quilcué vinha recebendo proteção, em virtude de uma ordem da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, desde que seu marido foi morto por soldados em dezembro de 2008.

Em janeiro, a Corte Constitucional expediu a Ordem 004/09, a qual concluía que a sobrevivência de alguns povos indígenas estava em perigo devido ao conflito armado.

Em abril, o governo endossou a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Em 2007, quando a Declaração foi adotada pela Assembleia Geral da ONU, a Colômbia havia se abstido.

Serviço civil de informações

Em abril, a imprensa revelou que o Departamento Administrativo de Segurança (DAS), que operava sob a autoridade direta do Presidente, estava envolvido, havia anos, na espionagem ilegal e em grande escala de ativistas de direitos humanos, de políticos da oposição, de juízes e de jornalistas a fim de restringir ou de neutralizar seu trabalho. Segundo informações, essa operação era conduzida em estreita cooperação com grupos paramilitares. Integrantes de corpos diplomáticos na Colômbia e defensores internacionais dos direitos humanos também foram alvo.

Em maio, a *Fiscalía General* apresentou denúncia contra um ex-diretor do DAS, Jorge Noguera, por homicídio e por pertencimento a grupos paramilitares. Alguns dos ativistas interceptados pelo DAS haviam recebido ameaças de morte e foram submetidos a ações judiciais espúrias. Em setembro, o Presidente Uribe afirmou que o DAS seria extinto e que um novo serviço de informações seria criado.

Em março, o Congresso aprovou uma Lei de Informações que tornava ilegal a coleta de informações sobre indivíduos com base em sua afiliação política ou pertencimento a sindicatos ou organizações sociais e de direitos humanos. Em setembro, um decreto que implementava a Lei de Informações determinou que se procedesse a uma revisão dos arquivos de informações compilados com base nesses parâmetros por todos os serviços de segurança, inclusive pelo serviço militar. Muitas vezes, esses arquivos foram utilizados para preparar processos criminais falsos contra ativistas. Até o fim do ano, não havia sido divulgada qualquer informação sobre tal revisão.

Escândalo 'parapolítico'

Cerca de 80 membros do Congresso estavam sendo investigados criminalmente, em 2009, por suspeita de ligações com grupos paramilitares.

Em setembro, a Corte Suprema decidiu que tinha competência para investigar os congressistas que haviam renunciado ao cargo para tentar assegurar que seus casos fossem investigados pela *Fiscalía General de la Nación*, onde eles esperavam ser tratados com maior leniência.

Diversos magistrados envolvidos na investigação do escândalo, os quais haviam sido ameaçados e hostilizados, continuaram a receber medidas de proteção determinadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Execuções extrajudiciais cometidas pelas forças de segurança

Foi revelado, em 2008, que as forças de segurança haviam executado extrajudicialmente mais de uma dezena de jovens do município de Soacha, próximo à capital Bogotá, obrigando o governo a tomar providências para combater o problema. O número de casos de execuções extrajudiciais em 2009 diminuiu drasticamente quando comparado ao de 2008. Aproximadamente duas mil execuções extrajudiciais cometidas por militares do exército no decorrer de vários anos estavam sendo investigadas pela *Fiscalía General de la Nación* em 2009, mas os progressos eram lentos. Surgiram novas resistências dentro do sistema de justiça militar contra a competência civil sobre os casos em que militares eram acusados de violar os direitos humanos.

Testemunhas de execuções extrajudiciais, assim como familiares de pessoas executadas, foram ameaçadas e agredidas.

Após a visita que fez em junho à Colômbia, o relator especial da ONU sobre execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais afirmou que execuções extrajudiciais "foram levadas a cabo de uma maneira mais ou menos sistemática, por uma

quantidade significativa de elementos dentro do exército".

Grupos paramilitares

Grupos paramilitares seguiram operando em muitas partes do país, às vezes com a conivência de setores das forças de segurança. A continuação de suas atividades contradizia as alegações governamentais de que todos os paramilitares haviam deposto suas armas após o programa de desmobilização patrocinado pelo governo, o qual teve início em 2003.

O governo argumentou que a violência atribuída a esses grupos estava ligada somente às drogas e era de natureza criminosa. Porém, as táticas empregadas por esses grupos para aterrorizar a população civil, fazendo ameaças de morte e realizando massacres, reproduziam aquelas utilizadas pelos grupos paramilitares antes da desmobilização. Defensores dos direitos humanos, líderes comunitários e outros ativistas sociais continuaram sendo alvos desses grupos.

Havia provas de que os grupos paramilitares estavam, novamente, se tornando mais organizados. Em um relatório publicado em outubro, a Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia da Organização dos Estados Americanos (MAPP-OEA) fez referência à "capacidade de 'renovação' que têm essas estruturas ilegais, principalmente seus mandatários, que constitui um desafio para que as autoridades impeçam sua reestruturação".

Houve um aumento no número de mortes de pessoas pertencentes a grupos sociais marginalizados nas áreas urbanas, cometidas, em sua maioria, pelos paramilitares. As vítimas eram os jovens, os sem-teto, os pequenos criminosos, os trabalhadores do sexo, os homossexuais, os transexuais e os usuários de drogas. Segundo a ONG *Centro de Investigação e Educação Popular* (CINEP), em 2009 ocorreram 184 assassinatos desse tipo, comparados aos 82 de 2008.

Intensificaram-se as tentativas dos grupos paramilitares de exercerem controle social sobre comunidades que vivem na pobreza através de uma ampla distribuição de folhetos ameaçadores. Em 2009, o CINEP registrou 83 ameaças como essas distribuídas em diversas áreas do país, comparadas a 58 em 2008.

Processo de Justiça e Paz

Somente cerca de 3.700 dos 31.000 paramilitares que se alegou terem sido desmobilizados desde 2003 haviam participado do processo de Justiça e Paz até o fim de 2009. Entretanto, o paradeiro de muitos deles era desconhecido. O processo de Justiça e Paz permitia que ex-paramilitares se beneficiassem com a redução de pena em troca de confissões sobre violações dos direitos humanos. Alguns paramilitares confessaram terem cometido abusos contra os direitos humanos e implicaram outros indivíduos como políticos, empresários e militares. Contudo, o processo não satisfazia as normas internacionais sobre o direito das vítimas à verdade, à justiça e à reparação.

Cerca de 90 por cento dos que foram desmobilizados continuaram a esquivar-se de investigações efetivas por conta do Decreto 128 e da Lei 782, os quais concediam anistias *de facto* a quem não estivesse sendo investigado por violações contra os direitos humanos. Em junho, o Congresso aprovou uma lei para regularizar a situação jurídica de 19 mil paramilitares supostamente desmobilizados, depois que a Corte Suprema determinou, em 2008, que eles não poderiam se beneficiar de anistias. A lei autorizava o promotor da *Fiscalía* a suspender, a interromper ou a abandonar investigações contra eles, possibilitando, desse modo, que escapassem da Justiça.

Em julho, a Corte Suprema anulou, por razões procedimentais, a sentença imposta em março pelo Tribunal de Justiça e Paz ao paramilitar Wilson Salazar Carrascal, conhecido como 'El Loro'. Até o fim do ano, nenhum paramilitar havia sido sentenciado por força do processo de Justiça e Paz.

A maioria dos 18 líderes paramilitares extraditados para os EUA acusados de tráfico de drogas recusou-se a cooperar com o sistema de justiça colombiano em suas investigações sobre violações de direitos humanos. As autoridades judiciais da Colômbia enfrentaram dificuldades para ter acesso aos poucos que concordaram em colaborar.

Alguns paramilitares devolveram uma pequena porção dos 4 a 6 milhões de hectares de terra que haviam roubado. Temia-se, porém, que parte dessas terras pudesse voltar às mãos desses grupos ou de seus apoiadores. Dos poucos proprietários originais que tiveram suas terras devolvidas, alguns foram ameaçados ou mortos.

Vítimas ou seus familiares que participavam do processo de Justiça e Paz, pessoas que os acompanhavam e autoridades judiciais que investigavam violações de direitos humanos foram ameaçadas e mortas. Isso fez com que muitas vítimas resolvessem não participar do processo.

Grupos guerrilheiros

As FARC e o Exército de Libertação Nacional (ELN) continuaram a cometer abusos dos direitos humanos, bem como violações graves e repetidas do direito internacional humanitário, inclusive assassinato de civis, recrutamento de menores e tomada de reféns.

As FARC continuaram fazendo uso extensivo de minas terrestres antipessoais. Em 2009, mais de 111 civis e membros das forças de segurança foram mortos e 521 ficaram feridos por minas terrestres.

As FARC realizaram ataques indiscriminados em que os civis foram as vítimas principais.

■ No dia 13 de janeiro, as FARC lançaram um ataque usando artefatos explosivos no centro urbano do município de Roberto Payán, no departamento de Nariño. Seis pessoas morreram, entre elas três crianças.

Segundo estatísticas governamentais, o número total de sequestros caiu de 437, em 2008, para 213 em 2009. A maioria dos sequestros foi atribuída a grupos criminosos; porém, os grupos guerrilheiros foram responsáveis pela maior parte dos sequestros ligados ao conflito.

Em 21 de dezembro, as FARC sequestraram e mataram o governador do departamento de Caquetá, Luis Francisco Cuéllar.

Em fevereiro, as FARC libertaram diversos reféns de destaque. Entre eles estava Sigifredo López, deputado da Assembleia Departamental de Valle del Cauca, que se encontrava cativo desde 2002, e o ex-governador do departamento de Meta, Alán Jara, cativo desde 2001. No mesmo mês, as FARC também libertaram três policiais e um soldado.

Impunidade

Verificaram-se alguns avanços em importantes investigações de direitos humanos. Contudo, a impunidade para violações de direitos humanos continuou sendo motivo de grave preocupação.

■ Em novembro, o general reformado do exército Jaime Uscateguí foi sentenciado a 40 anos de prisão por participação no massacre de Mapiripán, ocorrido em 1997 no departamento de Meta.

■ Em setembro, o Conselho de Estado manteve uma decisão da Procuradoria, de 1995 , que exonerava do exército o general Álvaro Velandia Hurtado e outros três oficiais por seu envolvimento com o desaparecimento forçado, a tortura e o assassinato de Nydia Erika Bautista, integrante do grupo guerrilheiro M-19, em 1987.

Defensores dos direitos humanos

Defensores dos direitos humanos, especialmente aqueles que trabalhavam em áreas mais remotas, foram ameaçados e assassinados. Líderes comunitários corriam maior perigo de serem atacados. Pelo menos oito defensores e 39 sindicalistas foram mortos em 2009.

Aumentaram as ameaças de morte direcionadas a ativistas sociais e de direitos humanos; a maioria das quais foi atribuída a grupos paramilitares.

Defensores dos direitos humanos e ativistas sociais acusados de ligações com guerrilheiros continuaram a ser processados criminalmente, o que muitas vezes se dava com base apenas em informações dos arquivos de inteligência militar ou de informantes pagos. No entanto, algumas ações que há tempos tramitavam contra ativistas foram, finalmente, extintas pelos tribunais. Diversas organizações de direitos humanos tiveram seus escritórios arrombados; informações valiosas foram roubadas.

Durante uma visita à Colômbia do relator especial da ONU sobre defensores de direitos humanos, no mês de setembro, o Presidente Uribe afirmou que o trabalho em favor dos direitos humanos era legítimo. Entretanto, autoridades do alto escalão, inclusive o Presidente, seguiram dando declarações que relacionavam esse trabalho ao apoio a grupos guerrilheiros.

Ajuda militar dos EUA

Em 2009, os Estados Unidos alocaram aproximadamente 662 milhões de dólares para a ajuda militar e não-militar à Colômbia. Esse montante incluía os 543,5 milhões do projeto de lei para financiamento de Operações do Estado e Estrangeiras, dos quais 305 milhões estavam destinados às forças de segurança; 30 por cento desse orçamento estavam condicionados ao cumprimento de determinadas exigências de direitos humanos por parte das autoridades colombianas. Em agosto, 55 milhões de dólares em

ajuda para a segurança, que haviam sido retidos em 2008, foram liberados após os "passos positivos" das autoridades da Colômbia com relação aos direitos humanos. Até novembro de 2009, 19 milhões de dólares em fundos assistenciais para segurança, relativos ao orçamento de 2008, e 31 milhões de dólares, do orçamento de 2009, estavam sendo retidos pelo Congresso estadunidense devido às preocupações constantes com os direitos humanos.

Escrutínio internacional

O relatório sobre a Colômbia do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, publicado em março, afirmava que, embora o governo tivesse feito esforços no sentido de combater as execuções extrajudiciais, violações de direitos humanos graves continuavam a ocorrer. O relatório expressava preocupação com as constantes declarações de autoridades governamentais, relacionando defensores dos direitos humanos e ativistas sociais aos grupos guerrilheiros; com os abusos que os grupos guerrilheiros cometiam contra os direitos humanos; e com os sérios riscos que representavam para a população civil os "grupos armados ilegais que surgiram desde o processo de desmobilização de organizações paramilitares". O relatório enfatizava ainda que poucas vítimas de violações de direitos humanos tiveram seu direito à verdade, à justiça e à reparação atendidos.

Em março, o Conselho de Direitos Humanos da ONU adotou formalmente as conclusões decorrentes da revisão da situação de direitos humanos da Colômbia, de dezembro de 2008, em virtude da Revisão Periódica Universal da ONU. O governo assumiu o compromisso de cumprir com a maioria das recomendações, inclusive com a implementação urgente e integral das recomendações do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Em 2009, a Colômbia recebeu a visita dos seguintes relatores especiais da ONU: sobre a independência de magistrados e advogados; sobre defensores de direitos humanos; sobre povos indígenas; e sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias.

Expirou em 1º de novembro a declaração feita pela Colômbia, com base no Artigo 124 do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, de que por sete anos não reconheceria a competência do Tribunal sobre crimes de guerra.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a Colômbia em fevereiro, em julho, em setembro e em outubro.

The Curvaradó and Jiguamiandó Humanitarian Zones – Communities in resistance in Colombia (AMR 23/001/2009)

The Peace Community of San José de Apartadó – Communities in resistance in Colombia (AMR 23/002/2009)

Everything Left Behind: Internal Displacement in Colombia (AMR 23/015/2009

C

CUBA

REPÚBLICA DE CUBA

Chefe de Estado e de governo:	**Raúl Castro Ruz**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**11,2 milhões**
Expectativa de vida:	**78,5 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**9/6 por mil**
Taxa de alfabetização:	**99,8 por cento**

Direitos civis e políticos continuaram a ser severamente restritos pelas autoridades. Pessoas críticas ao governo continuaram a ser presas; muitas denunciaram que foram espancadas no momento da prisão. Restrições à liberdade de expressão eram corriqueiras. O governo seguiu cerceando a liberdade de associação e de reunião. O embargo dos Estados Unidos contra Cuba continuou em vigor, apesar da crescente oposição tanto dentro quanto fora dos EUA.

Informações gerais

As relações entre Cuba e os Estados Unidos melhoraram no decorrer do ano. Ambos os governos iniciaram diálogos sobre questões de imigração e sobre o restabelecimento de um serviço postal direto entre os dois países. Congressistas dos EUA visitaram Cuba, em abril, e reuniram-se com o Presidente cubano.

O Conselho de Ministros passou por uma recomposição significativa em março; ministros-chave, durante os últimos anos de Fidel Castro no poder, foram substituídos.

Em junho, a suspensão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), que vigorou por 47 anos, foi revogada. No entanto, a participação do país na OEA está condicionada a sua adesão aos princípios da Organização.

Em fevereiro, a situação dos direitos humanos em Cuba foi avaliada de acordo com a Revisão Periódica Universal da ONU. Cuba adotou alguns compromissos amplos, mas rejeitou a maioria das recomendações relativas à proteção e à promoção dos direitos civis e políticos. Em maio, Cuba foi reeleita para mais um mandato de três anos no Conselho de Direitos Humanos. A visita do relator especial da ONU sobre a tortura, planejada para acontecer em outubro, foi adiada pelas autoridades cubanas até 2010.

Prisioneiros de consciência

No final do ano, 55 prisioneiros de consciência continuavam detidos somente por exercer pacificamente seu direito à liberdade de expressão. O prisioneiro de consciência Nelson Aguiar Ramírez foi libertado em 2009 por razões de saúde, enquanto que Reinaldo Miguel Labrada Peña completou sua pena.

■ O defensor dos direitos humanos Darsi Ferrer e sua esposa, Yusnaimy Jorge, foram presos no dia 9 de julho, em sua residência em Havana, e acusados de posse ou receptação de mercadorias obtidas ilegalmente. Nesse mesmo dia, mais tarde, eles liderariam uma passeata chamada "*El Paseo de Tus Sueños*" pela Avenida Malecón, à beira-mar de Havana. Darsi Ferrer, médico e presidente do *Centro Independente de Saúde e Direitos Humanos Juan Bruno Zayas*, que apoia integrantes marginalizados da sociedade cubana na cidade de Havana, foi espancado por sete policiais na delegacia de polícia de Agillera, em Lawton. No mesmo dia, logo após a meia-noite, o casal foi posto em liberdade condicional. No dia 21 de julho, Darsi Ferrer foi preso novamente e acusado de "desacato à autoridade". Não lhe foi permitida liberdade provisória e ele foi levado à prisão de Valle Grande, na província de Havana, uma penitenciária de segurança máxima para criminosos condenados. No final do ano, ele permanecia detido aguardando julgamento.

Liberdade de expressão, de reunião e de associação

A liberdade de expressão continuou a ser severamente restringida. Todos os meios de comunicação de massa e a internet permaneceram sob controle do Estado. As autoridades continuaram a bloquear o acesso a blogs e a sites de jornalistas que criticavam o governo. Ações criminais por "periculosidade" continuaram a ser usadas para restringir o exercício à liberdade de expressão, de associação e de reunião dos dissidentes. Blogueiros e jornalistas independentes enfrentaram hostilidades. Alguns foram ameaçados com ações penais e vários foram detidos.

■ Em setembro, Yosvani Anzardo Hernández, editor da revista digital *Candonga* e correspondente de um site de notícias com sede em Miami, foi preso por policiais em sua residência na província de Holguín. Durante a prisão, o computador servidor que hospedava sua revista digital foi confiscado. Ele foi mantido na prisão de Pedernales, na província de Holguín, onde foi ameaçado de ser processado criminalmente com base na Lei Nº 88 de Proteção da Independência Nacional e da Economia de Cuba. Após duas semanas, ele foi solto sem acusações.

Liberdade de circulação

Restrições à liberdade de circulação impediram que jornalistas, ativistas políticos e de direitos humanos exercessem atividades legítimas e pacíficas.

■ Em setembro, Yoani Sánchez, autora de um blog bastante conhecido chamado *Generación Y*, teve seu visto para deixar Cuba negado. Ela estava prestes a viajar para os EUA a fim de receber o prêmio Maria Moors Cabot de jornalismo da Universidade de Columbia. Seu visto para deixar Cuba e viajar ao Brasil também foi negado; ela foi convidada pelo Senado brasileiro para apresentar seu livro em uma conferência e para falar ao Congresso. Em novembro, Yoani Sánchez e o blogueiro Orlando Luis Pardo foram forçados por agentes de segurança do Estado a entrar em um automóvel, onde foram agredidos fisicamente e ameaçados antes de serem soltos. Os agressores disseram a Yoani Sánchez: "*Hasta aquí llegaste*" [isso termina aqui].

Embargo dos Estados Unidos a Cuba

O embargo dos EUA a Cuba continuou a causar um impacto danoso tanto à economia quanto aos direitos

sociais dos cubanos. A legislação estadunidense que restringe as exportações para Cuba de suprimentos e de equipamentos fabricados ou patenteados nos EUA continuou a obstruir o acesso a remédios e a tecnologias médicas. As agências da ONU com operações em Cuba também foram afetadas pelo embargo.

Em abril, o presidente Barak Obama diminuiu as restrições a viagens, permitindo que indivíduos visitassem parentes em Cuba e que lhes fizessem remessas de valores. Em setembro, porém, ele estendeu por mais um ano sua autoridade para aplicar sanções financeiras contra Cuba com base no *Trading with the Enemy Act* (Lei de Comércio com o Inimigo) de 1917. Pelo 18º ano consecutivo, uma resolução requerendo que os Estados Unidos acabem com seu embargo contra Cuba foi adotada por vasta maioria na Assembleia Geral da ONU. Um grupo bipartidário de senadores dos EUA introduziu um projeto de lei que permitiria, pela primeira vez desde 1962, que todos os cidadãos estadunidenses viajassem livremente para Cuba. Outros projetos de lei foram introduzidos no Congresso a fim de atenuar ou de suspender totalmente o embargo. No final do ano, esses projetos ainda dependiam de aprovação.

Pena de morte

Não houve execuções. No fim de 2009, três pessoas aguardavam execução; a maioria das sentenças de morte fora comutada pelo presidente Raúl Castro em 2008.

■ Otto René Rodríguez Llerena e Raúl Ernesto Cruz León, ambos cidadãos salvadorenhos, permaneceram sob sentença de morte. Em 1999, eles foram condenados pelo crime de terrorismo. No final do ano, seus recursos contra as sentenças aguardavam julgamento pelo Tribunal Supremo Popular.

Visitas e relatórios da AI

A Anistia Internacional não recebe permissão para visitar Cuba desde 1990.

Cuba: Fear for safety – Jorge Luis García Pérez; Iris Tamara Pérez Aguilera; Carlos Michael Morales Rodriguez; Diosiris Santana Pérez; Ernesto Mederos Arrozarena (AMR 25/003/2009)

Cuba: Harassment – Edgard López Moreno (AMR 25/005/2009)

Cuba: The US embargo against Cuba – Its impact on economic and social rights (AMR 25/007/2009)

EGITO

REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO

Chefe de Estado:	**Muhammad Hosni Mubarak**
Chefe de governo:	**Ahmed Nazif**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**83 milhões**
Expectativa de vida:	**69,9 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**42/39 por mil**
Taxa de alfabetização:	**66,4 por cento**

O governo continuou a usar os poderes do estado de emergência para deter críticos e opositores pacíficos, assim como pessoas suspeitas de crimes contra a segurança ou de envolvimento com terrorismo. Alguns foram mantidos sob ordens de detenção administrativa; outros, sentenciados à prisão após julgamentos injustos perante tribunais militares. A tortura e outros maus-tratos continuaram ocorrendo de modo generalizado em delegacias de polícia, nos centros de detenção da polícia de segurança e nos presídios e, em muitos casos, foram cometidos com impunidade. Os direitos à liberdade de expressão, de associação e de reunião foram restringidos; jornalistas e blogueiros estavam entre os detidos ou processados. Centenas de famílias residentes em "áreas de risco" do Cairo foram desalojadas à força; algumas ficaram desabrigadas, outras foram relocadas, mas sem garantia de posse das propriedades. Homens considerados gays continuaram a ser processados sob a lei de "libertinagem". Ao menos 19 pessoas que tentaram atravessar a divisa com Israel foram mortas a tiros por policiais de fronteira, aparentemente quando não apresentavam ameaça. Pelo menos 269 pessoas foram sentenciadas à morte, e ao menos cinco foram executadas.

Informações gerais

O Egito permaneceu sob estado de emergência nacional, em vigor ininterrupto desde 1981 e renovado recentemente, em maio de 2008. Em abril, o governo afirmou que havia completado o esboço, exceto por uma seção, de uma nova lei antiterrorista há muito aguardada, da qual se esperava pavimentar o caminho para a suspensão do estado de emergência. Entretanto, temia-se que a nova lei pudesse, efetivamente, manter as prerrogativas de

emergência que têm facilitado a prática de violações de direitos humanos. O projeto não estava disponível no fim de 2009.

Em janeiro, ocorreram manifestações contra a ofensiva militar israelense em Gaza, as quais provocaram a reação do governo egípcio. As autoridades mantiveram a fronteira com a Faixa de Gaza fechada durante a maior parte do ano, inclusive durante a ofensiva, impedindo que palestinos buscassem refúgio no Egito. As autoridades permitiram a passagem de doentes e feridos, bem como de mercadorias, pela fronteira. Em dezembro, anunciaram a construção de uma cerca de aço junto à fronteira com Gaza para evitar o contrabando. As autoridades não permitiram que mais de mil pessoas de 43 países reunidas no Cairo realizassem uma passeata até Gaza, levando ajuda humanitária, para assinalar o primeiro aniversário da ofensiva militar israelense; muitas delas foram agredidas pela polícia.

Em fevereiro, um ataque a bomba no Cairo matou uma mulher e feriu outras 25 pessoas, a maioria turistas estrangeiros. Em maio, as autoridades atribuíram o ataque a um grupo associado à Al Qaeda e ao grupo armado Exército Islâmico Palestino.

O ex-candidato à Presidência Ayman Nour foi libertado da prisão em fevereiro devido à sua condição de saúde. Em novembro, as autoridades impediram-no de viajar para os Estados Unidos.

Ocorreram conflitos esporádicos entre cristãos coptas e muçulmanos, quando várias pessoas foram mortas e outras feridas. Em março, residências de bahá'ís foram queimadas em Shuraniyya, na província de Sohag, depois que, segundo informações, alguns meios de comunicação incitaram o ódio e a violência contra os bahá'ís.

Em abril, o parlamento aprovou uma Lei de Assistência aos Pacientes com Problemas Mentais, a fim de prever garantias aos direitos das pessoas com distúrbios mentais.

Em junho, o número de cadeiras na câmara baixa do parlamento foi aumentado de 454 para 518, sendo que 64 delas foram reservadas a mulheres, a fim de promover sua maior participação na vida pública.

Foram propostos projetos de lei que restringiriam ainda mais as ONGs e que puniriam a difamação de religiões monoteístas e de seus profetas com penas de prisão e multas. Em novembro, ONGs pediram que o parlamento debatesse um projeto de lei de 2007 que permitiria a realização de aborto em sobreviventes de estupro.

O aumento nos preços dos alimentos e a pobreza crescente fomentaram uma onda de greves dos trabalhadores dos setores público e privado.

Segurança e combate ao terrorismo

Várias pessoas foram presas após o atentado à bomba, em fevereiro, no Cairo. Em maio, as autoridades disseram que mantinham sete suspeitos presos, inclusive uma mulher francesa de origem albanesa, a quem acusaram de recrutar estudantes estrangeiros e outras pessoas para cometerem atos terroristas no Egito e no exterior. Posteriormente, detiveram e deportaram para seus países de origem ao menos 41 estrangeiros, entre os quais cidadãos russos e franceses que, segundo informações, estavam residindo no Egito e estudando árabe e islamismo. Segundo consta, alguns foram torturados ou maltratados de outras formas enquanto estavam detidos e não tiveram oportunidade de contestar a deportação perante um tribunal. Acredita-se que alguns enfrentem riscos de violações de direitos humanos em seus países, para os quais foram devolvidos à força.

O relator especial das Nações Unidas sobre a promoção e a proteção dos direitos humanos no contexto de combate ao terrorismo visitou o Egito por seis dias em abril. Seu relatório, publicado em outubro, criticou as políticas e as práticas antiterroristas do governo por restringirem, desnecessariamente, os direitos humanos. Ele instou o governo a suspender o estado de emergência que, segundo disse, tornou-se a "norma" em vez de ser uma medida excepcional.

■ Romuald Durand, um cidadão francês, foi submetido a desaparecimento forçado por dois meses depois de sua prisão no aeroporto internacional do Cairo, em abril. Ele foi entregue ao serviço de Informações de Segurança do Estado (SSI) que, inicialmente, o manteve detido no bairro de Nasr City, no Cairo. Lá ele teria sido mantido vendado e algemado pelos primeiros 10 dias, sendo despido e torturado com choques elétricos enquanto seus braços e pernas estavam amarrados e esticados, sendo também ameaçado de estupro. Em junho, ele foi libertado sem acusações e deportado para a França.

■ Em agosto, 22 réus, mais quatro pessoas acusadas

à revelia, foram a julgamento perante o Supremo Tribunal de Segurança do Estado (Emergência). Entre eles havia cinco palestinos, dois libaneses e um sudanês. Os 26 indiciados enfrentaram várias acusações, inclusive por planejar atentados a pontos turísticos, por posse de explosivos e por fornecimento de informações ao Hizbollah no Líbano. Alguns deles foram acusados de ajudar a cavar túneis sob a fronteira, para contrabandear do Egito pessoas e mercadorias para a Faixa de Gaza, e de ajudar combatentes a cruzarem a fronteira. Todos negaram as acusações relacionadas a terrorismo. Alguns informaram ao Tribunal que foram torturados, inclusive com choques elétricos, enquanto estavam sendo mantidos incomunicáveis pelo SSI depois de suas prisões no final de 2008 e início de 2009. Em outubro, seus advogados de defesa se retiraram do tribunal acusando a corte de ser tendenciosa contra os réus. O julgamento prosseguia no fim do ano.

E

Detenção administrativa

As autoridades continuaram a utilizar os poderes emergenciais para deter não apenas pessoas suspeitas de terrorismo e de crimes contra a segurança, mas, também, críticos pacíficos do governo. Alguns continuaram detidos sem acusação nem julgamento, apesar de ordens judiciais para sua soltura. Em tais casos, o ministro do Interior emitiu novas ordens de detenção para substituir as consideradas inválidas pelos tribunais, minando o valor do escrutínio e da supervisão judicial.

■ Hani Nazeer, um cristão copta e blogueiro de Qina, foi mantido detido no decorrer de 2009 por uma sucessão de ordens de detenção administrativas emitidas pelo ministro do Interior. Ele foi preso, em outubro de 2009, quando se entregou à polícia de Nagaa Hammadi – os policiais haviam detido seus irmãos e ameaçavam deter suas irmãs para forçá-lo a se render. Isso ocorreu depois que moradores de Qina o denunciaram por comentar em seu blog sobre um livro que eles consideraram ofensivo aos muçulmanos. Ele foi mantido na prisão de Borg al-Arab, perto de Alexandria, apesar de quatro ordens judiciais para sua libertação. Segundo informações, na prisão, ele foi pressionado por agentes de segurança para se converter ao islamismo.

Julgamentos injustos

Julgamentos flagrantemente injustos de civis continuaram sendo realizados por tribunais militares em violação às normas internacionais para julgamentos justos. Ao menos três civis foram condenados nesses julgamentos, sendo sentenciados a penas de até dois anos de prisão.

■ Em fevereiro, Ahmed Doma, líder da organização de jovens *Movimento Popular para a Libertação do Egito*, e Ahmed Kamal Abdel Aal foram sentenciados a um ano de prisão por cruzarem a fronteira entre o Egito e a Faixa de Gaza durante a ofensiva militar israelense e foram multados por planejarem a travessia. Magdy Hussein, secretário-geral do Partido Trabalhista, foi sentenciado a dois anos de prisão e multado por acusações semelhantes. Em agosto, o Supremo Tribunal Militar de Recursos confirmou sua sentença.

■ O Supremo Tribunal Militar de Recursos rejeitou os apelos impetrados por 18 membros da organização Irmandade Muçulmana quando foram sentenciados a até sete anos de prisão, em abril de 2008, após julgamentos injustos perante o Supremo Tribunal Militar de Haikstip, norte do Cairo. Em julho, um tribunal administrativo ordenou a libertação de 13 deles, que haviam cumprido três quartos da pena; porém, todos permaneciam presos no fim do ano.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos contra detentos foram sistemáticos em delegacias de polícia, presídios e centros de detenção do SSI, e foram cometidos, em sua maioria, com impunidade. Segundo informações, em alguns casos, os policiais teriam ameaçado as vítimas para que não apresentassem queixas. Raramente, entretanto, supostos torturadores foram processados.

■ Em novembro, um tribunal de Alexandria sentenciou um policial a cinco anos de prisão por torturar Rajai Sultan, em julho de 2008, espancando-o até que ele tivesse hemorragia cerebral em consequência da qual necessitou de cirurgia.

■ Mona Said Thabet e seu marido, Yasser Naguib Mahran, foram hostilizados e intimidados por policiais depois que ela apresentou uma queixa ao Ministério do Interior de que seu marido, antes de ser libertado, em setembro de 2008, havia sido torturado pela polícia, em Shobra al-Khayma, por ter se recusado a se tornar um informante. Ela disse que a polícia a esbofeteou e a espancou, que apagou um cigarro em seu rosto, raspou sua cabeça à força e a ameaçou de estupro caso não retirasse a queixa. Em vez disso, ela

apresentou uma nova queixa à Procuradoria Pública de Shobra al-Khayma, que ordenou uma investigação, o que levou a polícia local a fazer novas ameaças contra ela, seu marido e seus filhos. A queixa foi apresentada por ela à Procuradoria Pública, em fevereiro, mas não se tem conhecimento de que qualquer providência tenha sido tomada. Em maio, famílias de Shobra al-Khayma protestaram no Cairo contra supostos abusos cometidos pelo diretor do SSI na delegacia de polícia de Shobra al-Khayma e pediram a intervenção do Ministério do Interior.

Mortes sob custódia

Segundo relatos, ao menos quatro pessoas morreram sob custódia, aparentemente como resultado de tortura e de outros maus-tratos.

■ Youssef Abu Zouhri, irmão do porta-voz da organização palestina Hamas, morreu em outubro. Supostamente, ele teria sido torturado ou maltratado na prisão de Borg al-Arab, perto de Alexandria, após sua detenção, em abril, depois de ter atravessado a fronteira de Gaza para o Egito. As autoridades afirmaram que ele morreu de causas naturais, mas não forneceram detalhes.

Liberdade de expressão – meios de comunicação

A liberdade de expressão e os meios de comunicação continuaram sendo restringidos pelas autoridades. Jornalistas e blogueiros que criticaram o governo foram hostilizados, inclusive com prisão e com processo por difamação. Livros e jornais estrangeiros que abordavam questões consideradas pelo governo como tabus ou como ameaças à segurança nacional foram censurados.

■ Karim Amer, blogueiro detido desde 2006, permaneceu na prisão apesar de o Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária da ONU ter determinado que sua detenção era arbitrária e ter apelado por sua libertação em novembro de 2008. O Grupo de Trabalho também criticou o encarceramento de jornalistas e blogueiros por acusações de difamação ou insulto a autoridades do Estado, considerando que essa medida era desproporcional e uma séria restrição à liberdade de expressão.

Liberdade de reunião e de associação

As autoridades mantiveram restrições legais e outros controles que limitaram as atividades de partidos políticos, de ONGs, de associações de classe e de sindicatos. Membros da Irmandade Muçulmana, que continua proscrita, e de outros grupos de oposição foram perseguidos e presos.

■ Ao menos 34 pessoas foram presas, em abril, e acusadas de incitamento e distribuição de folhetos que convocavam para uma greve geral. Entre elas estavam estudantes e membros de grupos políticos de oposição, como o Grupo 6 de Abril, o Movimento Kefaya, o al-Ghad e a Irmandade Muçulmana. Todos foram libertados sem acusações.

Discriminação – homens suspeitos de homossexualidade

As autoridades continuaram a criminalizar atos sexuais consensuais entre homens.

■ Dez homens presos em janeiro no Cairo por "prática habitual de libertinagem", uma acusação utilizada para mover processos contra atos sexuais consensuais entre homens, foram, segundo informações, espancados, esbofeteados, chutados e insultados enquanto estiveram detidos pela Polícia da Moralidade. Eles foram testados para HIV/Aids sem o seu consentimento e foram forçados a se submeter a exames anais para "provar" que estiveram envolvidos em conduta homossexual. Esses exames, realizados sem consentimento, constituem tortura. Eles foram detidos por cinco meses para investigação e libertados provisoriamente no final de maio enquanto aguardavam seu julgamento, que iniciou em 31 de dezembro.

Discriminação – minorias religiosas

Depois que o Supremo Tribunal Administrativo decidiu, em março, que os bahá'ís poderiam obter documentos de identidade sem se identificarem como mulçumanos nem cristãos, o ministro do Interior emitiu um decreto reconhecendo o direito de seguidores de outras religiões de obterem documentos oficiais de identidade sem revelarem suas crenças religiosas nem terem que se declarar muçulmanos, cristãos ou judeus.

Tribunais administrativos ordenaram, em várias ocasiões, a revogação de decisões tomadas por universidades e por funcionários públicos ministeriais proibindo mulheres e meninas de usar o *niqab* (véu que cobre a face) em suas instituições.

Direito à moradia adequada – despejos forçados

Residentes de 26 áreas da grande Cairo que, em 2008, foram consideradas "de risco" por um grande plano governamental para a reestruturação da cidade até 2050 continuaram a enfrentar uma dupla ameaça: de um lado, a falta de segurança frente a possíveis deslizamentos de rochas, aos riscos dos cabos de alta tensão ou a outros perigos; de outro, o possível despejo forçado. Aconteceram poucas ou nenhuma consulta às comunidades afetadas nas "áreas de risco".

Despejos forçados, baseados em ordens administrativas emitidas por autoridades locais, foram realizados em Al-Duwayqa, Establ Antar e Ezbet Khayrllah, todas "áreas de risco", nas quais os moradores ocupavam terras de propriedade do Estado e onde existe risco de deslizamento de rochas. Os desalojamentos foram efetuados sem aviso nem consulta prévia às comunidades afetadas, e sem qualquer notificação por escrito, dificultando, com isso, a possibilidade de contestação judicial. Em junho, aproximadamente 28 famílias de Atfet Al-Moza, em Al-Duwayqa, ficaram desabrigadas quando foram despejadas à força para que as autoridades pudessem "reforçar" o declive rochoso onde viviam. Em Establ Antar, alguns residentes receberam ordens de demolir suas casas; caso contrário, enfrentariam despejo.

De setembro de 2008, quando um deslizamento de rochas matou ao menos 119 moradores de Al-Duwayqa, até o fim de 2009, as autoridades relocaram aproximadamente quatro mil famílias em uma área melhorada de Al-Duwayqa. Cerca de 1.400 famílias de Establ Antar e Ezbet Khayrallah foram relocadas na cidade de 6 de Outubro, sudoeste de Giza, longe de suas fontes de subsistência. Entretanto, as famílias reassentadas não receberam documentação que lhes proporcionasse garantia legal de posse, e as mulheres divorciadas ou separadas de seus maridos não receberam moradias alternativas.

Em dezembro de 2009, o promotor público indiciou oito funcionários públicos do governorado do Cairo e da autoridade distrital de Manshiyet Nasser pela acusação de homicídio culposo em conexão com o deslizamento de rochas ocorrido em Al-Duwayqa, em 2008, que deixou muitas vítimas fatais.

Imigrantes, refugiados e requerentes de asilo

Ao menos 19 pessoas foram mortas a tiros pelas forças de segurança quando tentavam atravessar a fronteira com Israel. Acredita-se que todos eram estrangeiros e imigrantes, refugiados ou requerentes de asilo no Egito. Em setembro, as autoridades defenderam o uso de força letal, dizendo que seu objetivo era proteger as fronteiras do Egito e que seu alvo eram "infiltradores", inclusive contrabandistas de drogas e de armas.

■ Em janeiro, ao menos 64 eritreus que tentavam atravessar a fronteira com Israel foram forçados a retornar para a Eritreia, apesar do temor de que correriam risco de sofrer sérias violações de direitos humanos naquele país.

Pena de morte

Ao menos 269 sentenças de morte foram impostas pelos tribunais, e pelo menos cinco prisioneiros foram executados.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Egito diversas vezes em 2009, a fim de realizar pesquisas e participar de conferências e de oficinas.

Buried alive: Trapped by poverty and neglect in Cairo's informal settlements (MDE 12/009/2009)

Egypt: Government should immediately release Musaad Abu Fagr and Karim Amer (MDE 12/029/2009)

Egypt: Government must urgently rein in border guards (MDE 12/032/2009)

Egyptian court overturns journalists' prison sentences, 2 February 2009

Egypt: Military Court of Appeals fails to rectify injustice, 19 November 2009

ESPANHA

REINO DA ESPANHA

Chefe de Estado:	**Rei Juan Carlos I de Borbón**
Chefe de governo:	**José Luis Rodríguez Zapatero**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**44,9 milhões**
Expectativa de vida:	**80,7 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**5/5 por mil**
Taxa de alfabetização:	**97,9 por cento**

Continuaram ocorrendo denúncias de tortura ou de outros maus-tratos cometidos por agentes policiais; porém, teria havido diminuição nas delegacias que instalaram sistemas de circuito fechado de televisão (CFTV). Reformas na legislação sobre asilo reconheceram gênero e orientação sexual como motivos de perseguição. Por outro lado, essas reformas aumentaram as restrições procedimentais para se requerer asilo. As autoridades continuaram a manter detentos incomunicáveis, apesar dos repetidos apelos de órgãos internacionais de direitos humanos para que essa prática fosse abolida. O grupo armado basco *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA) seguiu com sua campanha de violência, reivindicando responsabilidade pela morte de duas pessoas. Vítimas da violência baseada em gênero, sobretudo tráfico humano, ainda não recebiam proteção nem assistência adequadas do Estado. Houve poucos avanços na investigação dos desaparecimentos forçados e das covas coletivas relacionadas à Guerra Civil Espanhola e ao regime do general Franco. As medidas governamentais para enfrentar o racismo foram inadequadas. A aplicação da jurisdição universal para crimes internacionais foi restringida após uma reforma legislativa

Tortura e outros maus-tratos / forças policiais e de segurança

Prosseguiram as denúncias de tortura e de maus-tratos cometidos por agentes da lei. Após a introdução de sistemas integrais de circuito fechado de televisão (CFTV) nas delegacias de polícia autônomas catalãs, em 2008, uma rede de ONGs nacionais observou que as denúncias de maus-tratos contra policiais catalães haviam diminuído em quase 40 por cento comparadas às de 2007. Nenhuma das denúncias que a rede registrou se referiam a maus-tratos ocorridos dentro de uma delegacia de polícia. Entretanto, a polícia nacional e a Guarda Civil ainda não haviam posto em prática essas medidas, a não ser para os detentos mantidos incomunicáveis e, mesmo assim, apenas quando especialmente requisitado por um juiz.

O relatório anual da *Fiscalía General del Estado* (ministério público) afirmava que, durante o ano, foram registradas mais de 230 denúncias de tortura e de outros maus-tratos cometidos por agentes policiais. Nenhuma iniciativa foi tomada no sentido de se criar uma comissão independente de queixas sobre a polícia, apesar das reiteradas recomendações de órgãos internacionais de direitos humanos, como o Comitê de Direitos Humanos da ONU.

■ Não foi marcada uma data para o julgamento de dois policiais acusados da morte de Osamuyia Akpitaye enquanto ele estava sendo deportado à força da Espanha em junho de 2007.

■ No mês de junho, divulgou-se na internet um vídeo que mostrava o tratamento degradante de um homem senegalês durante uma tentativa de deportá-lo à força da Espanha. As imagens mostravam-no deitado de bruços sobre o asfalto do aeroporto de Madri, com braços e pernas amarrados às costas e, aparentemente, sendo amordaçado por policiais à paisana. Depois disso, os policiais ergueram-no do chão, ainda amarrado, e colocaram-no na traseira de uma viatura policial, pois o piloto do avião se recusara a permitir que ele embarcasse nessas condições.

■ Em junho, três policiais acusados de maus-tratos contra um detento na delegacia de polícia autônoma catalã de Les Corts, em Barcelona, em março de 2007, foram condenados por causar lesões corporais, sendo sentenciados ao pagamento de uma multa de 600 euros. Um quarto policial foi absolvido. Imagens gravadas com uma câmera oculta mostravam os policiais chutando e espancando o detento.

Direitos dos imigrantes, dos refugiados e dos requerentes de asilo

Imigrantes e requerentes de asilo continuaram arriscando suas vidas para tentar chegar à Espanha através de rotas terrestres e marítimas perigosas, embora as estatísticas oficiais apontassem uma redução de 45 por cento no número de pessoas que, efetivamente, chegavam de barco ao país, se comparado ao ano anterior. A Espanha ainda

mantinha um dos índices mais baixos de concessão de asilo da União Europeia (UE).

Em fevereiro, sindicatos policiais informaram que policiais da delegacia de polícia de Vallecas, em Madri, haviam recebido ordens para prender uma determinada quota mensal de imigrantes; instruções similares foram relatadas pela polícia em outras partes do país. O ministro do Interior negou, publicamente, a existência de tal política. Durante o ano, por toda a Espanha, as ONGs registraram um aumento nas abordagens policiais de natureza racial para verificação de identidade. Esse aumento era creditado a medidas de controle imigratório.

Em outubro, a Espanha ratificou o Protocolo 4 da Convenção Europeia de Direitos Humanos, o qual proíbe a expulsão coletiva de cidadãos estrangeiros.

A reforma na legislação sobre asilo, adotada em outubro, amplia as circunstâncias para concessão do status de refugiado e de proteção subsidiária, de modo a incluir pessoas perseguidas por questões de gênero ou de orientação sexual. No entanto, a reforma também impede que cidadãos da UE solicitem asilo, exclui a possibilidade de solicitação de asilo nas embaixadas espanholas no exterior e aumenta as circunstâncias que permitem negar a um indivíduo o status de refugiado, com base em critérios vagos e indefinidos tais como "constituir ameaça à segurança nacional".

A Lei de Estrangeiros foi emendada em outubro. As emendas asseguram o acesso de ONGs aos centros de detenção de imigrantes, mas aumentam o período máximo permitido para a detenção de imigrantes irregulares de 40 para 60 dias.

Segurança e combate ao terrorismo

As autoridades continuaram detendo em regime de incomunicabilidade pessoas suspeitas de envolvimento com atividades relacionadas ao terrorismo, apesar dos repetidos apelos de órgãos internacionais de direitos humanos para que essa prática fosse abolida. De acordo com a legislação atual, detentos mantidos incomunicáveis têm restrições severas de acesso à representação legal e correm maiores riscos de sofrer tortura ou outros maus-tratos.

Em suas observações finais de 19 de novembro, o Comitê da ONU contra a Tortura (CAT) reiterou suas preocupações de que o regime espanhol de detenção incomunicável para casos envolvendo terrorismo ou grupos armados enfraquecia as salvaguardas necessárias para impedir a ocorrência de tortura ou de maus-tratos. O CAT apelou à Espanha para que revisasse o regime de detenção incomunicável com vistas a sua abolição.

■ Após a recusa do ministério público (*fiscalía*) e do juiz investigador em examinar as queixas de tortura apresentadas por Mohammed Fahsi perante um tribunal de instrução, seu advogado apresentou, em junho, uma denúncia formal relativa ao tratamento que Mohammed Fahsi havia recebido enquanto esteve detido incomunicável pela Guarda Civil em janeiro de 2006. Até o fim do ano, o tribunal não havia se pronunciado. Em setembro, Mohammed Fahsi e outros oito homens foram a julgamento por acusações relacionadas ao terrorismo. Em dezembro, venceu o limite de quatro anos para a detenção preventiva de pessoas acusadas de crimes graves; em consequência, ele foi libertado enquanto aguardava a sentença.

■ Em maio, o Tribunal Supremo absolveu Sabino Ormazabal e outros sete homens, anteriormente condenados por "colaborar com o terrorismo", no julgamento que ficou conhecido como "Macroprocesso 18/98". Uma mulher que havia sido condenada por pertencer a uma organização terrorista também foi absolvida. Em 2008, o relator especial da ONU sobre direitos humanos e a luta contra o terrorismo e o Comitê de Direitos Humanos da ONU manifestaram preocupação com a natureza excessivamente ampla e imprecisa de certos artigos da legislação antiterrorista espanhola, inclusive dos que se aplicavam a esse caso, os quais podem estar em desacordo com o direito internacional.

Abusos cometidos por grupos armados

O ETA reivindicou responsabilidade por vários atentados a bomba ocorridos durante o ano. Entre eles, a explosão de um carro-bomba que matou dois membros da Guarda Civil, em Maiorca, e o ataque ao quartel da Guarda Civil no País Basco, ambos em julho.

Direitos das crianças

Crianças que viviam em abrigos geridos pelo Estado foram expostas a violações de direitos humanos. Ocorreram queixas sobre negligência, sobre administração forçada de medicamentos, sobre o uso de força excessiva e sobre agressões físicas e

psicológicas cometidas por funcionários. Um estudo publicado em 2008 pela ouvidoria espanhola (*Defensor del Pueblo de España*) chamava atenção sobre questões semelhantes.

Violência contra mulheres e meninas

Apesar de alguns acontecimentos positivos nos últimos anos, as mulheres continuaram a ser assassinadas por seus parceiros ou ex-parceiros. Mulheres imigrantes que eram vítimas de violência doméstica continuaram a enfrentar obstáculos extras para obter justiça e para poder contar com o serviço de especialistas. A resposta institucional a outras formas de violência baseada em gênero, como tráfico humano e exploração sexual, permanecia inadequada. Não existia um sistema institucionalizado para identificar as vítimas de tráfico sexual ou para encaminhá-las à assistência. As vítimas de violência baseada em gênero que buscavam reparações enfrentaram muitas dificuldades, como a falta de indenização pelos efeitos psicológicos da violência.

■ Oito anos após ter sido esfaqueada 15 vezes e atropelada por seu ex-marido, Ascensión Anguita ainda não havia sido indenizada pela agressão, sendo sua recuperação prejudicada pela insuficiência de apoio institucional. Ela continuou incapacitada para trabalhar e foi diagnosticada com transtorno de estresse pós-traumático, tendo de viver com uma pensão por invalidez de 401 euros. Em julho de 2008, seu ex-marido obteve o direito de passar seis dias por mês fora da cadeia. Quando isso aconteceu, Ascensión Anguita teve de sair de sua casa para se esconder. A polícia informou-a de que não tinha recursos suficientes para protegê-la.

Racismo

O Plano Nacional de Direitos Humanos, lançado em 2008, previa o estabelecimento de uma abrangente estratégia nacional de combate ao racismo. Entretanto, no fim do ano, contrariando as recomendações do Comitê da ONU sobre a Eliminação da Discriminação Racial e do Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia, essa estratégia ainda não havia sido implementada. Um Conselho para a Promoção da Igualdade de Tratamento, criado por lei em 2003, ainda não estava em funcionamento. Segundo o relatório anual de 2009 da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, publicado em junho, isso faz com que a Espanha seja um dos quatro únicos países da UE que não possuem um órgão nacional para questões de igualdade que produza estatísticas sobre queixas de racismo. Ademais, a Espanha é um dos seis únicos Estados-membros da UE que não coletam nem publicam estatísticas oficiais sobre crimes racistas.

Desaparecimentos forçados

Em setembro, a Espanha ratificou a Convenção Internacional para Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados; porém, desaparecimentos forçados ainda não são criminalizados no direito espanhol.

Em dezembro de 2008, a Audiência Nacional (o tribunal penal nacional) decidiu que não tinha competência para investigar casos de desaparecimentos forçados da época da Guerra Civil Espanhola e dos primeiros anos do regime de Francisco Franco. Sendo assim, o tribunal encaminhou os 114.266 casos de suspeita de desaparecimentos forçados para os 43 tribunais penais locais em cuja jurisdição as covas coletivas foram encontradas. Depois disso, 13 tribunais classificaram os casos como crimes comuns e encerraram as investigações argumentando que os crimes haviam prescrito (há um prazo máximo para que se abra um processo depois de o crime ter sido cometido). Somente três tribunais locais classificaram os casos como crimes de direito internacional (os quais não prescrevem). Essas investigações prosseguiam no fim do ano.

Em 11 de março, o Senado rejeitou um projeto de lei que incumbiria o governo da tarefa de localizar, exumar e identificar os restos mortais de vítimas da Guerra Civil e do regime franquista. Tal rejeição contrariava a Lei da Memória Histórica (Lei 52/2007), a qual contém disposições sobre a ajuda a ser prestada às famílias para localizar e recuperar os restos mortais de seus entes queridos. A própria lei de 2007, contudo, está aquém das normas internacionais relativas ao direito à reparação para vítimas e familiares de vítimas de violações graves dos direitos humanos.

Justiça internacional

Em outubro, o Parlamento aprovou uma emenda à Lei do Poder Judiciário, a qual restringiria a aplicação da jurisdição universal. Em consequência, 13 casos que estão sob investigação na Espanha poderiam ser

encerrados. A emenda limita a jurisdição universal a casos em que os supostos responsáveis se encontrem na Espanha ou em que existam vítimas de nacionalidade espanhola ou, ainda, em que se constate um vínculo relevante com a Espanha, contanto que nenhuma investigação ou processo efetivos já tenham sido iniciados em outro país ou em tribunal internacional. Os critérios para que se determine o que caracteriza "efetivo" nesse contexto não foram definidos. A emenda legislativa foi aprovada sem que houvesse um debate específico sobre essa questão.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a Espanha em novembro.

Spain: Out of the Shadows - time to end incommunicado detention (EUR 41/001/2009)

Spain: Adding insult to injury – police impunity two years on (EUR 41/010/2009)

Spain: Briefing to the Committee against Torture (EUR 41/004/2009)

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Chefe de Estado e de governo:	**Barack H. Obama (sucedeu a George W. Bush em janeiro)**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**314,7 milhões**
Expectativa de vida:	**79,1 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**7/8 por mil**

No fim de 2009, 198 detentos permaneciam mantidos no centro de detenção de Guantánamo, apesar do compromisso assumido pelo novo governo de fechar essa unidade até 22 de janeiro de 2010. Foram iniciadas reapreciações executivas para determinar quais detentos poderiam ser libertados, processados ou transferidos para outros países. No final do ano, a maioria dos detentos de Guantánamo que havia entrado com petições de habeas corpus ainda aguardava o julgamento de seus casos. Pelo menos cinco detentos foram encaminhados para julgamento perante comissões militares revisadas e um outro detento foi transferido para a competência de um tribunal federal. Vieram à tona novas informações sobre tortura e maus-tratos de detentos mantidos no programa de detenções secretas da CIA (Agência Central de Informações), o qual foi encerrado pelo Presidente Obama.

Persistiram as preocupações relativas às condições das prisões, das cadeias e dos centros de detenção de imigrantes. O isolamento, por períodos prolongados, de milhares de prisioneiros em unidades de segurança super-máxima continuou a desconsiderar as normas internacionais. Dezenas de pessoas morreram após serem atingidas por armas Taser (de eletrochoque) pela polícia. Pelo menos 105 pessoas foram condenadas à morte e 52 execuções foram levadas a cabo durante o ano.

Mulheres pertencentes a minorias raciais, étnicas e nacionais tinham mais probabilidade de morrer durante a gravidez ou no parto do que as mulheres de outros setores da população, um reflexo das disparidades baseadas na pobreza e na raça na prestação de serviços de saúde.

Justiça e combate ao terrorismo

Detenções em Guantánamo

Em janeiro, a detenção por tempo indefinido e sem acusações de cidadãos estrangeiros qualificados como "combatentes inimigos", na base naval que os EUA mantêm na Baía de Guantánamo, em Cuba, entrou em seu oitavo ano. No dia 22 de janeiro, o Presidente Obama assinou uma ordem executiva determinando o fechamento dessa unidade de detenção no prazo de um ano. Ele ordenou uma revisão executiva para determinar quais detentos poderiam ser soltos ou processados, e que outros "meios legais" havia para lidar com aqueles indivíduos que a revisão determinara não poderem nem ser julgados pelas autoridades dos EUA nem transferidos para outros países.

As autoridades estadunidenses continuaram se recusando a permitir a libertação, no território continental dos EUA, de qualquer detento de Guantánamo que não pudesse ser devolvido ao seu país de origem. Em fevereiro, a Corte de Apelações revogou uma ordem de 2008, de um juiz federal, que determinava a libertação, no território dos EUA, de 17 homens de etnia uigur que estavam sendo mantidos

em Guantánamo sem acusações, desde 2002, e que não podiam ser devolvidos à China. Em junho, quatro dos detentos uigures foram transferidos para Bermudas e, em outubro, outros seis foram libertados em Palau.

No dia 18 de novembro, o Presidente Obama admitiu que o prazo que ele havia estipulado para o fechamento da unidade de detenção não seria cumprido. No final do ano, 198 detentos permaneciam em Guantánamo. Quarenta e nove detentos foram transferidos da base em 2009. Um cidadão iemenita, Mohammad al Hanashi, morreu em Guantánamo no mês de junho, elevando para cinco o número de detentos que teriam cometido suicídio na base.

Comissões militares

Em outubro, após uma revisão das opções de procedimentos penais para os detentos de Guantánamo, o Presidente Obama promulgou a Lei de Autorização da Defesa Nacional de 2010, a qual incluía a Lei de Comissões Militares de 2009 e que emendava disposições dessa lei aprovadas três anos antes.

Em novembro, o secretário da Justiça anunciou que o Departamento de Justiça estava encaminhando cinco detentos de Guantánamo para serem julgados por comissão militar.

■ O cidadão canadense Omar Khadr permanecia sob custódia dos EUA no final do ano. Ele enfrentaria julgamento por uma comissão militar por um suposto crime de guerra cometido quando ele tinha 15 anos de idade (veja a seção sobre o Canadá).

Transferências para tribunais federais

■ Em junho, Ahmed Khalfan Ghailani, mantido sob custódia secreta dos EUA por dois anos antes de ser transferido para Guantánamo, em 2006, foi transferido para Nova York a fim de ser julgado por um tribunal federal por acusações relacionadas aos atentados a bomba ocorridos em 1998 contra as embaixadas dos Estados Unidos na Tanzânia e no Quênia.

■ Em novembro, o secretário da Justiça, Eric Holder, anunciou que cinco detentos de Guantánamo, os quais enfrentariam julgamentos por comissões militares – Khalid Sheikh Mohammed, Walid bin Attash, Ramzi bin al-Shibh, Ali Abd al-Aziz e Mustafa al Hawsawi –, seriam transferidos para serem julgados em tribunais federais por acusações relativas aos ataques de 11 de setembro de 2001 contra os EUA. No fim do ano, os cinco permaneciam detidos em Guantánamo.

■ Em março, Ali Saleh Kahlah al-Marri, um cidadão qatariano, mantido desde junho de 2003 sob custódia militar indefinida nos EUA, foi transferido para custódia civil a fim de ser processado em um tribunal federal. Ele apresentou uma declaração de culpa referente à acusação de "conspiração para fornecer apoio e recursos materiais a uma organização terrorista" e foi sentenciado a 100 meses de prisão. O juiz reduziu a sentença para nove meses a fim de "levar em conta as condições muito severas" em que Ali al-Marri havia sido mantido entre 23 de junho de 2003 e o final de 2004.

Procedimentos de habeas corpus para os detentos de Guantánamo

No fim do ano, 18 meses depois de a Suprema Corte ter decidido, no caso *Boumediene v. Bush*, que os detentos mantidos em Guantánamo tinham "direito a uma audiência de habeas corpus imediata" para questionar a legalidade de sua detenção, a maioria dos que entraram com petições ainda não havia tido uma audiência. Na maior parte dos casos em que se chegou a uma decisão, constatou-se que o detento fora detido ilegalmente. Diversos detentos afetados por essas decisões continuavam detidos em Guantánamo por tempo indeterminado enquanto o governo resolvia como responder a essa questão.

Em novembro, o secretário da Justiça declarou, em uma audiência no Senado, que ainda havia a possibilidade de, uma vez concluída a revisão dos casos de Guantánamo, o governo ainda buscar manter alguns prisioneiros detidos sem acusações, segundo as "leis da guerra".

Detenções em Bagram, Afeganistão

Os militares dos EUA continuaram a manter centenas de detentos, inclusive diversos menores, sem que tenham acesso a advogados ou a tribunais, na base aérea de Bagram, no Afeganistão (veja também a seção sobre o Afeganistão). Prosseguiram os litígios nas cortes federais dos Estados Unidos sobre se os detentos de Bagram poderiam ter acesso aos tribunais do país a fim de questionar a legalidade de sua detenção.

No dia 2 de abril, um juiz federal decidiu que três dos quatro detentos de Bagram cujas petições de habeas corpus eram analisadas, poderiam contestar sua detenção. Os três não eram cidadãos afegãos, enquanto que o quarto detento era. Em setembro, o governo recorreu da decisão. No fim do ano, o recurso ainda estava pendente.

Programa de detenções secretas da CIA

Em abril, o diretor da Agência Central de Informações (CIA) confirmou que, em consequência da ordem executiva sobre interrogatórios assinada pelo Presidente Obama em de 22 de janeiro, a CIA não estava mais utilizando "técnicas de interrogatório intensificadas" nem operando "unidades de detenção ou *black sites* (prisões secretas) ". Ele confirmou também que a CIA retinha autoridade para deter indivíduos "de modo transitório por curto prazo".

Em abril, o governo liberou quatro memorandos do Departamento de Justiça, de 2002 e 2005, que forneciam apoio legal para várias "técnicas de interrogatório intensificadas" contra detentos mantidos sob custódia secreta da CIA. As técnicas incluíam nudez forçada, privação de sono por tempo prolongado e "*waterboarding*" (asfixia com água). Entre outras coisas, os memorandos revelaram que Abu Zubaydah, objeto do memorando de 2002, havia sido submetido a *waterboarding* mais de 80 vezes em agosto de 2002, e que Khaled Sheikh Mohammed havia sido submetido a essa asfixia por cerca de 183 vezes em março de 2003. O Presidente Obama e o secretário da Justiça, Eric Holder, enfatizaram que quem quer que tivesse confiado "de boa fé" nas recomendações dos memorandos não seria processado.

Em agosto, novos detalhes relativos à tortura e a outros maus-tratos de detentos mantidos no programa da CIA foram liberados para o domínio público. O secretário Holder anunciou uma "revisão preliminar" sobre se "leis federais foram violadas no contexto do interrogatório de determinados detentos em locais estrangeiros".

O governo resistiu a fazer mais revelações sobre os verdadeiros detalhes do tratamento aplicado aos detentos do programa secreto da CIA, atualmente encerrado, argumentando questões de segurança nacional.

Interrogatório de detentos e políticas de transferência

Em agosto, um grupo especial sobre interrogatórios e políticas de transferência, criado de acordo com a ordem executiva sobre interrogatórios, de 22 de janeiro, emitiu suas recomendações ao Presidente. As recomendações incluíam a formação de um grupo incumbido de interrogar detentos de alto valor, bem como orientações para os interrogatórios a serem conduzidos por órgãos militares e outros.

Impunidade e ausência de remédios jurídicos

Persistiram a impunidade e a ausência de remédios jurídicos para as violações de direitos humanos cometidas durante o que o governo Bush chamou de "guerra ao terror".

Em janeiro, a autoridade convocadora das comissões militares, Susan J. Crawford, revelou que, em 2008, ela havia retirado as acusações contra o detento de Guantánamo Mohamed al-Qahtani porque ele havia sido torturado enquanto sob custódia dos Estados Unidos. Até o final do ano, nenhuma investigação criminal sobre o caso havia sido iniciada.

Em uma virada nas diretrizes políticas, o novo governo impediu a publicação de várias fotografias retratando abusos cometidos contra indivíduos detidos sob custódia dos EUA no Afeganistão e no Iraque. Em outubro, uma nova legislação concedeu autoridade ao Pentágono para suprimir fotografias que pudessem ser consideradas prejudiciais à segurança nacional.

No dia 4 de novembro, em Milão, na Itália, 22 agentes ou funcionários estadunidenses da CIA e um militar foram condenados criminalmente por seu envolvimento no sequestro de Usama Mostafa Nasr (Abu Omar), sequestrado em Milão e transferido para o Egito, onde teria sido torturado. Os funcionários estadunidenses foram julgados *in absentia*.

Tortura e outros maus-tratos – armas de eletrochoque

Pelo menos 47 pessoas morreram depois de serem atingidas por descargas de armas Taser pela polícia, elevando para mais de 390 o número desse tipo de óbitos desde 2001. Entre essas pessoas estavam três adolescentes desarmados envolvidos em incidentes de menor gravidade, além de um homem aparentemente saudável que os policiais submeteram a uma descarga contínua de eletrochoque por 49 segundos, em Fort Worth, Texas, no mês de maio. Esses e outros casos fizeram aumentar as preocupações sobre a segurança de tais armas e sobre seu uso apropriado.

■ Brett Elder, de 15 anos, faleceu em Bay City, Michigan, no mês de março, após ter levado eletrochoques de policiais que responderam a um chamado sobre comportamento rebelde em uma festa. O médico legista concluiu que o rapaz, de pequena estatura física, morreu devido a um quadro de delírio alcoólico, agravado pelos choques das armas Taser.

Condições prisionais

Milhares de prisioneiros eram mantidos em isolamento prolongado nas prisões de segurança super-máxima dos EUA, nas quais, em muitos casos, as condições não satisfaziam as normas internacionais para tratamento humano.

■ Dezenas de prisioneiros da unidade Tamms CMAX em Illinois – muitos deles com distúrbios mentais – passaram 10 ou mais anos confinados em celas solitárias 23 horas por dia, sendo que o tratamento recebido e a revisão de seu status foram inadequados. Os prisioneiros não dispunham de trabalho nem de programas educacionais ou recreacionais e tinham pouco contato com o mundo exterior. Em setembro, depois dos apelos lançados pela comunidade e por grupos de direitos humanos, o novo Diretor das Prisões introduziu um plano de reformas de 10 pontos, o qual incluía audiências de revisão de transferência para cada um dos internos, maior monitoramento de saúde mental e a oportunidade de os prisioneiros prestarem o exame de Desenvolvimento Educacional Geral (exame básico do nível secundário).

Em outubro, uma corte de apelações federal decidiu que a proteção constitucional contra a prática de algemar mulheres grávidas durante o parto estava claramente estabelecida pelas decisões da Suprema Corte dos EUA e por cortes inferiores.

Imigrantes e requerentes de asilo

Dezenas de milhares de imigrantes, inclusive requerentes de asilo, eram detidos, de modo rotineiro, em violação às normas internacionais. Muitos eram mantidos em condições rigorosas e tinham acesso inadequado a cuidados médicos, a exercícios e a assistência jurídica. Em agosto, o governo anunciou algumas propostas de mudanças, entre as quais o reforço da supervisão federal das unidades de detenção de imigrantes e consultas sobre alternativas à detenção. No entanto, o governo recusou-se a fazer com que as normas que regem as condições de detenção em todo o território nacional tivessem de ser cumpridas por lei.

Em maio, o relator especial da ONU sobre execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais manifestou preocupação com as mortes de imigrantes em custódia do serviço de Imigração e Controle de Alfândegas (ICE, em inglês) que resultaram de assistência médica inadequada. Ele constatou que ocorreram mais mortes do que as 74 registradas oficialmente desde 2003, e exortou o ICE a comunicar, de modo público e imediato, todas as mortes ocorridas em custódia, sendo que todo o óbito deve ser investigado exaustivamente.

Saúde e direitos reprodutivos

Em maio, o doutor George Tiller foi morto a tiros em Wichita, Kansas, por um ativista contrário ao aborto. O médico vinha recebendo uma série de ameaças e de ataques por praticar, de modo legal, abortos em períodos adiantados da gestação em mulheres cuja gravidez apresentasse sério risco a sua saúde ou em mulheres que gestavam fetos não-viáveis. Após o assassinado do doutor Tiller, o governo federal aumentou a prestação de segurança para outras pessoas que ofereciam abortos. Entretanto, as ameaças e as hostilizações contra médicos e contra clínicas continuaram.

Direito à saúde – mortalidade materna

O número de óbitos por complicações relacionadas à gravidez que poderiam ser prevenidas continuou alto, custando a vida de centenas de mulheres no decorrer do ano. Havia desigualdades no acesso à saúde materna baseadas em raça, etnia ou nacionalidade, sendo que as mulheres negras tinham probabilidade quatro vezes maior de morrer por causas relacionadas à gravidez do que as mulheres brancas. Aproximadamente 52 milhões de pessoas com menos de 65 anos não possuíam seguro-saúde no início de 2009, um número maior do que o do ano anterior.

Embargo comercial contra Cuba

O Presidente Obama suspendeu algumas restrições a viagens para Cuba, permitindo que cidadãos cubano-americanos visitassem parentes em Cuba e fizessem remessas de dinheiro para o país. No entanto, ele estendeu o embargo comercial dos EUA a Cuba, o qual já dura 47 anos. O embargo limitou o acesso dos cubanos a remédios, pondo em risco a saúde de milhares de pessoas (veja a seção sobre Cuba).

Objetores de consciência

Em agosto, Travis Bishop, sargento do exército dos EUA, foi sentenciado a um ano de prisão por recusar-se a servir no Afeganistão em razão de suas crenças religiosas. Seu requerimento à condição de objetor de consciência ainda não havia sido decidido quando ele foi julgado por um tribunal militar. Ele é um dos vários

soldados dos EUA que foram presos nos últimos anos por se recusarem a ser enviados ao Iraque ou ao Afeganistão.

Julgamentos injustos

Em agosto, a comissão de liberdade condicional dos Estados Unidos negou a liberdade condicional a Leonard Peltier, apesar das preocupações relativas à imparcialidade de sua condenação por homicídio em 1977. O ex-ativista do Movimento Indígena Americano passou mais de 32 anos na prisão pelos homicídios de dois agentes do FBI (polícia federal dos EUA) em junho de 1975.

Em junho, a Suprema Corte recusou-se a julgar um recurso contra as condenações, ocorridas em 2001, de cinco homens que foram presos acusados de atuar irregularmente como agentes do governo cubano e de outros delitos relacionados. Em maio de 2005, o Grupo de Trabalho sobre Detenções Arbitrárias da ONU afirmou que sua detenção era arbitrária, pois não lhes tinha sido assegurado um julgamento justo.

Pena de morte

Durante o ano, foram executadas 52 pessoas, elevando para 1.188 o número total de prisioneiros executados desde que a Suprema Corte dos EUA encerrou a moratória da pena de morte, em 1976, e permitiu que as execuções fossem retomadas, em janeiro de 1977.

Em setembro, o estado de Ohio tentou, sem sucesso, executar Romell Broom, um homem afro-americano de 53 anos. A equipe responsável por aplicar a injeção letal passou mais de duas horas tentando encontrar uma veia que permitisse a aplicação, porém, acabaram por desistir. Em novembro, autoridades estaduais anunciaram que haviam decidido usar somente uma droga nas injeções letais, em vez de três. Em 8 de dezembro, o estado de Ohio executou Kenneth Biros através desse método.

O estado do Texas executou 24 pessoas durante o ano e, em junho, levou a cabo sua 200ª execução sob o mandato do atual governador, Rick Perry. No decorrer do ano, o governador Perry enfrentou duras críticas referentes ao caso de Cameron Willingham, executado no Texas em 2004. Continuaram a surgir informações de que os homicídios resultantes do incêndio criminoso pelo qual ele fora condenado podem ter sido consequência de um incêndio acidental.

Durante o ano, nove pessoas que aguardavam execução foram retiradas do corredor da morte devido a sua inocência. Desde 1976, mais de 130 pessoas foram libertadas pelo mesmo motivo.

Em março, o Novo México tornou-se o 15º estado abolicionista dos EUA, quando o governador promulgou uma lei abolindo a pena de morte.

Relatórios da AI

- USA: The promise of real change – President Obama's executive orders on detentions and interrogations (AMR 51/015/2009)
- USA: Out of sight, out of mind, out of court? The right of Bagram detainees to judicial review (AMR 51/021/2009)
- USA: Right to an effective remedy – Administration should release Guantánamo Uighurs into the USA now (AMR 51/023/2009)
- USA: Different label, same policy? Administration drops 'enemy combatant' label in Guantánamo litigation, but retains law of war framework for detentions (AMR 51/038/2009)
- USA: Detainees continue to bear costs of delay and lack of remedy: Minimal judicial review for Guantánamo detainees 10 months after Boumediene (AMR 51/050/2009)
- USA: Too much cruelty, too little clemency: Texas nears 200th execution under current governor (AMR 51/057/2009)
- USA: Federal court rejects government's invocation of 'state secrets privilege' in CIA 'rendition' cases (AMR 51/058/2009)
- USA: 'Unconscionable and unconstitutional': Troy Davis facing fourth execution date in two years (AMR 51/069/2009)
- USA: Trials in error: Third go at misconceived military commission experiment, AMR 51/083/2009
- USA: Blocked at every turn. The absence of effective remedy for counter-terrorism abuses (AMR 51/120/2009)

FRANÇA

REPÚBLICA FRANCESA

Chefe de Estado:	**Nicolas Sarkozy**
Chefe de governo:	**François Fillon**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**62,3 milhões**
Expectativa de vida:	**81 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**5/4 por mil**

Prosseguiram as denúncias de maus-tratos e de uso excessivo da força pela polícia. Os procedimentos disciplinares e as investigações criminais sobre esses incidentes continuaram aquém das normas internacionais. Centenas de imigrantes e de requerentes de asilo, inclusive menores desacompanhados, foram expulsos à força de moradias improvisadas em Calais. Três cidadãos afegãos foram devolvidos à força para o Afeganistão. Dois prisioneiros libertados de Guantánamo receberam permissão de residência na França. Temia-se que dois novos bancos de dados da polícia pudessem minar a presunção de inocência. Reformas legislativas ameaçavam enfraquecer a supervisão independente dos órgãos de aplicação da lei.

Forças policiais e de segurança

Houve denúncias de maus-tratos e de uso excessivo da força pela polícia, resultando em ao menos um incidente fatal. As investigações dessas denúncias, conduzidas por órgãos de aplicação da lei e por autoridades judiciais, frequentemente pareciam carecer de independência e de imparcialidade, além de progredirem lentamente.

■ Ali Ziri, um homem argelino de 69 anos, morreu depois de ser preso em Argenteuil no dia 9 de junho. Ele viajava no automóvel de um amigo quando os dois foram parados pela polícia. Seu amigo, Arezki Kerfali, disse que os policiais os espancaram, tanto no local da prisão quanto no caminho para a delegacia. Os dois tiveram de ser levados ao hospital, onde Ali Ziri veio a falecer. Um mês depois, o ministério público encerrou o inquérito sobre sua morte afirmando que, com base nas investigações conduzidas pela polícia de Argenteuil, não havia provas de maus-tratos. Arezki Kerfali ficou hospitalizado por dois dias em razão dos seus ferimentos. Posteriormente, foi indiciado por insultar um policial. Após o requerimento da família de Ali Ziri, uma juíza investigadora foi designada para o caso. A juíza ordenou que uma segunda autópsia fosse conduzida pelo Instituto Médico Legal de Paris (IML). A autópsia constatou hematomas generalizados no corpo de Ali e apontou que a causa provável de sua morte foi asfixia posicional. Em outubro, o ministério público determinou novas investigações sobre as acusações de homicídio culposo. No fim do ano, os policiais em questão continuavam na ativa.

■ Em julho, os peritos do IML concluíram seu exame dos registros hospitalares de Abou Bakari Tandia, que morreu depois de apresentar ferimentos fatais enquanto estava sob custódia policial em janeiro de 2005. O relatório afirmava que ele morreu depois de ser sacudido violentamente e que o testemunho da polícia, alegando que ele havia se atirado contra uma parede, contradizia as evidências médicas. Os registros hospitalares, juntamente com outras provas importantes, ficaram "perdidos" por vários anos e somente em janeiro foram apresentados ao juiz investigador. Embora o promotor tenha pedido uma nova investigação sobre a morte de Abou Bakari Tandia, no final do ano o juiz investigador ainda não havia tomado nenhuma providência.

■ Em outubro, o Tribunal de Recursos de Aix-en-Provence determinou que as juízas que investigavam a morte de Abdelhakim Ajimi interrogassem dois policiais suspeitos de homicídio culposo e, no caso de um deles, suspeito de não prestar socorro a uma pessoa em perigo. Em março, outros cinco policiais foram interrogados por suspeita de não prestarem socorro a Abdelhakim Ajimi. O laudo da autópsia afirmava que ele havia se asfixiado em consequência das técnicas de contenção que os policiais lhe aplicaram em maio de 2008. A investigação prosseguia no final do ano.

No dia 15 de junho, o então ministro do Interior anunciou que o relatório anual da Inspeção Geral da Polícia Nacional (IGPN) seria tornado público. Entretanto, no fim do ano, essas informações não estavam disponíveis no site da Polícia Nacional e somente um resumo das estatísticas era fornecido mediante solicitação.

Em setembro, o Conselho de Estado suspendeu o uso de armas de eletrochoque pelas forças policiais locais, constatando que elas haviam sido introduzidas sem o treinamento nem as garantias adequados. As armas haviam sido introduzidas por meio de um decreto governamental em setembro de 2008.

A Polícia Nacional e a Gendarmaria continuaram a usar essas armas.

Direitos dos imigrantes, dos refugiados e dos requerentes de asilo

Em maio, o Ministério da Imigração, da Integração, da Identidade Nacional e do Desenvolvimento Solidário promoveu uma reforma que poderia restringir a atuação de seis ONGs designadas para trabalhar em centros de retenção de imigrantes. A ONG *Cimade* está questionando judicialmente essa medida em razão de temores de que o papel das ONGs ficasse limitado a somente prover informações, impedindo-as de prestar assistência jurídica aos imigrantes detidos. Em novembro, o Conselho de Estado confirmou a reforma.

Em setembro, o ministro da Imigração declarou que 20 milhões de euros haviam sido reservados para a construção de um novo centro de retenção de imigrantes no território ultramarino francês de Mayotte. No entanto, ainda não se definiu um cronograma para sua construção. Em dezembro de 2008, foram publicadas fotografias anônimas que mostravam a severa superlotação e a higiene precária dentro do centro atual.

No dia 22 de setembro, aproximadamente 300 imigrantes e requerentes de asilo que viviam em acampamentos nos arredores de Calais, a maioria dos quais se acredita serem afegãos que tentavam chegar ao Reino Unido, foram detidos pela polícia. Suas moradias improvisadas foram destruídas por escavadoras. Segundo informações da polícia, 140 adultos foram recolhidos sob custódia policial e foram transferidos para centros de retenção de imigrantes; 132 menores foram levados para alojamentos especiais. No fim do ano, informou-se que todos os adultos haviam sido soltos. Acredita-se que muitos tenham retornado aos acampamentos destruídos em Calais. A maioria deles ficou sem teto em consequência da destruição. Posteriormente, alguns deles receberam asilo, enquanto outros, no fim do ano, ainda aguardavam o resultado de sua solicitação. Os demais permaneceram na França sem status regularizado, sob risco constante de serem devolvidos à força para seus países de origem. Entre outubro e dezembro, a polícia realizou novas operações em pequenos acampamentos nos arredores de Calais.

Três cidadãos afegãos, um deles detido em Calais, foram repatriados à força para o Afeganistão em outubro.

Segurança e combate ao terrorismo

No dia 3 de dezembro, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu, no caso *Daoudi v. França*, que deportar um indivíduo condenado por terrorismo para a Argélia o exporia ao risco de tortura ou de outros maus-tratos, além de infringir a Convenção Europeia de Direitos Humanos.

Detentos de Guantánamo

A França concedeu permissão de residência para dois cidadãos argelinos, Lakhdar Boumediene e Saber Lahmar, os quais estavam detidos no centro de detenção que os Estados Unidos mantêm na Baía de Guantánamo. Em novembro de 2008, os dois foram absolvidos, por um juiz dos EUA, de todas as acusações contra eles; porém, não podiam retornar à Argélia por correrem um sério risco de sofrerem violações de direitos humanos. Em maio, Lakhdar Boumediene chegou à França, onde se reuniu com sua esposa e seus filhos. Saber Lahmar chegou à França em dezembro.

Desenvolvimentos legais, constitucionais e institucionais

Em 18 de novembro, dois novos bancos de dados para coletar informações sobre indivíduos que se acreditasse representarem uma ameaça contra a ordem pública foram autorizados pelo governo. Eles substituíram o controverso 'EDVIGE' (*Exploitation documentaire et valorisation de l'information générale*), introduzido em 2008, que continha informações sobre a saúde pessoal e a orientação sexual dos indivíduos, além de incluir menores. No entanto, permaneceram as preocupações referentes à extensão das informações pessoais coletadas sobre indivíduos que não foram acusados de nenhum crime, inclusive crianças de até 13 anos, assim como à vagueza dos critérios para inclusão, tais como "podem representar ameaça à segurança pública".

Em setembro, o ministro da Justiça apresentou ao Conselho de Ministros projetos de lei que propunham a fusão da Ouvidoria Nacional, da Defensoria da Criança e da Comissão Nacional de Deontologia da Segurança (CNDS), o órgão responsável pela supervisão independente dos órgãos de aplicação da lei, em uma nova instituição denominada Defensor

dos Direitos. Temia-se que essa fusão pudesse minar o trabalho realizado pela CNDS e pelos outros órgãos.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a França em janeiro, em abril e em outubro.

France: An effective mandate for the Defender of Rights (EUR 21/002/2009)

Public outrage: Police officers above the law in France (EUR 21/003/2009)

GUINÉ-BISSAU

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Chefe de Estado:	**Malam Bacai Sanhá (sucedeu a Raimundo Pereira, em setembro, que sucedeu a João Bernardo "Nino" Vieira em março)**
Chefe de governo:	**Carlos Gomes Júnior**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**1,6 milhão**
Expectativa de vida:	**47,5 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**207/186 por mil**
Taxa de alfabetização:	**64,6 por cento**

O assassinato de políticos e de militares de destaque, entre os quais o presidente João Bernardo "Nino" Vieira, morto em março, exacerbaram a já delicada situação política. As eleições de junho restabeleceram certo nível de estabilidade. As forças armadas interferiram na governabilidade do país e também no Judiciário. Ademais, cometeram graves violações de direitos humanos, que incluem homicídios ilegais, tortura e outros maus-tratos, prisões e detenções arbitrárias, sempre com impunidade. Defensores dos direitos humanos e outros indivíduos receberam ameaças de morte.

Informações gerais

O atraso na escolha de um novo governo após as eleições de novembro de 2008 aumentou a tensão política. Segundo informações, o tráfico de drogas foi o motivo da instabilidade política e dos assassinatos, assim como da tensão entre os civis e as autoridades militares. Em janeiro, finalmente, um novo governo foi formado.

Ainda em janeiro, os guardas presidenciais conhecidos como "Aguentas", uma força criada pelo presidente assassinado João Bernardo "Nino" Vieira durante a guerra civil de 1998-99, teriam tentado assassinar o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, o general Tagmé Na Waié, aparentemente por ele ter ordenado a dissolvição da força. Em março, o general Tagmé Na Waié foi morto em um atentado a bomba. Os soldados acusaram o Presidente Vieira de ter ordenado o assassinato e, algumas horas depois, o mataram. O líder da Assembleia Nacional Popular assumiu interinamente a Presidência até que uma nova eleição fosse marcada. Nenhum dos assassinatos foi devidamente investigado.

Antes das eleições presidenciais de junho, soldados assassinaram políticos próximos ao Presidente Vieira, inclusive um dos candidatos à Presidência. Eles também prenderam de modo arbitrário e agrediram fisicamente alguns parlamentares e ex-ministros. Vários outros políticos fugiram do país ou se esconderam.

A eleição de junho transcorreu em um clima de medo e de censura. Malam Bacai Sanhá, candidato do governista Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, venceu as eleições no segundo turno realizado em julho. Ele tomou posse em setembro.

Em agosto, a Guiné-Bissau aderiu ao Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e, em setembro, assinou o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Homicídios ilegais

Nos meses de março e junho, soldados mataram, ilegalmente, militares e políticos com impunidade. Apesar das promessas do novo presidente, nenhuma investigação foi realizada sobre nenhum dos assassinatos.

■ Em 4 de junho, Hélder Proença, ex-ministro da Defesa, foi morto junto com seu motorista e guarda-costas em uma emboscada montada por soldados, a cerca de 40 km da capital, Bissau. As forças armadas acusaram-no de ser o idealizador de um golpe para derrubar o governo e para assassinar o Primeiro-Ministro e o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas interino. Duas horas mais tarde, Baciro Dabó,

ex-ministro da Administração Territorial e candidato à Presidência, foi morto a tiros na sua casa por um grupo de aproximadamente 13 soldados.

Prisões e detenções arbitrárias

Soldados prenderam e detiveram, de modo arbitrário, civis e outros soldados a quem acusaram de conspirar contra o governo. As prisões foram efetuadas sem mandados. Os detidos foram mantidos em unidades militares, sem acusação nem julgamento, por semanas ou meses, excedendo o limite de 48 horas determinado por lei. Logo após o assassinato, no mês de março, cinco soldados acusados da morte do chefe do Estado-Maior foram presos; porém, passaram vários meses sem serem apresentados a um magistrado a fim de legalizar sua detenção. No fim do ano, eles ainda não haviam sido julgados.

Os políticos presos em junho foram soltos sem acusação nem julgamento após cerca de dois meses. Entre eles estava Faustino Fadut Imbali, ex-primeiro-ministro, preso por soldados, sem mandado, em sua residência no dia 5 de junho. Ele foi agredido fisicamente no momento da prisão e foi levado para o quartel-general das forças armadas, onde foi novamente agredido.

Tortura e outros maus-tratos

Segundo a Liga Guineense dos Direitos Humanos, a maioria das pessoas presas em março e junho foi torturada sob custódia dos militares, inclusive os cinco soldados detidos em conexão com o assassinato do general Tagmé Na Waié. Além disso, pessoas que criticaram as forças armadas foram torturadas ou sofreram maus-tratos sob custódia. Não foi realizada nenhuma investigação sobre esses incidentes e os responsáveis não foram levados à Justiça.

■ Pedro Infanda, advogado, foi preso de modo arbitrário por soldados, no dia 23 de março, horas após a realização de uma coletiva de imprensa na qual ele afirmou que um de seus clientes considerava que o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas em exercício não era competente para o cargo. Pedro Infanda foi levado para o quartel da Amura, em Bissau, onde foi torturado durante os primeiros dias de sua detenção. Ele foi espancado com um pedaço de madeira e com outros objetos, ficando gravemente ferido nas costas e tendo de ser levado para a unidade de tratamento intensivo de um hospital.

■ À uma hora da madrugada do dia 1º de abril, quatro soldados se dirigiram até a casa de Francisco José Fadul, presidente do Tribunal de Contas, e espancaram-no com as coronhas de suas armas, abrindo cortes em sua cabeça e em seu braço. Ele teve de ser levado ao hospital para tratamento intensivo. Sua esposa também foi agredida, mas não ficou gravemente ferida. Dois dias antes do ataque, Francisco José Fadul havia criticado, publicamente, o comportamento das forças armadas e apelou ao governo para que os militares prestassem contas de casos de corrupção e dos assassinatos do Presidente Vieira e do general Tagmé Na Waié.

Ameaças contra a integridade física

Integrantes da Liga Guineense dos Direitos Humanos foram ameaçados por terem criticado os militares. Ninguém foi processado por fazer as ameaças.

■ Em agosto, o então Procurador-Geral disse que estava recebendo ameaças de morte, o que o obrigava a pousar fora de casa.

Relatórios da AI

- Guinea-Bissau: Human rights violations in the run up to presidential elections (Index: AFR 30/003/2009)
- Guinea-Bissau: Briefing for international election observers (AFR 30/005/2009)
- Guinea-Bissau: Submission to the UN Universal Periodic Review (AFR 30/007/2009)

HAITI

REPÚBLICA DO HAITI

Chefe de Estado:	**René García Préval**
Chefe de governo:	**Jean-Max Bellerive (sucedeu a Michèle D. Pierre-Louis em novembro)**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**10 milhões**
Expectativa de vida:	**61 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**90/80 por mil**
Taxa de alfabetização:	**62,1 por cento**

A pobreza continuou endêmica, generalizada e profunda, negando a milhões de haitianos o acesso a

uma série de direitos humanos. Mulheres e meninas continuaram a experienciar níveis elevados de violência. Episódios de linchamento e de justiçamento popular foram frequentes, e os responsáveis raramente eram levados à Justiça. Houve relatos de maus-tratos, de prisões arbitrárias e de homicídios cometidos por agentes da lei. Segundo a ONU, as condições prisionais muitas vezes equivaliam a punição ou tratamento cruel e degradante. Um grande número de pessoas morreu no mar ao tentar deixar o Haiti em viagens de barco organizadas por traficantes. Milhares de crianças utilizadas como empregadas domésticas corriam sérios riscos de sofrer abusos.

Informações gerais

Em julho, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional cancelaram um montante de 1,2 bilhão de dólares em dívidas do Haiti, quase dois terços do total da dívida interna do país, e os credores do Clube de Paris cancelaram outros 63 milhões de dólares.

Em abril, realizaram-se eleições para renovação de um terço das cadeiras do Senado. O segundo turno eleitoral aconteceu no mês de junho em relativa calma. A Assembleia Nacional concordou em dar início a uma série de reformas constitucionais. Em outubro, a Assembleia Nacional aprovou uma moção de censura para destituir a primeira-ministra Michèle D. Pierre-Louis. Uma semana depois, Jean-Max Bellerive foi confirmado pelo Parlamento como novo premiê.

O fato de o Presidente não ter conseguido nomear o presidente do Supremo Tribunal e do Conselho Supremo do Judiciário significou que as reformas urgentes do sistema de justiça foram proteladas. A reforma da polícia não progrediu devido aos atrasos na conclusão dos procedimentos de apuração de antecedentes e de certificação dos policiais.

O mandato da Missão da ONU para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi extendido por mais um ano.

Direito à saúde

A pobreza era generalizada e a recuperação da devastadora temporada de furações de 2008 foi lenta. Segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), mais de 56 por cento dos haitianos viviam com menos de 1 dólar por dia. Embora a disponibilidade de alimentos tenha melhorado se comparada a de 2008, em setembro a Coordenação Nacional de Segurança Alimentar (CNSA) estimou que a insegurança alimentar atingia 1,9 milhão de pessoas. A falta de acesso à água potável continuou a afetar milhões de pessoas, com consequências severas para a saúde. A água contaminada era a principal causa da mortalidade infantil e das doenças que afetavam as crianças.

Direitos das crianças

O número de tribunais juvenis continuou sendo inadequado. Em 2009, apenas dois funcionavam: um na capital, Porto Príncipe, e um em Cabo Haitiano. Crianças continuaram sendo detidas em presídios para adultos e julgadas em tribunais comuns, os quais nem sempre respeitaram a privacidade dos menores nos julgamentos. De acordo com organizações de direitos humanos, o tráfico de crianças, dentro do Haiti e para a República Dominicana, prosseguiu com a intensidade habitual. Segundo estimativas do UNICEF, 175 mil crianças estavam empregadas em serviços domésticos, circunstância descrita como uma "forma moderna de escravidão" pela relatora especial da ONU sobre formas contemporâneas de escravidão, após sua visita ao Haiti, em junho.

Policiamento e sistema de justiça

Houve muitas denúncias de maus-tratos de suspeitos por parte da polícia. Relatos de populares linchando pessoas suspeitas de cometerem crimes eram frequentes, principalmente nas áreas em que não havia presença do Estado ou da polícia. Os responsáveis raramente eram levados à Justiça. Segundo a missão da ONU, autoridades da administração local, com a ajuda de grupos de 'justiceiros', desempenhavam funções policiais e judiciais ilegalmente, o que resultava em prisões arbitrárias e em homicídios.

Segundo uma organização de direitos humanos local, a população prisional do Haiti excedia em 5,5 vezes sua capacidade. Em algumas prisões, como a Penitenciária Nacional, a superlotação extrema equivalia a tratamento cruel, desumano e degradante. A prisão provisória prolongada de indivíduos suspeitos de cometerem crimes continuou sendo a norma, enquanto muitas pessoas foram presas por atos que não constituíam delitos penais reconhecidos. Menos de 20 por cento dos 8.833 indivíduos mantidos

presos no final de outubro de 2009 haviam sido julgados e sentenciados.

■ Ronald Dauphin, um ativista do partido político Lavalas, completou seu quarto ano de detenção sem julgamento pelo suposto envolvimento em uma série de homicídios em fevereiro de 2004 na cidade de Saint-Marc. As autoridades não aceitaram quatro ordens de habeas corpus impetradas por seu advogado. Em 2007, o Tribunal de Recursos determinou uma nova investigação, visto que a investigação prévia havia sido comprometida por "graves erros procedimentais"; porém, até o final do ano, não houve qualquer desenvolvimento significativo.

Violência contra mulheres e meninas

Estupros e outras formas de violência sexual contra mulheres e contra meninas continuaram ocorrendo de forma disseminada. Nos seis primeiros meses do ano, mais da metade dos 136 estupros denunciados a uma organização de mulheres do Haiti envolvia crianças. Faltavam estrutura e recursos adequados para combater a violência contra a mulher, e não havia acesso a medicamentos profiláticos, inclusive antiretrovirais, fora das principais áreas urbanas.

Em janeiro, o Comitê da ONU para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher examinou o primeiro relatório nacional do Haiti desde que o país ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher em 1981. Em fevereiro, o Comitê pediu que o Haiti adotasse leis específicas relativas à violência contra a mulher. No final do ano, uma legislação sobre violência doméstica ainda não havia sido adotada pelo Parlamento.

■ Em março, uma adolescente de 16 anos foi estuprada por cinco homens na ilha de La Gonâve. Os responsáveis foram detidos pela polícia local; porém, foram soltos depois de, segundo informações, terem subornado autoridades judiciais.

Direitos dos imigrantes

Um grande número de emigrantes morreu após tentar deixar o Haiti para escapar da pobreza brutal. Traficantes de seres humanos operavam com total impunidade, colocando em perigo a vida de milhares de pessoas. Até o final do ano ainda não havia sido adotada uma legislação que criminalizasse esse tipo de tráfico.

■ Em julho, um barco de madeira que levava até 200 haitianos emborcou próximo às ilhas Turcas e Caicos. Dezessete haitianos morreram e 67 desapareceram, tendo, possivelmente, morrido. Os sobreviventes relataram às organizações de direitos humanos que o barco havia sido interceptado pela polícia haitiana próximo a Cabo Haitiano (norte do país), mas o capitão do barco recebeu permissão para prosseguir com a jornada após ter, supostamente, pagado 800 dólares aos policiais.

Impunidade por abusos do passado

Indivíduos responsáveis por cometerem abusos de direitos humanos em anos anteriores continuaram a evadir a Justiça.

Em outubro, as autoridades judiciais designaram um novo magistrado para concluir a investigação sobre os assassinatos, ocorridos em abril de 2000, do jornalista Léopold Dominique e de seu segurança Jean-Claude Louissaint. Investigações prévias conduzidas por cinco magistrados, alguns dos quais ameaçados devido ao seu envolvimento no caso, não conseguiram identificar os perpetradores.

Relatórios da AI

- Detention without trial in Haiti: Appeal case – Release Ronald Dauphin (AMR 36/003/2009)
- Overcoming poverty and abuse: Protecting girls in domestic service in Haiti (AMR 36/004/2009)
- Haiti: Submission to the UN Universal Periodic Review (AMR 36/005/2009)

ÍNDIA

REPÚBLICA DA ÍNDIA

Chefe de Estado:	**Pratibha Patil**
Chefe de governo:	**Manmohan Singh**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**1.198 milhão**
Expectativa de vida:	**63,4 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**77/86 por mil**
Taxa de alfabetização:	**66 por cento**

O maior rigor na legislação de segurança e de combate ao terrorismo, após os atentados de Mumbai em 2008, esteve relacionado a denúncias

sobre detenções arbitrárias e torturas. A violência maoísta da região central da Índia estendeu-se para Bengala Ocidental, onde comunidades locais tornaram-se alvos de ataques e pelo menos 300 civis foram mortos. Ocorreram execuções extrajudiciais em diversos estados. Defensores dos direitos humanos foram ameaçados e detidos arbitrariamente. Muitas vítimas de violações de direitos humanos passadas, de violência contra minorias religiosas e de abusos cometidos por corporações continuaram sem obter justiça por meio de processos judiciais. Adivasis (aborígines), pequenos agricultores e populações urbanas que vivem na pobreza por toda a Índia, cujos meios de vida foram ameaçados por projetos acelerados de empreendimentos imobiliários e de mineração, continuaram a resistir às tentativas de aquisição de suas terras e de seus recursos naturais. Ao menos 50 pessoas foram condenadas à morte; porém, pelo quinto ano consecutivo, não aconteceram execuções.

Informações gerais

As iniciativas de paz entre a Índia e o Paquistão enfraqueceram, com as autoridades indianas reiterando que os atentados de 2008, em Mumbai, foram executados por pessoas ou por grupos sediados no Paquistão. Os ataques duraram três dias e mataram 174 pessoas. As negociações entre a Índia e o Paquistão a respeito da Caxemira também não tiveram progresso, embora as autoridades indianas tenham reiniciado as conversações com líderes caxemires. As forças de segurança indianas lançaram ofensivas paramilitares e policiais coordenadas para combater a propagação da insurgência maoísta; houve protestos de ambos os lados sobre abusos dos direitos humanos. Aproximadamente 200 pessoas foram mortas devido à violência política em torno das eleições gerais de abril/maio, assim como em vários atentados a bomba por todo o país.

O crescimento econômico permaneceu confinado, principalmente, a determinados setores urbanos, e foi debilitado pela tendência recessiva global, por temores pela segurança e pelos contínuos abusos contra os direitos humanos cometidos pelo Estado e por grupos armados. Estimativas governamentais de 2005 indicavam que aproximadamente um quarto da população da Índia vivia abaixo da linha de pobreza nacional.

Segurança e combate ao terrorismo

As investigações sobre os atentados terroristas perpetrados em 2008, em Mumbai e em outros lugares, resultou em várias detenções. Em diversos estados, com base em diferentes leis de segurança, mais de 30 suspeitos foram detidos, sem acusações, por períodos que variavam de uma semana a dois meses. Denúncias de homicídios ilegais, de tortura e de outros maus-tratos infligidos a suspeitos, somadas à ausência de investigações independentes sobre esses incidentes, foram motivo de protestos.

■ Em outubro, a Suprema Corte rejeitou uma ação judicial requerendo um inquérito independente sobre as mortes, ocorridas em setembro de 2008, de dois jovens e de um policial em um tiroteio em Batla House, Déli. Os dois homens estariam envolvidos nos atentados a bomba em série ocorridos em Déli em setembro de 2008.

Violência entre as forças de segurança, as milícias e os maoístas

O conflito de Chhattisgarh, na região central da Índia, entre, de um lado, grupos armados maoístas banidos pelas autoridades e, de outro, a polícia e forças paramilitares, alastrou-se para outros estados após meses de violência política. Ambos os lados sequestraram, torturaram e assassinaram pessoas com impunidade, muitas vezes tendo os civis como alvos. As forças paramilitares incluem a milícia Salwa Judum ('Campanha de Purificação'), que se acredita fortemente ser patrocinada pelo Estado. Cerca de 40 mil adivasis permaneceram desalojados dentro do país devido ao prolongado conflito; 20 mil vivem em campos para deslocados e os demais encontram-se dispersos no estado vizinho de Andhra Pradesh. Defensores dos direitos humanos que denunciavam os abusos cometidos pelas forças do Estado continuaram a ser hostilizados pelas autoridades.

■ Em maio, Binayak Sen, um médico que trabalhava pelos direitos econômicos, sociais e culturais dos adivasis e de trabalhadores sob contratos temporários, e que era um crítico da Salwa Judum em Chhattisgarh, foi libertado mediante fiança após passar dois anos na prisão. Ele continuou a ser acusado judicialmente de ajudar os maoístas.

■ No dia 17 de setembro, policiais mataram a tiros seis camponeses e incendiaram suas casas em Gachanpalli, distrito de Dantewada, em Chhattisgarh.

■ No dia 1º de outubro, nove camponeses, entre os quais quatro membros de uma mesma família, foram mortos por policiais em Gompad, no distrito de Dantewada.

■ Em dezembro, Kopa Kunjam, integrante do *Ashram Vanvasi Chetna*, uma organização não-governamental de desenvolvimento que trabalha pelo reassentamento de comunidades adivasis desalojadas pelo conflito em Chhattisgarh, foi preso por acusações politicamente motivadas de homicídio. Em maio, as autoridades haviam destruído o ashram.

O conflito estendeu-se para Lalgarh, em Bengala Ocidental. Ali, cerca de oito mil adivasis permaneciam desalojados, alguns deles em acampamentos improvisados.

■ Em setembro, as autoridades de Bengala Ocidental prenderam 23 mulheres adivasis em Lalgarh e acusaram-nas de serem maoístas; mais tarde, porém, 14 delas foram soltas em troca de um policial que havia sido sequestrado por militantes maoístas.

■ Em outubro, militantes maoístas sequestraram e mataram um agente do serviço de informações e abandonaram seu corpo mutilado em uma rodovia no estado vizinho de Jharkhand.

I

Homicídios ilegais

Continuaram as denúncias sobre homicídios ilegais em diversos estados do Nordeste, principalmente Manipur e Assam, onde forças de segurança e organizações separatistas armadas vêm, há décadas, travando combates de baixa intensidade. Apesar dos contínuos protestos no Nordeste e na Caxemira, as autoridades recusaram-se a revogar a Lei sobre os Poderes Especiais das Forças Armadas de 1958. O relator especial da ONU sobre execuções sumárias, arbitrárias ou extrajudiciais declarou que essa lei favorecia as execuções extrajudiciais ao permitir que as forças de segurança atirassem para matar em circunstâncias nas quais os agentes não corriam necessariamente um risco iminente.

■ Em março, Anil Mazumdar, editor do jornal *Aji*, foi morto por um pistoleiro em Guwahati, no estado de Assam, após ele ter defendido negociações de paz entre a proscrita Frente Unida de Libertação de Assam e as autoridades estaduais.

■ Em maio, Satish Loitongbam e Pebam Gunendro Singh, ambos de Imphal, foram detidos por indivíduos que se acredita serem Fuzileiros de Assam (força paramilitar subordinada ao exército) lotados em Manipur. Gunendro Singh foi libertado após três dias. Satish Loitongbam foi levado para um local desconhecido e morto a tiros.

■ Em julho, comandos da polícia de Manipur mataram a tiros Sanjit Chungkham e uma mulher grávida, Rabina Devi, no Bazar Khwairamband, em Imphal. Gravações em vídeo do acontecimento mostram que Sanjit Chungkham foi alvejado depois de ter sido preso.

Prisões e detenções arbitrárias

Nos meses de agosto e setembro, as autoridades de Manipur responderam à realização de manifestações prendendo mais de 10 defensores dos direitos humanos, depois de realizarem buscas policiais em seus escritórios. Entre eles estava Jiten Yumnam, que, no fim do ano, permanecia detido preventivamente. Segundo informações, cerca de outras 90 pessoas estavam sob detenção preventiva no estado de Manipur.

Prestação de contas corporativa

Por todo o país, comunidades marginalizadas sofreram as consequências do fracasso do governo em protegê-las dos abusos cometidos por corporações.

Bhopal

Vinte e cinco anos depois da tragédia do vazamento de gás em Bhopal, em 1984 – um dos piores desastres industriais da história – as comunidades locais continuam a sofrer seus efeitos e mantêm sua campanha por justiça. A atuação do Estado continuou sendo inadequada e as compensações insuficientes; o local da fábrica permanece contaminado e as autoridades seguem descumprindo as promessas que fizeram aos sobreviventes e as suas famílias.

Expulsões forçadas

Comunidades marginalizadas, entre as quais agricultores sem terras e adivadis de diversos estados, foram ameaçadas com expulsões forçadas a fim de dar lugar a projetos industriais ou a outros empreendimentos econômicos. Em alguns casos, os adivasis foram ameaçados de expulsão de terras definidas pela Constituição indiana como exclusivamente suas. Audiências públicas obrigatórias não forneciam informações suficientes sobre os empreendimentos ou sobre os projetos de desenvolvimento. Tanto o governo quanto os

representantes das empresas geralmente excluíam dos processos decisórios as comunidades afetadas.

■ A comunidade dos Dongria Kondh e outras comunidades adivasis das colinas de Niyamgiri, em Orissa, reiniciaram seus protestos depois que as autoridades concederam licença ambiental para uma mina de bauxita administrada por uma subsidiária da companhia britânica *Vedanta Resources* e pela *Orissa Mining Corporation*.

Uso excessivo da força

Em vários estados, a polícia usou força desnecessária ou excessiva contra manifestantes de comunidades marginalizadas. Defensores dos direitos humanos que faziam campanha pelos direitos fundiários e ambientais de comunidades rurais frequentemente eram detidos, intimidados ou hostilizados pela polícia.

■ Em novembro, a polícia matou a tiros os líderes adivasis Singanna e Andrew Nachika da comunidade adivasi *Chasi Mulia*, uma organização que trabalha pelos direitos dos adivasis em Narayanpatna, distrito de Korapur, em Orissa. Os dois participaram de uma manifestação que chamava atenção para denúncias de brutalidade policial contra as comunidades adivasis. A polícia descreveu a manifestação como um ataque.

■ Em outubro, a polícia de Madhya Pradesh usou força desnecessária contra manifestantes pacíficos do Movimento Salve o Rio Narmada (*Narmada Bachao Andolan*), prendendo 20 de seus líderes. Os manifestantes demandavam que a comunidade fosse consultada e que as ordens judiciais para restituição das comunidades adivasis e de outras comunidades que haviam sido desalojadas por projetos de irrigação fossem implementadas.

■ Em agosto, as autoridades de Orissa libertaram Abhay Sahoo, do Partido Comunista da Índia. Ele havia passado 10 meses preso por 20 diferentes acusações após conduzir uma manifestação contra a ameaça de expulsões forçadas impelidas pelo estabelecimento da usina siderúrgica sul-coreana POSCO.

Impunidade

O governo indiano não assegurou a prestação de contas por muitos abusos de direitos humanos do passado.

Massacre de 1984

Até agora, 20 pessoas foram condenadas pelo massacre seletivo de aproximadamente três mil sikhs na região norte da Índia, inclusive em Déli, após o assassinato da então primeira-ministra Indira Gandhi em 1984.

■ A pressão pública obrigou o Escritório Central de Investigações a processar Jagdish Tytler e Sajjan Kumar, dois líderes do Partido do Congresso acusados de incitar seus apoiadores a perpetrar os massacres de Déli, depois que o órgão declarou, inicialmente, não haver provas contra eles. Os manifestantes forçaram o Partido do Congresso, no poder, a excluir os dois políticos de sua lista de candidatos para as eleições gerais.

Violações de direitos humanos

Os perpetradores das violações de direitos humanos ocorridas em Punjab, entre 1984 e 1994, e em Assam, entre 1998 e 2001 – que incluíam desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais – continuaram a evadir a Justiça. Os responsáveis por violarem os direitos humanos no passado, inclusive com o desaparecimento forçado de milhares de pessoas durante o conflito iniciado em 1989 na Caxemira, continuaram a gozar de impunidade. O Tribunal Internacional Popular sobre Direitos Humanos e Justiça, na parte da Caxemira administrada pela Índia, publicou um relatório documentando sepulturas não identificadas de mais de 2.900 pessoas que teriam desaparecido durante o conflito na Caxemira.

Violência entre comunidades

A maioria dos responsáveis pelos ataques contra minorias muçulmanas em Gujarat, em 2002, assim como por outras violações de direitos humanos, como as execuções extrajudiciais praticadas nesse estado, não foram levados à Justiça. Os processos já abertos fizeram pouco progresso durante o ano.

■ Um inquérito conduzido por um tribunal de primeira instância constatou que as mortes de Ishrat Jahan e de outros três indivíduos nas mãos da polícia de Gujarat, em 16 de junho de 2004, constituíam "assassinatos a sangue frio". Esse inquérito, porém, foi contestado pelo governo de Gujarat em um tribunal superior, o qual criou uma equipe de investigação especial para examinar o caso. Em consequência de uma petição apresentada pela família de Ishrat Jahan, a Suprema Corte suspendeu os procedimentos do tribunal superior enquanto examinava o caso.

Aproximadamente 15 mil pessoas, em sua maioria cristãs, foram desalojadas em 2008 no estado de Orissa devido à violência provocada por centenas de apoiadores de organizações nacionalistas hindus. No

final do ano, a maior parte delas ainda esperava retornar para suas casas. As investigações judiciais sobre a violência permaneceram incompletas, e as autoridades não apresentaram denúncia contra a maioria dos agressores.

Uma comissão oficial indiciou 68 líderes do Partido Bharatiya Janata, de oposição, bem como líderes de outras organizações nacionalistas hindus aliadas, pela destruição da mesquita de Babri, em Ayodhya, em 1992. Até o momento, porém, ninguém foi processado. Em alguns estados, as pessoas que participaram dos episódios de violência resultantes e dos massacres que se seguiram continuaram impunes.

Na Caxemira, forças policiais e paramilitares mataram um homem e feriram 150 pessoas durante uma manifestação em junho. Os manifestantes pediam uma investigação independente sobre as denúncias de envolvimento de forças paramilitares na agressão sexual e no assassinato de duas mulheres em Shopian. Havia informações de que se estaria tentando ocultar as provas de agressão sexual. Um inquérito conduzido pelo Escritório Central de Investigações concluiu que não houve agressão sexual e que as mulheres haviam se afogado, o que motivou demandas por uma investigação independente.

Discriminação

Dalits

Em vários estados, integrantes das comunidades dalits continuaram a sofrer agressões, boicotes sociais e discriminação no acesso à saúde, à educação e a serviços legais. As leis especiais promulgadas para processar quem comete esse tipo de violência e de discriminação permaneceram ineficazes.

■ Em agosto, quatro dalits morreram de fome nos distritos de Nalanda e Jehanabad, depois que os membros das castas dominantes proprietárias de terras negaram-lhes acesso a alimentos e a outros produtos de primeira necessidade.

■ Durante as eleições gerais de abril/maio, as comunidades dalits de diversos estados, sobretudo de Bihar, Gujarat e Andhra Pradesh, sofreram intimidações e violências. No dia 23 de abril, 74 casas pertencentes a comunidades dalits no distrito de Madhubani, em Bihar, foram incendiadas propositalmente, deixando 300 pessoas sem teto.

Grupos minoritários

Em Karnataka, grupos nacionalistas hindus atacaram diversos locais de culto pertencentes a comunidades minoritárias, além de perseguirem mulheres das áreas urbanas e casais interreligiosos.

■ No dia 25 de janeiro, ativistas do grupo nacionalista hindu *Sri Rama Sene* atacaram 10 pessoas em um bar de Mangalore.

Direitos dos trabalhadores

A legislação que assegura aos habitantes de zonas rurais que vivem em condições de pobreza o direito a trabalhar pelo menos 100 dias por ano fez avanços em alguns estados; porém, sua implementação ainda dependia da vigilância das comunidades locais. Defensores dos direitos humanos envolvidos na supervisão dessa implementação enfrentaram violências e hostilidades.

■ No dia 10 de fevereiro, a polícia de Madhya Pradesh prendeu Shamim Modi com base em acusações falsas, depois que sua organização, a União dos Trabalhadores Adivasis (*Shramik Adivasi Sangathan*), conduziu uma manifestação pacífica exigindo o cumprimento das leis que asseguram direitos trabalhistas e fundiários. Ela permaneceu presa por 21 dias antes de ser libertada. Em julho, a polícia estadual e o departamento florestal realizaram uma busca em seu escritório e detiveram arbitrariamente 11 adivasis. Shamim Modi, que havia recebido ameaças contra sua vida, foi ferida durante um ataque em Mumbai, que teria sido cometido por mercenários a mando de empreiteiros florestais.

Direitos dos homossexuais, bissexuais e transgêneros

No mês de julho, a Corte Superior de Déli rejeitou o artigo 377 do Código Penal indiano em casos de atos sexuais consensuais. O artigo 377, que criminaliza a homossexualidade e que foi introduzido sob o regime colonial britânico, foi considerado discriminatório e "contrário à moralidade constitucional". A rejeição formal da legislação ainda era aguardada.

Pena de morte

Não se tem conhecimento de execuções realizadas durante o ano; porém, os tribunais sentenciaram ao menos 50 pessoas à pena de morte.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a Índia em fevereiro/março e em agosto/setembro.

India: Dodging responsibility: Corporations, governments and the Bhopal disaster (ASA 20/002/2009)

India: Open Letter to authorities to withdraw the clearance granted to Vedanta-Orissa Mining Corporation for bauxitemining project which could threaten Dongria Kondh indigenous communities at Niyamgiri (ASA 20/004/2009)

India: Authorities should avoid excessive use of force in West Bengal (ASA 20/006/2009)

India: Revoke preventive detention of human rights defender in Manipur (ASA 20/019/2009).

INDONÉSIA

REPUBLICA DA INDONÉSIA

Chefe de Estado e de governo:	**Susilo Bambang Yudhoyono**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**230 milhões**
Expectativa de vida:	**70,5 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**37/27 por mil**
Taxa de alfabetização:	**92 por cento**

Ocorreram confrontos violentos durante o ano em Papua, enquanto a população continuou a enfrentar severas restrições de seus direitos à liberdade de expressão e de reunião. Houve denúncias de que policiais fizeram uso de tortura e de outros maus-tratos, bem como de que empregaram a força de modo desnecessário ou excessivo, o que, por vezes, resultou em mortes ilegais por todo o arquipélago. O sistema de justiça criminal não conseguiu enfrentar a impunidade para violações de direitos humanos atuais e passadas. Ninguém foi executado durante o ano; porém, um novo regulamento em Aceh permitia a morte por lapidação. Prosseguiram os ataques contra defensores dos direitos humanos e havia, ao menos, 114 prisioneiros de consciência. Uma nova Lei de Saúde continha disposições que dificultavam o acesso igualitário à saúde materna.

Informações gerais

As eleições parlamentares foram realizadas em abril e as presidenciais ocorreram em julho. O presidente Susilo Banbang Yudhoyono foi reeleito, no primeiro turno, para um mandato de cinco anos. As eleições transcorreram sem nenhum incidente grave de violência, exceto em Papua.

Em julho, ao menos nove pessoas foram mortas em Jacarta em dois atentados à bomba.

Liberdade de expressão

Ao menos 114 pessoas foram detidas por expressarem pacificamente seus pontos de vista. A imensa maioria era de ativistas políticos pacíficos que foram sentenciados a penas de prisão por erguerem bandeiras pró-independência nas Ilhas Molucas ou em Papua.

■ Em março, Buce Nahumury foi sentenciado a quatro anos de prisão por ter participado de uma pacífica dança Cakalele na província de Ambon Maluku em junho de 2007. Durante a dança, a bandeira "Benang Raja", símbolo do movimento de independência das Ilhas Molucas, foi desfraldada em frente ao presidente. Todos os 22 dançarinos Cakalele cumpriam sentenças que variavam entre sete e 20 anos de prisão.

Defensores dos direitos humanos continuaram a sofrer intimidação e perseguição. Ao menos sete defensores enfrentaram acusações criminais por difamação, o que, de acordo com o Código Penal, implica uma sentença máxima superior a cinco anos de prisão. A maioria das violações de direitos humanos cometidas no passado contra defensores dos direitos humanos, como torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados, permaneceu sem solução, e os responsáveis não foram levados à Justiça.

Embora duas pessoas tenham sido condenadas por envolvimento no assassinato do proeminente defensor dos direitos humanos Munir Said Thalib (conhecido como Munir), surgiram denúncias confiáveis de que os responsáveis por ordenar seu assassinato em níveis mais altos de comando ainda estavam soltos. Munir Said Thalib foi envenenado em 7 de setembro de 2004.

Liberdade de religião

Grupos religiosos minoritários permaneceram vulneráveis a ataques violentos por atores não-estatais e foram submetidos à discriminação.

Estudantes da universidade cristã STT Setia continuaram a estudar e a viver em acomodações precárias e temporárias. Eles foram evacuados das

dependências estudantis de Pulo, no vilarejo de Pinang Rati, subdistrito de Makassar, em Jacarta Oriental, depois de um violento ataque de setores da Frente de Defesa Islâmica em julho de 2008. Em outubro, ao menos 17 estudantes fizeram uma greve de fome por estarem em risco de serem despejados e enviados para dependências que acreditavam serem ainda mais inadequadas para as pessoas viverem e estudarem. No fim do ano, os estudantes da STT Setia continuavam a viver e a estudar em locais provisórios em Jacarta.

Papua

A violência aumentou de forma acentuada durante o período das eleições parlamentares e presidencial, criando um clima de medo e de intimidação. Houve relatos de que as forças de segurança usaram força desnecessária ou excessiva durante manifestações e de que torturaram e maltrataram pessoas no momento da prisão, no interrogatório e durante a detenção. As forças de segurança, segundo informações, também teriam cometido homicídios ilegais. Restrições rigorosas foram impostas ao direito de reunião e de expressão exercido de modo pacífico.

■ Em 6 de abril, a polícia abriu fogo contra manifestantes na cidade de Nabire, na província de Papua, ferindo ao menos sete pessoas, incluindo um aluno de 10 anos que retornava da escola. Um policial também foi ferido por uma flecha. A polícia espancou e maltratou de outras formas Monika Zonggonau, Abet Nego Keiya e outros 15 ativistas políticos durante e após suas prisões. Em 9 de abril, o corpo de Abet Nego Keiya foi encontrado no vilarejo de Waharia, distrito de Nabire.

■ Os prisioneiros de consciência Filep Karma e Yusak Pakage, sentenciados respectivamente a 15 e 10 anos de prisão, permaneceram encarcerados. Os dois homens foram condenados em 2005 por levantarem a bandeira "Estrela da Manhã".

Polícia

A ocorrência de tortura permaneceu generalizada no momento da prisão, durante o interrogatório e na detenção. Supostos delinquentes pertencentes às comunidades pobres e marginalizadas, bem como ativistas políticos pacíficos eram particularmente vulneráveis às violações cometidas pela polícia. Essas violações incluíam o uso desnecessário ou excessivo da força – às vezes resultando em morte –, tortura e outros maus-tratos e falhas na proteção de manifestantes e de minorias religiosas.

■ Em janeiro, ao menos 75 moradores do vilarejo de Suluk Bonglak, na província de Riau, foram acusados de reivindicarem terras ilegalmente. Em dezembro de 2008, depois de despejá-los à força, a polícia os prendeu. Em agosto, eles foram sentenciados a 10 meses de prisão e a uma multa de um milhão de rupias indonésias. No fim do ano, os moradores não haviam recebido compensação, reparação nem moradias alternativas adequadas.

Em janeiro, a polícia emitiu uma nova regulamentação sobre o uso da força em ações policiais (Nº 1/2009), amplamente alinhada com os Princípios Básicos das Nações Unidas sobre o Uso da Força e de Armas de Fogo. Em junho, a polícia emitiu uma regulamentação sobre a implantação dos princípios de direitos humanos (Nº 8/2009). No entanto, os mecanismos internos e externos de prestação de contas para tratar dos abusos policiais permaneceram frágeis.

Impunidade

Prosseguiu a impunidade pelas brutais violações dos direitos humanos ocorridas no passado em Aceh, em Papua, no Timor-Leste e em outros lugares.

O governo continuou a promover a reconciliação com o Timor-Leste à custa da justiça pelos crimes cometidos durante a ocupação indonésia do Timor-Leste (1975/1999).

■ Em agosto, o governo interferiu em um processo judicial no Timor-Leste, pressionando o governo timorense a libertar Martenus Bere, um líder miliciano indiciado por extermínio de civis na cidade de Suai e por outros crimes contra a humanidade em 1999. Em outubro, Martenus Bere recebeu permissão para retornar ao Timor-Oeste (Indonésia) antes que seu caso fosse apreciado por um tribunal independente em um julgamento justo.

Mais de 300 indivíduos que haviam sido indiciados pela Comissão Especial da ONU para Crimes Graves, por crimes contra a humanidade e por outros delitos, permaneceram livres e fora da área sob jurisdição do Timor-Leste. Acredita-se que a maioria viva na Indonésia. O governo se recusou a extraditar os indiciados, alegando não reconhecer o mandato das Nações Unidas para julgar cidadãos indonésios no Timor-Leste.

Em setembro, o Comitê Especial sobre

Desaparecimentos ocorridos entre 1977-1998 da Assembleia dos Representantes do Povo solicitou ao governo que criasse um tribunal especial de direitos humanos para julgar os responsáveis por desaparecimentos forçados. Eles também pediram que o governo ratificasse a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados. Entretanto, até o fim do ano, o governo não havia seguido as recomendações.

Pena de morte

Nenhuma execução foi relatada. No entanto, ao menos 117 pessoas permaneciam sentenciadas à pena de morte.

Em setembro, o Parlamento Regional de Aceh aprovou o Código Penal Islâmico local, que prevê penas de morte por apedrejamento para adultério e até 100 chibatadas por homossexualidade. Embora o governador de Aceh tenha se recusado a assinar o novo regimento, ele entrou em vigor automaticamente em outubro.

Direito à saúde

Os índices de mortalidade materna continuaram altos, especialmente nas comunidades pobres e marginalizadas.

Em setembro, uma nova Lei de Saúde foi aprovada. Ao contrário do Código Penal, a lei permite o aborto em certas circunstâncias. Os abortos foram permitidos nos casos em que a gravidez possa ser prejudicial à saúde da mãe e/ou da criança ou se for resultado de estupro que tenha causado trauma psicológico à vítima. ONGs locais criticaram a nova lei por discriminar as pessoas não casadas, especialmente no acesso à informação sobre sexualidade e reprodução.

Visitas e relatórios da AI:

Representantes da Anistia Internacional visitaram a Indonésia em abril, em junho e em julho.

Indonesia: Jailed for waving a flag: Prisoners of conscience in Maluku (ASA 21/008/2009)

Unfinished business: Police accountability in Indonesia (ASA 21/013/2009)

IRÃ

REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

Chefe de Estado:	**Guia da República Islâmica do Irã: aiatolá Sayed Ali Khamenei**
Chefe de governo:	**Presidente: Mahmoud Ahmadinejad**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**74,2 milhões**
Expectativa de vida:	**71,2 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**33/35 por mil**
Taxa de alfabetização:	**82,3 por cento**

A repressão às manifestações políticas intensificou-se antes e, principalmente, depois das eleições presidenciais de junho, cujo resultado foi amplamente contestado, aprofundando os esquemas repressivos que perduram há muito tempo. As forças de segurança, sobretudo a milícia Basij, usaram força excessiva contra manifestantes; dezenas de pessoas foram mortas ou feridas fatalmente. As autoridades suprimiram a liberdade de expressão a níveis sem precedentes, bloqueando redes de telefonia móvel e terrestre, assim como as comunicações pela internet. Até o fim do ano, bem mais de cinco mil pessoas haviam sido detidas. Muitas foram torturadas, sendo que algumas denunciaram ter sido estupradas ou maltratadas enquanto estiveram detidas. Algumas morreram devido às lesões que sofreram. Dezenas de pessoas foram processadas em julgamentos totalmente injustos, realizados em massa e de forma espetaculosa. A maioria foi sentenciada a penas de prisão, mas ao menos seis pessoas foram condenadas à morte.

As violações cometidas em torno das eleições ocorreram em um contexto de severa repressão, o qual persistiu no decorrer de 2009. Suas vítimas incluíam membros de minorias étnicas e religiosas, estudantes, defensores de direitos humanos e proponentes de reformas políticas. As mulheres continuaram enfrentando uma discriminação rigorosa na lei e na prática; pessoas que faziam campanhas pelos direitos das mulheres foram hostilizadas, presas e encarceradas. A tortura e outros maus-tratos a detentos permaneceram disseminados, e ao menos 12 pessoas morreram sob custódia. Impedia-se sistematicamente que os detentos tivessem acesso a advogado, à assistência médica e a seus familiares, sendo que muitos foram submetidos a julgamentos

injustos. O Irã continuou sendo um dos Estados que apresenta as mais altas taxas de execuções e um dos raros que ainda executam pessoas que cometeram crimes quando tinham menos de 18 anos. Foram executadas pelo menos 388 pessoas, inclusive uma por apedrejamento e ao menos cinco menores de idade.

Informações gerais

Persistiu a tensão internacional provocada pelo programa iraniano de enriquecimento de urânio. Em março, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a ampliação de sanções econômicas e políticas. Em setembro, o governo revelou a existência de uma unidade de enriquecimento até então desconhecida.

O Irã continuou a abrigar quase um milhão de refugiados, a maioria do Afeganistão. Eles tinham acesso limitado a serviços sociais e a educação.

Eleições presidenciais – abusos generalizados

As autoridades intensificaram a repressão aos críticos e aos adversários do governo durante os meses que antecederam as eleições presidenciais de 12 de junho, em que o presidente em exercício, Mahmoud Ahmadinejad, foi oficialmente declarado vencedor. Das 474 pessoas que pretendiam disputar a Presidência, somente três tiveram permissão para concorrer. O resultado oficial, declarado em 13 de junho, provocou a eclosão de protestos em massa, quando centenas de milhares de pessoas saíram às ruas. As forças de segurança, principalmente a milícia Basij, foram mobilizadas para reprimir à força as manifestações, sobretudo depois que, em 19 de junho, o Guia Supremo ordenou que as manifestações fossem encerradas. No entanto, continuaram ocorrendo protestos até o fim do ano em datas mais significativas, tais como a do festival religioso da Ashura, em 27 de dezembro. As autoridades interromperam as comunicações por telefonia móvel e internet, inclusive sites de relacionamento social, a fim de impedir a circulação de informações. Jornalistas estrangeiros foram proibidos de cobrir as manifestações, alguns foram expulsos, e funcionários dos órgãos de segurança controlavam o conteúdo dos jornais. As forças de segurança realizaram batidas em campi universitários, ferindo os estudantes. As autoridades acusaram os governos dos Estados Unidos e do Reino Unido de organizarem os distúrbios, o que esses governos negaram.

Todos os três candidatos derrotados denunciaram fraude nas eleições e apresentaram queixas ao órgão responsável por administrar o processo eleitoral. O órgão conduziu uma recontagem parcial dos votos, mas, primariamente, rejeitou as denúncias dos candidatos. No dia 5 de agosto, Mahmoud Ahmadinejad foi empossado para um segundo mandato.

Homicídios ilegais

A milícia Basij e outras forças de segurança empregaram excesso de força contra manifestantes, espancando-os com cassetetes e investindo contra eles com motocicletas a fim de feri-los. As autoridades disseram que 43 pessoas morreram durante os protestos; porém, fontes da oposição afirmaram que o número verdadeiro de mortes passava dos 100. Centenas de pessoas ficaram feridas.

■ Neda Agha Soltan, de 27 anos, foi morta a tiros em uma rua de Teerã, no dia 20 de junho, durante uma manifestação. O momento de sua morte foi capturado em vídeo. O perpetrador foi identificado como sendo membro da milícia Basij, mas as autoridades alegaram que foram os meios de comunicação dos EUA e do Reino Unido que causaram sua morte. A família de Neda Agha Soltan e outras pessoas em luto foram hostilizadas e intimidadas quando participavam de seu funeral.

Prisões e detenções

Depois das eleições e até o final do ano, bem mais de cinco mil pessoas haviam sido detidas. Entre elas estavam políticos da oposição, jornalistas, acadêmicos, estudantes, advogados, ativistas de direitos humanos e oficiais do exército. Pessoas com dupla nacionalidade ou que tinham ligações com os EUA ou com o Reino Unido também foram perseguidas. Algumas foram presas durante as manifestações, outras na sua residência ou no local de trabalho, e outras, ainda, que estavam feridas, foram presas nos hospitais. A maioria, senão todas, foi impedida de ser representada por um advogado. Muitas foram impedidas de ter acesso a seus familiares ou à assistência médica.

Entre os que foram presos, centenas foram soltos dentro de alguns dias ou semanas. No entanto, dezenas de pessoas foram acusadas de delitos vagamente definidos, tais como fomentar uma

"revolução de veludo" ou praticar "atos contrários à segurança nacional". Essas pessoas foram processadas em "julgamentos-espetáculo".

■ Mohammad Ali Abtahi, Mohsen Aminzadeh, Said Hajjarian e pelos menos outras quatro lideranças políticas foram detidas alguns dias após as eleições. Todos eles eram prisioneiros de consciência. Said Hajjarian foi libertado provisoriamente, em outubro, e Mohammad Ali Abtahi em novembro. Mohsen Aminzadeh permanecia sob custódia no fim do ano.

Estupro e outras formas de tortura

Alguns detentos foram levados para o centro de detenção de Kahrizak, no sul de Teerã, onde foram torturados ou sofreram maus-tratos. Kahrizak tornou-se tão famigerado pelos abusos que lá se cometiam que, em julho, o Guia Supremo ordenou que fosse fechado. No fim do ano, 12 agentes prisionais aguardavam ser julgados por um tribunal militar em razão dos abusos cometidos, três deles por homicídio.

Surgiram provas contundentes de que vários detentos, mulheres e homens, foram estuprados ou sofreram maus-tratos enquanto estiveram detidos. Porém, ao invés de investigar completamente as denúncias, as autoridades rapidamente as negaram, hostilizaram as vítimas e fecharam o escritório de um comitê que colhia depoimentos das vítimas.

■ Ebrahim Sharifi, um estudante de 24 anos, testemunhou que, na semana seguinte ao dia em que foi preso, 22 de junho, agentes de segurança o estupraram, o espancaram severamente e simularam executá-lo. Ele tentou mover uma ação judicial, mas teve que se esconder depois de ele e sua família terem sido ameaçados pelos agentes de segurança. No dia 13 de setembro, uma comissão judicial recusou sua denúncia de estupro e acusou-o de forjar a acusação por motivos políticos. Depois disso, ele fugiu do Irã.

■ Mohsen Ruholamini, filho de um assessor do candidato presidencial Mohsen Rezaei, morreu no dia 23 de julho após passar cerca de duas semanas em Kahrizak. O laudo da autópsia constatou que ele havia sofrido um ataque cardíaco e tido sangramento interno, tendo sido golpeado repetidamente com um objeto rígido.

Julgamentos injustos

Julgamentos espetaculosos realizados em massa, envolvendo dezenas de detentos, foram encenados em sessões sucessivas a partir de agosto. Esses julgamentos foram flagrantemente injustos. A maior parte dos detentos, senão todos, não conseguiu ter acesso a advogados. A maioria havia sido detida incomunicável por várias semanas; houve denúncias de que muitos foram torturados ou maltratados antes de serem levados ao tribunal. Embora os julgamentos fossem sigilosos, alguns trechos veiculados pela televisão estatal mostravam os réus fazendo o que pareciam ser 'confissões' forçadas. Mais de 80 pessoas foram condenadas e sentenciadas a penas de prisão de até 15 anos; pelo menos outras seis pessoas foram condenadas à pena de morte.

Defensores dos direitos humanos

Defensores dos direitos humanos, entre os quais ativistas pelos direitos das minorias e das mulheres, além de advogados e sindicalistas, continuaram a ser vítimas de prisões arbitrárias, de hostilidades, de perseguições e de julgamentos injustos no decorrer de todo o ano. Alguns foram proibidos de viajar para o exterior.

■ Em abril, cinco líderes do sindicato dos trabalhadores da usina de cana-de-açúcar Haft Tapeh foram sentenciados a penas de até seis meses de prisão por "propaganda contra o sistema". Eles criticaram suas condições de trabalho quando foram entrevistados por jornalistas estrangeiros em 2008. Os trabalhadores começaram a cumprir suas penas em novembro, depois que elas foram confirmadas em um recurso.

■ Cinco integrantes do Comitê dos Repórteres de Direitos Humanos foram presos em dezembro, enquanto outros estavam sendo procurados por agentes do serviço de informações.

Discriminação contra as mulheres

As mulheres continuaram a enfrentar discriminação na lei, apesar de algumas pequenas melhoras. Ativistas pelos direitos das mulheres, inclusive as que participavam da *Campanha por Igualdade*, que buscava recolher um milhão de assinaturas para acabar com a discriminação estabelecida em lei, foram hostilizadas, detidas, processadas e proibidas de viajar ou de coletar assinaturas em apoio a sua petição.

■ No dia 1º de fevereiro, Alieh Eghdam-Doust, integrante da *Campanha por Igualdade*, começou a cumprir uma pena de três anos de prisão imposta por sua participação em uma manifestação pacífica. Ela foi uma das várias mulheres presas, em junho de 2006, durante um protesto contra as leis discriminatórias, e a primeira a cumprir pena de prisão.

Liberdade de expressão e de associação

As autoridades bloquearam sites que publicavam críticas, principalmente dos blogueiros iranianos, além de bloquear, periodicamente, os sites da imprensa estrangeira que fazia a cobertura do Irã. Em abril, as autoridades alertaram os usuários de SMS (torpedos) que as mensagens seriam "controladas" por uma nova lei de "crimes da internet" introduzida em janeiro. Ademais, fecharam ou mantiveram a proibição a diversos jornais, revistas e outros veículos impressos. Perseguiram jornalistas que faziam críticas, infiltraram e minaram grupos independentes da sociedade civil, tais como a *Sociedade dos Apoiadores dos Direitos Humanos de Isfahan*. Centenas de estudantes sofreram banimentos educacionais por seu ativismo dentro dos campi universitários.

■ Quatro estudantes da Universidade Amir Kabir de Teerã foram presos em suas residências, no dia 24 de fevereiro, por participarem, no dia anterior, de uma manifestação pacífica contra a decisão do governo de enterrar os restos mortais de soldados dentro do campus para, com isso, conceder acesso irrestrito da milícia Basij e de outras forças de segurança ao campus. Outros estudantes também foram presos; até junho, todos eles foram soltos sem acusações.

■ Roxana Saberi, uma jornalista com dupla cidadania estadunidense-iraniana, foi condenada por "colaborar com um Estado hostil" em um julgamento sigiloso perante o Tribunal Revolucionário de Teerã, no dia 18 de abril, depois de ela ter sido presa em 31 de janeiro. Ela foi sentenciada a uma pena de oito anos de prisão; porém, após as críticas recebidas dentro e fora do país, a sentença foi reduzida para uma pena suspensa de dois anos. Ela foi solta no dia 12 de maio e recebeu permissão para deixar o Irã.

■ Dois irmãos, Arash e Kamiar Alaei, ambos médicos, atuantes na área de tratamento e prevenção de HIV/Aids, foram sentenciados, em janeiro, a penas de seis e três anos, respectivamente, por "cooperarem com um governo inimigo". Eles haviam sido julgados de modo sigiloso no dia 31 de dezembro de 2008. Arash e Kamiar não foram informados nem das acusações nem das provas contra eles e não tiveram permissão do tribunal para convocar ou para examinar testemunhas. Ambos eram prisioneiros de consciência, encarcerados em razão do trabalho médico que desenvolviam com os Estados Unidos e com outras instituições internacionais da área médica.

Discriminação

Minorias étnicas

Membros das minorias étnicas do Irã continuaram a enfrentar discriminações, além de serem hostilizados e encarcerados por defenderem maior respeito a direitos sociais e culturais, como o direito à educação em língua materna. Em junho, o governo anunciou que permitiria que alguns cursos do ensino superior fossem ministrados em línguas regionais.

Membros das minorias azerbaijana e árabe-ahwazi foram submetidos à constante repressão. Integrantes da reduzida minoria azerbaijana sunita foram presos, em fevereiro, quando faziam um protesto contra os cortes no fornecimento de água. Membros da minoria curda suspeitos de pertencerem a grupos armados de oposição proscritos foram presos e encarcerados. Alguns foram condenados à pena de morte, sendo que pelo menos um deles foi executado, possivelmente em represália a uma série de ataques contra autoridades ocorridos em setembro na província do Curdistão. Na província do Sistão-Baluchistão, onde vive a minoria balúchi, predominantemente muçulmana sunita, a violência intensificou-se em meio aos choques cada vez mais frequentes entre as forças de segurança e integrantes do Movimento Iraniano de Resistência dos Povos (MIRP), um grupo político armado também conhecido como Jondallah. No dia 18 de outubro, ao menos 42 pessoas, inclusive civis e oficiais superiores da Guarda Revolucionária, foram mortos em um atentado reivindicado pelo MIRP.

■ Em 30 de maio, dois dias após um atentado a bomba do MIRP contra uma mesquita em Zahedan, que matou ao menos 25 pessoas, três homens foram executados em público, próximo à mesquita, por supostamente terem contrabandeado os explosivos para o Irã. Quando aconteceu o ataque, todos os três estavam na prisão por causa de outros atentados.

Minorias religiosas

Integrantes de minorias religiosas, inclusive de algumas não reconhecidas pelo governo, continuaram a sofrer discriminação, hostilidades, prisões arbitrárias e danos à propriedade comunitária. Entre os alvos de perseguição, estavam clérigos muçulmanos sunitas; clérigos xiitas que defendiam a separação entre Estado e religião; membros das comunidades dervixe e Ahl-e Haqq (iarsianismo); membros de uma associação filosófica chamada Al-e Yasin; cristãos e membros da comunidade bahá'í,

que ainda não conseguiam ter acesso à educação superior. Pessoas convertidas do islamismo corriam perigo de sofrer ataques ou de ser processadas por "apostasia", o que é punido com a morte.

■ Maryam Rostampour e Marzieh Amirizadeh Esmaeilabad, ambos convertidos ao cristianismo, foram presos no dia 5 de março, em Teerã, por distribuírem bíblias e por participarem de encontros religiosos. Ambos eram prisioneiros de consciência. Eles foram libertados em novembro, depois de terem sido absolvidos, em outubro, por um Tribunal Revolucionário, da acusação de "agir contra a segurança do Estado"; porém, continuaram sendo processados em um Tribunal Geral por "apostasia" e "proselitismo".

■ Sete bahá'ís, duas mulheres e cinco homens, que haviam sido presos em março e maio de 2008, continuaram encarcerados na Prisão de Evin, em Teerã, sem terem sido julgados. Todos eram acusados de espionar para Israel e de "insultar santidades religiosas e fazer propaganda contra o sistema". Em maio, suas famílias foram informadas de que eles também estavam sendo processados por "corrupção na Terra", algo que pode ser punido com a morte.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos durante o período de detenção provisória permaneceram comuns e foram facilitados pela negação rotineira do acesso dos detentos a advogados e pela impunidade dos agentes que cometem as violações. Os métodos registrados incluíam espancamentos brutais; confinamento em espaços minúsculos; privação de luz, comida e água; e negação sistemática de tratamento médico. Acredita-se que ao menos 12 pessoas tenham morrido sob custódia em 2009, aparentemente em consequência de maus-tratos ou de falta de assistência médica adequada. Não se sabe de nenhuma investigação sobre qualquer denúncia de tortura, com exceção de Kahrizak.

Punições cruéis, desumanas e degradantes

Penas de açoitamento e de amputações judiciais foram impostas e executadas. Em fevereiro, o Supremo Tribunal confirmou uma sentença que consistia em derramar ácido sobre os olhos de um homem que havia cegado uma mulher usando o mesmo líquido.

Pena de morte

O Irã ainda mantinha um dos índices mais altos do mundo de execuções. Pelo menos 388 pessoas foram executadas, inclusive um homem que foi apedrejado até a morte e ao menos cinco menores infratores condenados por crimes que cometeram quando tinham menos de 18 anos. Ao menos 14 pessoas foram executadas em público. Acredita-se que o número total seja maior.

O índice de execuções registradas teve uma alta acelerada no período tumultuado entre as eleições presidenciais de 12 de junho e a data da posse, 5 de agosto. Nesse espaço de tempo, foram registradas 112 execuções; em média mais de duas por dia.

As autoridades realizaram execuções em massa em janeiro, março, julho e agosto, quando um total de 77 pessoas foram executadas.

Pelo menos 11 pessoas foram condenadas à morte por apedrejamento e pelo menos 136 menores infratores continuavam no corredor da morte no fim do ano.

■ Delara Darabi, uma mulher de 22 anos condenada por um crime que ela teria cometido aos 17 anos, foi executada no dia 1º de maio, apesar de uma ordem de suspensão de dois meses expedida pelo chefe do poder Judiciário.

Visitas e relatórios da AI

As autoridades continuaram negando o acesso da Anistia Internacional ao país. Desde pouco depois da Revolução Iraniana de 1979, a organização não recebe permissão para visitar o Irã a fim de conduzir pesquisas sobre direitos humanos.

Iran: Submission to the UN Universal Periodic Review (MDE 13/009/2009)

Human rights in the spotlight on the 30th anniversary of the Islamic revolution, (MDE 13/010/2009)

Iran: Election amid repression of dissent and unrest (MDE 13/053/2009)

Iran: Election contested, repression compounded (MDE 13/123/2009)

IRAQUE

REPÚBLICA DO IRAQUE

Chefe de Estado:	**Jalal Talabani**
Chefe de governo:	**Nuri al-Maliki**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**30,7 milhões**
Expectativa de vida:	**67,8 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**43/38 por mil**
Taxa de alfabetização:	**74,1 por cento**

Forças governamentais e grupos políticos armados continuaram a perpetrar abusos brutais contra os direitos humanos, embora o nível geral de violência tenha sido menor do que em anos anteriores. Milhares de civis foram mortos ou ficaram gravemente feridos em ataques suicidas ou outros atentados à bomba cometidos por grupos políticos armados. O governo e a Força Multinacional liderada pelos Estados Unidos continuaram a manter centenas de pessoas detidas sem acusação, alegando razões de segurança, algumas delas por vários anos; outras centenas foram libertadas. A tortura e outros maus-tratos de detentos pelas forças iraquianas, inclusive por guardas prisionais, continuaram amplamente disseminados e eram cometidos com impunidade. Segundo informes, ao menos 1.100 prisioneiros estavam sentenciados à pena de morte, muitos deles após julgamentos injustos. O governo não revelou nenhuma informação sobre execuções, mas há relatos de que ao menos 120 foram realizadas, algumas, aparentemente, de modo secreto. Ao menos 1,5 milhão de pessoas ainda estavam deslocadas dentro do Iraque e centenas de milhares estavam refugiadas no exterior. Novas violações dos direitos humanos foram denunciadas na região semiautônoma do Curdistão, onde as condições, geralmente, eram muito melhores do que nas demais regiões do Iraque.

Informações gerais

O Acordo sobre o Status da Força (SOFA, na sigla em inglês) entre os governos do Iraque e dos Estados Unidos entrou em vigor em janeiro, fazendo com que as tropas estadunidenses se retirassem das cidades iraquianas até 30 de junho e iniciassem a libertação ou a entrega de detentos para a custódia iraquiana. Os Estados Unidos também transferiram o controle da "Zona Verde" de Bagdá para o governo iraquiano.

A coalizão Estado de Direito, do primeiro-ministro Nuri al-Maliki, obteve o controle de 10 das 14 governadorias, inclusive Bagdá, nas eleições provinciais realizadas no final de janeiro em todas as áreas, exceto em Kirkut e nas três províncias curdas.

O Conselho dos Representantes (parlamento) foi obstruído por divisões, e apenas em novembro chegou a um acordo sobre a nova lei eleitoral. Eleições parlamentares estão programadas para março de 2010.

Apesar da abundância de petróleo no país, milhões de iraquianos enfrentaram o aprofundamento da pobreza em meio ao alto índice de desemprego e à corrupção governamental generalizada. Um alto funcionário do governo disse às Nações Unidas, em outubro, que 5,6 milhões de iraquianos estavam vivendo abaixo da linha da pobreza, um aumento de 35 por cento em comparação com o período anterior à invasão do Iraque, liderada pelos Estados Unidos em 2003.

Abusos cometidos por grupos armados

Grupos políticos armados cometeram abusos brutais contra os direitos humanos, incluindo sequestro, tortura e assassinato. Ataques suicidas à bomba e outros ataques tinham locais públicos como alvo, aparentemente intencionando causar vítimas civis. Muitos ataques foram orquestrados pela Al Qaeda no Iraque e por grupos armados sunitas. A milícia xiita também cometeu abusos, incluindo sequestro, tortura e assassinato. Entre as vítimas estavam membros de minorias étnicas e religiosas, jornalistas, mulheres, homens homossexuais e outros civis.

■ Ao menos 25 homens e adolescentes foram mortos, no primeiro quadrimestre do ano em Bagdá, aparentemente por serem ou aparentarem ser homossexuais, depois que líderes religiosos do distrito predominantemente xiita de Bagdá, Sadr City, incitaram seus seguidores a erradicar a homossexualidade. Acredita-se que os perpetradores eram da milícia armada xiita ou membros da própria família ou da tribo das vítimas. Muitas das vítimas foram sequestradas e torturadas antes de serem assassinadas. Alguns tiveram os corpos mutilados.

■ Em 12 de julho, cinco igrejas cristãs foram bombardeadas em Bagdá, matando quatro civis e ferindo ao menos 21 outros.

■ Em 13 de agosto, pelo menos 20 pessoas foram

mortas em um duplo ataque suicida à bomba na cidade de Sinjar, um reduto de seguidores da religião yazidi.

■ Em 25 de outubro, dois atentados suicidas à bomba mataram ao menos 155 pessoas no centro de Bagdá e feriram mais de 700. Um caminhão-bomba foi detonado perto dos ministérios da Justiça e das Municipalidades; minutos depois, um carro-bomba explodiu em frente ao edifício da Governadoria de Bagdá.

Detenções

Em 1º de janeiro, a Força Multinacional mantinha mais de 15 mil pessoas detidas, a maioria sem acusações, no campo Cropper e em outras prisões. Esse total foi reduzido para 6.466 no início de dezembro, a fim de se adequar ao Acordo sobre o Status da Força, o qual previa que a Força Multinacional libertasse ou transferisse os detentos para a custódia iraquiana. Cerca de 7.499 prisioneiros foram libertados depois que um comitê composto por representantes de vários ministérios iraquianos reviu seus casos, e depois de eles terem sido interrogados por agentes de segurança. Pelo menos outros 1.441, incluindo alguns estrangeiros, tiveram mandados de prisão ou ordens de detenção contra eles expedidas pelas autoridades judiciais iraquianas e foram transferidos para a detenção iraquiana.

Em setembro, o grande campo administrado pela Força Multinacional, o campo Bucca, perto de Um Qasr, no sul do Iraque, foi fechado. Seus internos foram libertados, transferidos para a custódia iraquiana ou transladados para os dois últimos centros de detenção da Força Multinacional – o campo Cropper, onde a maioria dos antigos membros detidos da alta hierarquia do partido Baath permanece reclusa; e o campo Taji, no norte do Iraque.

■ Em 8 de abril, um tribunal do distrito al-Karkh de Bagdá decidiu que não havia provas suficientes contra Kadhum Ridha al-Sarraj e ordenou sua libertação. No entanto, ele não foi solto pela Força Multinacional até 7 de outubro. Ele havia sido preso em 15 de setembro de 2008, no aeroporto internacional de Erbil, entregue à Força Multinacional e detido sem acusação no Campo Cropper, aparentemente porque sua pesquisa médica o levou a ser suspeito de fabricação de bombas.

Pena de morte

Ao menos 391 pessoas foram sentenciadas à morte, elevando o total de condenados à pena capital para, no mínimo, 1.100; desses, ao menos 900 esgotaram todas as possibilidades de recursos legais. Pelo menos 120 execuções foram realizadas, mas o número real pode ser superior, já que as autoridades revelam pouca informação sobre execuções e, segundo informações, algumas foram realizadas secretamente.

A maioria das sentenças foi imposta depois de julgamentos injustos, geralmente por envolvimento em ataques armados, assassinatos e outros atos de violência. Réus frequentemente queixaram-se de que as 'confissões' aceitas como prova contra eles foram obtidas mediante tortura, quando eles eram interrogados enquanto mantidos incomunicáveis em prisão provisória, e que não puderam escolher seus advogados de defesa. Em alguns casos, essas 'confissões' foram transmitidas pela televisão.

■ Em 10 de junho, 18 homens e uma mulher foram enforcados na prisão de al-Kadhimiya, em Bagdá. As execuções não foram anunciadas oficialmente.

Julgamentos de ex-autoridades

O Supremo Tribunal Penal Iraquiano continuou a processar ex-autoridades e pessoas associadas ao ex-presidente Saddam Hussein, executado em 30 de dezembro de 2006 por crimes de guerra, crimes contra a humanidade e outros crimes. O tribunal, cuja independência e imparcialidade têm sido maculadas por interferência política, impôs várias penas de morte. No final de outubro, mais de 50 membros do parlamento solicitaram que a corte fosse apartada do Conselho de Ministros chefiado pelo Primeiro-Ministro e ficasse subordinada apenas ao Supremo Conselho de Justiça. Eles também pediram que a competência do Supremo Tribunal Penal Iraquiano fosse ampliada para abranger crimes cometidos por civis e por militares após 1º de maio de 2003.

■ Watban Ibrahm al-Hassan e Sabawi Ibrahim al-Hassan, ambos meios-irmãos do ex-presidente Saddam Hussein – respectivamente, ex-ministro do Interior e ex-chefe do Serviço de Informações –, foram sentenciados à morte em 11 de março por crimes contra a humanidade. O ex-primeiro-ministro adjunto Tariq Aziz foi sentenciado a 15 anos de prisão, assim como Ali Hassan al-Majid, que já havia sido condenado

à morte em outros três processos. Os quatro estavam entre as oito pessoas julgadas pelo assassinato, em 1992, de 42 comerciantes de Bagdá que haviam sido acusados de extorsão quando o país foi submetido a sanções econômicas pela ONU. Três outros réus receberam sentenças que variavam entre seis anos de reclusão e prisão perpétua; um homem foi absolvido.

Violações de direitos humanos cometidas pelas forças de segurança iraquianas

As forças de segurança iraquianas cometeram violações brutais dos direitos humanos, como execuções extrajudiciais, tortura e outros maus-tratos e detenções arbitrárias, e o fizeram com grande impunidade. Prisioneiros foram mantidos em presídios e centros de detenção superlotados, onde sofreram abusos de interrogadores e de guardas prisionais. Os métodos de tortura relatados incluíam espancamento com cabos e com mangueiras, suspensão pelos membros por períodos prolongados, aplicação de choques elétricos nos genitais e em outras áreas sensíveis, fratura de membros, remoção das unhas dos pés com alicates, e perfuração do corpo com furadeiras. Consta que alguns prisioneiros foram estuprados.

■ Em junho, um organismo de direitos humanos afiliado à governadoria de Diwaniya, no sul do Iraque, acusou as forças de segurança de torturarem detentos para extrair 'confissões'. Posteriormente, investigadores do Ministério do Interior relataram que 10 dos 170 prisioneiros do presídio de Diwaniya apresentavam lesões que poderiam ter sido causadas por tortura ou por outros maus-tratos. Um vídeo, aparentemente gravado por um guarda prisional, mostrava um prisioneiro deitado com as mãos amarradas às costas, sendo espancado por guardas e submetido a choques elétricos até perder a consciência. Era possível ouvir um guarda dizendo "Ele está acabado".

Violação de direitos humanos cometidas pelas forças estadunidenses

As forças estadunidenses cometeram graves violações dos direitos humanos, inclusive mortes ilegais de civis. Os tribunais militares dos Estados Unidos examinaram vários processos envolvendo soldados acusados de crimes cometidos no Iraque em anos anteriores.

■ Em 1º de janeiro, as tropas estadunidenses atiraram e feriram gravemente Hadil Emad, uma editora da emissora de TV *Biladi*, quando ela estava perto de um posto de checagem em Karrada, Bagdá. Os militares estadunidenses disseram que as tropas atiraram em uma mulher que "agiu de forma suspeita e não respondeu às advertências".

■ Em 16 de setembro, soldados estadunidenses que patrulhavam o centro de Falluja mataram a tiros Ahmed Katif, que seria portador de doença mental, aparentemente depois que ele os insultou e jogou um sapato contra eles. Autoridades estadunidenses disseram que ele foi alvejado porque as tropas suspeitaram de um ataque com granada.

■ Em 21 de maio, o ex-soldado estadunidense Steven Dale Green foi sentenciado à prisão perpétua por uma corte nos Estados Unidos pelo estupro e pelo assassinato de Abeer al-Janabi, uma adolescente de 14 anos, assim como pelo assassinato de sua mãe, de seu pai e de sua irmã de 6 anos, em março de 2006. Outros três ex-soldados foram sentenciados à prisão perpétua no mesmo caso.

Violência contra mulheres

As mulheres continuaram e enfrentar altos níveis de discriminação e de violência. Algumas foram atacadas na rua por homens armados ou receberam ameaças de morte de homens que as acusavam de não aderirem ao rígido código moral islâmico. Em maio, detentas do presídio feminino de Kadhimiya disseram a membros do comitê parlamentar de direitos humanos que haviam sido estupradas na prisão ou quando estavam detidas em outros locais. O governo ofereceu pouca proteção contra a violência familiar e social.

■ Safa Abd al-Amir al-Khafaji, diretora de uma escola para meninas no distrito de al-Ghadir, em Bagdá, foi gravemente ferida a tiros por pistoleiros não identificados. Isso ocorreu no dia 12 de novembro logo após ela ter anunciado que concorreria às eleições como candidata do Partido Comunista do Iraque.

Refugiados e deslocados internos

Centenas de milhares de iraquianos estavam refugiados na Síria, na Jordânia, no Líbano, na Turquia e em outros países e pelo menos outros 1,5 milhão estavam deslocados dentro do próprio Iraque, embora cerca de 200 mil tenham retornado para suas casas em 2009, muitos devido à percepção de que as condições de segurança haviam melhorado.

No entanto, eles enfrentaram grandes desafios: muitos descobriram que seus lares haviam sido destruídos ou ocupados por outras pessoas e tiveram dificuldade para obter suprimentos adequados de comida, água e energia.

Campo Ashraf

Depois de meses de crescente tensão, as forças de segurança iraquianas entraram à força e assumiram o controle do campo Ashraf, na governadoria de Diyala, em 28 e 29 de julho. O campo, que abriga aproximadamente 3.400 membros ou simpatizantes da Organização Mujahedin do Povo do Irã, um grupo de oposição iraniano, estava sob controle militar dos Estados Unidos desde 2003, antes do Acordo sobre o Status da Força. Gravações em vídeo mostram as forças de segurança iraquianas investindo com veículos militares propositalmente sobre a multidão de residentes do campo que fazia um protesto. As forças de segurança também utilizaram munição real, aparentemente matando ao menos nove residentes do campo. Além disso, detiveram outros 36 moradores que foram torturados. Os 36 foram levados para a delegacia de polícia de Al-Khalis em Diyala, onde organizaram uma greve de fome e depois foram levados para Bagdá, apesar de repetidas ordens judiciais para sua libertação. Em outubro, depois de uma campanha internacional, eles foram soltos e receberam permissão de retornar ao campo Ashraf. Entretanto, segundo informações, o governo continuava insistindo para que os residentes do campo se mudassem para outro local no sul do Iraque – apesar do receio de que lá estariam menos seguros – e teria determinado o dia 15 de dezembro como prazo final para sua mudança ou realocação forçada. Até o fim do ano, os moradores do campo ainda não haviam mudado de local.

Região do Curdistão

Em 25 de julho, foram realizadas eleições presidenciais e parlamentares para o semiautônomo Governo Regional do Curdistão. Masoud Barzani foi reeleito como presidente do Governo Regional do Curdistão. A Lista do Curdistão, que inclui o Partido Democrático do Curdistão (KDP) e a União Patriótica do Curdistão (PUK), manteve ampla maioria no parlamento do Curdistão. A Lista de Mudança, maior coalizão opositora, conquistou 25 das 111 cadeiras.

Em abril, o primeiro-ministro do Governo Regional do Curdistão, Nechirvan Barzani, disse a delegados da Anistia Internacional em visita à região que ele havia, pessoalmente, instruído as forças de segurança *Asayish* e os demais organismos encarregados de fazer cumprir a lei a obedecerem as salvaguardas de direitos humanos recomendadas pela organização. Ele disse que estava tomando medidas para a total prestação de contas da *Asayish*. O primeiro-ministro também detalhou medidas que estavam sendo adotadas para combater os chamados crimes de honra e outros tipos de violência contra as mulheres. Apesar disso e da contínua melhora na situação dos direitos humanos no Curdistão, foram relatados casos de prisão e de detenção arbitrárias, assim como denúncias de tortura e de outros maus-tratos, especialmente pela *Parastin* e pela *Zanyari*, respectivamente, braços de segurança do Partido Democrático do Curdistão e da União Patriótica do Curdistão. Ativistas do Movimento da Lista de Mudança e jornalistas independentes foram submetidos a ameaças, a intimidações e, em alguns casos, a violência por criticarem o Governo Regional do Curdistão ou as autoridades desse governo.

Detenções arbitrárias

Ao menos nove detentos presos anteriormente continuaram encarcerados sem acusação nem julgamento.

■ Walid Yunis Ahmed, membro da minoria turcomana, preso em fevereiro de 2000, passou seu nono ano detido sem julgamento. Segundo informações, ele teria sido torturado após sua detenção e, em 2009, foi mantido em confinamento solitário na prisão de Erbil.

Liberdade de imprensa

Apesar da introdução de uma lei de imprensa mais liberal em 2008, jornalistas que trabalhavam para meios de comunicação independentes foram assediados com o que aparentavam ser processos criminais politicamente motivados. Alguns foram agredidos fisicamente por homens à paisana que, se acredita, estariam conectados à *Parastin* e à *Zanyari*.

■ Em outubro, Nabaz Goran, editor da revista independente *Jihan*, foi atacado por três homens não identificados em frente ao escritório da publicação, em Erbil.

Violência contra as mulheres

Continuaram a ser relatados níveis elevados de violência contra a mulher, inclusive casos de mulheres que foram assassinadas por parentes.

■ Em outubro, o corpo de Jian Ali Abdel Qader foi

encontrado próximo a sua casa, no vilarejo de Qadafari, em Sulaimaniya. Segundo consta, ela já havia sido submetida à violência nas mãos de seus familiares e, no mês de julho, buscou refúgio em um abrigo em Sulaimaniya. No entanto, ela voltou para casa após receber garantias de que estaria segura. Seus familiares, inclusive seu pai, foram detidos em conexão com seu assassinato.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a região do Curdistão, no Iraque, em abril/maio.

Trapped by violence: Women in Iraq (MDE 14/005/2009)

£Hope and fear: Human rights in the Kurdistan region of Iraq (MDE 14/006/2009)

A thousand people face the death penalty in Iraq (MDE 14/020/2009)

Iraq: Submission to the UN Universal Periodic Review (MDE 14/022/2009)

ISRAEL E TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS (TPO)

ESTADO DE ISRAEL

Chefe de Estado:	**Shimon Peres**
Chefe de governo:	**Binyamin Netanyahu (sucedeu a Ehud Olmert em março)**
Pena de morte:	**abolicionista para crimes comuns**
População:	**7,2 milhões (Israel); 4,3 milhões (TPO)**
Expectativa de vida:	**80,7 anos (Israel); 73,3 anos (TPO)**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**6/5 por mil (Israel); 23/18 por mil (TPO)**
Taxa de alfabetização:	**97,1 por cento (Israel); 93,8 por cento (TPO)**

As forças de Israel cometeram crimes de guerra e outras violações graves do direito internacional na Faixa de Gaza, durante uma ofensiva militar de 22 dias, denominada Operação "Chumbo Fundido", que terminou em 18 de janeiro. Entre outras coisas, as forças israelenses efetuaram ataques indiscriminados e desproporcionais contra civis, visaram e mataram trabalhadores da área médica, usaram civis palestinos como 'escudos humanos', e lançaram, indiscriminadamente, fósforo branco sobre áreas residenciais densamente povoadas. Mais de 1.380 palestinos, inclusive 330 crianças e centenas de civis, foram mortos. A maior parte da Faixa de Gaza ficou arrasada, com sua infraestrutura vital destruída, com a economia em ruínas e com milhares de palestinos desabrigados.

Durante todo o ano de 2009, as forças israelenses continuaram a impor severas restrições à circulação dos palestinos nos Territórios Palestinos Ocupados (TPO), obstruindo o acesso a suas terras e a serviços essenciais. As restrições incluíam o bloqueio militar da Faixa de Gaza, que efetivamente aprisionou seus 1,5 milhão de moradores e resultou numa crise humanitária. Mesmo diante dessa situação, Israel, muitas vezes, impediu que ajuda internacional ou assistência humanitária entrassem em Gaza. A permissão para sair de Gaza a fim de receber tratamento médico foi negada ou postergada para centenas de palestinos que se encontravam gravemente enfermos. Pelo menos 28 pessoas morreram enquanto aguardavam permissão para viajar. As forças israelenses seguiram desalojando os palestinos à força, demolindo suas casas e desapropriando suas terras na Cisjordânia ocupada, inclusive em Jerusalém Oriental. Enquanto isso, permitiam a expansão ilegal de assentamentos israelenses em terras palestinas confiscadas.

No decorrer de todo o ano, as forças israelenses usaram a força de modo excessivo e, às vezes, letal contra civis palestinos. Denúncias de maus-tratos contra detentos palestinos prosseguiram e raramente eram investigadas. Centenas de pessoas foram detidas administrativamente sem acusações; outras cumpriam penas que foram impostas após julgamentos militares injustos. Soldados e colonos israelenses que cometiam sérios abusos contra os direitos humanos dos palestinos praticamente gozavam de impunidade.

Informações gerais

As eleições parlamentares israelenses, ocorridas em fevereiro, marcaram o crescimento do apoio a partidos de direita e a formação de uma coalizão governamental que incluía o Partido Trabalhista, o

Partido Likud, de direita, e o partido Israel Beitenu, de extrema-direita.

O governo dos Estados Unidos reiterou os pedidos para que Israel parasse com a construção de colônias, como um passo inicial para restabelecer o processo de paz. No entanto, esses pedidos foram ignorados.

Operação "Chumbo Fundido"

A ofensiva militar israelense de 22 dias contra a Faixa de Gaza, lançada sem aviso prévio, foi justificada com o propósito de acabar com os ataques de foguetes disparados por facções armadas afiliadas ao Hamas e a outros grupos palestinos contra o território israelense. A ofensiva matou mais de 1.380 palestinos e feriu aproximadamente cinco mil, muitos deles gravemente. Entre os feridos, havia mais de 1.800 crianças. Milhares de residências, de pequenos negócios e de edifícios públicos civis foram destruídos. Bairros inteiros foram arrasados. Os sistemas de abastecimento de água, de energia e de saneamento foram criticamente prejudicados, assim como outras infraestruturas vitais. Grandes porções de terras cultivadas e muitos imóveis comerciais e industriais foram destruídos. A maior parte da devastação ocorreu de modo gratuito e intencional e não poderia ser justificada por conta de necessidades militares. Treze israelenses foram mortos durante os combates, entre eles, três civis atingidos por foguetes e morteiros disparados por grupos armados palestinos contra o sul de Israel (veja a seção sobre a Autoridade Palestina).

Antes e durante a Operação "Chumbo Fundido", o exército israelense se recusou a permitir que observadores independentes, jornalistas, monitores de direitos humanos e trabalhadores humanitários entrassem em Gaza, o que, efetivamente, isolou Gaza do mundo exterior. As autoridades também se recusaram a cooperar com uma investigação conduzida pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH).

O relatório do CDH, publicado em setembro e conhecido como relatório Goldstone, acusava tanto Israel quanto o Hamas de crimes de guerra e, possivelmente, de crimes contra a humanidade em Gaza e no sul de Israel. O documento recomendava que os indivíduos responsáveis por crimes de guerra fossem levados à Justiça.

Embora tenha havido investigações internas, as autoridades israelenses não iniciaram nenhuma investigação independente ou imparcial sobre a conduta de suas forças durante a Operação "Chumbo Fundido".

Homicídios ilegais

Centenas de civis foram mortos em ataques israelenses que empregavam munições de longo alcance e de alta precisão disparadas de aeronaves de combate, de helicópteros e de aviões não tripulados (*drones*) ou de tanques posicionados a vários quilômetros de seus alvos. As vítimas não foram apanhadas em meio ao fogo cruzado nem protegendo militantes; foram mortas em suas casas enquanto dormiam, brincavam ou cumpriam suas tarefas diárias. Alguns civis, inclusive crianças, foram alvejados a curta distância quando não apresentavam ameaça à vida dos soldados israelenses. Paramédicos e ambulâncias foram repetidamente atacados enquanto resgatavam feridos, o que resultou em várias mortes.

Um grande número de civis foi morto e ferido por armamentos menos precisos, tais como morteiros e granadas de artilharia, além de *flechetes* (dardos acondicionados dentro de bombas) disparados de tanques.

Fósforo branco foi lançado repetidamente e de modo indiscriminado sobre áreas residenciais densamente habitadas, matando e ferindo civis, e também destruindo suas propriedades.

Muitos desses ataques infringiram o direito internacional, pois foram desproporcionais e indiscriminados, visando diretamente a civis e a objetos civis, inclusive trabalhadores e veículos médicos. Não foram tomadas precauções razoáveis para minimizar os riscos contra os civis, nem para permitir a circulação e o acesso oportuno de pessoal e de veículos médicos e de resgate.

■ Em 4 de janeiro, Sa'adallah Matar Abu Halima e quatro de seus filhos foram mortos em um ataque com fósforo branco que atingiu sua casa em Sayafa, noroeste de Gaza. Sua esposa, Sabah, sofreu queimaduras graves e relatou à Anistia Internacional que testemunhou sua filha Shahed, ainda bebê, dissolver-se em seus braços. Logo após o ataque, soldados israelenses mataram, com tiros disparados a curta distância, os primos Matar e Muhammad Abu Halima quando eles tentavam levar seus familiares queimados para o hospital.

■ Na noite de 6 de janeiro, 22 membros da família al-Daya, a maioria mulheres e crianças, foram mortos

quando um caça F-16 israelense bombardeou sua casa no distrito de al-Zaytoun, na cidade de Gaza.

Ataques contra alvos civis

As forças israelenses atacaram hospitais, trabalhadores médicos e ambulâncias, além de instalações humanitárias, inclusive edifícios da Agência das Nações Unidas de Socorro e Trabalho para os Refugiados da Palestina no Oriente Próximo (UNRWA). Pelo menos 15 dos 27 hospitais de Gaza foram avariados, alguns criticamente; cerca de 30 ambulâncias foram atingidas e 16 trabalhadores da saúde foram mortos. A Anistia Internacional não encontrou qualquer evidência de que o Hamas ou militantes armados tenham usado hospitais como esconderijo ou como base de ataque, e as autoridades israelenses não apresentaram provas que corroborassem essas alegações.

■ Três paramédicos – Anas Fadhel Na'im, Yaser Kamal Shbeir e Raf'at Abd al-'Al – foram mortos por um míssil israelense, na cidade de Gaza, em 4 de janeiro, quando caminhavam ao encontro de dois feridos. Um menino de 12 anos, Omar Ahmad al-Barade'e, que conduzia os paramédicos, também foi morto.

■ Por volta das 6 horas da manhã de 17 de janeiro, uma bomba de fósforo branco explodiu em uma escola primária da UNRWA em Beit Lahia, onde mais de 1.500 pessoas estavam abrigadas. Duas crianças – Muhammad al-Ashqar e seu irmão Bilal – de cinco e sete anos respectivamente, foram mortas. Mais de uma dezena de outros civis que estavam abrigados na escola ficaram feridos.

Uso de civis como 'escudos humanos'

Em diversas ocasiões, soldados israelenses usaram civis, inclusive crianças, como 'escudos humanos' durante operações militares, ou então os obrigaram a desempenhar tarefas perigosas. Além disso, os soldados se posicionavam próximos a casas que estavam desabitadas para lançar seus ataques.

■ Por dois dias, desde 5 de janeiro, as forças israelenses usaram Yousef Abu Ida, sua esposa Leila e seus nove filhos como 'escudos humanos' dentro de sua própria residência em Hay al-Salam, leste de Jabalia, enquanto a casa era utilizada como base militar. Depois disso, obrigaram a família a sair e destruíram a casa.

Obstrução de ajuda humanitária

As forças israelenses obstruíram ou impediram, deliberadamente, a prestação de assistência humanitária e de socorro de emergência. Ademais, atacaram centros de distribuição e comboios humanitários, assim como trabalhadores médicos, fazendo com que a UNRWA e o Comitê Internacional da Cruz Vermelha tivessem que restringir suas operações em Gaza durante a ofensiva.

■ Diversos membros da família Al-Sammouni morreram devido à forte hemorragia que tiveram de suportar por vários dias, dentro de sua casa, no bairro al-Zaytoun, na cidade de Gaza, após um ataque efetuado em 5 de janeiro. Isso aconteceu porque o exército israelense não permitiu que as ambulâncias ou qualquer outra pessoa fossem resgatá-los. As crianças passaram três dias sem água nem comida ao lado dos corpos de seus parentes mortos. Ao todo, 29 membros da família Al-Sammouni faleceram.

Bloqueio a Gaza – crise humanitária

O contínuo bloqueio militar israelense sobre Gaza, que vigora desde junho de 2007, aprofundou a permanente crise humanitária. O desemprego em massa, a pobreza extrema, a insegurança alimentar e a alta nos preços dos alimentos causada pela escassez fizeram com que quatro em cada cinco palestinos se tornassem dependentes de ajuda humanitária. A extensão dos bloqueios e as declarações de autoridades israelenses sobre seus objetivos mostraram que os bloqueios estavam sendo impostos como uma forma de punição coletiva dos habitantes de Gaza, uma violação flagrante do direito internacional.

A Operação "Chumbo Fundido" lançou a crise a níveis catastróficos. Concluída a operação, o bloqueio dificultou ou impediu os esforços de reconstrução. Como consequência, houve uma deterioração ainda maior dos serviços de água e de saneamento; ocorreram mais cortes de energia, provocando problemas sérios no calor do verão e prejudicando instituições públicas e de saúde; aumentaram os desafios para um sistema de saúde já sobrecarregado, que se defronta com unidades avariadas e com o crescimento da demanda; além disso, as chances de recuperação econômica diminuíram ou desapareceram. Israel continuou a proibir que agricultores tivessem acesso a suas terras a mais de 500 metros da fronteira entre Gaza e Israel e continuou a banir a pesca além de três milhas marítimas da costa.

Entre os que ficaram encurralados em Gaza, estavam pessoas com enfermidades graves que

necessitavam de tratamento médico fora de Gaza, além de estudantes e trabalhadores que precisavam viajar para manter suas vagas nas universidades ou seus trabalhos na Cisjordânia ou no exterior.

■ Samir al-Nadim faleceu no dia 1º de novembro, depois que sua saída de Gaza para fazer uma cirurgia cardíaca foi postergada por 22 dias. Quando as autoridades israelenses permitiram que ele saísse, no dia 29 de outubro, ele estava inconsciente e respirava com a ajuda de aparelhos. Ele morreu por insuficiência cardíaca em um hospital de Nablus, na Cisjordânia.

Restrições na Cisjordânia

A cerca/muro israelense de 700 km na Cisjordânia – que separa muitos palestinos de suas terras, de seu trabalho e de seus parentes – somada aos prolongados toques de recolher, aos cerca de 600 postos de controle israelenses, às barreiras rodoviárias e a outros obstáculos impedidores, continuou minando a capacidade de os palestinos acessarem serviços básicos, inclusive de saúde e de educação.

Direito à água

Israel seguiu negando aos palestinos dos TPO o acesso justo a um suprimento adequado de água potável, prejudicando o desenvolvimento econômico e social e ameaçando a saúde da população, o que infringe suas responsabilidades como poder ocupante. O consumo de água dos palestinos mal chegava a 70 litros diários por pessoa – muito abaixo do mínimo diário de 100 litros recomendado pela OMS. O consumo diário per capita dos israelenses era quatro vezes maior. O exército de Israel repetidamente destruía as cisternas para coleta de água da chuva usadas pelos palestinos da Cisjordânia, argumentando que haviam sido construídas sem permissão.

Expulsões forçadas

As forças israelenses despejaram palestinos à força e demoliram suas casas, principalmente em Jerusalém Oriental, argumentando que as construções não tinham autorização. Tais autorizações são sistematicamente negadas aos palestinos. Ao mesmo tempo, permitia-se que as colônias israelenses se expandissem sobre terras confiscadas ilegalmente dos palestinos. A população beduína de Negev também foi alvo de despejos forçados.

Uso excessivo da força

As forças de Israel usaram a força de modo excessivo contra civis palestinos, causando muitos ferimentos e algumas mortes. Gás lacrimogêneo, balas de metal revestidas de borracha e munições reais foram usadas frequentemente quando não havia ameaças sérias contra as forças de segurança ou contra outras pessoas..

■ No dia 17 de abril, Bassem Abu Rahmeh foi atingido por uma bomba de gás lacrimogêneo em alta velocidade, provocando uma hemorragia interna que o matou rapidamente. Ele participava de uma manifestação semanal, no vilarejo de Bil'in, contra a cerca/muro que separa essa localidade da maioria de suas terras cultiváveis. Imagens capturadas em vídeo mostram que Bassem Abu Rahmeh estava desarmado e não apresentava ameaça. O exército israelense disse que estava investigando sua morte.

Sistema de justiça militar

Detenções sem julgamento

O número de palestinos mantidos em prisões israelenses sem acusação nem julgamento baixou de 564, em janeiro, para 278 em dezembro.

■ Hamdi Al-Ta'mari, um estudante palestino preso em 18 de dezembro de 2008, quando tinha 16 anos, permaneceu sob detenção administrativa, sem nenhuma acusação formalizada contra ele, na prisão de Ofer, próximo a Ramallah, na Cisjordânia, até que fosse libertado em 14 de dezembro. Ele foi preso em sua casa, em Belém, sob a mira das armas de soldados israelenses que, segundo sua família, o chutaram, o espancaram e o agrediram de outras maneiras durante a prisão.

Julgamentos injustos

Os palestinos que vivem nos TPO, inclusive menores de idade, continuaram a ser interrogados sem a presença de advogado e a ser julgados em tribunais militares em vez de em civis, onde seu direito a um julgamento justo ainda era violado de outras maneiras.

Condições prisionais – proibição de visitas familiares

Aproximadamente 900 prisioneiros palestinos continuaram proibidos de receber visitas de suas famílias, alguns pelo terceiro ano consecutivo, porque os moradores de Gaza não têm permissão para viajar a Israel desde que o bloqueio foi imposto.

Tortura e outros maus-tratos

Prosseguiram as denúncias de tortura e de outros maus-tratos de palestinos nas mãos do serviço de segurança interna de Israel (*Shin Bet*). Segundo informações, os métodos utilizados incluíam espancamentos, privação de sono e períodos prolongados em posições estressantes. O direito interno israelense mantém a noção de que a 'necessidade' possa ser uma justificativa possível para a tortura.

Impunidade

A impunidade continuou sendo a regra para soldados, policiais e outras forças de segurança, assim como para os colonos israelenses, que cometiam abusos graves contra os direitos humanos dos palestinos, inclusive mortes ilegais. A violência dos colonos contra os palestinos se manifestou através de espancamentos, de apedrejamentos e de danos a suas plantações e propriedades. Nos raros casos em que agentes de segurança de Israel foram condenados, as penas eram extremamente leves.

■ Em junho, a procuradoria pública suspendeu o indiciamento de Ze'ev Braude, morador da colônia de Kiryat Arba, em Hebron, apesar de, no dia 4 de dezembro de 2008, ele ter sido filmado atirando contra dois palestinos, Hosni Matriya e seu pai de 67 anos, Abed al-Hai, ferindo-os gravemente.

Prisioneiros de consciência – objetores de consciência israelenses

Pelo menos seis objetores de consciência israelenses foram encarcerados, em 2009, por se recusarem a servir o exército de Israel, pois se opunham à ocupação militar dos Territórios Palestinos ou às ações do exército em Gaza. As ONGs que apoiam esses objetores foram cada vez mais hostilizadas.

■ Em 29 de outubro, Or Ben David recebeu sua primeira pena de prisão de 20 dias quando se recusou a servir o exército. No fim do ano, quando duas novas penas lhe foram impostas, ela voltou à prisão.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram Israel e os TPO em janeiro, fevereiro, junho, julho, outubro e novembro.

Israel/OPT: The conflict in Gaza: A briefing on applicable law, investigations and accountability (MDE 15/007/2009)

Israel/OPT: Fuelling conflict – foreign arms supplies to Israel/Gaza (MDE 15/012/2009)

Israel/Gaza: Operation "Cast Lead": 22 days of death and destruction (MDE 15/015/2009)

Israel/Occupied Palestinian Territories: Urgent steps needed to address UN Committee against Torture's concerns (MDE 15/019/2009)

Troubled waters: Palestinians denied fair access to water (MDE 15/027/2009)

ITÁLIA

REPÚBLICA ITALIANA

Chefe de Estado:	**Giorgio Napolitano**
Chefe de governo:	**Silvio Berlusconi**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**59,9 milhões**
Expectativa de vida:	**81,1 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**5/4 por mil**
Taxa de alfabetização:	**98,9 por cento**

Expulsões forçadas ilegais de comunidades romanis prosseguiram durante todo o ano. As iniciativas tomadas pelas autoridades para controlar a imigração puseram em risco os direitos de imigrantes e de requerentes de asilo. A Itália continuou a deportar pessoas para lugares em que elas corriam risco de sofrer abusos de direitos humanos. Agentes italianos e estadunidenses foram condenados por sua participação no programa de transferências extrajudiciais liderado pelos EUA (prática conhecida em inglês como *renditions*: a transferência ilegal de suspeitos de terrorismo entre diferentes países). Houve registros de mortes sob custódia e continuaram a surgir denúncias de tortura e de outros maus-tratos cometidos por agentes policiais.

Discriminação

Os romanis (ciganos) continuaram a ver negado o seu acesso igualitário à educação, à moradia, à assistência médica e ao emprego. As autoridades introduziram uma nova legislação que poderia resultar em atividades discriminatórias.

Romanis – despejos forçados

Despejos forçados ilegais de romanis agravaram sua situação de pobreza. Tanto os romanis com cidadania italiana, quanto os da UE ou de outras nacionalidades sofreram os efeitos adversos dos despejos.

■ Em 31 de março, as autoridades de Milão despejaram à força uma comunidade de aproximadamente 150 romanis que vivia embaixo do viaduto Bacula, no norte da cidade. Somente quatro famílias, cerca de 30 pessoas, receberam acomodações alternativas adequadas. A maioria dos romanis que viviam no acampamento de Bacula já havia sido despejada à força de outros acampamentos de Milão em 2008.

■ Em 11 de novembro, autoridades municipais despejaram à força uma comunidade de aproximadamente 350 romanis do acampamento de Via Centocelle, em Roma. Todos os abrigos da comunidade foram destruídos e o município ofereceu abrigos para permanência de curto prazo a cerca de 70 pessoas. Os membros da comunidade não foram notificados do despejo, em contravenção à legislação nacional, segundo a qual as autoridades devem notificar a cada um dos indivíduos ou, senão, publicar uma ordem ou notícia. Uma vez que a ordem não foi assim formalizada, a comunidade não pôde contestá-la nos tribunais, a fim de impedir ou de adiar o despejo.

Desenvolvimentos legais

Em agosto, uma nova legislação (Lei 94/2009), parte do chamado "pacote de segurança", habilitava as autoridades locais a permitirem que associações de civis desarmados, não pertencentes às forças de segurança estatais ou locais, patrulhassem a área do município. Nos últimos anos, ocorreram ataques documentados de grupos auto-organizados contra romanis e imigrantes. A implementação dessa disposição pode resultar em discriminação e vigilantismo.

Direitos dos imigrantes e dos requerentes de asilo

Em janeiro, a Itália foi criticada pelo Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenções Arbitrárias devido à maneira com que imigrantes e requerentes de asilo, inclusive menores, eram rotineiramente detidos: sem nenhuma consideração individual sobre se sua detenção era necessária e, frequentemente, sem nenhuma fundamentação no direito nacional. Requerentes de asilo eram proibidos de sair dos centros de recepção em que ficavam detidos até que recebessem uma confirmação formal da submissão de seu pedido de asilo; as formalidades de registro podiam levar até um mês para serem completadas. Persistiram as expulsões forçadas, sem que se levasse em conta circunstâncias e necessidades de proteção individual.

Desenvolvimentos legais

Uma nova legislação adotada como parte do chamado "pacote de segurança" (ver acima) criava o delito penal de "imigração clandestina". Os procedimentos criminais contra requerentes de asilo por entrarem ilegalmente no país somente seriam suspensos quando um pedido de proteção internacional fosse ajuizado, sendo extintos apenas quando essa proteção fosse efetivamente concedida.

Temia-se que a nova lei pudesse impedir imigrantes irregulares de ter acesso à educação, à assistência médica e à proteção dos agentes da lei contra crimes. Os imigrantes teriam medo de serem denunciados à polícia, sobretudo em vista de disposições existentes no código penal que obrigam os funcionários públicos (como professores e servidores municipais, inclusive pessoas responsáveis por emitir documentos de identidade) a denunciarem qualquer infração penal à polícia ou às autoridades judiciais.

Obrigações internacionais relativas a refugiados e imigrantes

Os governos italiano e maltês entraram em desacordo sobre suas obrigações de conduzir operações marítimas de resgate, deixando que imigrantes passassem dias no mar, sem água e sem comida, com suas vidas em perigo.

As autoridades italianas tomaram uma decisão sem precedentes de transferir imigrantes e requerentes de asilo resgatados no mar para a capital da Líbia, Trípoli, sem avaliarem suas necessidades de refúgio e de proteção internacional. A Líbia não é signatária da Convenção de Genebra de 1951 sobre os Refugiados e não conta com procedimentos de asilo operantes, o que limita a possibilidade de recebimento de proteção internacional no país. De acordo com estatísticas do governo italiano, entre maio e setembro, 834 pessoas interceptadas ou resgatadas no mar foram levadas à Líbia, violando o princípio de não-devolução (a proibição de retornar indivíduos para um país em que correriam sérios riscos de sofrer abusos de direitos humanos).

■ No dia 6 de maio, três embarcações com aproximadamente 227 pessoas a bordo enviaram chamadas de socorro quando passavam cerca de 50 milhas ao sul da ilha de Lampedusa. A operação de resgate foi postergada devido a uma disputa entre

Malta e Itália sobre quem seria responsável pelas embarcações. Ao final, as pessoas foram resgatadas por dois barcos da guarda costeira italiana, que as levaram para Trípoli, na Líbia, sem parar em um porto italiano a fim de avaliar suas necessidades de refúgio e de proteção internacional.

Segurança e combate ao terrorismo

As autoridades não cooperaram plenamente com as investigações sobre abusos dos direitos humanos cometidos no contexto das transferências extrajudiciais. Além disso, em nome da segurança, prosseguiram com a política de devolver à força cidadãos de terceiros países para lugares em que corriam risco de serem torturados. O governo aceitou o retorno de dois detentos que estavam em Guantánamo.

Transferências extrajudiciais (*renditions*)

■ No dia 4 de novembro, um Tribunal Penal de Milão condenou à revelia 22 agentes e funcionários estadunidenses da Agência Central de Informações (CIA), além de um militar dos EUA. Os promotores haviam expedido mandados de prisão para os réus estadunidenses em 2005 e em 2006; porém, sucessivos ministros da Justiça italianos recusaram-se a transmitir os mandados ao governo dos Estados Unidos.

Os acusados foram condenados por seu envolvimento com o sequestro de Usama Mostafa Hassan Nasr (mais conhecido como Abu Omar) em fevereiro de 2003. Ele foi sequestrado, em Milão, e levado de avião, através da Alemanha, para o Egito, onde foi detido secretamente por 14 meses, quando teria sido torturado. Outros três cidadãos estadunidenses, entre os quais o ex-chefe do escritório da CIA em Roma, obtiveram imunidade diplomática e os processos contra eles foram extintos. Dois agentes militares italianos também foram condenados, sendo sentenciados a uma pena de três anos de prisão. Os processos contra o ex-chefe do Serviço de Informações e Segurança Militar Italiano (SISMI) e contra o segundo homem no comando do órgão foram extintos por privilégios de "segredos de Estado", assim como aconteceu com os processos de outros três cidadãos italianos.

O tribunal milanês concedeu provisoriamente 1 milhão de euros para Abu Omar e 500 mil euros para sua esposa, Nabila Ghali, como indenização pelos abusos e pela injustiça a que foram submetidos.

Retornos forçados

Em 2005, foi adotada uma legislação que prevê procedimentos de expulsão acelerados para pessoas suspeitas de terrorismo (Lei 155/05, conhecida como Lei Pisanu). Apesar das decisões internacionais contrárias a essa legislação, as autoridades continuaram a deportar várias pessoas para a Tunísia, país que possui um longo e bem documentado histórico de torturas e de abusos contra prisioneiros.

■ Em 24 de fevereiro, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos pronunciou-se contra a Itália com relação à decisão que o país tomou, em 2008, de expulsar Sami Ben Khemais Essid para a Tunísia. O tribunal condenou a Itália por violação do princípio de *non-refoulement* (não-devolução).

■ Em 2 de agosto, as autoridades italianas devolveram Ali Ben Sassi Toumi para a Tunísia, apesar de três decisões separadas do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, exortando a Itália a suspender seu retorno forçado. Na Tunísia, ele foi detido incomunicável, e seus familiares não foram informados de seu paradeiro até 10 de agosto quando ele foi libertado provisoriamente. No fim do ano, Ali Ben Sassi Toumi continuava aguardando julgamento por acusações relacionadas ao terrorismo.

Guantánamo

Em 30 de novembro, Adel Ben Mabrouk e Riadh Nasseri, dois cidadãos tunisianos, que anteriormente estiveram detidos pelos EUA na base de Guantánamo sem acusações contra eles, foram transferidos para a Itália. Ambos foram detidos ao chegarem e seriam processados na Itália, segundo informações, por acusações ligadas ao terrorismo. No fim do ano, os dois continuavam em uma prisão de Milão sob regime de segurança especial.

Mortes sob custódia, tortura e outros maus-tratos

Houve denúncias generalizadas de tortura e de outros maus-tratos cometidos por agentes da lei, bem como relatos de mortes sob custódia em circunstâncias controversas. A Itália não criou um órgão independente de queixas sobre a polícia e nem especificou o crime de tortura em sua legislação penal comum.

■ Prosseguiu a investigação sobe o caso de Emmanuel Bonsu. Em setembro de 2008, ele foi preso em Parma por policiais municipais. Segundo informações, ele foi espancado e sofreu abusos físicos, o que lhe causou

problemas psicológicos de longo prazo. Em junho, 10 policiais foram indiciados por agressão, por causar lesões, por sequestro, por calúnia e por falso testemunho, além de outras infrações. No fim do ano, o julgamento ainda era aguardado.

■ Em 6 de julho, quatro policiais foram sentenciados a penas de prisão entre três anos e seis meses cada pelo homicídio de Federico Aldrovandi, que morreu em setembro de 2005 após ser abordado pela polícia em Ferrara. Os policiais não foram afastados de suas funções nem durante a investigação nem durante o julgamento. No fim do ano, eles estavam recorrendo da sentença.

■ Em 22 de outubro, Stefano Cucchi morreu na ala prisional do hospital Sandro Pertini sete dias depois de ter sido preso. Sua família acreditava que as lesões observadas em seu corpo após sua morte eram indicativas de maus-tratos. O promotor público que investigava a morte indiciou três guardas prisionais e três médicos pelo homicídio.

Julgamentos do G8

Agentes policiais e a promotoria pública continuaram a impetrar diferentes recursos contra os veredictos e as sentenças proferidos em 2008, referentes aos abusos cometidos contra manifestantes na Escola Armando Diaz e na penitenciária Bolzaneto durante a cúpula do G8 em 2001.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a Itália em março, em julho e em outubro.

Italy: Forcible return/fear of torture or other ill-treatment (EUR 30/001/2009)

Italy/Malta: Obligation to safeguard lives and safety of migrants and asylum-seekers (EUR30/007/2009)

Italy: Homophobic attacks on the rise in Italy (EUR/30/010/2009)

Italy: The Abu Omar case (EUR/30/012/2009)

Italy: Roma community forcibly evicted (EUR/30/013/2009)

JAPÃO

JAPÃO

Chefe de governo	**Hatoyama Yukio (sucedeu a Aso Taro em setembro)**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**127,2 milhões**
Expectativa de vida:	**82,7 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**5/4 por mil**

Execuções continuaram sendo realizadas até agosto, quando um novo governo assumiu o poder. A recém-nomeada ministra da Justiça propôs um debate público sobre a pena de morte e instituiu um grupo para estudar a "transparência" durante interrogatórios. No entanto, o sistema *daiyo kangoku* de detenção provisória permaneceu. Os prisioneiros passavam períodos prolongados em confinamento solitário e não tinham acesso adequado a tratamento médico. Em julho, o relator especial das Nações Unidas sobre o tráfico de pessoas expressou grande preocupação com o tráfico para exploração de mão-de-obra e recomendou leis mais severas e inspeções trabalhistas para proteger os direitos dos trabalhadores imigrantes.

J

Informações gerais

Em agosto, após a derrota do Partido Liberal Democrata nas eleições locais de Tóquio, o primeiro-ministro Aso Taro convocou eleições gerais. O Partido Democrático do Japão foi levado ao poder, encerrando mais de 50 anos de domínio do Partido Liberal Democrata. Hatoyama Yukio foi eleito primeiro-ministro do governo de coalizão do Partido Social Democrata e do Partido Novo do Povo.

Sistema de justiça

Em outubro, a ministra da Justiça, Chiba Keiko, criou um comitê para estudar a transparência dentro do sistema *daiyo kangoku* de detenção provisória. Entretanto, ela não especificou um prazo para a apresentação de propostas. O sistema *daiyo kangoku*, que permite a detenção de suspeitos por 23 dias, está associado a intimidações e a métodos abusivos de interrogatório para a obtenção de confissões.

■ Em junho, o Tribunal Superior de Tóquio concedeu um novo julgamento a Sugaya Toshikazu. Ele havia sido sentenciado à prisão perpétua em 1993, após ser

condenado pelo assassinato de uma menina de quatro anos. A condenação de Sugaya Toshikazu foi baseada em uma prova imprecisa de DNA e em uma confissão obtida sob o sistema *daiyo kangoku*. No transcorrer do julgamento, ele se retratou duas vezes de sua confissão.

Sob o novo sistema de juízes não-togados (*saiban-in*), cidadãos se uniram a juízes profissionais para decidir os veredictos e proferir as sentenças. Todos os crimes graves, inclusive os passíveis de pena de morte, podem ser julgados sob esse sistema.

■ Em agosto, no primeiro caso sob o novo sistema no Tribunal Distrital de Tóquio, um homem de 72 anos foi condenado por assassinato e sentenciado a 15 anos de prisão.

Pena de morte

Sete homens foram executados em 2009. Aproximadamente 106 prisioneiros, inclusive vários com doenças mentais, estavam sob risco de execução e viviam sob condições especialmente severas de prisão.

Refugiados e requerentes de asilo

O governo repatriou, à força, requerentes de asilo para países onde poderiam correr risco de sofrer tortura e outros maus-tratos. Até setembro, 1.123 indivíduos haviam feito pedidos de asilo. O processo de reconhecimento de refugiados foi muito demorado e apenas 15 indivíduos receberam status de refugiados, três deles após recorrerem. Mais de 90 por cento dos refugiados não tiveram permissão para trabalhar, não receberam seguro-saúde nem tiveram acesso à assistência pública.

■ Em abril, o governo deportou os cidadãos filipinos Arlan e Sarah Calderon, por estarem irregulares, separando-os de sua filha, Noriko Calderon, de 13 anos. O Ministério da Justiça deu a Noriko Calderon, que nasceu no Japão e somente fala japonês, a opção de ir para as Filipinas com os pais ou de permanecer sozinha no Japão.

Em julho, projetos de lei para revisão da Lei de Controle de Imigração e Reconhecimento de Refugiados e da Lei Básica de Registro de Residentes foram promulgados para criar, nos próximos três anos, um novo controle de residência e um novo sistema de registro de residência para estrangeiros. Organizações civis salientaram que estrangeiros residentes sem documentação, incluindo requerentes de asilo, enfrentaram a exclusão de serviços públicos básicos, como educação e atendimento médico.

Violência contra mulheres e meninas

Em julho, depois de analisar o sexto relatório periódico do Japão, o Comitê das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) manifestou preocupação com os obstáculos enfrentados pelas mulheres vítimas de violência doméstica e sexual quando apresentavam queixas ou buscavam proteção. Foi particularmente preocupante a precária situação das mulheres imigrantes, das que fazem parte de minorias e das pertencentes a grupos vulneráveis.

O CEDAW reiterou sua recomendação de que o Japão deveria encontrar, urgentemente, uma solução definitiva para a situação das "mulheres para o conforto" – sobreviventes do sistema de escravidão sexual imposto por militares japoneses. Tal solução deveria incluir compensação para as vítimas, ações judiciais contra os perpetradores e educação para o público japonês sobre esses crimes. Doze órgãos legislativos municipais adotaram resoluções solicitando um pedido de desculpas e compensação às sobreviventes do sistema de "mulheres para o conforto".

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Japão em fevereiro e em abril.

Hanging by a thread: mental health and the death penalty in Japan (ASA 22/005/2009).

MÉXICO

ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Chefe de Estado e de governo:	**Felipe Calderón Hinojosa**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**109,6 milhões**
Expectativa de vida:	**76 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**22/18 por mil**
Taxa de alfabetização:	**92,8 por cento**

Aumentaram os relatos de violações graves dos direitos humanos cometidas por membros do

exército no desempenho de atividades de segurança pública. As forças policiais federal, estaduais e municipais também seguiram cometendo sérias violações de direitos humanos em diversos estados. As mulheres vivenciaram altos índices de violência de gênero com pouco acesso à Justiça. Milhares de imigrantes irregulares foram sequestrados e alguns foram assassinados por gangues de criminosos. Estupros de mulheres imigrantes foram frequentes. Diversos jornalistas e defensores de direitos humanos foram assassinados, perseguidos ou enfrentaram acusações criminais forjadas. Comunidades marginalizadas, cujas terras são visadas para empreendimentos econômicos, estiveram sob risco de perseguição, de despejos forçados ou da negação de seu direito a serem informadas e consultadas adequadamente. A Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu duas decisões inéditas contra o México em dois casos envolvendo violações graves de direitos humanos.

Informações gerais

Depois das eleições legislativas, o Partido Revolucionário Institucional (PRI) tornou-se maioria na Câmara dos Deputados. Em novembro, um novo presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) foi escolhido pelo Senado. O México comprometeu-se com a implementação de 83 das 91 recomendações feitas pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Cerca de 50 mil soldados foram destacados para atividades de policiamento, a fim de melhorar a segurança pública e combater o crime organizado e o tráfico de drogas. Segundo informações da imprensa, mais de 6.500 pessoas foram mortas em atos violentos relacionados ao crime organizado. As forças de segurança também foram alvos frequentes de ataques.

O Congresso dos EUA autorizou recursos adicionais de 486 milhões de dólares como parte da Iniciativa Mérida, um acordo de três anos sobre segurança e cooperação regional. A transferência de 15% dos fundos da Iniciativa estava condicionada ao cumprimento de determinadas condições em matéria de direitos humanos. Apesar do não cumprimento dessas condições, os fundos continuaram a ser liberados ao México.

Forças policiais e de segurança

Justiça militar e abusos cometidos pelos militares

Aumentaram os relatos de violações de direitos humanos – incluindo execuções extrajudiciais e outras mortes ilegais, desaparecimentos forçados, tortura e outros maus-tratos e detenção arbitrária – cometidas por membros do exército. A CNDH fez 30 recomendações ao ministro da Defesa com relação a casos confirmados de abusos durante o ano, comparadas a 14 recomendações em 2008. Algumas vítimas e familiares que tentaram ingressar com denúncias receberam ameaças. Violações de direitos humanos envolvendo militares continuaram a ser investigadas e julgadas através do sistema de justiça militar. Autoridades governamentais se negaram a admitir a magnitude dos abusos ou da impunidade.

■ Em agosto, a Suprema Corte de Justiça decidiu que os familiares de quatro civis desarmados mortos a tiros, em março de 2008, pelo exército em Santiago de los Caballeros, estado de Sinaloa, não tinham o direito legal de questionar o tratamento dado ao caso pelo sistema de justiça militar.

■ Em março, Miguel Alejandro Gama Habif, Israel Ayala Martínez e Aarón Rojas de la Fuente desapareceram por obra de membros do exército em Nuevo Laredo, estado de Tamaulipas. Seus corpos carbonizados foram encontrados em abril. Aos familiares não foi permitido ver os corpos nem o laudo da autópsia. Em maio, o ministro da Defesa anunciou que 12 militares haviam sido detidos, mas nenhuma informação oficial foi liberada com relação a acusações ou ao seu julgamento.

■ Em março, 25 policiais municipais foram detidos pelo exército e torturados durante sua detenção provisória (*arraigo*) em uma base militar em Tijuana, estado de Baja California. Os policiais foram posteriormente acusados de delitos relacionados ao crime organizado e transferidos para um presídio civil em Tepic, estado de Nayarit. Até o final do ano, não se tinha conhecimento de qualquer investigação iniciada em função das denúncias de tortura.

Forças policiais

Em janeiro, entrou em vigor a Lei Geral do Sistema Nacional de Segurança Pública. Essa lei requer uma crescente profissionalização e coordenação da polícia, e inclui certas melhoras na proteção dos direitos humanos. Em junho, a Lei da Polícia Federal criou uma força policial federal única, com novos

poderes para acolher denúncias judiciais e conduzir investigações, inclusive vigilância eletrônica e operações secretas, sem os devidos controles judiciários.

Houve vários relatos de violações de direitos humanos, incluindo desaparecimentos forçados, uso excessivo da força, tortura, maus-tratos e detenções arbitrárias cometidas por policiais municipais, estaduais e federais. Os compromissos governamentais de investigar todas as denúncias de tortura não foram cumpridos.

■ Em fevereiro, agentes da polícia municipal de Monterey, estado de Nuevo León, fizeram com que Gustavo Castañeda Puentes 'desaparecesse'. Apesar de os depoimentos de testemunhas terem identificado os responsáveis, a investigação não resultou na prisão dos suspeitos.

■ Em março, a polícia federal prendeu, ilegalmente, Jesus Arturo Torres em sua casa na cidade de Chihuahua, estado de Chihuahua. Os policiais o espancaram e o ameaçaram de morte durante três horas de interrogatório. Ele foi liberado sem acusação. Apesar de ele ter ingressado com uma denúncia, até o final do ano não se tinha conhecimento de qualquer avanço na investigação.

Direitos dos imigrantes

Mais de 60 mil imigrantes irregulares, a grande maioria da América Central, que tentavam chegar aos EUA foram detidos e deportados. Os imigrantes, especialmente as mulheres e as crianças, corriam risco de sofrerem abusos como espancamentos, ameaças, sequestro, estupro e assassinato, principalmente por parte de gangues criminosas, mas também por alguns agentes públicos. As medidas para prevenir e punir os abusos foram inadequadas e os imigrantes praticamente não tiveram acesso à Justiça. O governo promoveu diretrizes regionais sobre os cuidados com as crianças imigrantes e treinou alguns de seus agentes em um esforço para melhorar a proteção das crianças imigrantes sob detenção.

Em julho, a CNDH publicou um relatório destacando os altíssimos índices de sequestros por resgate e de outros abusos contra imigrantes por parte de gangues criminosas. A comissão estimou que até 10 mil imigrantes podiam ter sido sequestrados nos seis meses anteriores e que, em muitos casos, mulheres imigrantes sofreram violência sexual. As iniciativas oficiais para impedir os ataques a imigrantes foram totalmente inadequadas.

■ Em janeiro, a polícia do estado de Chiapas matou a tiros três imigrantes irregulares e deixou outros feridos, ao perseguir o veículo em que eles se deslocavam perto de San Cristóbal, em Chiapas. Até o final do ano, o julgamento de vários policiais ainda não havia acontecido.

Defensores de direitos humanos

Em outubro, um relatório emitido pelo escritório do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos no México documentou ameaças e ataques contra defensores de direitos humanos, tanto por parte de agentes do Estado como de indivíduos de caráter privado. O relatório também destacava a falta de ações efetivas para investigar e para prevenir os ataques. Os defensores dos direitos humanos, especialmente aqueles que atuam no campo dos direitos econômicos, sociais e culturais, enfrentaram acusações criminais forjadas e procedimentos injustos de julgamento.

■ Em fevereiro, os defensores dos direitos indígenas Raúl Lucas Lucía e Manuel Ponce Rosas foram sequestrados, torturados e assassinados em Ayutla, estado de Guerrero, por pistoleiros não identificados que diziam ser policiais. No passado, os dois homens haviam sido ameaçados em razão de seu trabalho. Raúl Hernández, prisioneiro de consciência e ativista de outra organização local de direitos dos indígenas, continuava preso no final do ano sob uma acusação forjada de homicídio. Outros quatro acusados no processo, os prisioneiros de consciência Manuel Cruz, Orlando Manzanarez, Natalio Ortega e Romualdo Santiago foram libertados em março, depois que um tribunal federal julgou que não havia provas suficientes contra eles. Defensores de direitos humanos que atuaram para haver justiça nos dois casos receberam ameaças de morte.

■ Em agosto, um atirador não identificado alvejou repetidas vezes e quase matou Salomón Monárrez, da *Frente Cívica Sinaloense*, uma organização de direitos humanos de Culiacán, estado de Sinaloa. Uma investigação sobre o atentado estava em curso no final do ano.

Liberdade de expressão – ataques a jornalistas

Jornalistas, especialmente os que trabalham com questões relacionadas à segurança pública e à

corrupção, continuaram enfrentando ameaças, ataques e sequestros. Há informes de que pelo menos 12 jornalistas foram assassinados em 2009. As investigações sobre assassinatos, sequestros e ameaças raramente levaram à condenação dos responsáveis, contribuindo, assim, para um clima de impunidade.

Povos indígenas e comunidades marginalizadas

Povos indígenas e membros de comunidades marginalizadas foram frequentemente submetidos a procedimentos judiciais injustos. Os direitos das comunidades às suas terras e às suas moradias foram desconsiderados ou contestados em várias ocasiões, a fim de possibilitar a exploração dos recursos naturais locais.

■ Em setembro, a prisioneira de consciência Jacinta Francisco Marcial, de Santiago Mexquititlán, estado de Querétaro, foi libertada por ocasião de seu novo julgamento, depois que o promotor federal retirou as acusações contra ela. Jacinta foi alvo de injustiça por ser uma mulher indígena vivendo na pobreza e que passou três anos na prisão por um crime que não cometeu. Duas outras mulheres indígenas estavam aguardando sentença em novos julgamentos, pelas mesmas acusações, e, no final do ano, continuavam na prisão.

■ Membros da comunidade de Lomas del Poleo, na periferia de Ciudad Juárez, estado de Chihuahua, foram ameaçados e intimidados repetidas vezes por seguranças privados. As ameaças se deram no contexto de uma campanha de seis anos para tirar as famílias de suas casas a fim de dar início a empreendimentos comerciais no lugar. No fim de 2009, um tribunal agrário ainda examinava as demandas das famílias pelas terras. Apesar das inúmeras denúncias, as autoridades não preveniram nem investigaram as ameaças.

Violência contra mulheres e meninas

A violência contra as mulheres, na comunidade e dentro de casa, continuou generalizada na maioria dos estados. Muitos casos de assassinatos em que as mulheres haviam sido raptadas e estupradas foram relatados nos estados de Chihuahua e do México. Medidas legais para melhorar tanto a prevenção quanto a punição da violência de gênero foram adotadas por todos os estados, mas a implementação das novas leis continuou bastante limitada. A impunidade pelos assassinatos e por outros crimes violentos contra as mulheres seguiu sendo a norma.

■ Sequestros e assassinatos de mulheres e de meninas continuaram ocorrendo em Ciudad Juárez. Pelo menos 35 mulheres foram sequestradas em 2009, e seu paradeiro seguia ignorado no final do ano. O governo estadual publicou um relatório sobre os avanços na prevenção e na punição dos assassinatos de mulheres, mas não logrou dar conta de todos os casos denunciados. Em novembro, a Corte Interamericana de Direitos Humanos concluiu que, no caso do "campo de algodão", o México era culpado de discriminação, assim como de não proteger três jovens mulheres assassinadas em 2001 em Ciudad Juárez, nem garantir uma investigação efetiva de seu sequestro e assassinato. A Corte ordenou uma nova investigação, indenizações aos familiares, a investigação de autoridades e medidas mais eficazes para prevenir e investigar os casos de sequestro e de assassinato de mulheres e meninas.

Direitos sexuais e reprodutivos

Em uma aparente reação à descriminalização do aborto efetuada pelo Distrito Federal, em 2007, 17 dos 31 legislativos estaduais do México aprovaram emendas às constituições estaduais garantindo o direito à vida desde o momento da concepção. Uma contestação à emenda, no estado de Baja California, foi impetrada junto à Suprema Corte de Justiça e aguardava julgamento no final do ano.

O governo finalmente publicou uma diretriz para os profissionais da saúde que atendem mulheres que vivenciaram violência. A diretriz assegura às sobreviventes de estupro o acesso a informações e ao aborto legal. Alguns governos estaduais informaram aos meios de comunicação que a diretriz não seria aplicada em seus estados.

Impunidade

A impunidade para violações de direitos humanos cometidas no passado seguiu inabalada. Houve poucas iniciativas, se é que houve alguma, para levar os responsáveis à Justiça.

■ As investigações sobre centenas de casos de violações graves contra os direitos humanos cometidas durante a "guerra suja" do México, nos anos 60, 70 e 80, não avançaram, e alguns documentos de investigações anteriores continuaram ignorados.

■ Em fevereiro, uma investigação especial da Suprema Corte concluiu que graves violações de

direitos humanos foram cometidas pela polícia em San Salvador Atenco, em maio de 2006, as quais incluíam violência sexual contra detentas. No entanto, a Corte declarou que apenas aqueles diretamente implicados nos abusos poderiam ser responsabilizados, e não as autoridades que haviam ordenado as operações ou se omitido de impedir ou investigar os abusos. Em setembro, uma investigação especial federal sobre incidentes de tortura, incluindo violência sexual contra 26 mulheres detidas em San Salvador Atenco, concluiu que 34 policiais estaduais estavam implicados, mas não apresentou acusações, devolvendo o caso à Procuradoria Geral do Estado do México, que já havia se omitido de processar os responsáveis. Nenhuma outra informação foi disponibilizada sobre novas investigações.

■ Em março, um tribunal federal confirmou o encerramento do caso de genocídio aberto contra o ex-presidente Luis Echeverría pelo massacre de estudantes em Tlatelolco em 1968.

■ Em outubro, a Suprema Corte finalizou sua investigação especial sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas em Oaxaca, em 2006, durante a crise política. A Corte concluiu que o governador e outras autoridades estaduais do alto escalão deviam ser responsabilizados. No entanto, até o final do ano, nenhuma outra informação foi fornecida sobre a condução de novas investigações que atendessem as recomendações da Corte. Juan Manuel Martínez continuava na prisão, acusado do assassinato do jornalista estadunidense Brad Will, em outubro de 2006, em Oaxaca, apesar da falta de provas contra ele e da omissão das autoridades federais em conduzir uma investigação ampla e exaustiva para identificar os responsáveis.

■ Em dezembro, a Corte Interamericana de Direitos Humanos considerou que o México foi responsável pelo desaparecimento forçado de Rosendo Radilla nas mãos do exército, no estado de Guerrero, em 1974. A Corte ordenou uma nova investigação civil, indenizações para os familiares e a reforma do código penal militar para pôr fim à competência militar para investigar e julgar casos de direitos humanos.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o México em fevereiro e em junho.

Mexico: New reports of human rights violations committed by the military (Index: AMR 41/058/2009)

MOÇAMBIQUE

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Chefe de Estado:	**Armando Guebuza**
Chefe de governo:	**Luisa Diogo**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**22,9 milhões**
Expectativa de vida:	**47,8 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**162/144 por mil**
Taxa de alfabetização:	**44,4 por cento**

A polícia usou a força de modo excessivo durante manifestações e para capturar suspeitos. Treze detentos morreram por asfixia em uma cela superlotada; dois policiais foram responsabilizados pelas mortes. Um policial de alta patente foi condenado por homicídio por uma execução extrajudicial cometida em 2007.

Informações gerais

Entre janeiro e março, 120 pessoas morreram em consequência do cólera. Em março, a Cruz Vermelha (CV) suspendeu suas atividades no distrito de Mongicual, província de Nampula, no norte do país, depois que três funcionários da CV e dois policiais foram mortos por moradores durante um protesto violento motivado pelo tratamento do cólera. Os moradores acusaram os trabalhadores da CV, que colocavam cloro dentro dos poços, de contaminarem suas reservas de água com a bactéria do cólera.

Um novo partido político, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), foi formado, em março, quando o prefeito de Beira, Daviz Simango, rompeu com o principal partido de oposição, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Daviz Simango foi um dos três candidatos à Presidência nas eleições de outubro, vencidas pelo presidente em exercício, Armando Guebuza, e pelo partido no governo, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Ocorreram atos esporádicos de violência durante a campanha eleitoral, envolvendo, sobretudo, a destruição de material de campanha dos militantes de partidos adversários. Dois policiais receberam multa do Tribunal Distrital de Murrupula por destruírem cartazes eleitorais da RENAMO, e a polícia recebeu críticas por não responder a atos de violência praticados por membros da FRELIMO. Observadores

internacionais e nacionais das eleições verificaram algumas irregularidades durante o pleito, como incidentes de adulteração de urnas eleitorais e de invalidação de votos dos candidatos adversários. A missão de observação da União Europeia, contudo, considerou que esses fatos não alteraram significativamente os resultados.

Em novembro, começou o julgamento de um dos maiores casos de corrupção do país. O ex-ministro dos Transportes e quatro ex-funcionários da companhia Aeroportos de Moçambique (ADM) foram acusados de desviar fundos da empresa no valor de quase 2 milhões de dólares entre 2005 e outubro de 2008.

Polícia

■ Em junho, o Tribunal Provincial de Maputo na cidade de Matola condenou um oficial graduado da polícia pelo homicídio de Abranches Penicelo em agosto de 2007. O policial foi sentenciado a 22 anos de prisão e ordenado a pagar uma indenização de 500 mil meticais (aproximadamente 19 mil dólares) aos cinco filhos de Abranches Penicelo. No entanto, outros cinco policiais acusados de participação no crime não foram nem indiciados nem julgados. Outros dois policiais que também teriam participado já morreram. Depois de Abranches Penicelo ser hostilizado durante anos pela polícia, oito policiais o espancaram, injetaram nele uma substância tóxica, atiraram na sua nuca, o incendiaram e o abandonaram para que morresse.

Houve denúncias de que policiais estavam cooperando com criminosos, inclusive fornecendo-lhes armas de fogo e uniformes da polícia.

■ Dois homicidas condenados que haviam escapado da cadeia da cidade de Maputo em dezembro de 2008 foram presos novamente. Samuel Januário "Samito" Nhare foi recapturado em janeiro e Aníbal "Anibalzinho" dos Santos Júnior em agosto. Um terceiro homem, Luís "Todinho" de Jesus Tomás, que havia escapado com os outros, foi encontrado morto a tiros na cidade de Matola, Maputo, em janeiro. "Anibalzinho" afirmou que sua fuga havia sido facilitada pela polícia.

■ Em fevereiro, três policiais foram presos por suspeita de colaborarem com criminosos.

Uso excessivo da força

A polícia continuou a usar a força de modo excessivo, principalmente para capturar pessoas suspeitas e para controlar manifestações.

■ Em janeiro, um policial à paisana atirou em quatro homens, cujos nomes são desconhecidos, que estariam tentando assaltar uma loja de eletrodomésticos na baixa de Maputo. Os policiais atiraram contra dois dos suspeitos quando eles saíam da loja, matando um deles na hora e ferindo o outro na perna. Os outros dois suspeitos teriam escapado. Autoridades policiais afirmaram à Anistia Internacional que os policiais agiram em legítima defesa quando os supostos assaltantes atiraram contra eles. Entretanto, eles também disseram que quem atirou foram os seguranças da empresa privada que cuidava da loja. Nenhuma investigação foi realizada.

■ Em abril, um policial feriu a tiros dois trabalhadores que faziam uma greve na obra de construção do estádio nacional de Moçambique. Cerca de 700 trabalhadores entraram em greve devido aos baixos salários, ao não pagamento de horas extras e ao tratamento ultrajante por parte dos capatazes do projeto. A polícia da cidade de Maputo afirmou que uma investigação seria iniciada; porém, até o fim do ano, nenhuma outra informação havia sido divulgada.

■ Em setembro, a polícia disparou com munição real quando tentava dispersar manifestações em uma plantação de cana-de-açúcar, no distrito de Marromeu, província de Sofala, ferindo dois trabalhadores. As manifestações teriam se tornado violentas quando os grevistas destruíram uma ambulância e uma motocicleta, montaram barricadas e queimaram parte da plantação de cana. Os trabalhadores estavam em greve por causa de salários. No fim do ano, não se tinha conhecimento do início de qualquer investigação.

Mortes sob custódia

Em março, 13 pessoas morreram por asfixia em uma cela policial superlotada em Mongicual. Os detidos haviam sido presos junto com outro grupo após o tumulto provocado pelo tratamento do cólera nesse distrito. Em agosto, o Tribunal Distrital de Angoche condenou o policial que estava de plantão naquele momento e o comandante do distrito policial por homicídio e sentenciou-os a uma pena de um ano de prisão. Por falta de provas, o tribunal absolveu o chefe da polícia judiciária do distrito.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram Moçambique em maio.

Mozambique: Briefing to the Parliament (assembly) of Mozambique (AFR 41/002/2009)

"I can't believe in justice any more": Obstacles to justice for unlawful killings by police in Mozambique (AFR 41/004/2009)

PALESTINA

AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA

Chefe da Autoridade Nacional Palestina:	**Mahmoud Abbas**
Chefe de governo:	**Salam Fayyad**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**4,3 milhões**
Expectativa de vida:	**73,3 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**23/18 por mil**
Taxa de alfabetização:	**93,8 por cento**

Durante a Operação "Chumbo Fundido", a ofensiva militar de 22 dias lançada por Israel e encerrada em 18 de janeiro, forças e milícias do Hamas, na Faixa de Gaza, continuaram a disparar foguetes e morteiros indiscriminadamente contra Israel; em Gaza, sequestraram adversários políticos e ex-detentos suspeitos de 'colaboracionismo' com os serviços de informação israelenses; alguns deles foram sumariamente assassinados, outros foram espancados ou levaram tiros nas pernas. Durante todo o ano, as forças de segurança da Autoridade Nacional Palestina (ANP), na Cisjordânia, assim como as forças de segurança e as milícias do Hamas, em Gaza, detiveram, arbitrariamente, centenas de membros ou simpatizantes das facções rivais sem acusação nem julgamento, e muitas vezes os torturaram ou os submeteram a maus-tratos. Os órgãos de segurança sob controle da ANP na Cisjordânia e da administração *de facto* de Gaza usaram a força de modo excessivo ao confrontar rivais armados, causando várias mortes de civis. A ANP, na Cisjordânia, e o Hamas, em Gaza continuaram a reprimir a liberdade de expressão. Tribunais militares da Cisjordânia e de Gaza sentenciaram 17 pessoas à pena de morte; nenhuma execução foi levada a cabo.

Informações gerais

Prosseguiu a ocupação israelense da Cisjordânia, inclusive Jerusalém Oriental, e da Faixa de Gaza. Nesse cenário, duas autoridades palestinas não-estatais separadas operavam com poderes limitados: na Cisjordânia, o governo interino da ANP, liderado pelo primeiro-ministro Salam Fayyad, indicado pelo presidente Mahmoud Abbas, do partido Fatah; e, na Faixa de Gaza, a administração *de facto* do Hamas, liderada pelo ex-primeiro-ministro da ANP Ismail Haniyeh. As tensões entre o Fatah e o Hamas se mantinham apesar das tentativas de reconciliação promovidas pelo governo do Egito.

Grupos armados afiliados ao Hamas geralmente cumpriram o cessar-fogo com Israel, declarado no fim de janeiro; porém, outros grupos armados palestinos, ligados à Frente Popular para a Libertação da Palestina, ao Fatah e ao Jihad Islâmica, seguiram disparando foguetes e morteiros periodicamente contra o sul de Israel durante todo o ano; apesar de indiscriminados, esses ataques não provocaram mortes de civis israelenses.

O bloqueio militar israelense a Gaza, em vigor desde junho de 2007, continuou tendo um impacto devastador sobre a segurança alimentar, a saúde e a infraestrutura civil. A crise humanitária provocada pelo bloqueio foi exacerbada pela Operação "Chumbo Fundido" (veja a seção sobre Israel/TPO), que destruiu mais de três mil casas e danificou outras 20 mil. Uma grande quantidade de edifícios civis, como hospitais, clínicas e escolas também foi avariada. As autoridades israelenses restringiram a entrada de produtos básicos, tais como combustíveis, e impuseram uma proibição total da importação de cimento. Em consequência, os túneis que cruzam o subsolo da fronteira entre Gaza e o Egito foram cada vez mais utilizados para contrabandear mercadorias. Esses túneis, inseguros por natureza, tornaram-se ainda mais perigosos devido aos ataques das forças israelenses; dezenas de pessoas, inclusive crianças, foram mortas e feridas dentro dos túneis.

Em setembro, o relatório Goldstone do Conselho de Direitos Humanos da ONU acusou tanto Israel quanto o Hamas de crimes de guerra em Gaza e no sul de Israel durante a Operação "Chumbo Fundido" e recomendou que os responsáveis por esses crimes fossem levados à Justiça. A administração *de facto* do Hamas não abriu nenhuma investigação independente ou imparcial sobre a conduta dos

grupos armados palestinos; autoridades do Hamas afirmaram apenas que estavam preparadas para conduzir investigações internas.

Homicídios ilegais

Durante e logo após a operação militar de Israel na Faixa de Gaza, as forças e as milícias do Hamas que ali atuam se envolveram em uma série de sequestros, de homicídios deliberados e ilegais, de torturas e de ameaças de morte contra pessoas acusadas de 'colaborar' com Israel e com outros de seus críticos e adversários. Mais de 30 pessoas foram assassinadas sumariamente. Outras dezenas levaram tiros nas pernas ou nos joelhos, ou foram feridas de outras maneiras, a fim de deixá-las permanentemente incapacitadas. Algumas foram brutalmente espancadas, outras torturadas ou submetidas a maus-tratos. Esses abusos foram cometidos impunemente com a aparente aprovação da liderança do Hamas.

■ Saleh Jahjouh, de Beit Hanoun, foi morto a tiros no hospital de al-Shifa em 21 de janeiro. Ele se encontrava detido no Presídio Central de Gaza, acusado de 'colaborar' com Israel. Porém, ele foi transferido para o hospital após ser ferido em um ataque aéreo de Israel contra a penitenciária.

Além desses assassinatos seletivos, pelo menos cinco transeuntes civis foram mortos e feridos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza durante choques violentos ocorridos entre forças de segurança e grupos armados palestinos.

■ No dia 31 de maio, um civil foi morto na cidade de Qalqiliya, na Cisjordânia, durante um tiroteio entre a polícia da ANP e os apoiadores armados do Hamas que resistiam à prisão. Três policiais e dois membros armados do Hamas também foram mortos.

■ Nos dias 14 e 15 de agosto, pelo menos quatro civis foram mortos e outros ficaram feridos em Rafah, na Faixa de Gaza, durante um confronto entre forças de segurança do Hamas e membros do Jund Ansar Allah, um grupo armado que declara lealdade à Al Qaeda. Ao todo, cerca de 24 pessoas foram mortas e mais de 100 ficaram feridas durante o tiroteio.

Abusos cometidos por grupos armados

Antes de o Hamas declarar um cessar-fogo, em 18 de janeiro, o braço armado do Hamas e outros grupos armados palestinos baseados em Gaza dispararam centenas de foquetes e de mortares contra o sul de Israel. Os ataques mataram três civis e feriram gravemente pelo menos outros quatro. Várias casas também foram danificadas.

■ Uriel Elazarov, de sete anos, foi gravemente ferido por estilhaços quando um foguete explodiu em Bersheva, sul de Israel, no dia 15 de janeiro. Outros cinco civis também ficaram feridos no mesmo ataque.

Depois de 18 de janeiro, a Frente Popular para a Libertação da Palestina, o Fatah e o Jihad Islâmica seguiram disparando foguetes e mortares de modo esporádico contra o sul de Israel.

O Hamas continuou proibindo que o soldado israelense capturado Gilad Shalit tivesse contato com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha ou que recebesse visitas de sua família. Em outubro, o Hamas divulgou um vídeo mostrando que Gilad Shalit estava vivo e permanecia cativo.

Sistema de justiça

Os sistemas de justiça na Cisjordânia e em Gaza se mantinham extremamente problemáticos. A ANP continuou proibindo que ex-integrantes do Judiciário e das forças de segurança trabalhassem para a administração *de facto* do Hamas em Gaza, e continuou pagando para que eles não trabalhassem. O Hamas seguiu utilizando promotores e juízes alternativos que, muitas vezes, careciam da formação e das qualificações necessárias. Na Cisjordânia, as forças de segurança da ANP frequentemente deixaram de acatar determinações dos tribunais para que libertassem detentos específicos.

Prisões e detenções arbitrárias

Na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, centenas de pessoas foram presas e detidas de modo arbitrário, sem acusação nem julgamento. Os detidos geralmente eram pessoas suspeitas de envolvimento com um partido político rival.

Tortura e outros maus-tratos

Os detentos presos na Cisjordânia e em Gaza frequentemente eram espancados, submetidos à privação de sono e forçados a passar períodos prolongados algemados em posições estressantes (*shabeh*) durante interrogatórios. Denúncias de tortura raramente eram investigadas.

Mortes sob custódia

Na Cisjordânia, três detentos morreram sob custódia das forças de segurança da ANP; os três teriam sido presos por suspeita de envolvimento com o Hamas. Há informações de que os três foram torturados ou

submetidos a maus-tratos enquanto estiveram detidos.

■ Haitham Amr, um enfermeiro, foi preso em sua residência nas proximidades de Hebron, no dia 11 de junho, por agentes do Serviço Geral de Informações da ANP; sua morte foi anunciada quatro dias mais tarde. Seu corpo apresentava lesões severas e extensas, e o ministro do Interior posteriormente admitiu que ele havia sido torturado durante a detenção. Em um procedimento inusitado, a ANP abriu um processo militar contra os agentes acusados de participação na sua morte.

Em Gaza, pelo menos quatro homens morreram sob custódia das forças de segurança do Hamas. Há informações de que três deles foram torturados.

■ Zayad Ayash Jaradat, morador de Rafah, morreu em março sob custódia da polícia do Hamas na Faixa de Gaza, após ter sido detido acusado de delitos criminais. Segundo informações, ele morreu em consequência de ter sido espancado pelos policiais. O ministro do Interior suspendeu 11 policiais, que foram detidos e que deveriam ser julgados perante um tribunal militar.

Liberdade de expressão

Tanto na Cisjordânia quanto na Faixa de Gaza, as autoridades palestinas restringiram a liberdade de imprensa e tomaram medidas contra os meios de comunicação e contra os jornalistas que os criticaram.

Em janeiro, na Cisjordânia, as forças de segurança da ANP detiveram e ameaçaram jornalistas que cobriam a repressão violenta aos manifestantes que protestavam contra o ataque israelense a Gaza. Durante todo o ano, as forças de segurança prenderam e hostilizaram trabalhadores da imprensa dos canais Al-Aqsa e Al-Quds, dois veículos considerados alinhados com o Hamas. Em julho, o governo da ANP ordenou que a Al-Jazeera suspendesse suas operações; porém, logo teve de recuar devido aos protestos.

■ Khaled Amayreh foi preso e detido sem acusações, por três dias, no mês de janeiro, pela Força de Segurança Preventiva da ANP em Hebron. Ele foi interrogado a respeito de uma entrevista para a TV Al-Quds em que havia criticado a reação da ANP ao ataque israelense contra Gaza.

Na Faixa de Gaza, no dia 14 de agosto, o ministro do Interior do Hamas proibiu os jornalistas de entrarem em Rafah durante um combate entre as forças de segurança do Hamas e o Jund Ansar Allah. Em novembro, o Hamas impediu a realização de um encontro de jornalistas organizado pela Federação Internacional de Jornalistas.

■ Sari al-Qudweh, editor do jornal *Al Sabah*, foi detido, no mês de junho, pela administração *de facto* do Hamas em Gaza. Agentes dos serviços de segurança do Hamas também realizaram buscas em sua residência e fecharam os escritórios do jornal. Sari al-Qudweh foi libertado em 19 de agosto.

Violência contra mulheres e meninas

Cinco mulheres e uma adolescente de 16 anos, segundo consta, foram vítimas dos chamados assassinatos em nome da 'honra', a maioria delas nas mãos de parentes homens. Os responsáveis por esses crimes, quando julgados e condenados, geralmente receberam sentenças demasiado lenientes, muitas vezes sendo presos por menos de três anos.

■ Em 23 de julho, Fadia Jawdat al-Najjar, mãe de cinco filhos, divorciada, foi morta em Gaza. Seu pai, Jawdat al-Najjar, se entregou à polícia no dia 24 de julho e confessou tê-la espancado até a morte. Ele foi indiciado pelo homicídio e, no fim de 2009, aguardava julgamento.

Pena de morte

Na Cisjordânia e em Gaza, os tribunais continuaram sentenciando pessoas à morte, principalmente por homicídio e por 'colaboracionismo'; mas nenhuma execução foi levada a cabo. Na Cisjordânia, tribunais militares da ANP impuseram três sentenças de morte por supostos 'colaboracionismo' e traição. Em Gaza, tribunais militares do Hamas sentenciaram 14 pessoas à morte por acusações de 'colaboracionismo', traição e homicídio.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a Cisjordânia e a Faixa de Gaza em janeiro, fevereiro, junho, julho, outubro e novembro.

Palestinian Authority: Hamas' deadly campaign in the shadow of the war in Gaza (MDE 21/001/2009)

Israel/Gaza: Operation "Cast Lead" – 22 Days of Death and Destruction (MDE 15/015/2009)

Troubled waters – Palestinians denied fair access to water (MDE 15/027/2009)

PAQUISTÃO

REPÚBLICA ISLÂMICA DO PAQUISTÃO

Chefe de Estado:	**Asif Ali Zardari**
Chefe de governo:	**Yousuf Raza Gilani**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**180,8 milhões**
Expectativa de vida:	**66,2 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**85/94 por mil**
Taxa de alfabetização:	**54,2 por cento**

Milhões de paquistaneses sofreram abusos em consequência da forte escalada do conflito armado entre o governo e os grupos armados. Os talibãs paquistaneses e outros grupos contrários ao governo elegeram civis como alvo em todo o país, enquanto as forças de segurança usaram a força de modo indiscriminado e desproporcional, além de executarem extrajudicialmente pessoas suspeitas. Nas áreas controladas pelos talibãs do Paquistão e por grupos armados aliados, os civis foram submetidos a severos abusos, tais como prisões e detenções arbitrárias; tortura e outros maus-tratos; quase inexistência de processos judiciais adequados; restrições rigorosas à liberdade de expressão e de reunião; discriminação étnica e religiosa; e violência e discriminação contra mulheres e meninas. A violência contra minorias aumentou, e o governo não impediu os ataques nem puniu seus perpetradores. Não ocorreram execuções, embora 276 pessoas tenham sido sentenciadas à morte.

Informações gerais

Após os protestos liderados pelos advogados paquistaneses, Iftikhar Chaudhry foi reconduzido ao cargo de presidente da Suprema Corte, no dia 16 de março. Ele havia sido destituído do cargo em novembro de 2007 pelo então presidente Pervez Musharraf. No dia 31 de julho, a Suprema Corte decidiu que o Presidente Musharraf havia violado a Constituição quando, em 3 de novembro de 2007, declarou estado de emergência. Em agosto, um processo criminal foi ajuizado contra o ex-presidente por ele ter, em 2007, detido ilegalmente juízes de instâncias superiores do Judiciário. No dia 16 de novembro, a Suprema Corte retomou as audiências relativas a casos de desaparecimentos forçados, as quais haviam sido interrompidas pelo estado de emergência, declarado em 2007.

A violência no Baluchistão se intensificou em janeiro, quando grupos armados balúchis suspenderam um cessar-fogo declarado em meados de 2008. As tomadas de reféns e os homicídios ilegais cometidos pelos grupos armados foram respondidos pelos agentes do Estado com violações como prisões arbitrárias e desaparecimentos forçados.

Os talibãs do Paquistão e outros grupos insurgentes ligados a eles consolidaram seu domínio nas Áreas Tribais sob Administração Federal e expandiram seu alcance a partes da Província da Fronteira Noroeste, sobretudo no densamente povoado vale do Swat. O exército prosseguiu com as operações contra os insurgentes, concentrando-se, principalmente, em Swat no mês de abril, na agência de Khyber (subdivisão do território federal das áreas tribais) a partir de setembro, e no Waziristão do Sul a partir de outubro. Os insurgentes mataram centenas e feriram milhares de civis em ataques realizados por todo o país, atingindo, inclusive, mesquitas e escolas.

No dia 13 de abril, o Talibã do Paquistão em Swat forçou o Presidente Zardari a assinar o Regulamento Nizam-e-Adl (Sistema de Justiça). O regulamento formalizava o estabelecimento de tribunais que implementariam, na área de Malakand, a rigorosa interpretação que o Talibã faz da lei islâmica. O acordo de paz foi rompido quando, em meados de abril, os talibãs paquistaneses continuaram a realizar incursões no distrito vizinho de Buner. As ações do Talibã e as operações do exército que, em consequência, tiveram início em 26 de abril, desalojaram mais de dois milhões de pessoas. Elas se somaram aos cerca de meio milhão de paquistaneses que já tinham fugido de suas casas por causa do conflito entre o Talibã do Paquistão e as forças de segurança do governo. A operação, conduzida no Waziristão do Sul, provocou a fuga de mais de dois terços dos 450 mil habitantes da região.

Desenvolvimentos legais, constitucionais ou institucionais

Em 2 de outubro, o período de detenção provisória dos suspeitos detidos para interrogatório, conforme a Lei Antiterrorista, foi estendido de 30 para 90 dias.

No dia 19 de agosto, o Ministério dos Direitos Humanos informou ao Parlamento que, dos 11 mil

processos de direitos humanos registrados pelo Ministério em todo o país nos últimos três anos – a maioria na província de Sindh –, mais de oito mil ou não foram investigados pela polícia ou foram descartados.

Em 4 de agosto, a Assembleia Nacional aprovou a Lei de (Prevenção e Proteção contra a) Violência Doméstica. Porém, uma vez que a lei não passou no Senado e o governo não criou um comitê de mediação para resolver as diferenças, a lei acabou expirando por decurso de prazo.

O Presidente Zardari anunciou, em agosto, um pacote de reformas para as Áreas Tribais sob Administração Federal. O pacote incluía o fim da proibição às atividades de partidos políticos, assim como reformas limitadas na Regulamentação de Crimes de Fronteira, uma lei da era colonial que priva os moradores das Áreas Tribais sob Administração Federal da maioria dos direitos previstos no direito internacional e na Constituição paquistanesa. A implementação dessas reformas ainda era aguardada.

Em 24 de novembro, o Primeiro-Ministro Gilani apresentou propostas abrangentes para reduzir a presença militar no Baluchistão, para libertar indivíduos balúchis detidos por motivos políticos, exceto os envolvidos em "terrorismo", para libertar pessoas "desaparecidas" e para dar início a programas de melhorias econômicas. Segundo informações, vinte pessoas desaparecidas foram libertadas no final de novembro e, em dezembro, 89 ações criminais movidas contra ativistas políticos foram retiradas. Em 10 de dezembro, o Primeiro-Ministro teria afirmado que, das 992 vítimas balúchis de desaparecimentos forçados, 262 já haviam sido libertadas e as demais o seriam em breve.

P

Insurgência nas Áreas Tribais sob Administração Federal, na Província da Fronteira Noroeste e no Baluchistão

Os insurgentes sequestraram e mataram ilegalmente milhares de pessoas, inclusive anciãos das tribos, professores, jornalistas e outros profissionais, assim como pessoas desalojadas dentro do país que retornavam às suas casas. Em 87 ataques suicidas, 1.299 pessoas foram mortas e 3.633 ficaram feridas – a maioria civis. Nos dois últimos anos, o Talibã destruiu mais de 200 escolas em Swat, sendo que 100 delas eram escolas para meninas. Segundo autoridades locais, esses ataques interromperam as aulas de mais de 50 mil alunos desde o nível primário até o universitário.

Grupos talibãs estabeleceram 'tribunais' islâmicos informais nas áreas sob seu controle, 'julgando' e punindo um grande número de pessoas, principalmente mulheres acusadas de infringirem sua rígida interpretação da lei islâmica. As punições incluíam açoitamentos públicos e execuções.

Em algumas ocasiões, os militares paquistaneses usaram a força de modo excessivo ou indiscriminado em ataques a lugares que se suspeitava serem esconderijos do Talibã, o que provocou grande número de mortes de civis. As forças de segurança detiveram familiares, inclusive crianças, de pessoas suspeitas de serem insurgentes a fim de forçá-las a se entregarem.

Milícias tribais (*lashkars*) patrocinadas pelo Estado, porém não reguladas, formadas pelos anciãos da Província da Fronteira Noroeste e de determinadas áreas tribais, com o propósito de combater o Talibã e de proteger os moradores dos vilarejos, detiveram e, em alguns casos, mataram pessoas suspeitas de serem talibãs.

Jornalistas que cobriam a insurgência na região Noroeste e no Baluchistão foram alvo de perseguição tanto do governo quanto dos grupos armados, o que fez com que muitos abusos não fossem relatados. Pelo menos 10 jornalistas perderam a vida desempenhando seu trabalho.

■ O jornalista afegão Janullah Hashimzada foi morto, em 24 de agosto, em Jamrud, na agência de Khyber; seus colegas acreditam que o Talibã tenha sido responsável por sua morte. No mesmo mês, o jornal *Asaap*, com sede em Quetta, fechou depois que agentes dos serviços de segurança e de informações estiveram em seus escritórios para censurar seu trabalho.

■ No dia 7 de julho, em Buner, insurgentes incendiaram a residência de Behroz Khan, um jornalista que trabalhava para a Geo TV.

Pessoas desalojadas dentro do país

Além das cerca de 500 mil pessoas já desalojadas nas Áreas Tribais sob Administração Federal por causa do conflito, mais de dois milhões de pessoas tiveram de fugir dos combates que, a partir de abril, começaram a ser travados em Swat (veja a seção sobre o Afeganistão). O governo não assegurou o direito das pessoas desalojadas – mais da metade

crianças – à segurança, à saúde, à alimentação, a abrigo e à educação. Em outubro, as forças de segurança hostilizaram integrantes da tribo Mehsud que escapavam dos combates no Waziristão do Sul. Além disso, detiveram um grande número de indivíduos pertencentes a essa tribo com base na cláusula de responsabilidade coletiva da Regulamentação de Crimes de Fronteira.

Tortura e outros maus-tratos

Dezenas de detentos foram assassinados ou torturados até a morte, enquanto que outras execuções extrajudiciais também foram registradas em meio a um cenário de impunidade para essas violações.

■ Fanish Masih, de 19 anos, integrante da minoria cristã, foi encontrado morto, no dia 15 de setembro, na prisão de Sialkot, onde ele estava sendo confinado em uma cela solitária. As autoridades prisionais alegaram que ele havia cometido suicídio; porém, seus familiares teriam constatado lesões condizentes com tortura em sua testa, braços e pernas. Três agentes prisionais foram suspensos por negligência, mas nenhuma ação judicial foi movida contra eles.

■ Segundo informações, mais de 250 corpos de pessoas suspeitas de serem militantes teriam sido encontrados em Swat após meados de julho, alguns deles estavam dependurados em postes, para alertar aos talibãs sobre o que poderia acontecer com eles.

Desaparecimentos forçados

Surgiram novas denúncias de desaparecimentos forçados. Apesar de a Suprema Corte ter retomado, em novembro, as audiências sobre casos de desaparecimentos forçados, o destino e o paradeiro de centenas de pessoas desaparecidas continuavam desconhecidos.

■ Em outubro, um tribunal distrital de Abbottabad declarou que o ex-presidente Pervez Musharraf era suspeito de participação no caso do suposto sequestro de Atiq-ur Rehman, um cientista da Comissão de Energia Atômica do Paquistão, que desapareceu no dia 25 de junho de 2004.

■ Em 18 de agosto, o exército afirmou que detinha 900 indivíduos presos em Swat e que eles seriam entregues aos órgãos competentes. Sua identidade, destino e paradeiro permaneciam desconhecidos.

■ No dia 3 de abril, três ativistas balúchis, Ghulam Mohammad Baloch, Lala Muni e Sher Mohammad Baloch, foram sequestrados por homens vestidos à paisana, quando se encontravam no escritório de seu advogado, no mesmo dia em que um tribunal para casos de terrorismo os havia inocentado da acusação de provocar distúrbios. Segundo informações, eles foram levados em veículos da patrulha de fronteira. No dia 8 de abril, os três foram encontrados mortos. Ghulam Mohammad Baloch integrava um comitê que buscava confirmar a identidade de aproximadamente 800 vítimas de desaparecimentos forçados. A Corte Superior do Baluchistão abriu um inquérito judicial em abril. Em setembro, a corte fez um apelo aos serviços de informações para que auxiliassem na investigação dos assassinatos, depois que a polícia reclamou que eles não estavam cooperando.

Zakir Majeed Baloch, assistente social e vice-presidente da Organização dos Estudantes Balúchis (*BSO-Azaad*), segundo informações de sua família, foi levado por agentes do serviço de informações, no dia 8 de julho, próximo a Mastung, no Baluchistão. A polícia se recusou a registrar uma queixa de sua família. Seu destino e paradeiro continuavam desconhecidos.

Discriminação – minorias religiosas

Integrantes de minorias religiosas foram submetidos a crescentes abusos, como sequestros, homicídios, intimidações e hostilidades, enquanto os agentes do Estado não os protegiam nem processavam adequadamente os responsáveis pelos abusos. O Talibã impôs a *jizia* (taxa que deve ser paga por não-muçulmanos que vivem sob regime muçulmano) a sikhs, hindus e cristãos; em alguns casos, simplesmente os expulsou. A violência sectária entre as comunidades sunitas e xiitas aumentou na agência de Kurram, sob controle do Talibã sunita.

■ Pelo menos 14 integrantes da comunidade Ahmadiyya, inclusive crianças, foram presos acusados de blasfêmia, o que é punido, obrigatoriamente, com a morte. Ao menos 11 ahmadis e nove cristãos foram mortos, devido a sua fé, em incidentes separados.

■ Em 29 de janeiro, cinco ahmadis, entre os quais um menor, foram detidos sob acusações falsas de blasfêmia, no distrito de Layyah, na província do Punjab, sem que houvesse provas ou testemunhas que corroborassem as acusações contra eles. Os cinco foram soltos provisoriamente.

■ Em Gorja, no Punjab, mais de mil pessoas atacaram o bairro cristão, no dia 1º de agosto, queimando seis

pessoas vivas, entre elas uma criança de sete anos. Outras dezessete pessoas ficaram feridas; uma delas veio a falecer. Os ataques foram uma resposta aos rumores de que cristãos haviam rasgado páginas do Corão na localidade vizinha de Korian. Um inquérito judicial, determinado pelo líder governamental do Punjab, teve suas conclusões apresentadas às autoridades do Punjab no início de setembro; porém, essas conclusões não foram divulgadas. Das 42 pessoas presas por acusações relacionadas ao ataque de Gorja, 35 foram soltas provisoriamente.

Violência contra mulheres e meninas

As mulheres continuaram sendo vítimas de assassinatos 'em nome da honra', dos quais 960 incidentes foram registrados. Em setembro, a autoridade judicial do Punjab anunciou que crimes contra as mulheres seriam julgados segundo a Lei Antiterrorista.

■ Na Província da Fronteira Noroeste e nas áreas tribais, grupos talibãs fecharam ou queimaram escolas para meninas, obrigaram as mulheres a usar véu e proibiram-nas de sair de casa se não estivessem acompanhadas por parentes homens. Várias mulheres foram punidas, mortas a tiros ou mutiladas por supostas atividades 'imorais'.

Continuou sendo difícil obter compensações legais por abusos cometidos contra os direitos das mulheres.

■ Em 27 de abril, Ayman Udas, uma cantora pashtun de Peshawar, foi morta a tiros, segundo informações, por seus dois irmãos, os quais consideravam que seu divórcio, seu novo casamento e sua carreira artística eram prejudiciais à honra da família. Ninguém foi preso.

P

Direitos das crianças

Prosseguiram os trabalhos infantis, a violência doméstica, os abusos sexuais e os casamentos forçados de meninas para resolver disputas. Raramente o governo agia para impedir esses abusos ou para garantir que os responsáveis fossem punidos. Em outubro, a Assembleia de Sindh registrou que 4.367 vítimas de trabalho infantil haviam sido resgatadas, entre maio de 2008 e abril de 2009, somente nessa província, e entregues a uma ONG que cuidaria de sua reabilitação.

Em diversas ocasiões, o exército apresentou crianças à imprensa, afirmando que elas haviam sido encontradas em campos do Talibã, onde seriam treinadas para realizar missões suicidas.

■ Em agosto, 11 meninos, três dos quais aparentavam menos de 10 anos, foram apresentados a jornalistas em Mingora "visivelmente traumatizados". Eles contaram que eram mantidos em campos do Talibã junto com centenas de outros meninos.

O decreto sobre o Sistema de Justiça Juvenil, de 2000, continuou sendo implementado de modo inadequado. Sua cláusula prevendo que crianças sejam detidas separadas de adultos ainda não era aplicada.

Pena de morte

A Comissão de Direitos Humanos do Paquistão registrou 276 novas sentenças de morte, com 7.700 pessoas que permaneciam condenadas à pena capital. Nenhuma execução foi levada a cabo.

Promessas, feitas em 2008, de comutar todas as sentenças de morte por prisão perpétua continuaram não sendo cumpridas. Em setembro, o Presidente Zardari apelou aos governadores provinciais para que apresentassem recomendações sobre a comutação das penas de morte por penas de 24 a 30 anos de prisão. Em 31 de agosto, a Suprema Corte suspendeu uma ordem expedida em abril, pela Corte Superior de Lahore, determinando que sentenças de morte não fossem impostas a mulheres e a menores nos casos envolvendo narcóticos.

Visitas e relatórios da AI

Um representante da Anistia Internacional visitou o Paquistão em maio.

Pakistan: Resolve hundreds of Baluch "disappearances" (ASA 33/001/2009)

Pakistan: Lahore attack shows government must do more to protect civilians (ASA 33/002/2009)

Pakistan: Government should take concrete action to amend or abolish the blasphemy laws within a year (ASA 33/008/2009)

Pakistan: Government must prepare for South Waziristan displacement crisis, 16 October 2009

Pakistan: Amnesty International welcomes Supreme Court move to hear disappearances cases (ASA 33/011/2009)

PARAGUAI

REPÚBLICA DO PARAGUAI

Chefe de Estado e de governo:	**Fernando Lugo**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**6,3 milhões**
Expectativa de vida:	**71,7 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**44/32 por mil**
Taxa de alfabetização:	**94,6 por cento**

O governo adotou certas medidas para cumprir suas promessas em matéria de direitos humanos e para fortalecer as instituições; contudo, não cumpriu o prometido com relação a questões fundamentais como a reforma agrária e os direitos dos povos indígenas. Em algumas áreas rurais, ocorreram denúncias de maus-tratos policiais. Houve avanços no sentido de levar à Justiça os responsáveis por violações de direitos humanos cometidas no passado.

Informações gerais

Foram adotadas medidas para fortalecer o arcabouço de proteção dos direitos humanos dentro do Executivo; porém, não havia indicações claras de como essas medidas se refletiriam no funcionamento do Legislativo ou do Judiciário. Permaneceram as preocupações relativas à eficácia de órgãos essenciais, tais como a Ouvidoria Pública (*Defensoria del Pueblo*) e o Instituto Paraguaio do Indígena.

A violência atribuída ao grupo armado Exército do Povo Paraguaio (EPP), inclusive o sequestro do fazendeiro Fidel Zavala, em outubro, provocaram temores relativos à segurança em algumas áreas.

Em maio, o governo declarou estado de emergência nos departamentos a oeste do Paraguai, em consequência de uma forte estiagem que provocou problemas de segurança alimentar entre as comunidades indígenas e campesinas (pequenos agricultores).

Direitos dos povos indígenas

Ao mesmo tempo em que as autoridades adotaram algumas medidas para assegurar a prestação de serviços básicos às comunidades indígenas, elas não trataram das reivindicações às terras dos povos indígenas, não enfrentaram a discriminação nem monitoraram efetivamente a utilização de comunidades indígenas para trabalhos forçados em áreas remotas do país.

Em outubro, o Senado rejeitou um projeto de lei para desapropriar as terras tradicionais dos Yakye Axa de seus atuais proprietários e restituí-las a essa comunidade. A rejeição se deu a despeito de já ter vencido o prazo estipulado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos para a implementação de uma decisão que ordenava a restituição das terras. Não houve avanços significativos com relação à devolução das terras dos Sawhoyamaxa, segundo uma decisão de 2006 da Corte Interamericana. No fim de 2009, um terceiro caso, referente à comunidade Xákmok Kásek, ainda não havia sido decidido pela Corte Interamericana.

Em novembro, a Comissão de Direitos Humanos do Senado aparentemente apoiou a expulsão de aproximadamente 150 famílias Avá Guarani de suas terras tradicionais no distrito de Itakyry. Mais tarde, no mesmo mês, a ordem de expulsão foi revogada devido à forte comoção pública que causou. Depois disso, integrantes da comunidade relataram terem sido borrifados com o que parecia ser um pesticida tóxico lançado de um pequeno avião. Esse fato foi confirmado por um relatório do Ministério da Saúde. Mais de 200 pessoas teriam sido afetadas pela substância e muitas delas precisaram de tratamento hospitalar.

Havia informações de que pesticidas foram utilizados próximo às comunidades indígenas, o que infringe normas nacionais. O Instituto Paraguaio do Indígena relacionou a morte de 12 índios Mbyá Guaraní, entre junho e agosto de 2009, no distrito de Aba'í, departamento de Caazapá, a possível contaminação por pesticidas utilizados nas plantações vizinhas de trigo e de soja.

A deterioração das condições de vida que enfrentam algumas comunidades sem terras, somada à precariedade de acesso a serviços essenciais, provocou problemas de saúde graves e mortes que poderiam ter sido evitadas. No começo de 2009, seis integrantes da comunidade indígena Sawhoyamaxa morreram após um período de diarreia e vômitos.

Apesar das promessas governamentais, prosseguiu o desflorestamento no norte do Chaco, expondo a riscos cada vez maiores os povos indígenas Ayoreo-Totobiegosode que habitam essa área.

Um estudo das Nações Unidas publicado em março chamava atenção para as violações

generalizadas dos direitos trabalhistas dos povos indígenas na região do Chaco, e para a contínua utilização de trabalho forçado e de trabalho infantil nas fazendas.

Disputas por terra

Grupos de campesinos continuaram a demandar um processo de reforma agrária que atenda as suas necessidades. Alguns deles realizaram manifestações, montaram barreiras rodoviárias e fizeram ocupações em apoio a suas demandas. Diversas pessoas foram mortas ou feridas em situações de disputas por terras e durante ações de cumprimento da lei.

■ Em maio, o corpo do líder campesino Enrique Brítez Irala, de 30 anos, foi encontrado enforcado em uma árvore nas terras da empresa agropecuária La Fortuna, na colônia Jejuí, distrito de Choré, no departamento de San Pedro. Ele estava envolvido em uma disputa com um fazendeiro local. Grupos campesinos informaram que Enriquez Brítez Irala, que desaparecera três dias antes de seu corpo ser encontrado, havia sido torturado. Afirmaram ainda serem falsas as sugestões de que ele teria se suicidado. No fim do ano, investigações sobre o caso estavam em andamento.

Forças policiais e de segurança

Policiais foram acusados de ferir dezenas de pessoas durante uma incursão em um acampamento campesino no bairro Toro Blanco, município de Caaguazú. Os policiais estavam em busca de pessoas suspeitas de participação em um assalto, ocorrido em julho, em estabelecimentos comercias das vizinhanças. Aproximadamente 50 pessoas foram detidas acusadas de resistir à prisão e de colocar em risco a ordem pública. No fim do ano, elas aguardavam julgamento.

Impunidade

Houve avanços significativos no sentido de levar à Justiça alguns perpetradores mais destacados de violações contra os direitos humanos, cometidas durante o governo militar do general Alfredo Stroessner (1954-1989). Até o final de 2009, cerca de 13.700 requerimentos de reparação haviam sido entregues ao ouvidor (*Defensor del Pueblo*) – depois que, em 2008, a legislação sobre indenizações foi alterada. Em outubro, o ministro da Defesa Nacional autorizou a abertura de arquivos da época do regime militar. Pela primeira vez, os ativistas de direitos humanos que investigam as violações cometidas nesse período tiveram acesso a essas informações.

■ Em maio, Sabino Augusto Montanaro, ministro do Interior entre 1968 e 1969, foi preso após regressar voluntariamente de seu exílio em Honduras para o Paraguai. Ele foi processado por uma série de violações de direitos humanos, inclusive por crimes que teriam sido cometidos como parte da Operação Condor – um plano conjunto dos governos militares do Cone Sul, nas décadas de 1970 e 1980, para eliminar seus oponentes.

■ Em agosto, um juiz ordenou a extradição para a Argentina de Norberto Bianco, que servira como médico do exército no hospital militar Campo de Mayo, a fim de que ele fosse julgado por sua suposta participação na detenção ilegal de mais de 30 mulheres e na posterior apropriação de seus filhos em 1977 e 1978. No fim do ano, ele aguardava ser extraditado.

■ Em junho, o ex-diplomata Francisco Ortiz Téllez foi preso em conexão com o desaparecimento forçado de Agustín Goiburú, um proeminente opositor do governo Stroessner, em 1977. No fim do ano, Francisco Ortiz Téllez estava em prisão domiciliar enquanto aguardava o julgamento de um recurso.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Paraguai em março, quando se reuniram com o Presidente Lugo e com outras autoridades.

"We´re only asking for what is ours" – Indigenous Peoples in Paraguay (AMR 45/005/2009)

P

PORTUGAL

REPÚBLICA PORTUGUESA

Chefe de Estado:	**Aníbal António Cavaco Silva**
Chefe de governo:	**José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**10,7 milhões**
Expectativa de vida:	**78,6 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**6/5 por mil**
Taxa de alfabetização:	**94,9 por cento**

A investigação judicial da suposta cumplicidade das autoridades portuguesas com a transferência ilegal de presos para a Baía de Guantánamo foi encerrada em maio em razão de falta de provas. Dois ex-detentos de Guantánamo fixaram residência em Portugal. A violência doméstica provocou várias mortes. As investigações sobre denúncias de torturas cometidas por policiais prosseguiram de modo lento, com evidências de impunidade.

Segurança e combate ao terrorismo

No final de maio, por falta de provas, a Procuradoria-Geral da República encerrou a investigação judicial sobre as denúncias de que voos secretos da CIA, assim como outras transferências ilegais de prisioneiros para Guantánamo, teriam passado por território português. Em julho, Ana Gomes, integrante portuguesa do Parlamento Europeu, interpôs um recurso em que pedia a continuação da investigação, argumentando que esta fora inadequada. Ela citou inúmeras falhas, inclusive não ter sido tomado depoimento de funcionários relevantes do serviço de informações, de ministros da defesa e das relações exteriores, de ex-primeiros ministros, de funcionários da embaixada dos Estados Unidos, ou dos diretores do Instituto Nacional de Aviação Civil e da Navegação Aérea de Portugal. Ela também criticou o fato de a Procuradoria-Geral da República não ter pedido esclarecimentos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre se as autorizações excepcionais aos Estados Unidos, permitindo "o transporte de materiais e de pessoas contenciosos" incluíam a transferência de prisioneiros para centros de detenção secretos. O recurso foi rejeitado, em setembro, pela Procuradoria-Geral da República, que declarou serem "irrelevantes" as medidas investigatórias adicionais requisitadas.

Em 28 de agosto, dois detentos sírios que estavam na Baía de Guantánamo foram libertados e transferidos para Portugal. Seu retorno à Síria não foi possível devido ao risco de sofrerem tortura e outras graves violações dos direitos humanos. Com base em questões humanitárias, o governo português concedeu residência aos dois indivíduos e confirmou que nenhum tipo de acusação seria feita contra eles.

Violência contra mulheres e meninas

A APAV, Associação Portuguesa de Apoio à Vitima, registrou 15.904 queixas relativas a violência doméstica em 2009. Dessas, 16 eram de homicídio.

Tortura e outros maus-tratos

Em 2009, prosseguiram as investigações criminais sobre denúncias de tortura e de outros maus-tratos cometidos por agentes policiais.

■ Em 22 de maio, o Tribunal Penal do Faro pronunciou sua sentença no caso da tortura de Leonor Cipriano. O tribunal reconheceu que ela havia sido torturada sob custódia policial em 2004. No entanto, absolveu todos os três policiais, alegando ser impossível identificar exatamente quem havia sido o responsável. Um quarto policial foi condenado por crime de falso testemunho e outro foi condenado por crime de falsificação de documentos. O recurso de Leonor Cipriano estava pendente no final do ano.

■ No fim do ano, não havia sido marcada uma data para a audiência de três agentes da polícia judiciária acusados de terem torturado Virgolino Borges em março de 2000. O caso estava prestes a ser julgado em novembro de 2008, mas foi adiado até a realização de exames médicos adicionais requisitados pela defesa. Virgolino Borges disse ter sido torturado, enquanto estava sob custódia, por policiais que o esmurraram e bateram nas solas dos seus pés com um bastão de madeira. A investigação foi encerrada em 2005 pela Procuradoria-Geral da República, que afirmou que as lesões de Virgolino Borges poderiam ter sido autoinfligidas. Virgolino Borges recorreu da decisão perante os tribunais regionais de Lisboa: primeiro ao Tribunal de Instrução e depois ao Tribunal da Relação, o qual ordenou, em novembro de 2005, que o caso fosse a julgamento.

REINO UNIDO

REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE

Chefe de Estado:	**Rainha Elizabeth II**
Chefe de governo:	**Gordon Brown**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**61,6 milhões**
Expectativa de vida:	**79,3 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**6/6 por mil**

Continuaram a surgir denúncias que implicam o Reino Unido em violações graves contra os direitos humanos de pessoas detidas no estrangeiro. Os apelos para que investigações independentes fossem realizadas sobre a participação do Reino Unido nessas violações foram ignorados. Prosseguiram as tentativas do governo de repatriar pessoas para países conhecidos por praticarem tortura, com base em "garantias diplomáticas". O Tribunal Europeu de Direitos Humanos concluiu que, ao deter diversos cidadãos estrangeiros sem acusação nem julgamento ("internamento"), o Reino Unido havia violado os direitos humanos dessas pessoas. A implementação de medidas adotadas com o propósito declarado de combater o terrorismo levou a violações dos direitos humanos, inclusive a procedimentos judiciais injustos. O Executivo obteve poderes para minar a independência dos inquéritos de juízes-legistas e para esquivar-se desses inquéritos. Vinte anos após a morte de Patrick Finucane, ainda não foi aberta uma investigação sobre a cumplicidade do Estado no seu assassinato.

Segurança e combate ao terrorismo

Tortura e outros maus-tratos

Surgiram novas denúncias de que violações graves de direitos humanos foram cometidas com o conhecimento, com a cumplicidade e, em alguns casos, com a presença de agentes dos serviços de informações britânicos, em países como Bangladesh, Egito, Paquistão e Emirados Árabes Unidos. Também surgiram denúncias de que autoridades britânicas tentaram acobertar o envolvimento do Reino Unido nessas violações. Em agosto, dois comitês parlamentares manifestaram preocupação com a participação do Reino Unido na tortura de pessoas "suspeitas de terrorismo" detidas no estrangeiro. No entanto, os apelos para que se conduzissem investigações independentes sobre o papel do Reino Unido nessas e em outras graves violações de direitos humanos, perpetradas no contexto da chamada guerra ao terror – inclusive sobre o envolvimento do país no programa de transferências extrajudiciais (*renditions*) comandado pelos Estados Unidos – foram ignorados.

■ Em fevereiro, Binyam Mohamed, um cidadão etíope ex-residente do Reino Unido, foi libertado da custódia dos EUA em Guantánamo, Cuba, onde ele estava sendo mantido desde 2004, e foi devolvido ao Reino Unido. Ele havia sido detido no Paquistão, em abril de 2002 e, então, transferido extrajudicialmente, no programa liderado pelos EUA, para o Marrocos, depois para o Afeganistão e depois para a Baía de Guantánamo. O governo dos EUA não negou que seu tratamento configurasse tortura ou outros maus-tratos. Juízes britânicos decidiram repetidas vezes, durante o ano, que o governo do Reino Unido deveria revelar o que a Agência Central de Informações dos EUA (CIA) informou ao Serviço de Segurança (MI5), e o que o Serviço Secreto de Informações (MI6) sabia sobre o tratamento ilegal de Binyam Mohamed. Os juízes também deixaram claro que "a relação do governo do Reino Unido com as autoridades dos Estados Unidos em conexão com [Binyam Mohamed] foi muito além daquela de um espectador ou de uma testemunha diante do suposto delito". No fim do ano, um recurso do governo britânico contra as decisões que o obrigavam a fazer as revelações ainda não havia sido julgado. Em março, foi anunciado que a polícia abriria uma investigação sobre denúncias de possíveis delitos penais nesse caso.

■ No final do ano, Shaker Aamer, um cidadão saudita, ao que se sabe, era o único ex-residente do Reino Unido que ainda permanecia detido em Guantánamo. Após sua captura no Afeganistão, ele foi detido pelas autoridades militares dos EUA em diversos locais antes de ir para Guantánamo. Em dezembro, a Suprema Corte da Inglaterra e País de Gales ordenou que as autoridades britânicas revelassem certos documentos que pudessem fundamentar sua argumentação de que quaisquer confissões que ele possa ter feito durante sua detenção foram induzidas por maus-tratos nas mãos de agentes estadunidenses e britânicos. Isso desacreditaria tais confissões e aumentaria suas chances de ser libertado.

■ Em fevereiro, o governo admitiu que, ao contrário do que havia afirmado antes, dois indivíduos capturados

pelas forças britânicas no Iraque, em 2004, e transferidos para a custódia estadunidense foram, posteriormente, levados para uma unidade de detenção dos EUA no Afeganistão. O governo dos Estados Unidos classificou-os como "combatentes inimigos ilegais". Temia-se que os esforços que vinham sendo feitos para identificá-los estivessem sendo dificultados pelo governo britânico.

Em dezembro, o Grupo Parlamentar Suprapartidário sobre Transferências Extrajudiciais do Reino Unido deu início a procedimentos jurídicos nos Estados Unidos, requerendo que vários órgãos de segurança estadunidenses revelassem qual era o papel do Reino Unido no programa de transferências extrajudiciais liderado pelos EUA. Tais informações incluíam a transferência ilegal de duas pessoas através do território britânico de Diego Garcia e a entrega, feita no Iraque, pelas forças especiais britânicas às forças estadunidenses, de outros indivíduos que foram, então, levados de avião para o Afeganistão.

Deportações

Prosseguiram as tentativas de deportar indivíduos que se alegava representarem uma ameaça à "segurança nacional" do Reino Unido para países onde corriam o risco de sofrer violações graves de direitos humanos, inclusive tortura. O governo continuou argumentando que "garantias diplomáticas" (promessas de cumprimento não-obrigatório por parte dos países para onde esses indivíduos seriam repatriados) seriam suficientes para reduzir os riscos que eles enfrentariam.

■ Em fevereiro, dois cidadãos argelinos, denominados "RB" e "U" nos procedimentos judiciais britânicos, assim como Omar Othman (também conhecido como Abu Qatada), cidadão jordaniano, tiveram seus recursos contra a deportação para seus respectivos países, por motivos de segurança nacional, indeferidos pelo Comitê de Apelação da Câmara dos Lordes (*Law Lords* ou juízes lordes). Nos três casos o governo apoiava-se em "garantias diplomáticas" oferecidas, respectivamente, pelo governo da Argélia e da Jordânia, argumentando que tais garantias reduziriam suficientemente o risco de que os três indivíduos fossem submetidos a violações de direitos humanos graves, inclusive tortura, quando retornassem.

No dia seguinte, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos expediu medidas provisórias indicando ao governo que Omar Othman não deveria ser deportado para a Jordânia. No fim do ano, o caso ainda aguardava conclusão.

■ Em abril, 10 estudantes paquistaneses foram presos no Reino Unido e detidos por suspeita de envolvimento com terrorismo. Eles foram soltos mais tarde sem acusações; porém, foram presos e detidos novamente enquanto aguardavam serem deportados por razões de "segurança nacional". Eles ficaram detidos em prisões de alta segurança. Até dezembro, oito deles desistiram de recorrer da deportação e foram devolvidos ao Paquistão.

Em dezembro, a Suprema Corte da Inglaterra e País de Gales tomou uma decisão contrária ao governo e à Comissão Especial de Apelações sobre Imigração (SIAC, em inglês). A corte decidiu que, mesmo em uma situação de liberdade provisória perante a SIAC, procedimentos judiciais justos requeriam transparência suficiente e que, ademais, fundamentar-se em materiais secretos infringiria as normas para julgamentos justos.

Internamento

Em fevereiro, a Grande Câmara do Tribunal Europeu de Direitos Humanos decidiu por unanimidade que, ao "internar" nove cidadãos estrangeiros por suspeita de terrorismo, o Reino Unido havia violado seu direito à liberdade. Tê-los detido sem acusação nem julgamento era algo que os discriminava, injustificavelmente, perante os cidadãos britânicos. O Tribunal concluiu ainda que, dos nove indivíduos, quatro não haviam podido efetivamente questionar as denúncias contra eles porque os materiais públicos nos quais o governo havia se baseado consistiam simplesmente de afirmações genéricas. Além do mais, a decisão da corte nacional de sustentar sua detenção baseava-se somente, ou em grau decisivo, em materiais secretos aos quais nem eles nem seus advogados de escolha tiveram acesso. O Tribunal concluiu ainda que nenhum dos nove indivíduos obteve seu direito à compensação pelas violações mencionadas acima.

"Ordens de controle"

Até 10 de dezembro, vigoravam 12 "ordens de controle" baseadas na Lei de Prevenção ao Terrorismo de 2005. A lei concede a um ministro do governo poderes sem precedentes para emitir "ordens de controle" que restringem a liberdade, a circulação e as atividades de pessoas presumidamente suspeitas de envolvimento com terrorismo, com base em informações secretas.

■ Em junho, os *Law Lords* aplicaram a decisão do Tribunal Europeu de Direitos Humanos (ver acima) e permitiram a interposição de recursos de três indivíduos, denominados "AF", "AN" e "AE", contra a imposição de "ordens de controle", constatando que essas ordens infringiam seu direito a procedimentos judiciais justos. Os *Law Lords* decidiram, por unanimidade, que "AF", "AN" e "AE" devem obter uma revelação suficiente. O julgamento determinou que pessoas submetidas a "ordens de controle" deveriam receber informações suficientes sobre as denúncias contra elas, a fim de permitir que preparem uma defesa efetiva. Determinou ainda que, quando um caso contra uma pessoa sob "controle" fosse fundamentado somente ou em grau decisivo em materiais secretos, as normas para julgamentos justos não estariam sendo respeitadas.

■ Em agosto, Mahmoud Abu Rideh, um indivíduo palestino apátrida, que havia sido anteriormente "internado", em dezembro de 2001, com base em poderes decretados após os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos, e que, desde março de 2005, estava submetido a uma "ordem de controle", afirmou que ele não podia mais permanecer no Reino Unido e que desejava deixar o país. Após uma ameaça de ação judicial, o governo concordou em conceder-lhe um certificado de viagem que permitia sua saída e reentrada no Reino Unido por um período de até cinco anos. Apesar disso, assim que Mahmoud Abu Rideh deixou o país, o governo cancelou seu certificado de viagem e ordenou sua exclusão permanente do Reino Unido.

Forças armadas no Iraque

Em junho, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos declarou ser parcialmente admissível a ação movida contra o Reino Unido em nome de Faisal Attiyah Nassar Al-Saadoon e Khalaf Hussain Mufdhi, dois cidadãos iraquianos. Em 2003, eles foram presos e detidos no Iraque, em unidades de detenção administradas pelo Reino Unido. Em dezembro de 2008, foram transferidos à custódia iraquiana, apesar de fortes razões para se acreditar que eles corriam riso de serem submetidos a um julgamento injusto perante o Tribunal Superior do Iraque, seguido de sua execução. Além disso, o Tribunal Europeu de Direitos Humanos havia emitido medidas provisórias indicando que o governo do Reino Unido não deveria transferi-los às autoridades iraquianas até nova determinação.

Em maio, em uma decisão contrária ao governo, a Corte de Apelações da Inglaterra e País de Gales confirmou que soldados britânicos prestando serviço militar no Iraque tinham direito a usufruir dos direitos garantidos pela Lei de Direitos Humanos de 1998.

■ Um inquérito público sobre as circunstâncias da morte de Baha Mousa, aberto com base na Lei de Inquéritos de 2005, ainda estava em andamento no fim do ano. Em setembro de 2003, Baha Mousa morreu em uma unidade de detenção administrada pelo Reino Unido no Iraque, após ter sido torturado por soldados britânicos por um período de 36 horas.

Em novembro, o governo anunciou a abertura de um inquérito público, conforme a Lei de Inquéritos de 2005, sobre o caso de Khuder al-Sweady e de outros cinco iraquianos. O caso se refere, entre outras coisas, às denúncias sobre o assassinato de Khuder al-Sweady e sobre a tortura ou os maus-tratos, por parte de soldados britânicos, de cinco outros iraquianos quando estavam detidos no Iraque em 2004.

Desenvolvimentos legais

Em novembro, o Parlamento aprovou a Lei de Investigação Forense e Justiça de 2009 (*Coroners and Justice Act*). A lei concedia poderes ao Executivo para ordenar a suspensão de um inquérito de juiz-legista e para instituir, em seu lugar, um inquérito com base na Lei de Inquéritos de 2005, sustentando que esse segundo inquérito seria adequado para investigar uma causa de morte.

Forças policiais e de segurança

Em abril, o policiamento das manifestações ocorridas durante a Cúpula do G20, em Londres, foi motivo de preocupações. Houve denúncias sobre uso de força desproporcional; sobre a utilização de armas como cassetetes e escudos nas ações contra os manifestantes; e sobre a remoção intencional dos números de identificação da polícia.

■ Imagens em vídeo disponíveis ao público parecem mostrar que, no dia 1º de abril, um policial usando capacete e balaclava atingiu Ian Tomlinson, um vendedor de jornais de 47 anos, com o cassetete na parte de trás de suas pernas, derrubando-o no chão. Quando isso aconteceu, Ian Tomlinson estava de costas para a linha da polícia de choque e caminhava com as mãos nos bolsos, afastando-se dos policiais. Em seguida, ele desmaiou e morreu. A polícia somente admitiu o contato físico com Ian Tomlinson depois que

o vídeo foi divulgado. No fim do ano, um policial estava sendo investigado por suspeita de homicídio culposo.

■ Em fevereiro, a Procuradoria-Geral britânica (*Crown Prosecution Service*) anunciou que não havia provas suficientes de qualquer delito cometido individualmente por nenhum policial no caso da morte de Jean Charles de Menezes, um cidadão brasileiro morto a tiros pelos policiais em Londres em 2005. A decisão pareceu sancionar a impunidade pelo assassinato. Em novembro, a Polícia Metropolitana concordou em pagar uma indenização à família de Jean Charles de Menezes.

■ Em março, o diretor geral da polícia de Londres concordou em pagar indenização compensatória e também punitiva (não-compensatória) a Babar Ahmad, depois de admitir que, em dezembro de 2003, policiais o haviam submetido a uma agressão violenta, prolongada e injustificada, inclusive submetendo-o duas vezes a uma chave-de-pescoço potencialmente fatal.

Irlanda do Norte

Grupos republicanos dissidentes reivindicaram a responsabilidade pela morte, no mês de março, de dois soldados, Mark Quinsey e Patrick Azimkar, e do policial Stephen Paul Carroll.

Em junho, a jornalista Suzanne Breen venceu sua batalha judicial contra o cumprimento de uma requisição do Serviço de Polícia da Irlanda do Norte para que ela entregasse à polícia materiais referentes à morte dos dois soldados. A autoridade judiciária de Belfast decidiu que entregar o material à polícia colocaria sua vida em perigo, e reconheceu que a proteção da confidencialidade das fontes dos jornalistas era parte do direito à liberdade de expressão.

Conivência e assassinatos políticos

Em janeiro, o Grupo de Consultas sobre o Passado, criado pelo governo em 2007, recomendou o estabelecimento de uma comissão independente para tratar do legado do passado, que integrasse processos de reconciliação, justiça e recuperação de informações.

■ Vinte anos após o assassinato do eminente advogado de direitos humanos Patrick Finucane, o governo continua a descumprir sua promessa de iniciar um inquérito independente sobre a cumplicidade do Estado com sua morte.

Três inquéritos públicos sobre denúncias de cumplicidade do Estado nos assassinatos de Robert Hamill, Rosemary Nelson, uma advogada de direitos humanos, e Billy Wright encerraram a fase de coleta de provas. As conclusões eram aguardadas para 2010. A exclusão de familiares e de seus advogados de diversas sessões de cada um dos inquéritos foi motivo de preocupação.

Discriminação – ciganos

Com as crescentes agressões físicas e verbais verificadas nos meses anteriores, em junho mais de 100 ciganos tiveram que deixar suas casas em Belfast.

Refugiados, requerentes de asilo e imigrantes

Em outubro, contrariando recomendação do ACNUR, a agência de refugiados da ONU, o governo tentou devolver à força 44 iraquianos para Bagdá. Quando lá chegaram, as autoridades iraquianas aceitaram apenas 10 deles. Os outros 34 foram mandados de avião de volta para o Reino Unido, onde foram detidos assim que chegaram.

Em novembro, o governo reconheceu que todos os darfurenses não-árabes, independentemente de sua afiliação política ou de outro tipo, corriam risco de perseguição em Darfur e que sua recolocação interna em outras partes do Sudão não era, no momento, uma possibilidade.

Em dezembro, as Escolas Reais de Pediatria e Saúde da Criança, de Clínica Geral e de Psiquiatria emitiram um comunicado conjunto pedindo que se acabe, imediatamente, com a detenção administrativa de menores, segundo os poderes da Lei de Imigração, afirmando que tal prática era "vergonhosa", "prejudicial" e "causava danos permanentes à saúde das crianças".

Em julho, o inspetor-chefe das prisões da Inglaterra e País de Gales constatou que as condições de um centro de detenção sob administração privada, Tinsley House, próximo a Londres, eram "totalmente inaceitáveis" para mulheres e crianças, e que as condições haviam piorado desde a última inspeção, exacerbando uma "cultura prisional nociva". Houve preocupação com a detenção de algumas famílias por até 72 horas e de outras por várias semanas.

Violência contra mulheres e meninas

Em novembro, o governo lançou uma estratégia para enfrentar a violência contra a mulher, de acordo

com os compromissos assumidos em virtude da Plataforma de Ação de Pequim de 1995 das Nações Unidas.

Também em novembro, o governo anunciou um projeto piloto de três meses para lidar com a crise de direitos humanos enfrentada por mulheres que corriam perigo de sofrer violências e que tinham insegurança de status imigratório.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional acompanharam procedimentos judiciais nos tribunais da Inglaterra no decorrer do ano, inclusive contestações a ordens de controle, recursos contra deportações com garantias e ações judiciais movidas contra o governo por ex-detentos de Guantánamo.

United Kingdom: The case of Binyam Mohamed: "championing the rule of law"? (EUR 45/001/2009)

UK/Northern Ireland: Patrick Finucane: twenty years on, still no inquiry (EUR 45/002/2009)

Independent investigation into alleged UK involvement in torture long overdue (EUR 45/009/2009)

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	
Chefe de Estado:	**Joseph Kabila**
Chefe de governo:	**Adolphe Muzito**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**66 milhões**
Expectativa de vida:	**47,6 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**209/187 por mil**
Taxa de alfabetização:	**67,2 por cento**

Sérias violações do direito internacional humanitário e dos direitos humanos foram cometidas no leste da República Democrática do Congo (RDC) por grupos armados e pelo exército nacional, especialmente no contexto das operações militares do governo contra o grupo armado Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR). O exército, a polícia e os serviços de informações do governo foram responsáveis por violações de direitos humanos sérias e, algumas vezes, politicamente motivadas, por todo o país, as quais incluíam frequentes prisões arbitrárias, atos de tortura e outros maus-tratos, além de violência sexual. Várias pessoas foram sentenciadas à morte; nenhuma execução foi relatada. Houve um aumento das restrições oficiais à liberdade da imprensa e ocorreram numerosos ataques ou ameaças contra defensores dos direitos humanos. As relações entre a RDC e Angola se deterioraram, culminando com uma arbitrária e recíproca expulsão em massa de imigrantes e refugiados em setembro.

Conflito armado

Em janeiro, os governos congolês e ruandês lançaram uma ofensiva militar conjunta contra as FDLR na província de Kivu-Norte. As forças ruandesas se retiraram em fevereiro. A segunda investida contra a FDLR, conhecida como Kimia II, foi lançada pelo exército nacional – as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) – em março, com o apoio da missão de manutenção de paz da ONU na RDC (MONUC). A Kimia II foi expandida para a província de Kivu-Sul, em julho, e prosseguiu em ambas as províncias até o final do ano. Em outubro, o relator especial nas Nações Unidas para execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias descreveu as operações militares contra a FDLR como "catastróficas" sob a perspectiva dos direitos humanos.

As operações militares se seguiram à reaproximação entre os governos da RDC e de Ruanda e a um acordo de paz, no início de 2009, para pôr fim à insurreição do grupo armado Congresso Nacional pela Defesa do Povo (CNDP), apoiado por Ruanda, em Kivu-Norte. Como parte do acordo de paz, um grande número de combatentes do CNDP e de outros grupos armados foi precipitadamente integrado às FARDC, desempenhando um papel de liderança em operações contra as FDLR. O governo não monitorou, não treinou nem remunerou adequadamente essas forças recentemente integradas. As antigas cadeias de comando dos grupos armados permaneceram intactas. A falta de controle efetivo do governo sobre essas forças contribuiu para o pouco respeito das FARDC pelos direitos humanos.

O apoio da MONUC à Kimia II, embora autorizado

por resolução do Conselho de Segurança da ONU, foi criticado devido aos crimes de guerra e a outras sérias violações dos direitos humanos cometidas pelas FARDC e, em retaliação, pelas FDLR. A MONUC, reforçada no fim do ano, manteve um contingente de aproximadamente 20 mil pessoas concentrado no leste da RDC.

Prosseguiram as operações militares das FARDC, apoiadas pelas forças governamentais de Uganda e pela MONUC, contra o Exército de Resistência do Senhor, no nordeste da RDC. O Exército de Resistência do Senhor foi responsável por violações do direito humanitário internacional, incluindo assassinato e sequestro de civis.

Em junho, foi anunciado um Plano de Estabilização e Reconstrução (STAREC) do governo e das Nações Unidas para o leste da RDC. O plano visa a consolidar a segurança e a autoridade do Estado, a prestar assistência às populações afetadas pela guerra e a reativar atividades econômicas. Uma importante parte do plano envolve o progressivo desenvolvimento da polícia, assim como das autoridades administrativas e judiciárias, para substituir as FARDC na região. O plano enfrentou desafios consideráveis, como a insegurança contínua no leste e a ausência de reformas essenciais por parte do governo em suas forças armadas.

Em novembro, a violência entre comunidades espalhou-se para a área em torno de Dongo, na província de Equateur, a noroeste do país, deixando ao menos 100 mortos e aproximadamente 92.000 pessoas desalojadas.

Homicídios ilegais

Grupos armados e forças governamentais foram responsáveis por centenas de mortes ilegais e por ataques contra trabalhadores humanitários, cometidos, sobretudo, no contexto da Kimia II.

■ No curso das operações contra as FDLR, soldados das FARDC mataram, de modo ilegítimo, ao menos 100 civis, a maioria crianças e mulheres, em um campo para refugiados em Shalio, no território de Walikale, na província de Kivu-Norte, entre 27 e 30 de abril.

■ Em aparente retaliação, em 10 de maio, as FDLR mataram, de modo ilegítimo, ao menos 96 civis em Busurungi, território de Walikale. Algumas das vítimas foram queimadas vivas em suas casas.

Violência contra mulheres e meninas

As operações militares no leste da RDC foram acompanhadas por uma onda de estupros. Altos índices de estupro também foram relatados em outras áreas do país não afetadas pelo conflito, inclusive nas cidades de Lubumbashi e Kinshasa.

■ Em junho, o centro médico de uma ONG relatou ter recebido cerca de 60 novos casos por semana de mulheres e meninas que haviam sido estupradas no território de Lubero, em Kivu-Norte, pelas FARDC, pelas FDLR e por outras milícias.

Direitos das crianças

Um novo Código de Proteção à Infância foi adotado em janeiro. A lei estabelece uma série de medidas administrativas, judiciais, educacionais e de saúde para proteger crianças. Ela criminaliza, entre outras coisas, atos de tortura, sequestro, tráfico e violência sexual contra crianças, bem como o alistamento ou o uso de crianças em forças ou grupos armados e na polícia. A implementação da lei, entretanto, permaneceu débil.

Em janeiro, o Comitê sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas concluiu que o governo e os grupos armados foram responsáveis por numerosas violações da Convenção sobre os Direitos da Criança, incluindo o recrutamento e uso de crianças em conflitos armados, sequestro, tráfico, tortura e outros maus-tratos, detenção arbitrária e ilegal de crianças, assim como altos índices de violência sexual e de exploração econômica. O Comitê expressou preocupação pelos elevados percentuais de mortalidade infantil e pelos baixos percentuais de matrículas escolares, especialmente de meninas. Em novembro, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) relatou que mais de 43 mil crianças trabalhavam em minas na RDC.

■ Em abril, representantes da Anistia Internacional testemunharam crianças trabalhando em uma mina de ouro de Goné, no território de Mwenga, em Kivu-Sul. Outros mineradores estavam usando mercúrio, sem proteção, para separar as partículas de ouro da lama na cabeceira do rio.

Crianças soldados

Estima-se que entre três e quatro mil crianças, incluindo novos recrutas, serviam em grupos armados no leste da RDC. O Exército de Resistência do Senhor sequestrou centenas de pessoas, principalmente

crianças, da província Orientale, no nordeste da RDC, para mantê-las como escravas domésticas ou sexuais e para utilizá-las como combatentes. Muitas crianças também continuaram servindo no exército, embora as FARDC tenham encerrado formalmente o recrutamento infantil em 2004. Estavam entre elas crianças associadas a grupos armados que foram integrados às FARDC no começo de 2009. O exército também utilizou crianças como carregadores durante suas operações. Os programas das Nações Unidas e de ONGs para proteção à criança e para a reintegração comunitária de ex-crianças-soldados continuaram sem recursos suficientes.

Refugiados e pessoas deslocadas dentro do país

No final do ano, aproximadamente 2 milhões de pessoas estavam deslocadas dentro do país, incluindo centenas de milhares desalojadas pela ofensiva Kimia II. Cerca da metade dos deslocados era composta por crianças. Dezenas de milhares de pessoas internamente deslocadas em áreas menos seguras permaneceram fora do alcance da ajuda humanitária. Muitas estavam com a saúde extremamente debilitada após dias ou semanas de fuga.

Estima-se que 160 mil congoleses tenham sido expulsos de Angola para a RDC entre janeiro e outubro, com pico registrado em setembro (veja a seção sobre Angola). Essas expulsões arbitrárias em massa foram realizadas sob condições humanitárias deploráveis e foram acompanhadas de outras violações de direitos humanos, como violência sexual, tortura e outros maus-tratos pelas forças de segurança angolanas. Segundo informações, muitas das pessoas expulsas se afogaram durante travessias de rios ou se asfixiaram em veículos superlotados. Em setembro, em retaliação, as autoridades da RDC expulsaram centenas de angolanos, incluindo um número indeterminado de pessoas com status de refugiado. Em outubro, ambos os países concordaram em encerrar as expulsões.

Comércio de armas e exploração de recursos naturais

Em novembro, o Grupo de Peritos da ONU concluiu que as Forças Armadas da República do Congo (FARDC), assim como as Forças Democráticas de Libertação de Ruanda (FDLR) e outros grupos armados, continuaram a se beneficiar da exploração sistemática de minérios e de outros recursos naturais da RDC. O relatório do Grupo destacou exemplos de contrabando de ouro pelas FDLR para Uganda, Burundi e Emirados Árabes Unidos; de colaboração entre oficiais das FARDC e das FDLR; e de suposto tráfico de armas para as FDRL, as quais provinham da Tanzânia e do Burundi. O relatório denunciou que o CNDP manteve o controle de muitos de seus armamentos, apesar da integração de suas forças às FARDC. O relatório apresentou provas de que os Estados não respeitaram as sanções e os embargos de armas das Nações Unidas, e afirmou que tais exemplos "minam seriamente a credibilidade do regime de sanções".

■ Em abril, um sargento do exército relatou à Anistia Internacional que os militares exploravam sistematicamente uma grande mina de cassiterita no território de Walungu, na província de Kivu-Sul. Ele contou que os lucros eram divididos entre as brigadas das FARDC e o quartel-regional do exército em Bikavu.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e outros maus-tratos continuaram sendo comuns sob a custódia militar, policial e dos serviços de informações. Grupos armados também foram responsáveis por esses tipos de abuso. As condições existentes em todos os centros de detenções e prisões correspondiam a tratamento cruel, desumano ou degradante. Vários prisioneiros e pessoas detidas que aguardavam julgamento morreram de fome e de doenças tratáveis. Estupro e outros abusos sexuais de prisioneiras aconteciam de forma generalizada. Com frequência, ocorreram fugas em massa de prisões e de centros de detenção, inclusive de militares acusados ou condenados por violações de direitos humanos.

■ Vinte detentas foram estupradas, na prisão de Goma Muzenze, durante uma tentativa de fuga em massa, em junho. As mulheres foram atacadas em suas celas por um grupo de prisioneiros militares munido com armas contrabandeadas para dentro da prisão.

Pena de morte

Tribunais militares sentenciaram várias pessoas à morte durante o ano, incluindo civis. Nenhuma execução foi registrada.

Defensores dos direitos humanos e liberdade de expressão

Vários ativistas de direitos humanos foram detidos arbitrariamente e maltratados sob custódia. Houve um aumento nas ameaças de morte contra defensores dos direitos humanos e contra jornalistas, geralmente através de mensagens de texto em celulares. Dois defensores dos direitos humanos foram processados depois que suas organizações publicaram relatórios críticos às autoridades. Sindicalistas e jornalistas foram presos após denunciarem práticas de corrupção por parte de ministros e de outras autoridades do governo. O governo ameaçou processar, em tribunais militares, jornalistas congoleses e estrangeiros que publicassem artigos considerados ofensivos ao exército.

■ Em setembro, Goldem Misabiko, presidente da ONG *Associação Africana para a Defesa dos Direitos Humanos*, na província de Katanga (AADDH/Katanga), foi sentenciado à revelia a 12 meses de prisão, com oito meses em regime condicional, por "divulgar informação falsa para alarmar ou incitar a população", depois que a AADDH /Katanga publicou um relatório denunciando a cumplicidade de funcionários públicos na exploração ilegal de uma mina de urânio em Shinkolobwe.

■ Robert Ilunga, presidente da ONG de direitos humanos *Amigos de Nelson Mandela* (ANMDH), foi preso em agosto pelo serviço de informações em Kinshasa. Ele foi acusado de "divulgar informações falsas" e de "difamação" em relação ao relatório da ANMDH, o qual denunciava maus-tratos a trabalhadores em uma fábrica em Kasangulu, província de Bas-Congo. O relatório denunciou que uma "grande dama" estava envolvida na empresa, o que as autoridades consideraram ser uma referência a Olive Lembe, esposa do presidente Joseph Kabila. Depois de nove dias em detenção incomunicável, Robert Ilunga foi transferido para a prisão central de Kinshasa. Em outubro, um tribunal de Kinshasa concedeu-lhe liberdade provisória. A data do julgamento não foi marcada.

Impunidade

Em julho, o governo anunciou a política de "tolerância zero" para violações de direitos humanos cometidas por suas forças. Vários soldados e oficiais, a maioria de baixa patente, foram processados pelo tribunal militar operacional nas províncias de Kivu por violações dos direitos humanos, inclusive estupro. Entretanto, o governo se recusou a entregar Bosco Ntaganda ao Tribunal Penal Internacional (TPI), que o procura por acusações de crimes de guerra. Também se recusou a suspender, até que sejam realizadas investigações e julgamentos, outros oficiais graduados suspeitos de sérias violações dos direitos humanos. Bosco Ntaganda e muitos desses oficiais tiveram funções de comando nas FARDC durante a operação Kimia II. Em março, um tribunal militar sentenciou à morte o ex-líder miliciano Kyungu Muranga, conhecido como Gédéon, por crimes de guerra, crimes contra a humanidade, insurreição e "terrorismo" cometidos na província de Katanga entre 2004 e 2006.

Justiça internacional

Em novembro, autoridades alemãs prenderam Ignace Murwanashyaka, presidente das FDLR, e seu vice, Straton Musoni. As prisões, por acusações de crimes contra a humanidade e de crimes de guerra cometidos pelas FDLR no leste da RDC, seriam consequência de uma investigação de um ano, sendo as primeiras prisões de líderes políticos ou militares do alto escalão por crimes cometidos nas províncias de Kivu. Outros líderes acusados de crimes de guerra e de outros graves abusos contra os direitos humanos na RDC permanecem no estrangeiro, livres de processos judiciais. Entre eles está Laurent Nkunda, líder militar expulso do CNDP, mantido em Ruanda desde janeiro.

O TPI iniciou em janeiro o julgamento de Thomas Lubanga, acusado dos crimes de guerra de recrutar e de utilizar crianças menores de 15 anos em hostilidades. O julgamento não havia sido concluído no fim do ano. O julgamento de Germain Katanga e Mathieu Ngudjolo perante o TPI começou em novembro. Ambos haviam sido acusados de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade, incluindo o recrutamento e o uso de crianças menores de 15 anos, assassinato, estupro e escravidão sexual. As acusações de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade contra o ex-vice-presidente da RDC, Jean-Pierre Bemba Gombo, sob custódia do TPI desde 2008, foram confirmadas em junho de 2009. A expectativa é de que seu julgamento comece em 2010

.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram a RDC em março, em julho e em outubro.

Democratic Republic of Congo: Submission to the UN Universal Periodic Review (AFR 62/009/2009)

Democratic Republic of Congo: Open Letter to President Kabila regarding Bosco Ntaganda (AFR 62/011/2009)

Democratic Republic of Congo: More prosecutions should follow for war crimes in the Kivus (AFR 62/019/2009)

Democratic Republic of Congo: Governments launching offensives against armed groups must take precautions to avoid civilian casualties, 20 January 2009

RÚSSIA

FEDERAÇÃO RUSSA

Chefe de Estado:	**Dmitry Medvedev**
Chefe de governo:	**Vladimir Putin**
Pena de morte:	**abolicionista na prática**
População:	**140,9 milhões**
Expectativa de vida:	**66,2 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**18/14 por mil**
Taxa de alfabetização:	**99,5 por cento**

Defensores dos direitos humanos, advogados e jornalistas foram ameaçados e agredidos fisicamente; alguns foram mortos. Um clima de impunidade prevaleceu para esses crimes, os quais a polícia não investigou com eficiência. Relatos de abusos dos direitos humanos aumentaram no norte do Cáucaso. Em diversos casos, pessoas suspeitas de cometerem crimes teriam sido submetidas à tortura e a outros maus-tratos para extrair confissões. As autoridades russas não investigaram plenamente as violações de direitos humanos cometidas pelas forças armadas no conflito com a Geórgia em agosto de 2008. Persistiram as preocupações com as dificuldades em se conduzir julgamentos justos. Autoridades do governo se manifestaram contra o racismo, mas ataques racistas ainda aconteciam de modo regular. Em novembro, o Tribunal Constitucional decidiu a favor da abolição total da pena de morte.

Informações gerais

O governo mostrou intenção de combater a corrupção. Em dezembro, o presidente Dmitry Medvedev ordenou a reforma do Ministério do Interior em resposta ao furor público com relação aos abusos da polícia. Em fevereiro, os relatórios de direitos humanos da Federação Russa foram avaliados conforme a Revisão Periódica Universal das Nações Unidas. Levantaram-se preocupações sobre os recentes assassinatos de jornalistas, sobre a independência do judiciário, sobre o extremismo e sobre crimes de ódio, assim como sobre a situação no norte do Cáucaso.

Insegurança no norte do Cáucaso

Mortes ilegais, execuções extrajudiciais, uso excessivo da força, desaparecimentos forçados, tortura e outros maus-tratos sob custódia e detenção arbitrária continuaram a ser relatados na Chechênia, na Inguchétia e no Daguestão. Grupos armados mataram funcionários do governo e atentados suicidas com bombas mataram policiais e civis. Vítimas de abusos dos direitos humanos temiam represálias caso buscassem reparação.

Chechênia

Em abril, o governo russo anunciou o fim da Operação Antiterrorista; porém, os relatos de violações sérias dos direitos humanos, principalmente desaparecimentos forçados, continuaram. Uma lista completa de quem desapareceu desde 1999 ainda não havia sido compilada. A investigação das valas comuns pelas autoridades foi ineficaz, sem procedimentos sistemáticos e sem instalações adequadas para perícia. Famílias de desalojados foram expulsas de suas acomodações temporárias, sem alternativa de abrigo adequada nem compensação. Há relatos de que propriedades pertencentes às famílias de indivíduos suspeitos de fazerem parte de grupos armados foram destruídas.

As autoridades russas não conduziram investigações eficazes sobre violações estabelecidas pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Pessoas que submeteram casos à Corte enfrentaram intimidação e assédio.

■ Em julho, Natalia Estemirova, do centro de direitos humanos *Memorial* em Grosni, foi sequestrada diante de sua casa e assassinada. Seu corpo foi encontrado mais tarde com ferimentos de bala na vizinha Inguchétia.

■ Em agosto, os corpos dos ativistas dos direitos humanos Zarema Sadulayeva e de seu marido, Alik

(Umar) Dzhabrailov, foram encontrados no porta-malas de um automóvel em Grosni. Ambos foram mortos a tiros. Zarema Sadulayeva era a chefe da instituição de caridade local *Vamos Salvar Esta Geração*, a qual ajudou crianças feridas durante o conflito armado na Chechênia. Em outubro, as autoridades disseram que Alik Dzhabrailov era o alvo do sequestro, mas que a sua esposa havia insistido em ir com ele.

■ Em outubro, a assistente humanitária Zarema Gaisanova foi levada de sua casa em Grosni. Procuradores disseram à sua mãe que ela estava viva, mas que eles não tinham acesso a ela. A TV chechena informou que o presidente checheno, Ramzan Kadyrov, havia liderado uma operação que tinha como alvo combatentes em uma casa vizinha.

Inguchétia

Em junho, a tentativa de assassinato do presidente da Inguchétia, Yunus-Bek Yevkurov, visto como uma influência moderadora na mais instável das repúblicas caucasianas da Rússia, suscitou temores de uma escalada da violência.

■ Em maio, começaram as audiências no Tribunal Municipal de Nazran sobre o assassinato, ocorrido em agosto de 2008, de Magomed Evloev, figura proeminente da oposição ao governo anterior e proprietário de um site independente na Inguchétia. Em dezembro, um policial foi condenado por causar a morte de Magomed por negligência; o policial recebeu uma sentença de dois anos de prisão.

■ Em outubro, Maksharip Aushev, amigo de Magomed Evloev, que também fez oposição ao governo anterior e que passou a administrar o site de Magomed após a sua morte, foi morto a tiros enquanto viajava na vizinha Kabardino-Balkaria. Em dezembro, sua sogra e seu cunhado foram mortos quando o carro no qual viajavam com sua viúva e outros parentes foi explodido.

Jornalistas que tentaram cobrir denúncias de tortura e de mortes ilegais foram ameaçados e tiveram de deixar a Inguchétia. Grupos armados mataram civis indiscriminadamente, inclusive durante ataques suicidas. Houve relatos de comerciantes que, por venderam álcool, foram mortos a tiros por membros de grupos armados.

Daguestão

Em meio a um cenário de intensa violência e de ausência de lei, defensores dos direitos humanos e jornalistas foram ameaçados ou mortos. Desaparecimentos e torturas continuaram a ser relatados.

■ O escritório da ONG *Mães do Daguestão pelos Direitos Humanos* foi destruído em agosto no que se suspeita ter sido um incêndio criminoso. No mesmo mês, panfletos foram distribuídos em Makhachkala, conclamando para uma vingança mortal contra Svetlana Isaeva e Gulnara Rustamova, membros da ONG, e contra outros ativistas dos direitos humanos e jornalistas daguestaneses. Eles foram acusados de serem membros de grupos armados ilegais. A investigação criminal das ameaças, aberta em outubro, foi ineficaz. Nenhuma medida foi tomada pelas autoridades para proteger os membros da ONG.

■ Em agosto, o corpo de Malik Akhmedilov, jornalista investigativo que escreveu sobre a matança inexplicada de autoridades daguestanesas, foi encontrado em um carro em Makhachkala, capital do Daguestão. Ele havia sido morto a tiros.

■ Em agosto, Artur Butaev, Islam Askerov e Arsen Butaev foram sequestrados e, segundo consta, espancados e maltratados enquanto eram interrogados em um local desconhecido. Islam Askerov e Arsen Butaev conseguiram escapar e se esconderam. Três dias depois, os restos mortais de Artur Butaev e de outros dois homens, Gadzhi Gudaliev e Amiraslan Islamov, foram encontrados em um automóvel incendiado próximo a Makhachkala.

Kabardino-Balkaria

■ Em fevereiro, o Supremo Tribunal de Kabardino-Balkaria decidiu que, de acordo com a nova legislação, o julgamento de 58 indivíduos acusados de um ataque a prédios públicos em Nalchik, em outubro de 2005, deveria acontecer sem júri. Em março, teve início o julgamento no Supremo Tribunal. Segundo informações, a saúde de vários detentos havia se deteriorado devido às severas condições de detenção provisória, as quais incluem a falta de cuidados médicos. De acordo com seu advogado, foi negado ao detento Rasul Kudaev tratamento médico para hepatite C. Os apelos do advogado para que confissões feitas, supostamente, sob tortura e coação fossem excluídas do processo foram ignorados. Rasul Kudaev já havia estado detido na base naval dos Estados Unidos na Baía de Guantánamo, em Cuba.

Conflito armado

Um relatório da missão internacional independente de averiguação dos fatos sobre o conflito na Geórgia, comissionado pela UE e publicado em setembro,

confirmou que violações do direito internacional dos direitos humanos e do direito internacional humanitário foram cometidas por forças da Geórgia, da Rússia e da Ossétia do Sul, em 2008, e exortou todos os lados no conflito a lidarem com as consequências da guerra. Até o final do ano, nenhuma investigação completa havia sido realizada, por nenhuma das partes, em relação às violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário que ocorreram durante a guerra em 2008 e imediatamente após o seu término. Persistiu a ausência generalizada de prestação de contas, e não se empreendeu qualquer esforço significativo para levar os responsáveis à Justiça.

Liberdade de expressão e defensores dos direitos humanos

Emendas à lei que rege as ONGs, as quais passaram a vigorar em agosto, facilitaram os procedimentos de registro, de inspeção e de apresentação de relatórios. No entanto, a legislação que regulamenta as organizações da sociedade civil continuou dando margem a abusos.

A sociedade civil independente permaneceu sob ameaça, não somente, mas especialmente no norte do Cáucaso. Defensores dos direitos humanos, jornalistas e ativistas de oposição foram submetidos a ataques e a ameaças por toda a Federação Russa. Alguns foram mortos. As investigações sobre esses fatos permaneceram inadequadas. Autoridades acusaram defensores dos direitos humanos e ONGs de apoiarem "extremistas" ou de trabalharem para serviços secretos estrangeiros. Sob a lei de combate a atividades extremistas, os órgãos de aplicação da lei visaram tanto os opositores violentos quanto os dissidentes pacíficos. O Comitê de Direitos Humanos da ONU, durante a sua avaliação do cumprimento, pela Rússia, do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, manifestou preocupação com a falta de proteção aos defensores dos direitos humanos e aos jornalistas.

■ Em janeiro, o advogado e defensor dos direitos humanos, Stanislav Markelov, e a jornalista da *Novaya Gazeta*, Anastasia Baburova, foram mortos a tiros no centro de Moscou. Dois suspeitos foram presos em novembro.

■ Em fevereiro, um júri absolveu todos os acusados de envolvimento na morte da jornalista Anna Politkovskaya em 2006. Em setembro, o Supremo Tribunal ordenou uma nova investigação após um recurso impetrado por sua família. A nova investigação juntou o processo contra três supostos cúmplices do crime à investigação sobre os responsáveis por cometer o assassinato e por tê-lo ordenado.

■ Em março, o defensor dos direitos humanos Lev Ponomarev foi chutado e espancado por três homens próximo a sua casa em Moscou.

■ Em outubro, em uma ação civil por calúnia, o Tribunal Distrital de Tverskoi, em Moscou, multou Oleg Orlov, diretor do centro de direitos humanos *Memorial*, por ele ter caluniado o presidente checheno, Ramzan Kadyrov, quando o acusou de responsabilidade no assassinato da defensora de direitos humanos Natalia Estemirova, cometido em julho. Recursos de ambos os lados – contra o julgamento e contra a quantia decidida para compensação – ainda não haviam sido julgados no fim do ano. Mais tarde, em outubro, uma ação penal por difamação, baseada na mesma prova e punível com até três anos de prisão, foi movida contra Oleg Orlov.

■ Em maio, Aleksei Sokolov, diretor de uma ONG que atua contra a tortura e os maus-tratos em prisões e centros de detenção, foi detido supostamente por suspeita de que ele teria participado de um roubo em 2004. Em julho, o Tribunal Regional de Sverdlovsk ordenou que ele fosse absolvido e libertado. No entanto, a polícia imediatamente o deteve mais uma vez, alegando suspeitar de sua participação em outro crime. Em uma audiência fechada, em agosto, o Tribunal do Distrito de Ekaterinburg ordenou que ele permanecesse detido, argumentando que, como membro da comissão pública regional que supervisionava locais de detenção, ele poderia encontrar e influenciar os homens condenados pelo roubo de 2004. Em meio a inúmeras violações de procedimentos, sua detenção foi estendida até 2010.

O direito de liberdade de reunião foi restringido para os membros da oposição política e para ativistas de direitos humanos. Várias pessoas foram sentenciadas a detenção policial somente por tentarem exercer seu direito à liberdade de reunião. As autoridades de Moscou repetidamente negaram as solicitações para a realização de manifestações de apoio ao direito à liberdade de reunião e prenderam e multaram dezenas de pessoas que tentaram fazer manifestações públicas.

■ Em janeiro, quatros membros da coalizão de oposição *Outra Rússia* foram detidos pela polícia em Nizhnii

Novgorod e foram sentenciados a cinco dias de detenção administrativa, aparentemente com o único propósito de impedir seu comparecimento a uma demonstração que aconteceria dentro de três dias. Tanto os relatórios da polícia, quanto as audiências no tribunal não deram informações específicas sobre as denúncias contra eles.

■ Uma Parada do Orgulho Gay foi proibida em março pelas autoridades de Moscou, as quais não ofereceram uma data nem um local alternativos, conforme determina a lei. Mais tarde, a polícia deteve brevemente várias pessoas que tentaram realizar a passeata, assim como indivíduos que se opunham à manifestação.

■ O ativista de oposição Eduard Limonov recebeu uma sentença de 10 dias de prisão por sua suposta recusa a obedecer ordens policiais durante uma manifestação não-autorizada em outubro.

Em meio a tal clima de intolerância com os pontos de vista independentes, a liberdade de expressão foi reprimida nas artes e nas ciências.

■ Em julho, teve início o julgamento do ex-diretor do Museu Sakharov de Moscou, Yuri Samodurov, e de Andrei Yerofeev, curador de arte, por acusações de incitação ao ódio, que podem acarretar uma sentença de até cinco anos de prisão. As acusações se relacionavam a uma exposição realizada em Moscou, em 2007, de obras de arte que haviam sido rejeitadas por outras galerias, a qual tinha o intuito de promover um debate sobre liberdade e arte.

Tortura e outros maus-tratos

Comissões regionais para supervisão pública de locais de detenção começaram a funcionar a partir de janeiro. Essas comissões foram nomeadas em várias regiões da Rússia após a adoção de uma legislação, em setembro de 2008, que possibilitava seu funcionamento. Houve relatos generalizados de tortura e de maus-tratos nos locais de detenção, incluindo denúncias sobre recusa de atendimento médico. Em alguns casos, agentes da lei foram condenados por abuso de poder nessas circunstâncias. No entanto, continuaram sendo frequentes as denúncias de que as autoridades não investigaram efetivamente esses abusos.

■ Em fevereiro e abril, Zubair Zubairaev, de etnia chechena, foi, segundo relatos, espancado e submetido a outros maus-tratos nas mãos dos guardas prisionais de uma colônia penal na região de Volgograd. Durante uma visita em abril, seu advogado observou as marcas em seus ombros e peito. Ele não recebeu nenhum atendimento médico e as lesões sofridas por ele não foram registradas. Possivelmente em consequência das queixas prestadas sobre o seu tratamento, Zubair Zubairaev foi transferido para outra colônia.

■ Sergei Magnitskii, advogado, morreu durante sua detenção provisória, no mês de novembro, em Moscou. Uma investigação criminal sobre sua morte foi aberta depois de surgirem informações de que lhe foi negado tratamento médico.

Julgamentos injustos

Os procedimentos para julgamentos muitas vezes não satisfizeram as normas internacionais para julgamentos justos. Em certos casos, houve preocupações de que o tratamento dos suspeitos foi motivado politicamente. Em setembro, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa exortou a Federação Russa, entre outros, a adotar reformas para aumentar a independência do Judiciário e para acabar com o assédio aos advogados de defesa.

■ Em fevereiro, Mikhail Khodorkovskii, ex-proprietário da companhia de petróleo YUKOS, e seu ex-colega, Platon Lebedev, os quais cumprem penas de oito anos de prisão por evasão fiscal e fraude em 2005, foram transferidos da detenção provisória em Chita para irem a julgamento sob novas acusações de lavagem de dinheiro e sonegação. Em março, o novo julgamento começou, em Moscou, em meio a preocupações de que não cumpriria as normas internacionais para julgamentos justos e de que esse novo processo teria sido politicamente motivado. Os direitos dos dois réus, a prazo e a condições adequadas para prepararem sua defesa para o segundo julgamento, pareciam ter sido violados.

Racismo

As autoridades reconheceram que a violência por motivos raciais ou étnicos era uma "ameaça à segurança nacional". No entanto, um programa de ação eficaz para lidar com a violência por motivos raciais e com a discriminação racial praticadas pelos agentes da lei ainda não foi posto em prática.

De acordo com a ONG *Centro SOVA*, até o final do ano, pelo menos 71 pessoas haviam sido mortas e mais de 330 ficaram feridas em 36 regiões russas em consequência de ataques racialmente motivados. Ativistas antiracismo também foram alvo de ataques de grupos de direita.

■ Em novembro, Ivan Khutorskoi, de 26 anos, foi morto a tiros próximo a sua casa. Ele havia participado de várias ações públicas contra o racismo, tendo sido ameaçado e atacado por pessoas não identificadas.

De acordo com estatísticas do Ministério do Interior, nos primeiros quatro meses do ano, 105 pessoas foram acusadas ou estavam sob investigação por crimes "extremistas", os quais incluíam casos de assassinatos por motivos raciais.

Pena de morte

Em novembro, o Tribunal Constitucional decidiu estender uma moratória de 10 anos para execuções, a qual expiraria em janeiro de 2010, e recomendou a abolição completa da pena de morte. A moratória terminaria quando todas as regiões tivessem introduzido julgamentos com júri, o que havia sido planejado para acontecer em janeiro de 2010. O Tribunal declarou que o caminho na direção da abolição total era irreversível.

Violência contra mulheres e meninas

Pesquisas de ONGs mostraram que a violência contra a mulher no seio da família era generalizada. O governo não fornecia qualquer estatística sobre esse problema, e o suporte governamental para centros de emergência e para serviços telefônicos de apoio permanecia inadequado. Em todo o país, havia somente cerca de 20 abrigos para mulheres que fugiam da violência doméstica. Muitos eram abertos somente às pessoas com registro residencial na localidade, inclusive o único abrigo de Moscou, que oferecia vagas para somente dez mulheres. Nenhuma medida legal abordava, especificamente, a questão da violência praticada contra a mulher dentro da família.

Visitas e relatórios da AI

Um representante da Anistia Internacional visitou a Ossétia do Norte em julho.

Civilians in the aftermath of war - the Georgia-Russia conflict one year on (EUR 04/001/2009)

Russian Federation: Rule without law - human rights violations in the North Caucasus (EUR 46/012/2009)

Russian Federation: Briefing to the UN Human Rights Committee (EUR 46/025/2009)

SÍRIA

REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA

Chefe de Estado:	**Bashar al-Assad**
Chefe de governo:	**Muhammad Naji al-'Otri**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**21,9 milhões**
Expectativa de vida:	**74,1 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**21/16 por mil**
Taxa de alfabetização:	**83,1 por cento**

O governo permaneceu intolerante com as dissidências. Críticos, defensores dos direitos humanos, supostos opositores do governo e outros indivíduos foram detidos, muitas vezes por períodos prolongados; alguns foram sentenciados a penas de prisão depois de julgamentos injustos. A tortura e outros maus-tratos continuaram comuns e foram cometidos com impunidade; ocorreram várias mortes suspeitas sob custódia. O governo não esclareceu as circunstâncias nas quais prisioneiros foram mortos na prisão militar de Sednaya, em 2008, e, novamente, não tomou medidas para que se prestasse contas das centenas de vítimas de desaparecimento forçado nos anos anteriores. As mulheres enfrentaram discriminação jurídica e discriminação de outros tipos, além de violência. A minoria curda permaneceu submetida à discriminação, e milhares de curdos sírios efetivamente perderam suas cidadanias. Ao menos oito prisioneiros foram executados.

Informações gerais

As relações entre a Síria e o Líbano continuaram a melhorar, mas houve uma marcante deterioração nas relações com o Iraque. Ocorreram novas discussões sobre um Acordo de Associação com a União Europeia.

Em novembro, a Agência Internacional de Energia Atômica declarou não ter conseguido investigar se a instalação destruída por Israel, em 2007, havia sido usada com o propósito de desenvolver tecnologia nuclear, pois o governo não se dispunha a cooperar.

Repressão às diferenças de opinião

A Síria permaneceu sob um estado de emergência que vigora continuamente desde 1963 e que, há muito anos, tem sido usado para suprimir e punir até

mesmo a dissidência pacífica. Esse padrão se repetiu no decorrer de 2009. Ativistas políticos, defensores dos direitos humanos, blogueiros, ativistas da minoria curda e outros que criticaram o governo ou expuseram violações dos direitos humanos foram submetidos a prisões arbitrárias e, com frequência, a detenções prolongadas. Além disso, foram sentenciados a longas penas de prisão, após julgamentos injustos, perante o seriamente deficiente Supremo Tribunal de Segurança do Estado (STSE) ou perante tribunais militares e penais. Entre essas pessoas, havia prisioneiros de consciência. Certos indivíduos, como ex-prisioneiros, foram proibidos de viajar.

■ Muhannad al-Jassani, um proeminente advogado de direitos humanos, preso em julho, permanecia detido no fim do ano, aguardando julgamento por acusações de "enfraquecer sentimentos nacionalistas" e de disseminar "notícias falsas" – acusação comumente utilizada para processar os críticos –, entre outros crimes. As acusações foram feitas por ele ter publicado na internet relatórios de julgamentos do STSE. Mantido na prisão de Adra, perto de Damasco, ele pode, se condenado, passar 15 anos preso. Em 10 de novembro, a Ordem dos Advogados decidiu proibi-lo de exercer a advocacia por ele ter exposto publicamente o fato de o STSE não garantir o direito dos réus à defesa, nem a julgamento justo.

■ Haytham al-Maleh, de 78 anos, veterano advogado de direitos humanos e crítico do governo, preso em outubro, também enfrenta julgamento por supostamente "enfraquecer sentimentos nacionalistas", divulgar "notícias falsas" e "difamar órgão governamental" devido a comentários que fez em setembro durante uma entrevista por telefone a um canal de TV por satélite sediado na Europa. Ele também, se condenado, enfrentaria até 15 anos de prisão.

■ Mesh'al al-Tammo, porta-voz da Corrente do Futuro Curdo, na Síria, um partido político não autorizado, foi sentenciado a três anos e meio de prisão, em maio, pelo Tribunal Penal de Damasco, por "enfraquecer sentimentos nacionalistas" e disseminar "notícias falsas". Em novembro, o mesmo tribunal sentenciou Sadun Sheikhu e dois outros membros do Partido Azadi Curdo na Síria a penas de três anos de prisão por "enfraquecer sentimentos nacionalistas" e "incitar conflito sectário ou racial, ou provocar conflito entre grupos e vários membros da nação". As acusações aparentemente surgiram em decorrência de artigos publicados no jornal do partido, criticando a discriminação contra a minoria curda da Síria.

■ Kareem Arabji, que mantinha um blog na internet, foi sentenciado, em setembro, a três anos de prisão pelo STSE por disseminação de "notícias falsas" e por "enfraquecer sentimentos nacionalistas". Antes de sua prisão, em junho de 2007, ele havia moderado um fórum de discussões entre jovens no site www.akhawia.net. Segundo informações, ele foi torturado e maltratado de outras formas durante sua detenção prolongada em regime de incomunicabilidade.

■ Habib Saleh, um ativista pró-reforma, foi sentenciado, em março, a três anos de prisão, pelo Tribunal Penal de Damasco, por "enfraquecer sentimentos nacionalistas" e por disseminação de "notícias falsas". As acusações estavam relacionadas a vários artigos criticando o governo, os quais ele havia escrito e publicado na internet antes de sua prisão, em 7 de maio de 2008.

■ Khaled Kenjo, membro da minoria curda, foi preso em setembro, 12 dias depois de ser repatriado à força da Alemanha, onde tentara, sem sucesso, obter asilo. Ele foi acusado de "transmitir no estrangeiro notícias falsas que poderiam prejudicar a reputação do Estado". Aparentemente, a acusação estava relacionada à sua participação, enquanto se encontrava na Alemanha, em atividades de promoção dos direitos da minoria curda na Síria. Em 30 de dezembro, o Tribunal Militar de Qamishli determinou sua libertação sem, porém, retirar a acusação. Khaled Kenjo afirma ter sido torturado sob custódia.

■ Aktham Naisse, advogado de direitos humanos, foi um dos, pelo menos 11, defensores dos direitos humanos e ativistas políticos impedidos de viajar ao exterior em 2009.

Segurança e combate ao terrorismo

Supostos islamitas e apoiadores da Irmandade Muçulmana, que permanece ilegal na Síria, enfrentaram prisões, detenções prolongadas e julgamentos injustos, a maioria perante o STSE. Réus condenados por pertencerem à Irmandade Muçulmana costumam ser sentenciados à morte e, então, têm suas sentenças imediatamente comutadas para penas de 12 anos de prisão. Acredita-se que centenas de supostos islamitas e outros acusados por crimes de segurança estivessem sendo mantidos na Prisão Militar de Sednaya e em outras prisões, sendo

submetidos a tratamento particularmente severo.

■ Nabil Khlioui e outros oito supostos islamitas, a maioria de Deir al-Zour, continuaram detidos incomunicáveis, em local desconhecido, depois de sua prisão em agosto de 2008.

■ Duas mulheres – Bayan Saleh Ali e Usra al-Hussein – foram libertadas em abril e em julho, respectivamente, depois de serem mantidas incomunicáveis por meses, aparentemente por fazerem contato com uma organização internacional a respeito da detenção, desde 2002, do marido de Usra al-Hussein pelas autoridades estadunidenses na base de Guantánamo.

■ Ziad Ramadan, ex-colega de trabalho de um suspeito do assassinato do ex-primeiro-ministro Rafiq Hariri, em 2005, continuou detido sem julgamento apesar de o Tribunal Especial para o Líbano informar às autoridades sírias que não via base para a sua detenção. Ele está detido desde julho de 2005.

Tortura e outros maus-tratos

Segundo consta, a tortura e outros maus-tratos foram comuns nas delegacias de polícia, nos centros de detenção dos órgãos de segurança e nas prisões. Esses abusos foram cometidos com impunidade. O STSE e outros tribunais continuaram a condenar os réus com base em "confissões" que os acusados denunciaram terem sido extraídas mediante tortura enquanto eram mantidos incomunicáveis em detenção provisória.

Houve relatos de sete mortes suspeitas sob custódia, mas as autoridades aparentemente não tomaram medidas para investigar essas mortes nem as denúncias de tortura feitas pelos detentos.

■ Jakarkhon Ali, membro da minoria curda, segundo relatos, teria sido torturado com espancamentos e com choques elétricos, além de ser forçado a ficar em pé por mais de 20 horas por dia, enquanto era mantido incomunicável por agentes da Segurança Militar, depois de sua prisão, em 20 de junho. No dia 3 de outubro, ele foi libertado sem acusações.

■ Yusuf Jabouli e Mohammed Amin al-Shawa morreram, em janeiro, sob custódia da Segurança Militar; Yusuf Jabouli morreu após vários dias de detenção e Mohammed Amin al-Shawa depois de ter permanecido detido por mais de quatro meses. Seus familiares não tiveram permissão para examinar os corpos, e agentes da Segurança Militar compareceram aos funerais. Fontes não oficiais denunciaram que ambos morreram em decorrência de tortura. As autoridades não divulgaram informações e não se tem conhecimento de nenhuma investigação sobre as mortes.

Impunidade

As autoridades não esclareceram as circunstâncias nas quais ao menos 17 prisioneiros e 5 outras pessoas foram, de acordo com relatos, mortas na Prisão Militar de Sednaya em julho de 2009. Não se tem conhecimento da realização de nenhuma investigação. Em julho, as autoridades permitiram que alguns familiares visitassem a prisão pela primeira vez desde os eventos de julho de 2008, mas ao menos 43 famílias não puderam visitar nem ter qualquer contato com os parentes presos, aumentando a preocupação de que eles poderiam estar entre os mortos em julho de 2008.

■ Em fevereiro, o ministro da Defesa encerrou uma investigação sobre os assassinatos de Sami Matoug e Joni Suleiman, em 14 de outubro de 2008, aparentemente por agentes da Segurança Militar. No entanto, não ficou claro se alguma ação foi tomada contra os agentes que teriam sido responsáveis pelas mortes. Segundo informações, duas testemunhas dos homicídios, Hussam Mussa Elias e Qaher Deeb, e um advogado, Khalil Matoug, foram hostilizados e intimidados quando insistiram em exigir explicações.

Direitos das mulheres

As mulheres continuaram sem ter igualdade aos homens perante a lei, especialmente na Lei de Status Pessoal, que dispõe sobre os direitos de matrimônio e de herança, e no Código Penal, que prescreve penas menores para assassinatos e outros crimes violentos cometidos contra mulheres, nos quais a defesa da "honra" da família é considerada um fator atenuante. Em 1º de julho, o presidente Bashar Assad emitiu o Decreto Legislativo 37. Esse decreto substitui o artigo 548 do Código Penal, que eximia de qualquer punição os indivíduos que cometessem "crimes de honra", e instituiu uma pena mínima de dois anos de prisão para homens condenados por assassinato ou por lesões corporais de mulheres da família, alegando questões de "honra". No entanto, nenhuma emenda foi feita a outros artigos do Código Penal que prescrevem a redução de sentenças para crimes cometidos em nome da "honra".

Houve relatos de que ao menos 13 mulheres e um homem foram vítimas de assassinatos "em nome da honra".

■ Em outubro, um tribunal de Zablatani, perto de Damasco, condenou Fayez al-Ezzo, que havia sido preso, em 2007, por assassinar a facadas sua irmã, Zahra al-Ezzo, de 16 anos, em janeiro de 2007, porque ela havia sido sequestrada e estuprada por um amigo da família. O tribunal determinou que o assassinato foi "motivado pela honra" e, portanto, sentenciou-o a apenas dois anos e meio de prisão. Ele foi libertado imediatamente, pois já havia passado esse período na prisão enquanto aguardava o veredicto. Em novembro, o marido de Zahra al-Ezzo recorreu da decisão perante a mais alta corte de apelações, requerendo uma sentença mais rigorosa. Até o fim do ano, a corte não havia chegado a uma conclusão.

Discriminação – minoria curda

Os curdos, que constituem mais de 10 por cento da população e que residem principalmente no nordeste do país, continuaram sofrendo discriminação devido a sua identidade, incluindo restrições ao uso de sua língua e de sua cultura. Milhares foram efetivamente privados de sua cidadania e não tiveram igualdade de acesso a direitos sociais e econômicos.

■ Suleiman Abdelmajid Osso, do Partido Curdo Yekiti, na Síria, e outros 15 homens foram detidos incomunicáveis por quase dois meses depois de celebrarem pacificamente o festival curdo de Nowruz, em março. Todos foram acusados de "incitar conflito sectário" e de participação em aglomeração pública. Em maio e junho, todos eles foram libertados provisoriamente e, no final de 2009, aguardavam julgamento.

■ Jamal Sadoun e três outros membros de uma banda estavam aguardando julgamento pela acusação de "incitar conflito sectário" por cantarem canções curdas em uma cerimônia de casamento em Derek, perto da cidade de Hassaka.

Refugiados e requerentes de asilo

Centenas de milhares de refugiados iraquianos permaneceram na Síria; muitos deles enfrentaram problemas econômicos e de outros tipos por não terem direito a trabalhar ou por não possuírem um visto válido, abrindo a possibilidade de sua deportação para o Iraque. Refugiados palestinos que residiam há muito tempo no Iraque não receberam permissão para entrar no país, e alguns permaneceram em um campo desolado em al-Tanf, na área de fronteira entre Iraque e Síria.

Requerentes de asilo ahwazi (árabes iranianos) continuaram sob o risco de retorno forçado ao Irã.

Pena de morte

Ao menos sete homens foram sentenciados à morte depois de serem condenados por assassinato, e pelo menos oito prisioneiros foram executados, incluindo quatro executados na Prisão Central de Aleppo, em agosto. O verdadeiro número de execuções pode ter sido maior, já que as autoridades raramente divulgam informações sobre execuções.

Relatórios da AI

- Syria: Elderly Prisoner of Conscience charged (MDE 24/030/2009)
- Syria: Lifetime law practice ban against Muhannad al-Hassani sends chilling message (MDE 24/032/2009)
- Syria: Kurdish minority rights activists jailed (MDE 24/033/2009)
- Trial of Kurds in Syria likely to be a "parody of justice", 15 December 2009

SRI LANKA

REPÚBLICA SOCIALISTA DEMOCRÁTICA DO SRI LANKA

Chefe de Estado e de governo:	**Mahinda Rajapaksa**
Pena de morte:	**abolicionista na prática**
População:	**20,2 milhões**
Expectativa de vida:	**74 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**21/18 por mil**
Taxa de alfabetização:	**90,8 por cento**

Aproximadamente 300 mil civis tâmeis foram desalojados em decorrência do conflito armado, sendo posteriormente detidos em campos do governo. Os que tinham ligação com os Tigres de Libertação da Pátria Tâmil (Tigres Tâmeis) – mais de 12 mil – foram detidos separadamente. Muitos foram mantidos incomunicáveis, às vezes em instalações não destinadas a prisioneiros ou em locais secretos de detenção. Em maio, antes do término do conflito, civis foram encurralados durantes meses sem alimentação, abrigo,

saneamento e cuidados de saúde adequados e sem acesso à ajuda humanitária. Os Tigres Tâmeis usaram civis como escudos humanos e recorreram a ameaças e à violência para impedir que fugissem das zonas de conflito. A artilharia do governo matou e feriu civis, inclusive pacientes em hospitais e trabalhadores da área médica. O governo não tratou da impunidade por violações de direitos humanos cometidas no passado e continuou a efetuar desaparecimentos forçados e tortura. Centenas de tâmeis continuam sendo detidos no sul do país por períodos prolongados, sem acusação e sob uma legislação de segurança especial. Defensores dos direitos humanos e jornalistas foram mortos, agredidos, ameaçados e presos. A polícia matou um número crescente de pessoas suspeitas de cometerem crimes.

Informações gerais

Em maio, o governo do Sri Lanka declarou vitória sobre os Tigres Tâmeis, encerrando mais de 25 anos de conflito armado. O término do conflito, entretanto, não fez com que o governo deixasse de recorrer a uma legislação de segurança draconiana ou a violações dos direitos humanos.

Conflito armado

Tanto o governo do Sri Lanka quanto os Tigres Tâmeis violaram as normas do direito internacional humanitário. O governo usou armamento pesado, de modo indiscriminado, em áreas densamente habitadas por civis. Os Tigres Tâmeis recrutaram à força adultos e crianças como combatentes, usaram civis como escudos humanos contra forças governamentais e atacaram civis que tentavam escapar. Os relatos independentes sobre as áreas de conflito eram limitados devido às restrições ao acesso da imprensa, da ONU e das agências humanitárias. Segundo estimativas da ONU, milhares de civis morreram nos combates. As pessoas desalojadas relataram desaparecimentos forçados de rapazes. Eles foram separados de suas famílias pelos militares depois que os civis atravessaram o território do governo e foram submetidos a uma triagem para identificar entre eles combatentes dos Tigres Tâmeis.

Até julho, o governo não havia reaberto a rodovia A9, única rota terrestre para a península de Jaffna, o que reduziu severamente o acesso da população civil a suprimentos humanitários durante o primeiro semestre do ano. Veículos privados estavam proibidos até o final de dezembro.

Pessoas desalojadas dentro do país

No final de maio, os civis desalojados pelos combates foram confinados em campos do governo no norte e leste do país, sob condições insalubres e de superlotação. Muitos outros milhares de civis também permaneceram desalojados em decorrência de estágios anteriores do conflito. Inicialmente, o governo do Sri Lanka baniu as agências humanitárias dos campos recém estabelecidos, os quais eram administrados pelos militares, mas, gradualmente, atenuou as restrições a fim de permitir a entrega de material de socorro. Os trabalhadores humanitários não tinham permissão de falar com os desalojados. As visitas de jornalistas foram rigorosamente controladas e não foi permitido nenhum monitoramento independente dos direitos humanos. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha perdeu o acesso aos desalojados quando o governo ordenou que reduzisse suas atividades após a conclusão do conflito. No final do ano, diminuíram as restrições à liberdade de circulação, embora mais de 100 mil pessoas ainda permanecessem nos campos.

Abusos cometidos por grupos armados

Tigres Tâmeis

Os Tigres Tâmeis recrutaram crianças como combatentes e puniram pessoas que resistiam ao recrutamento forçado; impuseram um rigoroso sistema de barreiras, impedindo que milhares de famílias da região de Wanni se transferissem para áreas mais seguras. Na medida em que o conflito foi ganhando intensidade e o território controlado pelos Tigres Tâmeis foi sendo reduzido, eles impediram ativamente que a população civil escapasse, inclusive atirando naqueles que tentavam fugir.

Os Tigres Tâmeis também visaram deliberadamente os civis, lançando ataques indiscriminados fora da zona de conflito, inclusive ataques suicidas com bomba e uma ofensiva aérea em Colombo.

■ Em 10 de março, um ataque suicida a bomba contra uma procissão religiosa mulçumana no sul do Sri Lanka matou 14 e feriu 50 civis.

Grupos armados aliados ao governo

Grupos armados aliados ao governo, entre os quais o Partido Democrático Popular do Eelam, a

Organização para a Libertação do Eelam Tâmil e a Frente de Libertação do Povo Tâmil (*Tamileela Makkal Viduthalai Pulikal* - TMVP), foram usados para combater a insurgência. Seus integrantes praticaram desaparecimentos forçados e sequestro de reféns para obter resgate, assim como homicídios ilegais e recrutamento de crianças-soldados, inclusive dos campos que abrigavam os desalojados. Integrantes do TMVP e as células leais ao antigo líder do TMVP, V. Muralitharan (conhecido como Karuna), foram acusados de recrutamento infantil, no distrito de Batticaloa, pelos pais de crianças locais. A violência destrutiva entre os partidários das duas facções resultou na morte de civis.

Desaparecimentos forçados

O governo continuou a praticar desaparecimentos forçados como parte da sua estratégia de contra-insurgência. Desaparecimentos forçados foram relatados em muitas partes do país, especialmente no norte e no leste do Sri Lanka, assim como em Colombo.

Prisões e detenções arbitrárias

As forças de segurança usaram normas de exceção para prender e deter milhares de tâmeis suspeitos de ligação com os Tigres Tâmeis. Pessoas foram presas nas mais diversas circunstâncias, inclusive em campos de desalojados, durante operações de inspeção e em postos de controle de segurança por todo o país.

■ Em 26 de março, mais de 300 pessoas, a maioria tâmeis, foram presas em uma operação de busca efetuada entre as 6 horas da tarde e as 6 horas da manhã, na cidade de Gampaha, aproximadamente 24 km a noroeste de Colombo.

Centenas de pessoas continuavam detidas sem acusação, em carceragens da polícia e em prisões no sul do país, com base na Lei de Combate ao Terrorismo e em normas de exceção, por suspeita de ligação com os Tigres Tâmeis. Em novembro, 20 pessoas foram libertadas por falta de provas.

■ Em 18 de setembro, aproximadamente 36 prisioneiros tâmeis em greve de fome, em protesto contra sua detenção prolongada sem julgamento na prisão de Welikada, afirmaram que eram espancados pelos guardas prisionais. Em novembro, em consequência dessas agressões, 22 prisioneiros tâmeis ficaram feridos, sete dos quais em estado grave.

Execuções extrajudiciais

As mortes de pessoas suspeitas de cometerem crimes, praticadas pela polícia, tiveram um aumento depois que o presidente Mahinda Rajapaksa ordenou, em julho, uma repressão severa das atividades criminosas. Somente no mês de julho, pelo menos cinco supostos chefes de grupos criminosos foram sequestrados e mortos.

■ Em meados de agosto, milhares de cingaleses saíram às ruas para protestar contra o assassinato de dois rapazes pela polícia em Angulana, um subúrbio de Colombo, depois de uma mulher que tinha ligações com a polícia tê-los acusado de assédio. Testemunhas disseram que as vítimas foram espancadas e torturadas antes de serem levadas da delegacia; seus corpos foram encontrados no dia seguinte.

Impunidade

As investigações sobre violações de direitos humanos cometidas por policiais e militares estagnaram. Processos judiciais não progrediram, pois testemunhas se recusaram a se apresentar por temerem represálias. Em junho, uma Comissão Presidencial de Inquérito, criada para investigar casos graves de violações de direitos humanos cometidos desde 2006, foi desfeita sem completar as tarefas de que fora incumbida. Dos 16 casos encaminhados, somente sete foram investigados e apenas os relatórios relativos a cinco deles foram finalizados. Nenhum dos relatórios foi publicado e nenhum inquérito resultou em ação penal.

Indivíduos suspeitos de terem cometido violações de direitos humanos continuaram a ter cargos de responsabilidade no governo. Segundo informações, o ministro da Integração Nacional, Vinayagamoorthy Muralitharan (conhecido como Karuna), e o ministro-chefe da Província do Leste, Sivanesathurai Chandrakanthan (conhecido como Pillayan), seriam responsáveis pelo sequestro de adolescentes para servir como soldados, pela tomada de civis como reféns e por tortura e homicídios ilegais de civis e de pessoas suspeitas de ligação com os Tigres Tâmeis. Ambos eram ex-integrantes dos Tigres Tâmeis. Não houve nenhuma investigação oficial sobre as denúncias de abusos.

■ Em setembro, Joseph Douglas Peiris e outros quatro policiais foram libertados pela Suprema Corte, após terem contestado condenações referentes a desaparecimentos forçados ocorridos em julho de

1989. Em agosto, um tribunal de Gampaha sentenciou-os a cinco anos de trabalhos forçados pelo sequestro de dois irmãos (um dos quais fora morto) com intenção de assassinato e por manterem os jovens sob custódia ilegal. Os crimes foram cometidos no contexto de operações governamentais de contra-insurgência. O processo levou 20 anos para ser concluído.

Defensores dos direitos humanos

Os defensores dos direitos humanos continuaram sendo submetidos a prisões arbitrárias, a desaparecimentos forçados, a ataques e a ameaças.

■ Em maio, Sinnavan Stephen Sunthararaj, do *Centro de Direitos Humanos e Desenvolvimento*, foi sequestrado por homens uniformizados horas depois de ter sido libertado. Ele acabara de passar dois meses sob detenção policial, sem acusações. No final do ano, ele continuava desaparecido.

■ Em maio, cinco médicos que haviam fornecido testemunhos em primeira mão da morte de civis na fase final do conflito armado foram detidos pelo exército do Sri Lanka. Em julho, eles aparentemente foram forçados a se retratarem publicamente sobre os seus relatos anteriores. Em agosto, quatro dos cinco médicos foram libertados e tiveram permissão de voltar ao trabalho. O quinto médico, Dr. Sivapalan, foi libertado no final de dezembro.

■ Em agosto, Paikiasothy Saravanamuttu, diretor do *Centro de Políticas Alternativas de Colombo*, recebeu uma carta anônima endereçada a sua casa, ameaçando-o de morte caso a UE retirasse do Sri Lanka a concessão de tarifas do Sistema Geral de Preferências Plus, a qual se encontrava em perigo de cancelamento devido ao não cumprimento dos compromissos de direitos humanos do país. Em setembro, ele foi detido e interrogado pela polícia no Aeroporto Internacional de Bandaranaike.

Jornalistas

Jornalistas foram mortos, sequestrados, agredidos fisicamente, intimidados e assediados tanto por parte do pessoal do governo quanto dos membros de grupos armados. Pouco foi feito para investigar esses ataques ou para levar os responsáveis à Justiça.

■ Em 8 de janeiro, Lasantha Wickrematunge, destemido crítico do governo do Sri Lanka e editor do jornal *Sunday Leader*, foi morto a tiros quando se dirigia para o trabalho.

■ Em 1º de junho, agressores não identificados sequestraram e agrediram Poddala Jayantha, secretário-geral da Associação dos Jornalistas Profissionais do Sri Lanka (SLWJA). Seus agressores o chamaram de traidor, rasparam sua barba, quebraram uma de suas pernas, o espancaram com barras de ferro e esmagaram seus dedos da mão dizendo que era para impedir que escrevesse novamente.

■ Em 31 de agosto, o jornalista e prisioneiro de consciência, Jayaprakash Sittampalam Tissainayagam, foi sentenciado a 20 anos de trabalhos forçados por acusações de terrorismo, devido a artigos que ele escreveu em 2006, criticando o tratamento dado aos civis pelos militares no leste do Sri Lanka. Em outubro, seus colegas V. Jasiharan e V. Vallarmathy foram libertados após 19 meses de detenção. As acusações foram retiradas quando eles concordaram em não levar adiante as queixas contra as autoridades sobre direitos fundamentais.

Visitas e relatórios da AI

As autoridades negaram permissão para que a Anistia Internacional visitasse o país.

Stop the War on Civilians in Sri Lanka: A briefing on the humanitarian crisis and lack of human rights protection (ASA 37/004/2009)

Twenty years of make-believe. Sri Lanka's Commissions of Inquiry (ASA 37/005/2009)

Letter to the Security Council: The situation in Sri Lanka (ASA 37/009/2009)

Sri Lanka: Government misrepresentations regarding the scale of the crisis (ASA 37/012/2009)

Unlock the Camps in Sri Lanka (ASA 37/016/2009)

SUDÃO

REPÚBLICA DO SUDÃO

Chefe de Estado e de governo:	**Omar Hassan Ahmed Al Bashir**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**42,3 milhões**
Expectativa de vida:	**57,9 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**117/104 por mil**
Taxa de alfabetização:	**60,9 por cento**

Continuaram os abusos generalizados dos direitos humanos cometidos pelo governo e por grupos armados. O conflito em Darfur foi menos intenso do

que em anos anteriores, mas, de qualquer forma, prosseguia. Ocorreram ataques a civis e a comboios humanitários, entre outras violações do direito humanitário internacional cometidas por todos os lados no conflito. Centenas de civis foram mortos. A violência contra a mulher, inclusive violência sexual, permaneceu generalizada, particularmente durante ataques a vilarejos e próximo aos campos de pessoas desalojadas internamente (PDI). No Sudão Meridional, houve uma escalada dos combates armados, tanto quanto dos conflitos étnicos, resultando em mais de 2.500 mortes e no deslocamento de mais de 350 mil pessoas. Em março, o Tribunal Penal Internacional (TPI) emitiu um mandado de prisão contra o presidente Omar Al Bashir por crimes de guerra e por crimes contra a humanidade. Em seguida, o governo aumentou a repressão aos defensores dos direitos humanos, aos opositores políticos e aos civis comuns, e expulsou e fechou organizações humanitárias internacionais e nacionais. Mais de 60 pessoas foram sentenciadas à morte, 54 por tribunais especiais antiterrorismo; pelo menos nove foram executadas. Tortura e outros maus-tratos foram relatados em grande quantidade. Persistiu o uso de punições cruéis, desumanas e degradantes; pelo menos 12 mulheres foram açoitadas após serem presas pela polícia, principalmente por estarem usando calças.

Informações gerais

Aumentaram as tensões entre o Partido do Congresso Nacional (NPC), atualmente no governo, e o Movimento Popular de Libertação do Sudão (SPLM), partido que governa o Sudão Meridional. As tensões aumentaram principalmente por causa de reformas legais e da demarcação das fronteiras em Abyei, que foram definidas, em julho, pelo Tribunal Permanente de Arbitragem, com sede em Haia. O tribunal decidiu que os campos de petróleo de Heglig e Bamboo pertenciam ao norte, o que foi contestado pelo SPLM.

Prosseguiram também as disputas entre o NPC e o SPLM sobre aspectos do Acordo de Paz Global de 2005 e sobre o projeto de lei do Referendo do Sudão Meridional, o qual foi aprovado em dezembro.

As eleições nacionais, que deveriam ter sido realizadas em abril, foram adiadas até abril de 2010. O processo de registro de eleitores, que durou de novembro a dezembro, foi dificultado por vários fatores, incluindo a falta de acesso aos locais de registro.

Em junho, o Conselho de Direitos Humanos da ONU não renovou o mandato do relator especial sobre a situação dos direitos humanos no Sudão e decidiu substituir o relator especial por um perito independente sobre a condição dos direitos humanos no Sudão. Mohamed Chande Othman, um ex-juiz da Tanzânia, foi nomeado em 2 de outubro.

Consultas preliminares foram realizadas em Doha, sob os auspícios do governo do Qatar e em colaboração com Djibril Bassole, mediador-chefe conjunto da UA-ONU para Darfur, a fim de debater as perspectivas de um novo acordo de paz para Darfur. Em fevereiro, o governo do Sudão e o Movimento de Justiça e Igualdade (JEM), um dos principais grupos de oposição armados baseados em Darfur, assinaram o "acordo de construção de confiança e boa-vontade" após uma semana de negociações em Doha. Os dois partidos se comprometeram a encontrar uma solução pacífica para o conflito. O acordo continha disposições para a troca de indivíduos envolvidos no confronto e que foram capturados, inclusive de pessoas presas depois do ataque do JEM a Cartum, em maio de 2008. Previa também o fim das prisões de pessoas desalojadas e a permissão do acesso de ajuda humanitária para os desalojados. O acordo foi rompido depois que o TPI emitiu o mandado de prisão contra o Presidente Al Bashir e após o governo ter se recusado a entregar centenas de detentos que haviam sido capturados na esteira do ataque do JEM a Cartum em 2008.

Justiça internacional

Em 4 de março, o TPI emitiu um mandado de prisão contra o Presidente Al Bashir por duas acusações de crimes de guerra e por cinco acusações de crimes contra a humanidade. A UA e a Liga dos Estados Árabes expressaram apoio ao Presidente Al Bashir e requisitaram o adiamento do caso ao Conselho de Segurança, com base no artigo 16 do Estatuto de Roma do TPI. O pedido não foi aceito.

O mandado contra o Presidente Al Bashir foi o terceiro emitido pelo TPI em relação a Darfur. O governo sudanês se recusou a cooperar ou a entregar qualquer um dos suspeitos. Ali Kushayb, um dos antigos líderes da milícia Janjaweed, aliada ao governo, contra o qual um mandado de prisão foi emitido pelo TPI em 2007, segundo informações, continuava em liberdade. Ahmed Haroun, ex-ministro de Estado para Assuntos Humanitários, contra o qual

o TPI também emitiu mandado de prisão em 2007, foi nomeado, em maio, governador do Cordofão do Sul.

Em 7 de maio, o Juízo de Instrução do TPI emitiu notificação de comparecimento lacrada para Bahar Idriss Abu Garda, suposto co-autor de três crimes de guerra no ataque aos soldados das forças de paz da Missão da União Africana no Sudão (AMIS), em Haskanita, em 2007. Bahar Idriss Abu Garda compareceu voluntariamente perante o TPI em 18 de maio.

Em março, a UA formou uma comissão sobre Darfur, liderada pelo ex-presidente sul-africano Thabo Mbeki, para investigar meios de garantir a paz, a justiça e a reconciliação na região. Em outubro, a comissão apresentou seu relatório para a UA. Entre outras recomendações, foi sugerida a criação de um tribunal híbrido composto por juízes sudaneses e, também, por juízes de outros países indicados pela UA, para processar os crimes mais graves cometidos em Darfur. Posteriormente, o relatório foi endossado pelo Conselho de Segurança e Paz da UA.

Conflito armado – Darfur

Apesar da diminuição dos ataques e do retorno de algumas pessoas deslocadas para as suas aldeias, o conflito persistiu em Darfur. Os civis continuaram a sofrer as piores consequências dessa situação; centenas foram mortos. Ataques a aldeias causaram o desalojamento de milhares de civis.

Prosseguiram os ataques a funcionários e a comboios humanitários e também à Missão Conjunta da ONU-UA em Darfur (UNAMID). De acordo com o escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), em setembro, três funcionários da UNAMID e sete funcionários humanitários nacionais foram mortos, e 12 funcionários humanitários e 10 da UNAMID foram feridos nos primeiros oito meses do ano. A UNAMID ainda não contava com equipamentos essenciais, e a prometida força de 26 mil soldados uniformizados, requisitados para cumprir o seu mandato de proteção aos civis, ainda estava longe de ser alcançada.

■ Em janeiro, o JEM entrou em Muhajeria, uma cidade ao sul de Darfur, anteriormente controlada pelo Exército de Libertação do Sudão/facção Minni Minawi (SLA/MM), único grupo de oposição armado baseado em Darfur a ter assinado o Tratado de Paz de Darfur, em 2006, com o governo sudanês. Ambos os lados tomaram parte em combates e bombardearam áreas civis. Aeronaves do governo bombardearam a cidade, matando dezenas e ferindo centenas de civis, e causando o deslocamento da maioria da população da cidade. Em fevereiro, cerca de seis mil pessoas procuraram um lugar seguro nas proximidades da base da UNAMID em Muhajeria. O governo pediu que a UNAMID deixasse Muhajeria, mas a missão se recusou a fazê-lo.

Acesso à ajuda humanitária

Em 4 de março, imediatamente após a emissão do mandado de prisão do Presidente Al Bashir pelo TPI, o governo expulsou 13 organizações humanitárias internacionais e fechou três organizações humanitárias e de direitos humanos nacionais. O governo afirmou que algumas das organizações não estavam com sua documentação em dia e acusou outras de fornecerem informações ao TPI.

As expulsões removeram 40 por cento de todos os trabalhadores que atuavam na ajuda ao Sudão. Isso possivelmente teria um impacto dramático na situação humanitária em Darfur, nas áreas transicionais (Abyei, Nilo Azul e Cordofão do Sul) e no leste do Sudão – todos locais que abrigam um número significativo de pessoas vulneráveis que contam com a ajuda humanitária.

Em junho, o governo anunciou que permitiria a entrada e o registro de novas organizações e de seus funcionários. No entanto, as três organizações humanitárias e de direitos humanos nacionais permaneceram fechadas – o *Centro Cartum para os Direitos Humanos e o Desenvolvimento Ambiental,* a *Organização para o Desenvolvimento Social do Sudão* (conhecida como SUDO) e o *Centro Amal para Reabilitação de Vítimas de Tortura em Cartum* –, deixando uma lacuna significativa nos serviços humanitários e de monitoramento das violações dos direitos humanos em Darfur e, de modo geral, no Sudão. O Serviço Nacional de Informação e Segurança ameaçou funcionários dessas organizações, efetuou revistas em seus escritórios e congelou seus bens financeiros.

Violência contra mulheres

Estupros e outras violências sexuais contra mulheres continuaram a ocorrer de forma generalizada durante ataques a aldeias e nas proximidades dos campos de PDIs, especialmente quando as mulheres se arriscavam a sair do acampamento. As organizações que ofereciam serviços de proteção, particularmente

para sobreviventes de violência sexual em Darfur, foram seriamente afetadas pelas expulsões e pelo fechamento das organizações humanitárias.

Conflito armado – Sudão Meridional

Prosseguiram os conflitos armados entre diferentes comunidades étnicas. Segundo informações, mais de 2.500 pessoas foram mortas e mais de 350 mil foram deslocadas. A violência afetou principalmente as áreas mais remotas. O estado mais afetado foi Jonglei, onde, de acordo com estimativas da ONU, pelo menos duas mil pessoas foram mortas.

O Exército de Resistência do Senhor (LRA), um grupo armado que se originou no norte da Uganda, intensificou seus ataques a civis. De acordo com o Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH), os ataques do LRA, no Sudão Meridional, poderiam constituir crimes de guerra, sendo que 27 ataques foram confirmados entre dezembro de 2008 e março de 2009.

O aumento da violência por todo o Sudão Meridional foi exacerbado pela escassa precipitação de chuva, provocando uma terrível situação humanitária. A falta de cultivo e de acesso aos campos, assim como as dificuldades de viagem das agências humanitárias, aumentaram a insegurança alimentar, com a ameaça de fome afetando aproximadamente 1,5 milhão de pessoas.

Detenções arbitrárias, tortura e outros maus-tratos

O Serviço Nacional de Informação e Segurança continuou a deter pessoas arbitrariamente e a mantê-las incomunicáveis, sobretudo em Cartum e em Darfur, após o TPI emitir o mandado de prisão contra o Presidente Al Bashir. Agentes do órgão efetuaram batidas em vários escritórios de ONGs sudanesas, levando arquivos e prendendo os funcionários dessas organizações. Eles também prenderam funcionários de organizações humanitárias internacionais, os quais eram vistos pelo governo como possíveis fornecedores de informações para o TPI. Defensores dos direitos humanos foram particularmente afetados pela onda de prisões; muitos fugiram do país.

Um novo projeto de Lei de Segurança Nacional, aprovado pelo parlamento em dezembro, mantém o poder do Serviço Nacional de Informação e Segurança de deter pessoas sem acusação por quatros meses e meio e mantém os agentes de segurança imunes a ações judiciais.

■ Em 21 de outubro, Adam Suleiman Sulman, um dos 103 réus sentenciados à morte por tribunais especiais contra terrorismo (ver abaixo), morreu em um hospital da polícia, em Cartum, dois dias depois de ter sido levado da prisão Kober. Ele ainda se encontrava algemado. Adam Suleiman Sulman havia sido torturado durante a detenção. Ele tinha ainda uma doença mental que teria sido agravada por sua detenção e tortura. Ele morreu de tuberculose e foi privado de cuidados médicos adequados, apesar das advertências de seu advogado de que ele precisava de atenção médica urgente.

Julgamentos injustos – tribunais especiais

Entre julho de 2008 e junho de 2009, 103 indivíduos foram sentenciados à morte por tribunais especiais contra o terrorismo. Os réus foram condenados, coletivamente, após julgamentos injustos por crimes relacionados à sua suposta participação no ataque do JEM a Cartum em maio de 2008. Os tribunais especiais foram criados logo após o ataque, de acordo com o Lei de Combate ao Terrorismo de 2001. As "confissões" da maioria dos réus teriam sido extraídas sob tortura e foram aceitas pelos tribunais como a prova principal que garantiu sua condenação. Muitos deles só tiveram acesso a um advogado após o início de seus julgamentos. No fim do ano, todos os réus, com exceção de um, que morreu em custódia (ver acima), aguardavam o julgamento de seus recursos.

Pena de morte

Além das pessoas condenadas à morte por tribunais especiais, pelo menos outras seis foram sentenciadas à morte por tribunais comuns e nove foram executadas.

■ Nove homens acusados pelo assassinato do editor de jornal Mohamed Taha, encontrado decapitado, em setembro de 2006, foram executados, em 13 de abril, após o Supremo Tribunal confirmar as suas sentenças de morte. Apesar de todos os nove terem retirado suas confissões em juízo, alegando que haviam sido obtidas sob tortura, o Tribunal de Recursos aceitou suas "confissões" como prova contra eles. Todos os nove eram de Darfur.

■ Quatro homens foram sentenciados à morte, em junho, pelo Tribunal de Primeira Instância de Cartum,

pelos assassinatos de John Granville, funcionário da USAID, e de seu motorista, Abdel Rahman Abbas, em 1º de janeiro de 2008. Após a família de Abdel Rahman Abbas ter perdoado os quatro homens, prerrogativa que possuem sob a lei Islâmica no Sudão, o Tribunal de Recursos enviou o caso de volta ao Tribunal de Primeira Instância, o qual confirmou as sentenças de morte em 12 de outubro. Três dos réus alegaram que suas confissões foram extraídas mediante tortura.

Desaparecimentos forçados e detenção incomunicável

Segundo o relatório publicado em junho pelo relator especial sobre a situação dos direitos humanos no Sudão, não se sabe o destino de aproximadamente 200 pessoas das cerca de mil que foram presas após o ataque do JEM a Cartum, em maio de 2008. No final de 2009, o governo ainda não havia identificado os presos, nem esclarecido seu status ou paradeiro, nem sequer permitido o contato deles com suas famílias e advogados.

Liberdade de expressão – liberdade de imprensa

A impressa escrita foi duramente censurada nos primeiros nove meses do ano. O Serviço Nacional de Informação e Segurança visitava jornais diariamente e censurava artigos que considerassem prejudiciais ao governo ou ao partido no poder ou, ainda, que tratassem de temas sensíveis como o TPI ou Darfur. Essa situação motivou protestos de jornalistas e de proprietários de veículos de comunicação, inclusive com a suspensão voluntária de suas publicações. Uma nova lei de imprensa, aprovada em junho, manteve as restrições aos jornalistas. Elas incluíam multas contra jornalistas e contra publicações por supostos delitos de imprensa, e a aplicação dos poderes do Conselho Nacional de Imprensa e Publicações para fechar jornais. Em 27 de setembro, o Presidente Al Bashir suspendeu a censura, imposta 18 meses antes pelo Serviço Nacional de Informação e Segurança, e, em retorno, o governo convidou os editores a aderirem a um "código de ética" jornalístico, que talvez significasse que eles não abordariam assuntos que poderiam ter sido censurados no passado.

Jornalistas continuaram a ser intimidados e presos pelo Serviço Nacional de Informação e Segurança. Jornalistas estrangeiros foram ameaçados e expulsos, supostamente por cobrirem assuntos vistos como sensíveis ou prejudiciais ao Sudão.

■ Em 2 de março, Zouhir Latif, um jornalista tunisiano que também trabalhava para o Programa Mundial de Alimentos da ONU, foi expulso após ter sido detido por três dias pelo Serviço Nacional de Informação e Segurança. Zouhir Latif havia coberto eventos sobre Darfur, inclusive uma batalha em Muhajeria em fevereiro.

Punições cruéis, desumanas e degradantes

Punições cruéis, desumanas e degradantes, como açoitamento, continuaram a ser aprovadas e implementadas.

■ Em julho, 13 mulheres, entre as quais a jornalista Lubna Ahmed Hussein, foram presas, em um restaurante em Cartum, por vestirem calças, uma vestimenta considerada "indecente e imoral" pelos policiais de ordem pública que prenderam as mulheres. Dez delas foram sentenciadas a 10 açoites cada, conforme o artigo 152 da Lei Penal. O açoitamento foi realizado. Lubna Hussein entrou com uma ação em um tribunal comum, o qual, em setembro, a condenou e multou. Ela promoveu uma campanha pública contra o artigo 152 e anunciou que iria recorrer da condenação.

Relatórios da AI

- Empty promises on Darfur: International community fails to deliver (AFR 54/001/2009)
- Sudan: Death penalty – 82 Darfuri men (AFR 54/012/2009)
- Sudan: Amnesty International calls for arrest of President Al Bashir, 4 March 2009
- Sudan: Execution of nine potentially innocent men shows flaws of death penalty, 14 April 2009
- Sudanese authorities must abolish the punishment of flogging and repeal discriminatory laws, 24 August 2009

TIMOR-LESTE

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO TIMOR-LESTE

Chefe de Estado:	**José Manuel Ramos-Horta**
Chefe de governo:	**Kay Rala Xanana Gusmão**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**1,1 milhão**
Expectativa de vida:	**60,7 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**92/91 por mil**
Taxa de alfabetização:	**50,1 por cento**

Persistiu a impunidade pelas graves violações de direitos humanos cometidas durante o referendo sobre a independência do Timor-Leste, em 1999, assim como nos 24 anos de ocupação indonésia. O sistema judiciário permaneceu fraco e o acesso à Justiça era limitado. Forças policiais e de segurança continuaram usando a força de modo excessivo. Os níveis de violência doméstica seguiram elevados.

Informações gerais

Em fevereiro, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, por unanimidade, a extensão de sua missão por mais um ano. Em setembro, foi criada a Comissão Nacional dos Direitos da Criança, e o governo assinou o Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Todos os 65 campos para pessoas desalojadas dentro do país foram oficialmente fechados no decorrer do ano. No entanto, aproximadamente 100 famílias permaneciam em abrigos temporários.

Sistema de justiça

Em junho, passou a vigorar um novo Código Penal que incorporava as disposições do Estatuto de Roma, mas que não era suficiente para enfrentar a impunidade pelos crimes do passado. O Código Penal transformou o aborto em um delito penal na maioria dos casos. Uma Lei de Proteção a Testemunha, que entrou em vigor no mês de julho, continha algumas falhas graves, como o fato de não incluir vítimas de crimes sob a definição de 'testemunha'. Apesar de haver um maior número de juízes e de advogados nos distritos, o acesso à Justiça permanecia limitado.

Forças policiais e de segurança

Registraram-se pelo menos 45 denúncias de violações de direitos humanos cometidas pela polícia e oito por militares; principalmente de maus-tratos e de uso desnecessário ou excessivo da força. Os mecanismos de prestação de contas para a polícia e para os militares eram fracos. O processo de fazer com que os responsáveis prestassem contas pela violência que eclodiu em 2006, após a exoneração de um terço dos militares do país, permaneceu lento e incompleto. Alguns casos, porém, foram investigados, enquanto outros aguardavam julgamento ou foram concluídos. Nenhum membro das forças de segurança foi responsabilizado pela violência ocorrida em 2008 durante o estado de emergência.

Violência contra mulheres e meninas

Persistiram os altos índices de violência sexual e baseada em gênero. Mulheres que denunciavam violência costumavam ser encorajadas a resolver esses casos por meio de mecanismos tradicionais, em vez de buscar resolvê-los através do sistema de justiça criminal.

Impunidade

Nem o relatório da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR), nem o da Comissão da Verdade e da Amizade entre a Indonésia e o Timor-Leste (CVA), os quais documentam violações de direitos humanos, haviam sido debatidos pelo Parlamento até o fim do ano. Entretanto, um fato positivo foi a aprovação, em meados de dezembro, de uma resolução parlamentar sobre a criação de uma instituição para acompanhar as recomendações da CAVR e da CVA. O procurador-geral não recomendou nenhum indiciamento com base nas constatações da Unidade dos Crimes Graves referentes aos crimes cometidos em 1999. Uma única pessoa permanecia presa por conta desses crimes.

■ Em 30 de agosto, o governo libertou Martenus Bere, um líder miliciano indiciado pela ONU por crimes contra a humanidade, cometidos em 1999. Em outubro, ele retornou à Indonésia como um homem livre.

Em agosto, o Presidente rejeitou os apelos para que se estabelecesse um tribunal internacional para julgar os crimes cometidos no passado. Em setembro, um Congresso Nacional das Vítimas requisitou um tribunal internacional.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Timor-Leste em junho e julho.

'We cry for justice': Impunity persists 10 years on in Timor-Leste (ASA 57/001/2009)

VENEZUELA

REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Chefe de Estado e de governo:	**Hugo Chávez Frías**
Pena de morte:	**abolicionista para todos os crimes**
População:	**28,6 milhões**
Expectativa de vida:	**73,6 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**24/19 por mil**
Taxa de alfabetização:	**95,2 por cento**

Ataques, intimidações e hostilidades contra os críticos das políticas governamentais, inclusive jornalistas e defensores de direitos humanos, ocorreram de modo generalizado. Ações judiciais infundadas foram movidas contra quem se opunha às políticas do governo. Foram criados mais tribunais especiais e promotorias especializadas na violência baseada em gênero. Entretanto, a implementação da lei de 2007 sobre a erradicação da violência contra a mulher permaneceu lenta.

Informações gerais

Em fevereiro, após um referendo, foi removido o limite para mandatos presidenciais.

Aumentou a tensão social; entre janeiro e agosto, aconteceu quase o dobro de protestos do que em todo o ano de 2008. Os protestos foram motivados por questões de insatisfatoriedade com os direitos trabalhistas e com a prestação de serviços básicos, como foi o caso de uma nova legislação para a área educacional, combatida pelo setor de educação privada e pela oposição política.

A Assembleia Nacional debateu a possibilidade de reformas legais para regulamentar o uso e a posse de armas de pequeno porte, inclusive com sentenças mais rigorosas para a posse de armas. De acordo com a Comissão de Segurança e Defesa da Assembleia Nacional, havia entre nove e 15 milhões de armas em circulação.

Reformas ocorridas em outubro nas forças armadas incluíam disposições que permitiam a criação de milícias.

Dez policiais acusados de delitos penais no contexto da tentativa frustrada de golpe contra o Presidente Chávez, em 2002, foram sentenciados, em abril, a penas de até 30 anos de prisão. Eles foram condenados por homicídio e por lesões corporais graves contra os manifestantes que se opunham ao golpe. Houve preocupação de que nem todos os responsáveis por cometerem atos de violência no contexto da tentativa de golpe tivessem sido levados à Justiça.

Defensores dos direitos humanos

Defensores dos direitos humanos e vítimas de violações de direitos humanos, assim como seus familiares que buscavam justiça e reparação continuaram a ser atacados, ameaçados e hostilizados pelas forças de segurança.

■ Em agosto, dois homens atiraram em José Luis Urbano, presidente da *Associação Pró-Defesa do Direito à Educação*, uma ONG que trabalha para promover e proteger o direito constitucional à educação gratuita para todos. Ele e outros membros da Associação haviam sido alvo de uma série de ataques e de ameaças. Até o fim do ano, ninguém havia sido levado à Justiça em razão desses ataques ou dos disparos que, em 2007, deixaram José Luis Urbano gravemente ferido. No fim de 2009, nenhuma medida de proteção havia ainda sido providenciada para ele, sua família ou para outros membros da Associação.

■ Em outubro, Oscar Barrios foi morto a tiros na cidade de Guanayén, no estado de Aragua, por dois homens armados vestidos com trajes semelhantes aos usados por policiais. A execução se deu após uma campanha de seis anos de hostilidades e de intimidações contra a família Barrios, que começou quando eles denunciaram o assassinato de Narciso Barrios por policias em 2003. Outros membros da família também foram assassinados: Luis Barrios foi morto em 2004 e Rigoberto Barrios em 2005. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos apelou à Venezuela para que tomasse as medidas necessárias para garantir o direito à vida e à segurança da família Barrios, e para levar à Justiça os responsáveis pelas mortes.

■ Em novembro, o defensor dos direitos humanos Mijail Martínez foi morto a tiros no estado de Lara. Ele

vinha trabalhando com o *Comitê de Vítimas contra a Impunidade* em um documentário que mostrava as histórias de pessoas que haviam sofrido violações de direitos humanos nas mãos de policiais. Até o fim do ano, ninguém havia sido levado à Justiça por causa do assassinato e nenhum tipo de proteção havia sido providenciado à família.

Liberdade de expressão

Jornalistas foram hostilizados, intimidados e ameaçados. Pelo menos 34 estações de rádio tiveram suas licenças revogadas por não cumprirem a legislação que regulamenta as telecomunicações. Entretanto, como observado em agosto pelo relator especial sobre liberdade de expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, as declarações públicas das autoridades de que essas estações "jogavam com a desestabilização da Venezuela" indicavam que a linha editorial das rádios poderia ser o verdadeiro motivo por trás dos fechamentos.

Temia-se que um projeto de lei para criminalizar a divulgação pelos meios de comunicação de informações "falsas" capazes de "prejudicar os interesses do Estado" pudesse comprometer a liberdade de informação e de expressão. No fim do ano, o projeto de lei ainda estava na Assembleia Nacional.

Em agosto, funcionários do escritório de Caracas da rede de televisão Globovisión foram atacados por homens armados. Granadas de gás lacrimogêneo foram lançadas e um dos seguranças foi espancado. A Globovisión era considerada uma forte opositora das políticas governamentais. Em janeiro, a Corte Interamericana de Direitos Humanos expediu uma decisão ordenando que as autoridades investigassem as denúncias de intimidações e de agressões físicas e verbais contra funcionários da Globovisión. Até o fim do ano, nenhuma investigação havia sido aberta.

Repressão às diferenças de opinião

Membros de partidos políticos de oposição foram hostilizados, ameaçados e intimidados, inclusive com acusações criminais falsas. Em diversas ocasiões, as forças de segurança deixaram de intervir quando apoiadores do governo agrediram fisicamente pessoas que eles suspeitavam se oporem ao governo.

■ Em janeiro, militantes favoráveis ao governo, os quais portavam barras de ferro, machados e armas de fogo, invadiram o centro cultural da Fundação Ateneo em Caracas. Eles protestavam contra a decisão do centro cultural de organizar um seminário comemorando o aniversário de criação do Bandera Roja, um partido político de esquerda que faz oposição ao governo. A polícia não interveio.

■ Em setembro, Julio César Rivas, estudante e dirigente da *Juventude Ativa da Venezuela Unida*, foi detido e processado por "organizar grupos armados". Ele foi mantido por quase três semanas em uma prisão de alta segurança antes de ser libertado provisoriamente. Ele havia feito protestos em Valencia contra a nova lei de educação. No fim do ano, seu julgamento ainda não havia começado.

■ Em agosto, Richard Blanco, chefe da administração civil do governo metropolitano de Caracas e presidente do partido oposicionista Alianza Bravo Pueblo, foi detido junto com 11 funcionários dessa administração. Eles haviam realizado uma manifestação contra a nova lei de educação que entrou em vigor em agosto. Em outubro, os 11 funcionários públicos foram libertados enquanto aguardavam julgamento. Apesar das informações de que não existem provas confiáveis contra ele, Richard Blanco permanecia preso no fim do ano enquanto aguardava ser julgado, acusado de instigar a violência que teria causado lesões corporais em um policial.

Violência contra mulheres e meninas

Continuaram progredindo com lentidão as investigações e as instaurações de processos relativos a casos de violência doméstica. Foram criados mais tribunais e promotorias especializadas em tratar de casos de violência de gênero. Contudo, essa quantidade ainda era insuficiente para lidar com o grande número de casos. O Ministério Público em Caracas afirmou ter recebido mais de 12 mil queixas entre janeiro e agosto, sendo que apenas a metade dessas denúncias pôde ser acolhida.

ZIMBÁBUE

REPÚBLICA DO ZIMBÁBUE

Chefe de Estado e de governo:	**Robert Mugabe**
Pena de morte:	**retencionista**
População:	**12,5 milhões**
Expectativa de vida:	**43,4 anos**
Mortalidade de crianças até 5 anos (m/f):	**100/88 por mil**
Taxa de alfabetização:	**91,2 por cento**

A situação dos direitos humanos teve uma sensível melhora com o estabelecimento de um governo de unidade em fevereiro. No entanto, prosseguiram as hostilidades e as intimidações de defensores dos direitos humanos, de ativistas políticos e de apoiadores do Movimento por Mudança Democrática (MDC-T), o partido liderado pelo primeiro-ministro Morgan Tsvangirai. Um grande número de pessoas consideradas críticas ao partido que estava no poder, o Partido da União Nacional Africana do Zimbábue – Frente Patriótica (ZANU-PF), foram alvo de prisões. Instituições do Estado controladas pelo ZANU-PF continuaram perseguindo pessoas que consideravam opositores políticos, exercendo pressão sobre o frágil governo de unidade. As tensões dentro das instituições do Estado fomentaram ataques contra ativistas do MDC-T em áreas rurais, assim como em algumas fazendas comerciais.

A economia mostrou os primeiros sinais de melhora desde que a crise teve início em 2000. O dólar do Zimbábue foi descartado e moedas mais fortes, como o dólar estadunidense e o rand sul-africano, foram usadas em seu lugar. Em consequência, a inflação foi controlada e a oferta de alimentos nos mercados aumentou. Contudo, muitas famílias carentes não tinham acesso a moedas estrangeiras e não tinham como pagar por educação e por serviços de saúde. A intervenção de agências humanitárias possibilitou a reabertuda de centros de saúde e de escolas – a maioria dos quais havia fechado em 2007.

Informações gerais

Em 27 de janeiro, lideranças da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) realizaram uma cúpula extraordinária na África do Sul para romper o entrave político no Zimbábue, que se estabeleceu após a assinatura do Acordo Político Global, em 15 de setembro de 2008. As três partes no Acordo – ZANU-PF, MDC-T e o MDC liderado por Arthur Mutambara – chegaram a um impasse sobre a distribuição das pastas ministeriais mais importantes.

Após a intervenção da SADC, Morgan Tsvangirai tomou posse como primeiro-ministro, em 11 de fevereiro, tendo dois vices – Arthur Mutambara do MDC e Thokhozani Khupe do MDC-T. Outros integrantes do governo de unidade foram empossados em 14 de fevereiro. A coalizão governamental, contudo, permaneceu frágil, sobretudo devido à recusa do Presidente Mugabe em implementar alguns componentes do Acordo Político Global. O ZANU-PF argumentava que o MDC-T não havia feito pressão suficiente para acabar com as sanções seletivas impostas pela UE e pelos EUA. Em outubro, o MDC-T boicotou três reuniões ministeriais em protesto pelos atrasos na implementação do Acordo. O partido somente voltou a comparecer aos encontros depois da cúpula convocada pela SADC em 5 de novembro. Nessa ocasião, foi dado um prazo de 30 dias para que as partes retomassem o diálogo e resolvessem o impasse. Até o fim do ano, nenhuma das questões mais importantes havia sido solucionada.

As vítimas dos despejos forçados, que ocorreram em massa, em 2005, continuaram a viver em condições deploráveis.

Liberdade de expressão, de associação e de reunião

Persistiram as tentativas de supressão de defensores dos direitos humanos e de indivíduos considerados adversários políticos do ZANU-PF. Dezenas de ativistas políticos e de direitos humanos foram presos e indiciados por exercerem seus direitos.

A Procuradoria Geral continuou a invocar o artigo 121 da Lei de Processos e Provas Penais (CPEA) a fim de prolongar a detenção de defensores dos direitos humanos e de ativistas políticos que, normalmente, teriam direito à liberdade provisória. O artigo 121 prevê a extensão por sete dias do período de detenção a fim de permitir que o Estado interponha recurso em um tribunal superior.

■ Pelo menos 18 prisioneiros políticos estavam detidos pelo que se acredita serem ações judiciais fraudulentas movidas pelo antigo governo do ZANU-PF. No dia 2 de março, Jestina Mukoko e Broderick Takawira foram libertados mediante o pagamento de fiança após

passarem três meses sob custódia. Logo após, mais 13 pessoas foram postas em liberdade provisória. Três delas – Gandhi Mudzingwa e Kisimusi Dhlamini, ambos integrantes do MDC-T, e Andrison Manyere, jornalista – foram libertadas provisoriamente em 9 de abril. Embora as autoridades se opusessem a essa libertação, elas não entraram com recurso dentro do prazo de sete dias estipulado pelo artigo 121 da Lei de Processos e Provas Penais. Os três foram soltos, em 17 de abril, e, poucos dias depois, foram presos novamente pela polícia. Gandhi Mudzingwa e Kisimusi Dhlamini permaneciam hospitalizados recebendo tratamento para as lesões causadas pela tortura a que foram submetidos sob custódia. Finalmente, no dia 13 de maio, eles puderam ser libertados mediante fiança. Todos esses detentos precisaram receber tratamento em consequência das torturas e dos maus-tratos que sofreram quando estavam detidos.

■ O julgamento de Jestina Mukoko e de outras 17 vítimas de sequestro em 2008, teve início no começo do ano. Porém, no dia 28 de setembro, a Suprema Corte ordenou a suspensão permanente da ação penal contra Jestina Mukoko, com base no fato de os agentes de segurança do Estado terem violado seus direitos constitucionais.

■ Sete integrantes da organização de ativistas *Mulheres do Zimbábue Levantem* (WOZA), todas mulheres, foram presas em Bulawayo, no dia 17 de junho, após participarem de uma manifestação pacífica; elas não puderam ter acesso a advogados. No dia seguinte, enquanto a secretária-geral da Anistia Internacional realizava uma coletiva de imprensa no Hotel Meikles, em Harare, quatro ativistas da WOZA, um operador de câmera do jornal estatal *Herald* e uma jornalista independente foram presos e espancados pela polícia a cerca de 50 metros do hotel. Para puni-las pelo trabalho que realizam, as ativistas da WOZA foram proibidas de receber tratamento médico e passaram a noite detidas. A jornalista independente e o operador de câmera foram soltos no mesmo dia.

■ Em 5 de agosto, quatro líderes estudantis da *Associação Nacional dos Estudantes do Zimbábue* – Clever Bere, Kudakwashe Chakabva, Archieford Mudzengi e Brian Rugodo – foram presos na Universidade do Zimbábue por distribuírem camisetas. Eles foram indiciados por contravenção da Lei (de Codificação e Reforma) Penal, por participarem de um encontro com a intenção de promover a violência pública, a perturbação da paz e o "fanatismo". No dia 7 de agosto, eles foram libertados provisoriamente.

■ Em 25 de outubro, Cephas Zinhumwe, diretor executivo da *Associação Nacional de ONGs* (NANGO), e Dadirai Chikwengo, presidente da NANGO, foram presos em Victoria Falls após a associação ter convocado a realização de uma oficina para diretores de ONGs. No dia 27 de outubro, os dois foram postos em liberdade provisória, acusados de infringir a Lei de Segurança e Ordem Pública (POSA) por supostamente terem deixado de comunicar à autoridade reguladora sobre sua intenção de realizar uma "reunião pública de natureza política". Em 25 de novembro, eles foram absolvidos.

■ Em 28 de outubro, Thulani Ndhlovu e Ndodana Ndhlovu, da *Rede de Apoio às Eleições do Zimbábue*, foram presos em Dete, no distrito de Hwange. Eles foram indiciados com base na Lei de Segurança e Ordem Pública por supostamente realizarem reuniões sem licença da polícia. Ndodana Ndhlovu foi solto no mesmo dia em que foi preso, Thulani Ndhlovu foi solto provisoriamente em 30 de outubro.

■ No dia 8 de novembro, Lovemore Matombo, presidente do Congresso dos Sindicatos do Zimbábue (ZCTU), juntamente com outros quatro ativistas – Michael Kandukutu, Percy Mcijo, Dumisani Ncube e Nawu Ndlovu – foram presos em Victoria Falls após fazerem uma reunião sindical. Eles foram indiciados com base na Lei de Segurança e Ordem Pública por organizarem o que o Estado alegou ser uma reunião ilegal. Eles foram libertados no dia 12 de novembro, quando seu processo foi extinto por um tribunal de primeira instância.

■ Em 20 de novembro, 32 ativistas de Gweru compareceram perante um tribunal de primeira instância. Eles haviam sido presos, em dezembro de 2008, depois de participarem de uma manifestação pacífica e serem indiciados com base na Lei de Segurança e Ordem Pública. Porém, quando foram intimados a comparecer perante o tribunal, as acusações contra eles haviam sido mudadas para destruição de propriedade e entoação de insultos contra o Presidente Mugabe.

Hostilização de advogados e de autoridades judiciais

Prosseguiram as intimidações e as hostilidades contra advogados que representam ativistas políticos e de direito humanos, bem como contra autoridades da área judiciária.

■ Em 14 de maio, Alec Muchadehama, advogado, que representava o jornalista Andrison Manyere e dois funcionários do MDC-T, foi preso em um tribunal de primeira instância de Harare por policiais da Divisão de Ordem Pública. Ele foi acusado de obstruir ou dificultar o curso da justiça por ter "ilegalmente ocasionado a libertação" de Kisimusi Dhlamini, de Gandhi Mudzingwa e de Andrison Manyere, ao informar e orientar mal as autoridades da Corte Superior. Ele foi detido por uma noite. Em 10 de dezembro ele foi absolvido. Em um caso relacionado, Constance Gambara, funcionária da Corte Superior que assistiu na liberdade provisória de três detentos, foi presa no dia 6 de maio indiciada por abuso criminoso da função pública. No dia 8 de maio, ela obteve direito a fiança. Porém, o Estado invocou o artigo 121 da Lei de Processos e Provas Penais e ela permaneceu sob custódia com seu bebê de nove meses. Ela foi libertada em 14 de maio depois que o Estado retirou seu recurso contra a liberdade provisória. Em 10 de dezembro, ela também foi absolvida.

Impunidade

Nenhuma medida significativa foi tomada para levar à Justiça perpetradores de graves violações dos direitos humanos durante os episódios de violência e de tortura patrocinados pelo Estado contra os adversários políticos do ZANU-PF, às vésperas do segundo turno das eleições presidenciais de junho de 2008. Pelo menos 200 pessoas foram mortas e mais de nove mil ficaram feridas durante a violência. Houve registro de alguns poucos procedimentos judiciais isolados. O Órgão de Reconciliação Nacional, criado pelo governo, não deu prioridade a fazer com que os perpetradores prestassem contas de seus atos, assim como os ministérios da Defesa e do Interior não viram a necessidade de se promover reformas institucionais urgentes para combater a impunidade. Durante todo o ano de 2009, integrantes do exército, da polícia e dos serviços de informações julgaram que podiam continuar perseguindo ativistas de direitos humanos e membros do MDC-T para cometer violações de direitos humanos.

A Procuradoria Geral ou não tinha disposição de investigar denúncias de violações de direitos humanos ou era cúmplice dessas violações.

Tortura e outros maus-tratos

A tortura e os maus-tratos de detentos persistiram. Nenhum perpetrador foi levado à Justiça.

■ Em setembro, a Suprema Corte do Zimbábue concluiu, entre outras coisas, que Jestina Mukoko (ver acima) havia sido torturada por agentes de segurança do Estado, que a sequestraram e a detiveram incomunicável em dezembro de 2008. Apesar disso, nenhuma investigação foi realizada.

■ Pelo menos 95 soldados foram presos em Harare, no mês de outubro, suspeitos do arrombamento de um depósito de armas no quartel de Pomona e do roubo de 21 armas. Segundo informações, eles foram torturados enquanto eram interrogados por integrantes da Organização Central de Informações, do Corpo Militar de Informações e da Polícia Militar. Pelo menos dois soldados morreram em consequência das lesões sofridas. Um soldado teria cometido suicídio durante seu confinamento em uma cela solitária. Pascal Gwezere, gerente de transporte do MDC-T, acusado do mesmo delito, foi detido por agentes de segurança do Estado em sua casa em Harare, no dia 27 de outubro, sendo, então, torturado. Não lhe foi permitido receber tratamento médico. No dia 24 de dezembro, ele foi posto em liberdade condicional depois que a Suprema Corte confirmou uma decisão anterior nesse sentido tomada por uma Corte Superior.

Em 28 de outubro, Manfred Nowak, relator especial da ONU, foi impedido de entrar no Zimbábue. O governo suspendeu o convite dois dias antes da visita, argumentando que uma delegação da SADC se encontrava no país para avaliar o desempenho do governo de coalizão.

Sistema de justiça – independência do Judiciário

Tribunais de primeira instância foram submetidos à pressão por proferirem decisões desfavoráveis à Procuradoria Geral. A pressão sobre esses tribunais foi cada vez maior nos casos contra integrantes do MDC-T e contra defensores dos direitos humanos. Muitas vezes, os próprios membros do Judiciário eram alvo de processos fraudulentos apresentados pela Procuradoria. Essas ações tinham a intenção de amedrontar as autoridades judiciais, comprometendo sua independência e sua imparcialidade.

■ Livingstone Chipadze, o magistrado regional em exercício de Manicaland, foi preso no mês de março depois de ter concedido liberdade provisória a Roy Bennett, tesoureiro geral do MDC-T. Ele foi acusado de "abuso criminoso do cargo" após sancionar o fim da

prisão provisória de Roy Bennett, ficando detido por vários dias em condições deploráveis antes de ser posto em liberdade provisória. No dia 4 de agosto, as acusações contra ele foram rejeitadas.

■ Chioniso Mutongi, magistrada que presidia o julgamento do advogado de direitos humanos Alec Muchadehama, renunciou ao cargo em 3 de novembro. Ela declarou ter sido hostilizada por autoridades da promotoria depois de ela ter condenado o funcionário do Judiciário Andrew Kumire por desacato ao tribunal e de tê-lo sentenciado a uma pena de cinco dias de prisão. Andrew Kumire teve permissão de deixar o tribunal e, mais tarde, outro magistrado concedeu-lhe liberdade provisória em circunstâncias obscuras. Posteriormente, uma reapreciação da Corte Superior confirmou a condenação de Andrew Kumire. Chioniso Mutongi recebeu diversas ligações ameaçadoras por telefone e afirmou não ter recebido proteção do órgão superior da magistratura.

Pena de morte

Ao menos sete pessoas foram sentenciadas à pena de morte em 2009, fazendo com que, no fim do ano, o número de pessoas aguardando execução chegasse a pelo menos 52.

Visitas e relatórios da AI

Representantes da Anistia Internacional visitaram o Zimbábue em março, maio, junho e outubro. Em junho, a secretária-geral da Anistia Internacional esteve no Zimbábue e reuniu-se com autoridades do alto escalão do governo, entre as quais a vice-presidente Joice Mujuru, o ministro da Defesa Emmerson Mnangagwa, diplomatas da UA e da UE, assim como com defensores dos direitos humanos e com sobreviventes de violações de direitos humanos. Em julho, a secretária-geral reuniu-se com o primeiro-ministro Morgan Tsvangirai no Reino Unido.

Zimbabwe: A five point human rights agenda for the inclusive government (AFR 46/009/2009)

Zimbabwe: Moving from words to action (AFR 46/025/2009)



Mulher palestina cobre o rosto para se proteger da fumaça provocada por uma explosão durante o ataque israelense à cidade de Gaza em 14 de janeiro de 2009. O ataque fez parte de uma ofensiva militar de 22 dias denominada Operação “Chumbo Fundido”.

© AP/PA Photo/Khalil Hamra



INFORME 2010 - ANISTIA INTERNACIONAL
O ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS NO MUNDO

Em um mundo tumultuado e dividido, a Anistia Internacional traz à luz a verdade, presta testemunho dos fatos e faz campanhas por mudanças.

Para cada abuso dos direitos humanos que a Anistia Internacional expõe, a organização exige que se preste contas. Em 2009, essa determinação fez com que nossos membros e apoiadores demandassem maior firmeza nas leis internacionais e nacionais, insistindo em que essas leis fossem usadas para fazer justiça de verdade.

O *Informe 2010* da Anistia Internacional, em sua versão integral, documenta a situação dos direitos humanos em 159 países em 2009. O relatório revela um ano em que a prestação de contas, para muitas pessoas, não passou de um ideal distante, pois suas vidas continuaram sendo arruinadas pela recessão, pela violência, pela discriminação, pelos jogos de poder e pelos impasses políticos.

O Informe, entretanto, também comemora progressos reais. Mostra como ficou mais difícil para que os perpetradores dos piores crimes assegurem sua impunidade. E argumenta que a exigência de prestação de contas não se limita a reparações por morte ou por tortura, mas compreende todas as circunstâncias em que os direitos de que precisamos para viver com dignidade são negados.

Este relatório também constitui um registro da coragem, da imaginação e da determinação do movimento mundial de direitos humanos.

ISBN 9780662104610

Em sua versão brasileira, o *Informe 2010* abrange 40 países de particular importância para os falantes de português. O mesmo conteúdo pode ser acessado em http://thereport.amnesty.org/pt-br, onde também se encontra a versão integral do relatório, disponível em árabe, espanhol, francês e inglês. Para mais informações sobre o trabalho da Anistia Internacional, visite www.amnesty.org.

ANISTIA INTERNACIONAL